

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e
Sociedade (CPDA)



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas
com a agricultura**

Período de Análise: 01 a 31 de Julho de 2008

Área Temática: Território e Sustentabilidade

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico
Jornal Folha de São Paulo
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio Eletrônico do MMA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico da CONAB
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da Abag
Sítio Eletrônico da CNA
Sítio Eletrônico da CPT
Revista Globo Rural
Revista Isto é Dinheiro Rural

Assistente de Pesquisa: Karina Kato

Índice

Aqui tinha uma floresta – Cesar Dassie – Globo Rural – julho de 2008.....	8
Brasil é líder total em desmatamento, mostra novo estudo – Sítio Eletrônico da Contag – 01/07/2008.....	12
Novo estudo mapeia desmatamento no mundo – Alexandre Gonçalves – Vida & - 01/07/2008.....	13
Brasil é líder total em desmatamento, mostra novo estudo – Claudio Angelo - Folha de São Paulo – Ciência - 01/07/2008.....	14
Minc ataca "lambança" de usineiros e anuncia multa – Marta Salomon – Folha de São Paulo – Brasil - 02/07/2008.....	15
Donos de terra na Amazônia ficarão sem crédito – Evandro Évoli – O Globo – O País – 01/07/2008.....	16
Usinas de PE são autuadas por crime ambiental – Sítio Eletrônico da CPT – 02/07/2008.....	17
Muito além da Amazônia – Giovana Girardi – Estado de São Paulo – Vida & - 02/07/2008.....	19
Florestas de eucalipto substituem campos – Elder Ogliari – Estado de São Paulo – Vida & - 02/07/2008.....	21
Incentivo para conservar – Giovana Girardi – Estado de São Paulo – Vida & - 02/07/2008.....	23
Unir sustentabilidade e preservação é desafio – Giovana Girardi – Estado de São Paulo – Vida & - 02/07/2008.....	24
Criação de reserva privada colabora com biodiversidade – Giovana Girardi – Estado de São Paulo – Vida & - 2/07/2008.....	25
Semi-árido tem saída até contra a fome – Giovana Girardi – Estado de São Paulo – Vida & - 02/07/2008.....	26
59% da vegetação sofreu transformação – Giovana Girardi – Estado de São Paulo – Vida & - 02/07/2008.....	27
Bioma em pé rende US\$ 20 bi – Giovani Girardi – Estado de São Paulo – Vida & - 02/07/2008.....	28
Projetos evitam o desperdício de água – João Domingos – Estado de São Paulo – Vida & - 02/07/2008.....	29
Matas podem arder em fornos de siderúrgicas – Giovani Girardi – Estado de São Paulo - 02/07/2008.....	30
Lula anuncia programa agrícola de R\$ 78 bilhões – Evandro Fadel e Fabíola Salvador – Estado São Paulo – Economia e Negócios - 02/07/2008.....	32
Custo cresceu mais do que crédito, diz analista – Marcia de Chiara – Estado de São Paulo – Economia e Negócios - 02/07/2008.....	33
Amazônia não será "coleção de árvore", diz Jobim – Eduardo Scolese – Folha de São Paulo – Brasil - 02/07/2008.....	34
Ibama agiu na surdina, protesta sindicato – Luiz Francisco e Fabio Guibu – Folha de São Paulo – Brasil - 02/07/2008.....	35
BIRD APROVA FUNDOS PARA O CLIMA – Folha de São Paulo – Ciência - 02/07/2008.....	36

Stephanes: linha de investimento aumentará produção sem avançar na Amazônia – Sítio Eletrônico do Mapa – 02/07/2008.....	36
ONGs pedem a Minc pressa no Pacto pela Amazônia - Maurício Thuswohl – Agência Carta Maior – 03/07/2008	36
Emergente também deve ter meta de CO2, diz Lula a jornal – Folha de São Paulo – Ciência – 03/07/2008.....	38
Os maus companheiros – O Globo – Ciência – 03/07/2008	39
Cantor aposta em carbono no país - Bettina Barros – Valor Econômico – Agronegócios - 03/07/2008.....	40
A Amazônia no redemunho – Washington Novaes – Estado de São Paulo Espaço Aberto - 04/07/2008.....	41
Ninguém quer que a Nasa seja internacionalizada, diz Lula sobre a Amazônia – Simone Iglesias e Leticia Sander – Folha de São Paulo – Brasil - 04/07/2008.....	42
CHINA DIZ QUE ACEITA DISCUTIR OBJETIVOS DE REDUÇÃO – Folha de São Paulo – Ciência - 04/07/2008	43
Dados de desmate, só após reunião com Lula – Cristina Amorim e Felipe Werneck – Estado de São Paulo – Vida & - 05/07/2008.....	43
Minc recua sobre "lambança" e diz que apóia acordo – Folha de São Paulo – Brasil - 05/07/2008.....	45
Casa Civil faz intervenção na divulgação de desmate – Folha de São Paulo – Brasil - 05/07/2008.....	45
Governo fecha cerco contra organizações estrangeiras – Eduardo Scolese – Folha de São Paulo – Brasil - 05/07/2008.....	46
Coleção de árvores – Marcelo Leite – Folha de São Paulo – Ciência - 06/07/2008	47
Japão quer que Bush fixe metas para gases – Clovis Rossi – Folha de São Paulo – Dinheiro - 06/07/2008	48
Clima de negociação – Folha de São Paulo – Opinião – Editorial - 07/07/2008.....	50
Encontro do G8 no Japão fracassa antes de começar – Clovis Rossi – Folha de São Paulo – Dinheiro - 07/07/2008	51
Bush frustra expectativa de reunião do G-8 - O Globo – Capa – 07/07/2008.....	52
Sem acordo à vista no G-8 - Gilberto Scofield Jr. – O Globo – Economia – 07/07/2008	52
Divergências sobre clima marcam G-8 - Assis Moreira – Valor Econômico – Internacional - 07/07/2008.....	54
Brasil deixa de cumprir acordo – Assis Moreira – Valor Econômico – Internacional - 07/07/2008.....	55
EUA sob pressão para cortar CO2 - Denise Chrispim Marin – Estado de São Paulo – Vida & - 08/07/2008.....	56
Governo segura divulgação de aumento de devastação – Marta Salomon – Folha de São Paulo – Brasil - 08/07/2008.....	58
"BOI PIRATA" – Folha de São Paulo – Brasil – 08/07/2008	58
Minc anuncia medidas para melhorar situação das unidades de conservação – Lucia Leão – Sítio Eletrônico do MMA – 08/07/2008.....	59
G-5 quer que ricos fixem antes seus cortes de emissão – Assis Moreira - Valor Econômico – Internacional - 08/07/2008	60
Obstáculos ao acordo sobre o clima - Martin Wolf – Valor Econômico – Opinião - 09/07/2008.....	61

G-8 só recomenda corte de emissões – Denise Chrispim Marin – Estado de São Paulo – Vida & - 09/07/2008.....	63
Prazo para corte de gás poluente é muito longo – Afra Balazina – Folha de São Paulo – Dinheiro - 09/07/2008	64
Minc critica governo por não proteger reservas - Bernardo Mello Franco – O Globo – O País – 09/07/2008	65
G-8 aceita reduzir gases-estufa - Gilberto Scofield Jr. – O Globo – Ciência – 09/07/2008	66
Bush aceita corte de emissão só para 2050 – Valor Econômico- Internacional – 09/07/2008.....	67
Reservas extrativistas sucumbem à força da pecuária na Amazônia - Bettina Barros – Valor Econômico – Agronegócios - 09/07/2008.....	68
Medidas do governo visam áreas de proteção – Valor Econômico – Agronegócios - 09/07/2008.....	70
Lula mostra números de emissão de CO2 – Estado de São Paulo – Vida & - 10/07/2008	71
G-8 acrescenta pouco ao debate – Denise Chrispim Marin – Estado de São Paulo – Economia e Negócios - 10/07/2008	71
Sem acordo para o clima - Gilberto Scofield Jr – O Globo – Ciência – 10/07/2008.....	72
Aumenta o recurso do Territórios da Cidadania para o RS – Sítio Eletrônico do MDA - 10/07/2008.....	73
MMA apresenta ao Congresso proposta para Pagamento por Serviços Ambientais – Lucia Leão – Sítio Eletrônico do MMA – 10/07/2008.....	75
Oportunidades perdidas na reunião do G-8 e G-5 – Valor Econômico – Opinião – Editorial - 10/07/2008.....	76
Mudança climática assimétrica - Otaviano Canuto – Valor Econômico – Opinião - 10/07/2008.....	77
Lula agita G-8 ao cobrar ricos por poluição – Assis Moreira – Valor Econômico – Internacional – 10/07/2008.....	79
Dados brasileiros não incluem desmatamento - Daniela Chiaretti – Valor econômico – Internacional - 10/07/2008.....	80
Inpe libera dados só após 1 mês de revisão – Herton Escobar – Estado de São Paulo – Vida & - 11/07/2008.....	82
ONGs criticam área maior para uso rural na Amazônia – Herton Escolbar - Estado de São Paulo – Vida & - 11/07/2008.....	83
Adiamento global – Folha de São Paulo – Editorial – Editorial - 11/07/2008	83
Minc acusa Mangabeira de invadir a área ambiental – Marta Salomon – Folha de São Paulo – Brasil - 12/07/2008	84
Minc aprova ampliação de venda de terras - Bernardo Mello Franco – O Globo – O País – 11/07/2008.....	85
Começa regularização de terras na BR-163 – Sítio Eletrônico do MDA – 11/07/2008..	86
MMA assina acordo com a Vale para tornar sustentável a cadeia do carvão vegetal – Aida Feitosa – Sítio Eletrônico do MMA – 11/07/2008	87
Minc defende prazo maior para relatório sobre desmatamento – Felipe Werneck – Estado de São Paulo – Vida & - 12/07/2008.....	88
Strip-tease ecológico – Estado de São Paulo – Notas e Informações - 14/07/2008.....	89
Cereja sem bolo – Marina Silva – Folha de São Paulo – Opinião - 14/07/2008	91

Agronegócio disputa cidades desmatadoras – Rodrigo Vargas e João Carlos Magalhães – Folha de São Paulo – Brasil - 14/07/2008	92
Governo anuncia, mas não comemora, queda no desmatamento - Maurício Thuswohl – Carta Maior – 15/07/2008	93
Dados do Inpe mostram queda no desmate, diz Minc – Herton Escobar e Tatiana Fávaro – Estado de São Paulo – Vida & - 15/07/2008.....	95
Fracassa a 1ª tentativa de leiloar 'bois pirata' apreendidos na Amazônia – Fabíola Salvador – Estado de São Paulo – Vida & - 15/07/2008.....	96
ONU faz alerta para a venda ilegal de madeira – Jamil Chade – Estado de São Paulo – Vida & - 15/07/2008.....	97
Petróleo vai bancar plano para o clima – Afra Balazina – Folha de São Paulo – Ciência - 15/07/2008.....	97
Desmatamento teve uma queda "modesta" em maio, diz Minc – Afra Balazina – Folha de São Paulo – Ciência - 15/07/2008	99
Minc defende incentivos econômicos para conter desmatamento na Amazônia – Daniela Mendes – Sítio Eletrônico do MMA – 15/07/2008.....	99
Ninguém quer o 'boi pirata' de Minc - Bettina Barros – Valor econômico – Agronegócios - 15/07/2008.....	101

Segunda Quinzena

Rebanho bovino e desmatamento - André Meloni Nassar – Estado de São Paulo – Notas e Informações – 16/07/2008	102
Amazônia tem mais mil km2 de área devastada – Herton Escobar – Estado de São Paulo – Vida & - 16/07/2008.....	104
Minc diz que número inverte tendência de alta – Lisandra Paraguassu – Estado de São Paulo – Vida & - 16/07/2008.....	105
Nova metodologia do Inpe é aprovada – Herton Escobar – Estado de São Paulo – Vida & - 16/07/2008.....	106
Visualização melhora e corte em 12 meses salta 116% - Herton Escobar – Estado de São Paulo – Vida & - 16/07/2008.....	107
Compras públicas passarão a seguir critérios ambientais – Adriana Fernandes e Fabíola Salvador – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 16/07/2008.....	108
Desmatamento tem leve queda em maio – Fábio Amato – Folha de São Paulo – Brasil - 16/07/2008.....	109
Ministro revê estimativa sobre devastação – Marta Salomon – Folha de São Paulo – Brasil - 16/07/2008	110
Amazônia: mais um Rio de devastação – Flavio Freire – O Globo – O País – 16/07/2008	110
'Não vamos soltar rojão', afirma Minc – Demétrio Weber – O Globo – O País – 16/07/2008.....	111
Governo fará acordo com bancos para cortar crédito de desmatadores – Paulo de Tarso Lyra - Valor Econômico – Agronegócios - 16/07/2008.....	112
Amazônia reúne atenções na 60ª Reunião Anual da SBPC – Clarissa Pont – Carta Maior – 17/07/2008.....	113
'É mais fácil ocorrer a extinção da agricultura' – Fabíola Salvador e Herton Escobar – Estado de São Paulo – Vida & - 17/07/2008.....	115

Sociobiodiversidade une consumo sustentável e renda – Sítio Eletrônico do MDA – 17/07/2008.....	116
A religião para conter o deserto? – Washington Novaes – Estado de São Paulo – Notas e Informações – 18/07/2008.....	117
País contribui no combate ao aquecimento, diz embaixador – Herton Escobar – Estado de São Paulo – Vida & - 18/07/2008.....	119
Reservas têm desmate perto de rio – Liége Albuquerque – Estado de São Paulo – Vida & - 18/07/2008.....	120
Minc anuncia pacote para acelerar licenciamento – Leonardo Goy – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 18/07/2008.....	121
Indústria só teme alta de custos – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 18/07/2008.....	122
Cresce desmate em terra indígena no Acre – Hudson Correa – Folha de São Paulo – Brasil - 18/07/2008.....	122
Minc acelera prazo para dar licenças ambientais – Marta Salomon – Folha de São Paulo – Dinheiro - 18/07/2008.....	123
Licença ambiental mais rápida – O Globo – O País – 18/07/2008.....	124
Carta reafirma compromisso com Sociobiodiversidade – Sítio Eletrônico do MDA – 18/07/2008.....	125
Carta da Sociobiodiversidade reafirma compromissos com o setor – Lucia Leão – Sítio Eletrônico do MMA – 18/07/2008.....	126
Minc adia decisão sobre taxa ambiental - Daniel Rittner – Valor Econômico – Brasil - 18/07/2008.....	127
Negócios ficam travados em área de floresta – Folha de São Paulo – Dinheiro - 19/07/2008.....	129
Melhora de performance – Folha de São Paulo – Opinião – Editorial - 20/07/2008.....	130
Empresa de Eike é acusada de desmatamento – Bernardo Melo Franco – O Globo – Economia – 20/07/2008.....	130
Apenas 30% das pesquisas sobre a Amazônia são produzidas no Brasil - Clarissa Pont – Acrt Maior – 21/07/2008.....	133
Aliar conhecimento científico e tradicional para defender Amazônia – Clarissa Pont – Carta Maior – 21/07/2008.....	134
Destruir o olhar – Marina Silva – Folha de São Paulo – Opinião - 21/07/2008.....	136
Bois piratas de Minc encaixam na Amazônia – Jailton de Carvalho – O Globo – O País – 22/07/2008.....	137
Mais um leilão para boi dormir - Bettina Barros – Valor Econômico – Agronegócios - 22/07/2008.....	138
Governo aumenta rigor de multas ambientais – Leonencio Nossa – Estado de São Paulo – Vida & - 23/07/2008.....	139
Preço faz leilão de boi fracassar pela segunda vez – Alexandre Inácio – Estado de São Paulo – Vida & - 23/07/2008.....	140
Ambientalistas temem expansão na Amazônia - Bettina Barros – Valor Econômico – Agronegócios - 23/07/2008.....	140
A grilagem de terras públicas na Amazônia - Ariovaldo Umbelino de Oliveira- Valor Econômico – Opinião - 25/07/2008.....	141
Oeste do Pará teme "exclusão florestal" – Folha de São Paulo – Ciência – 27/07/2008.....	143

Dirigente do Ibama deu motosserras a camponeses – Evandro Éboli – O Globo – O País – 27/07/2008.....	144
Agora a questão é ambiental - Henrique Gomes Batista – O Globo – Economia – 27/07/2008.....	146
Dirigente do Ibama que doou a sem-terra é demitido – Jailton de Carvalho – O Globo – O País – 28/07/2008	148
Após queda, desmatamento volta a crescer na Amazônia em junho – Afra Balazina – Estado de São Paulo – Brasil - 29/07/2008	149
Desmate caiu 20% em junho, diz MMA – Estado de São Paulo – Vida & - 29/07/2008	149
Fracassa o terceiro leilão de bois piratas – Fabíola Salvador – Estado de São Paulo – Vida & - 29/07/2008.....	151
Inpe: desmatamento na Amazônia caiu 20% - O Globo – O País – 29/07/2008	151
Desmatamento: Minc se diz otimista com redução – Bernardo de Mello Franco – O Globo – O País – 30/07/2008	152
Ministro admite decepção com leilão fracassado – O Globo – O País – 30/07/2008....	153
Ações do MMA pressionam queda da taxa de desmatamento na Amazônia – Gisele Teixeira – Sítio Eletrônico do MMA – 29/07/2008	153
Desmatamento na Amazônia cai, diz Inpe – Marta Salomon – Folha de São Paulo – Brasil - 30/07/2008	154
Desmatamento na Amazônia diminui 25% em junho – Valor Econômico – Brasil - 30/07/2008.....	155
Suspense amazônico- Marcelo Leite – Folha de São Paulo – Brasil - 31/07/2008	156
Minc vai ao Pará para multar pessoalmente fazenda em R\$ 10 mi – Marta Salomon – Folha de São Paulo – Brasil - 31/07/2008	157
Minc multa fazendeiros do PA em R\$ 10 milhões – Bernardo de Mello Franco – O Globo – O País – 31/07/2008	158
MMA quer construir agenda comum com as Reservas da Biosfera – Grace Perpetuo – Sítio Eletrônico do MMA – 31/07/2008.....	159
Presidente Lula e Carlos Minc lançam Fundos Amazônia e Clima – Gisele Teixeira – Sítio Eletrônico do MMA – 31/07/2008.....	160

Tailândia, PA, ganhou fama nacional com a Operação Arco de Fogo, de combate à extração ilegal de madeira. O desmatamento, porém, continua avançando

Morar em Tailândia não é diferente de morar em qualquer outro lugar dessa imensa floresta, seja no Pará, Acre, Amapá, Amazonas, Rondônia, Roraima, Mato Grosso, Tocantins ou Maranhão - os estados que formam a Amazônia Legal. A clandestinidade movimentada de 50% a 80% do setor madeireiro, segundo levantamento do Imazon - Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia. Uma das causas é a falta de titularidade, já que 42 milhões de hectares estão na chamada situação de posse: mesmo sem o registro da propriedade, a floresta é explorada como se fosse área particular.

Existe, ainda, a atuação de empresas fantasmas, que vivem de forjar papéis para legalizar a madeira que veio abaixo sem a licença ambiental obrigatória. Quando a Operação Arco de Fogo esteve em Tailândia, em fevereiro, o Ibama relacionou 140 madeiras, das quais apenas 51 tinham endereço e estrutura física regular. "Há uma variedade grande de fraudes, que mudam com o tempo, sempre com a estratégia de legalizar a madeira", contextualiza o engenheiro florestal e pesquisador do Imazon, Paulo Barreto. Mesmo depois da Operação Arco de Fogo, Tailândia ainda respira ilegalidade. Na Rodovia PA-150, o trecho que corta a cidade mais parece uma avenida de grande movimento. Nele, é comum o trânsito de caminhões carregando toras sem documentação. "Fiquei três meses sem emprego depois que a fiscalização fechou as madeiras daqui. Agora, estou voltando ao trabalho aos poucos, levando madeira clandestina", diz o motorista que, como era de se esperar, pediu para não ser identificado.

A menos de 10 quilômetros do centro da cidade, fornos de carvão embaçam a paisagem com sua fumaça, como se não houvesse punição para os infratores. Em fevereiro, o Ibama destruiu 1.174. Cinco meses depois, boa parte deles já foi reconstruída. "Tudo no mesmo lugar", conta o carvoeiro que trabalha numa área onde 20 dos 40 fornos que existiam voltaram a queimar a floresta. Em Belém, o superintendente do Ibama no Pará, Aníbal Picanço, desconhecia a reconstrução de tais fornos - flagrante ilegalidade. E aponta uma deficiência já conhecida na instituição como um dos fatores que dificultam a fiscalização: "Não vou dizer que não falte servidor, que não falte estrutura, mas nós vamos voltar lá para derrubar novamente os fornos que voltaram a desafiar a lei". E mais. Para Picanço, a ilegalidade, muitas vezes, é mais ágil que os órgãos oficiais. "É uma briga de gato e rato. Não raro, nós chegamos a um determinado local só depois que o desmatamento já ocorreu."

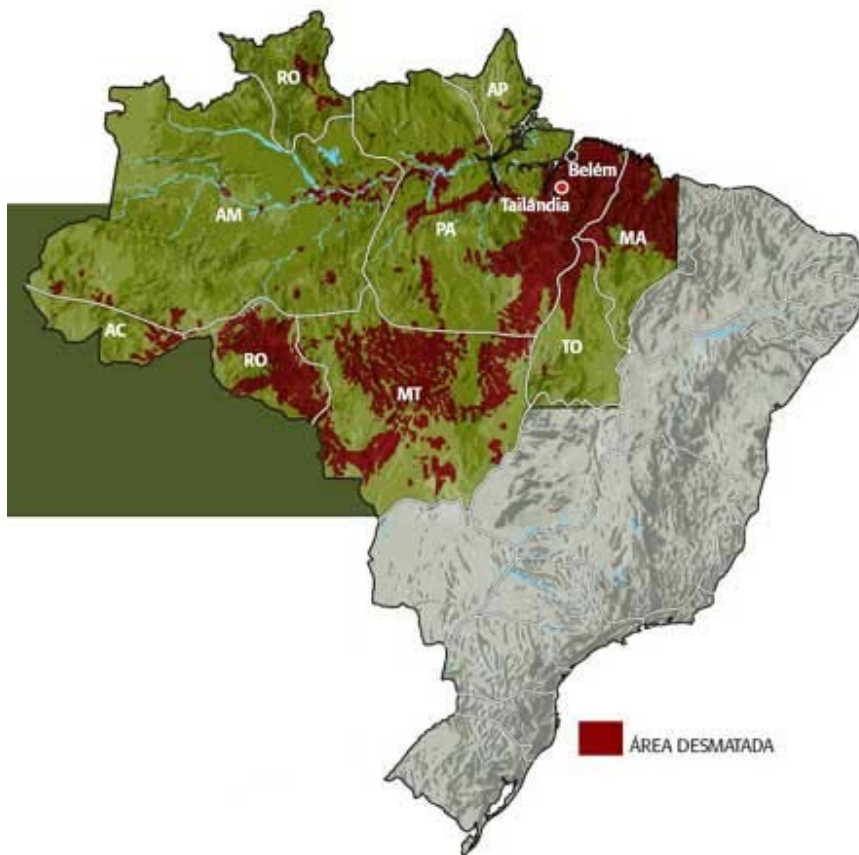
O agricultor Otacílio Alves Braga tem uma propriedade de 55 hectares, onde cultiva milho, mandioca, um pasto que ainda aguarda a chegada do gado e um pedaço de mata nativa. Até antes da Operação Arco de Fogo passar por lá, ele também queimava madeira em seis fornos. Um dia, chegaram quatro viaturas, com seis pessoas em cada uma, entre policiais e fiscais. Sem ter como provar a origem legal da madeira, não houve jeito de o agricultor conter as marretadas. Chegou até a emprestar uma das marretas. "Era para ajudar na renda familiar", argumenta. Hoje, cinco meses depois que os fornos foram destruídos, a grama praticamente já toma conta do amontoado de tijolos. Seu Otacílio não pretende colocá-los em pé novamente. "Sem documento eu não faço, porque não adianta trabalhar

contra o governo e ter prejuízo de novo. Eu acho que a gente errou, sim. Tailândia explorou demais a floresta, sem ter nenhum documento. E, hoje, eu sei que com a aprovação de um manejo a gente tira madeira da mata, mas também planta para não faltar".

A lição que seu Otacílio aprendeu vem sendo praticada há algum tempo pelo madeireiro Sérgio Vedana, dono de uma das sete serrarias do município que estavam com as atividades dentro da lei. Ele tinha o Contrato de Manejo, que comprovava a origem da madeira estocada no pátio, e a Licença de Operação, que autoriza o funcionamento da empresa. "Com isso, eles não fizeram nada e disseram que eu poderia continuar trabalhando." Vedana diz que sua madeireira nunca foi autuada, sendo uma das poucas da região sem nenhuma multa do Ibama. Se isso dá orgulho? "Orgulho, não. Dá satisfação de uma meta cumprida. Eu consegui respeitar a lei." Se em Tailândia há bons exemplos de como lidar com a floresta, sobram situações onde parece não haver limites para se lucrar com a derrubada clandestina das árvores. Outro madeireiro, que não quer ser identificado, revela o pagamento de propina para os fiscais do Ibama. "Se você não paga, não trabalha. E tem de ser em dinheiro vivo, para não deixar rastro", diz ele, calculando o suborno entre 500 e 1.000 reais por uma carga de madeira.

Diante dessa declaração, o superintendente do Ibama no Pará responde que, historicamente, os madeireiros multados reagem com denúncias para desacreditar o trabalho da fiscalização. E reconhece que há corruptos em todas as esferas da cadeia madeireira. Em 2004, com o lançamento do Plano de Proteção e Combate ao Desmatamento, do governo federal, mais de 600 pessoas foram presas, incluindo mais de 100 funcionários do próprio Ibama. "A dinâmica de exploração clandestina da floresta é muito grande. Só não podemos generalizar, dizendo que toda uma instituição como o Ibama seja conivente com esse esquema." **A Tailândia daqui, a Tailândia de lá**

O município de Tailândia, no Pará, recebeu esse nome numa referência à Tailândia, na Ásia. Segundo consta, a escolha se deu numa comparação, no final da década de 1970, dos conflitos agrários da região com a situação de guerrilha no país asiático.



Seja pelos conflitos agrários ou pela complexidade de elementos que envolvem o desmatamento na Amazônia, o Pará ficou conhecido como um "estado sem lei". Definição que, para a governadora Ana Júlia Carepa, já teve sua razão, mas que aos poucos vem sendo combatida. "O Pará não é mais uma terra de ninguém. É verdade que existe uma cultura da ilegalidade, da informalidade. Só que o enfrentamento que se viu em Tailândia mostra que não estamos omissos frente à exploração da nossa floresta." Somente em Tailândia, as multas aplicadas pela Operação Arco de Fogo somaram 22 milhões de reais, além da apreensão de motosserras, tratores, caminhões e 31 mil metros cúbicos de madeira, o que corresponde a 8,8 mil árvores.

Na opinião do prefeito Paulo Jasper, isso prova que o forte do município é mesmo a indústria madeireira. "Não é que se queira desmatar, mas é a base da economia local. Então, existem coisas que são ilegais, mas não são imorais. O desmatamento é algo muito complexo e até subjetivo". Tão subjetivo que algo em torno de 60% dos 440 mil hectares de floresta que existia no município está no chão. Um ritmo de desmatamento três vezes maior do que ocorreu em toda a Amazônia, que perdeu 17% de sua área - o tamanho da França. João Medeiros, presidente do Sindicato das Indústrias Madeireiras, reconhece que a ilegalidade sempre fez parte do setor. Mas, garante, não tinha noção de que chegava a tanto. "Antes da Operação Arco de Fogo, falávamos em 10%. Na realidade, deve ultrapassar a faixa dos 35%. Foi um fator surpresa para nós." Boa parte dos moradores de Tailândia veio de outros estados. Há gente do Maranhão, Espírito Santo, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul. O sergipano Jeová Feitosa chegou há doze anos e se tornou um dos maiores produtores de leite do município, com 300 litros por dia. Em maio, nasceram seus primeiros

bezerros provenientes de inseminação artificial: Bacana e Formoso. "Pode parecer pouco, mas me sinto realizado pela melhora genética que isso representa para o rebanho."

Para a criação do gado, seu Jeová usa cerca de 100 hectares que já estavam abertos quando ele comprou a fazenda. Nos outros 100 hectares, mantém sua reserva de floresta nativa. Não pretende derrubar mais nenhuma árvore por aqui, por isso vem trabalhando para mudar o padrão dos animais. "Só com o aumento na produtividade, com a introdução de tecnologia, poderemos trabalhar sem agredir a floresta." Também preocupado com a preservação do que ainda resta de mata em Tailândia, o paranaense Massao Ozaki resolveu apostar na cultura do dendê. Em setembro deve fazer a primeira colheita. A maior produção, no entanto, é esperada para 2013, quando as plantas entrarão em plena produtividade. Daí, os 100 hectares plantados com essa lavoura devem render 500 mil reais por ano. "Colocando 50% de custo, com adubação, transporte e colheita, ainda vão sobrar 250 mil reais."

Ozaki chegou à região na década de 1980. Sua família deixou o sul do país porque a propriedade de 37 hectares que seu pai tinha no Paraná não dava para manter uma família de 10 irmãos ("não tínhamos como sobreviver"). Ele gostou tanto de Tailândia que se sente incomodado quando se depara com a quantidade de notícias ruins sobre o município. Na sua opinião, a ilegalidade ocorre porque o desmatamento da floresta ainda representa o dinheiro mais fácil para se conseguir. No setor carvoeiro, em 10 dias o sujeito tira sua renda com a construção do forno, o corte da lenha e a queima da madeira. "Quem planta dendê, como eu, tem de esperar sete anos para as plantas atingirem sua plenitude." Mesmo assim, não perde as esperanças de que Tailândia um dia será melhor: "Não vamos viver eternamente dessa forma. Aqui ainda haverá paz, sem a extração ilegal da Amazônia".

Arco de Fogo

Texto César Dassie, do programa Globo Rural

Fotos Sandro Queiros

A Operação Arco de Fogo foi desencadeada por iniciativa do governo federal para coibir o desmatamento ilegal na região que compõe o chamado Arco do Desmatamento. Tailândia, ao sul de Belém, foi o primeiro município a ser fiscalizado porque era considerado um entreposto de madeira clandestina. Antes do trabalho conjunto do Ibama, da Polícia Federal e da Força Nacional, o município serrava 35 mil metros cúbicos de madeira por mês. Hoje, não passam de sete mil.

O fechamento das madeireiras que atuavam na ilegalidade fez a população se revoltar em fevereiro deste ano, por conta do desemprego. A economia local depende fundamentalmente da exploração de madeira. Muitos moradores foram feridos em confronto direto com os soldados. Raimundo Nonato é um dos desempregados da indústria madeireira: "O pessoal começou a botar fogo na rua. Os policiais atiraram para o meu rumo e eu comecei a lançar pedra contra eles". Toda madeira apreendida em Tailândia vai a leilão, pela Secretaria de Meio Ambiente do Pará. O que for arrecadado deve financiar o combate ao desmatamento.

Brasil é líder total em desmatamento, mostra novo estudo – Sítio Eletrônico da Contag
– 01/07/2008

As florestas tropicais do mundo todo encolheram o equivalente a mais de um Estado de São Paulo entre 2000 e 2005. E quase metade dessa destruição aconteceu no Brasil.

Os dados são de um estudo americano publicado na edição de hoje da revista "PNAS". Eles mostram que, nesses cinco anos, o país foi campeão de área absoluta desmatada e de velocidade de devastação. A análise, justiça seja feita, não capturou todo o período no qual o desmatamento esteve em queda no país (entre julho de 2004 e agosto de 2007).

Mesmo assim, com 3,6% de perda na Amazônia em relação ao total de floresta que havia em pé no ano 2000, o país ganhou até da Indonésia -dona da indústria madeireira mais predatória do mundo. Na África, onde a pressão do agronegócio industrial ainda não chegou, a taxa foi de 0,8%.

O estudo, liderado por Mathew Hansen, da Universidade do Estado de Dakota do Sul, nos Estados Unidos, contabilizou 272 mil quilômetros quadrados de florestas perdidas na América Latina, na África e no Sudeste Asiático.

A fatia do leão coube ao Arco do Desmatamento brasileiro, em especial Mato Grosso. "Por área, o Brasil responde por 47,8% de toda a derrubada de florestas tropicais, quase quatro vezes mais do que o segundo maior [desmatador], a Indonésia, que tem 12,8% do total", dizem os pesquisadores.

Apesar de sistemas de monitoramento do desmatamento não serem novidade nenhuma para um país como o Brasil, o novo trabalho é um dos primeiros a estipular a área desmatada nesse bioma no mundo todo. Esse tipo de monitoramento é crucial numa época em que o mundo reconhece a importância do desmatamento como fonte de gases-estufa e que países tropicais pleiteiam receber dinheiro na forma de créditos de carbono por controlá-lo. "Muitos países não têm sistemas como o do Brasil, então a abordagem pode ser útil na capacitação para monitorar florestas", disse à Folha Ruth DeFries, da Universidade de Maryland, co-autora do estudo.

DeFries e colegas desenvolveram uma metodologia que combina imagens dos satélites Modis (mais rápidos) e Landsat (mais preciso). Em vez de olhar imagem por imagem de país por país, o grupo pegou uma amostra limitada de imagens e extrapolou o desmatamento para regiões vizinhas. "É uma abordagem estatística" diz Carlos Souza Jr., do Imazon (Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia), que já trabalhou com DeFries. Segundo ele, a correlação encontrada pelo grupo foi "muito boa". Ou seja, a notícia é muito ruim.

Novo estudo mapeia desmatamento no mundo – Alexandre Gonçalves – Vida & -
01/07/2008

O Brasil foi responsável por 47,8% do desmatamento de florestas tropicais úmidas entre 2000 e 2005, quatro vezes mais do que o segundo colocado, a Indonésia, com 12,8%. O ranking foi apresentado em uma pesquisa que será divulgada esta semana na edição digital da revista científica americana *Proceedings of the National Academy of Sciences* (www.pnas.org).

[Veja os números oficiais do desmatamento](#)

No mundo, a área desmatada acumulada no período foi de 272 mil km², mais do que os territórios dos Estados de São Paulo e Sergipe juntos. A pesquisa estimou que a taxa anual de desmatamento no Brasil foi de 26 mil km². Na Indonésia, foi de 7 mil km². “Não há novidade no dado sobre o Brasil. É o valor esperado”, explica o pesquisador sênior do Imazon, Adalberto Veríssimo. “O grande mérito foi ter calculado o desmatamento nos outros países. Assim, é possível estabelecer uma comparação.”

O diretor de Políticas Públicas de Controle do Desmatamento do Ministério do Meio Ambiente, André Lima, questiona a taxa anual para o Brasil. Ele explica que, segundo dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), o valor correto seria 21,45 mil km².

Segundo a pesquisa americana, cerca de 55% do desmatamento está concentrado em apenas 6% das florestas tropicais úmidas, configurando essas regiões como hotspots - áreas com grande biodiversidade e altamente ameaçadas.

Veríssimo aproveita para reafirmar a responsabilidade do País. “Temos um terço das florestas tropicais úmidas do mundo e quase metade do desmatamento”, compara. “É desproporcional. Temos uma grande responsabilidade diante dos demais países.”

MÉTODO - Ao Estado, o professor da Universidade do Estado da Dakota do Sul, Matthew Hansen, responsável pela pesquisa, afirmou que o método demonstrou ser eficaz para grandes áreas. “Vai ajudar os protocolos de monitoramento globais que estão sendo criados.”

Para a confecção do mapa global, os pesquisadores cruzaram dados dos sistemas Modis e Landsat de imagens por satélite.

Brasil é líder total em desmatamento, mostra novo estudo – Claudio Angelo - Folha de São Paulo – Ciência - 01/07/2008

Grupo dos EUA mediu perda de floresta tropical no mundo inteiro entre 2000 e 2005; país respondeu por 47,8% dela - Trabalho é um dos primeiros a estimar total derrubado nesse tipo de floresta; perda foi equivalente a um Estado de São Paulo no período

As florestas tropicais do mundo todo encolheram o equivalente a mais de um Estado de São Paulo entre 2000 e 2005. E quase metade dessa destruição aconteceu -onde mais?- no Brasil.

Os dados são de um estudo americano publicado na edição de hoje da revista "PNAS". Eles mostram que, nesses cinco anos, o país foi campeão de área absoluta desmatada e de velocidade de devastação.

A análise, justiça seja feita, não capturou todo o período no qual o desmatamento esteve em queda no país (entre julho de 2004 e agosto de 2007).

Mesmo assim, com 3,6% de perda na Amazônia em relação ao total de floresta que havia em pé no ano 2000, o país ganhou até da Indonésia -dona da indústria madeireira mais predatória do mundo. Na África, onde a pressão do agronegócio industrial ainda não chegou, a taxa foi de 0,8%.

O estudo, liderado por Mathew Hansen, da Universidade do Estado de Dakota do Sul, contabilizou 272 mil quilômetros quadrados de florestas perdidas na América Latina, na África e no Sudeste Asiático.

A fatia do leão coube ao Arco do Desmatamento brasileiro, em especial Mato Grosso. "Por área, o Brasil responde por 47,8% de toda a derrubada de florestas tropicais, quase quatro vezes mais do que o segundo maior [desmatador], a Indonésia, que tem 12,8% do total", dizem os pesquisadores.

Apesar de sistemas de monitoramento do desmatamento não serem novidade nenhuma para um país como o Brasil, o novo trabalho é um dos primeiros a estipular a área desmatada nesse bioma no mundo todo.

Esse tipo de monitoramento é crucial numa época em que o mundo reconhece a importância do desmatamento como fonte de gases-estufa e que países tropicais pleiteiam receber dinheiro na forma de créditos de carbono por controlá-lo. "Muitos países não têm sistemas como o do Brasil, então a abordagem pode ser útil na capacitação para monitorar florestas", disse à Folha Ruth DeFries, da Universidade de Maryland, co-autora do estudo.

DeFries e colegas desenvolveram uma metodologia que combina imagens dos satélites Modis (mais rápidos) e Landsat (mais preciso). Em vez de olhar imagem por imagem de país por país, o grupo pegou uma amostra limitada de imagens e extrapolou o desmatamento para regiões vizinhas. "É uma abordagem estatística" diz Carlos Souza Jr., do Imazon (Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia), que já trabalhou com DeFries. Segundo ele, a correlação encontrada pelo grupo foi "muito boa". Ou seja, a notícia é muito ruim. ***(CLAUDIO ANGELO)**

Minc ataca "lambança" de usineiros e anuncia multa – Marta Salomon – Folha de São Paulo – Brasil - 02/07/2008

Ibama cobrará R\$ 120 mi de 24 usinas de Pernambuco, que também serão processadas - Ministro do Meio Ambiente diz que medida tomada pelo governo é para evitar danos à imagem no exterior do álcool produzido no país

As 24 usinas de cana-de-açúcar de Pernambuco foram multadas em R\$ 120 milhões por danos ambientais, anunciou o ministro Carlos Minc (Meio Ambiente), dizendo que a punição "inérita" pretende evitar danos à imagem no exterior do álcool produzido no país.

"Essa lambança generalizada que os usineiros fazem em Pernambuco com apoio político e impunidade, isso vai se converter em barreira para a exportação de etanol produzido até em outros Estados", disse Minc, referindo-se aos argumentos que a agressão ao ambiente pelos produtores de cana poderiam dar aos que defendem barreiras protecionistas à importação do álcool brasileiro.

Além da multa de R\$ 5 milhões para cada um, os usineiros também responderão a processo por crime ambiental. O Ibama estima em 800 quilômetros quadrados o tamanho do "passivo ambiental", área equivalente a mais da metade da cidade de São Paulo. Esse seria o resultado da soma da área de reserva legal e de preservação permanente (sobretudo às margens dos rios) que os usineiros têm de recuperar.

O Ibama aplicou a mesma multa a todas as usinas de Pernambuco alegando "a impossibilidade" de levantamento de campo preciso sobre a dimensão dos danos ambientais de cada uma. Os usineiros podem recorrer da punição.

Atualmente são quatro as instâncias de recurso: a superintendência regional do Ibama, a presidência do instituto, o Ministério do Meio Ambiente e, finalmente, o Conama (Conselho Nacional do Meio Ambiente). Um novo decreto do presidente Luiz Inácio Lula da Silva deve reduzir esse processo, com o objetivo de aumentar o valor efetivamente arrecadado com as autuações.

As principais irregularidades atribuídas aos usineiros são o desrespeito à reserva legal de 20%, a ocupação das áreas de preservação permanente, a falta de licenciamento ambiental, a queima ilegal e a poluição, por meio do lançamento inadequado de resíduos. "A ilegalidade é completa e absoluta. Eles são os fora-da-lei", observou Minc.

As plantações de cana-de-açúcar das 24 usinas autuadas somam 3.700 quilômetros quadrados. Isso representa 30% da mata Atlântica de Pernambuco. A taxa de degradação do bioma no Estado supera a média nacional, de 8%. "É o desastre do desastre", disse Minc. "Só faltou plantarem cana dentro dos rios", criticou.

O Estado foi responsável por 3,8% da produção nacional de cana-de-açúcar do país em 2007, segundo dados da última safra registrados pela Conab (Companhia Nacional de Abastecimento). Ainda de acordo com a Conab, Pernambuco produziu 5,8% do açúcar e 2,1% do álcool do país. A participação nacional da cana-de-açúcar pernambucana perdeu espaço para São Paulo, Paraná, Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, que atualmente lideram o ranking. Carlos Minc ameaçou embargar a produção pernambucana caso os usineiros não se adequem à legislação ambiental dentro de prazo a ser estabelecido. O ministro apresentou usineiros de São Paulo como "bom exemplo".

Ao anunciar o enquadramento dos usineiros de Pernambuco, Minc mencionou padrinhos políticos com que eles não poderiam mais contar. "Não vamos dar sossego para os usineiros que estão destruindo a mata Atlântica com costas quentes políticas e impunidade ambiental. Não perdem por esperar: acabou a moleza dos usineiros do Nordeste."

Amazônia: 10 mil perderão 'crédito verde' – O Globo – Capa – 01/07/2008

Pela resolução do Banco Central que entra em vigor hoje, só 3 mil proprietários de terras em 36 cidades da Amazônia estão com registro regular e terão direito a crédito público e privado. Outros 2 mil casos estão em análise, e 10 mil terão crédito vetado.
Página 9

Donos de terra na Amazônia ficarão sem crédito – Evandro Évoli – O Globo – O País – 01/07/2008

BRASÍLIA. Entra em vigência hoje a resolução do Banco Central que impede acesso a crédito público e privado de proprietários rurais na Amazônia com Certificado de Cadastro de Imóvel Rural (CCIR) suspenso ou irregular. Esse documento é o mais importante registro de imóvel rural, feito junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra).

A partir de hoje também se complica a situação de cerca de dez mil proprietários dos 36 municípios daquela região que mais desmataram e que, até ontem, não se recadastraram.

Dos 15.400 proprietários dessas 36 cidades — cujas terras têm tamanho acima de quatro módulos fiscais (em média 350 hectares) — apenas 3.080 estão com situação regular. Outros dois mil processos estão sob análise. E cerca dos dez mil restantes estão impedidos, a partir de hoje, de pegar empréstimos em instituições bancárias.

Segundo Incra, há 540 mil imóveis rurais na Amazônia. O certificado de cadastro, o CCIR, é obrigatório para qualquer operação com imóvel. Não apenas para o acesso a crédito mas também a operação de venda, arrendamento, hipoteca ou desmembramento. O diretor de Estrutura Fundiária do Incra, Richard Trosiano, disse ontem que ainda não se sabe quantos proprietários em toda a Amazônia estão com a situação irregular.

Esse bioma atinge 535 municípios ao todo. Da Amazônia Legal, que contém vários biomas, a base de cadastro do Incra registra 540 mil imóveis rurais.

O presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Mato Grosso (Famato), Rui Prado, criticou a resolução do Banco Central e previu que o impedimento de agricultor a ter acesso a dinheiro público vai gerar inflação e aumento nos preços dos produtos.

— Quando você cerceia o crédito, estrangula a produção e os preços aumentam; por conseguinte, estimula o ilegal. Sem investimento, o produtor avança na floresta. O

agronegócio é o setor do campo que mais precisa de crédito para produzir. Vai ter inflação — disse Prado.

O presidente da Comissão de Meio Ambiente da Confederação Nacional da Agricultura (CNA), Assuero Veronez, disse que a resolução é “desastrosa”.

Ele também disse que a medida vai gerar aumento de preços.

— A culpa é exclusiva do poder público, que não regularizou antes essas terras e, agora, confundiu proteção ao meio ambiente com questão fundiária — disse Assuero.

“As regras vieram para ser duras”, diz diretor do Incra Trosiano explicou que os donos de imóveis rurais sem cadastro atualizado, ou com alguma outra pendência no Incra, poderão procurar as superintendências do Incra no estado e buscar a normatização, apresentando cópias de documentos pessoais, do imóvel e a planta de localização da terra.

— As regras vieram para ser duras com quem não quer se legalizar, e justas com quem quer andar na lei — disse Trosiano.

Inpe não divulga índices

Minc já informou que desmatamento cresceu

SÃO PAULO. O levantamento do Instituto Nacional de Pesquisas Especiais (Inpe) sobre o desmatamento na Amazônia Legal em maio, encaminhado ao governo federal há duas semanas, não está sendo divulgado. Semana passada, o ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, disse que os índices continuavam crescentes, mas frisou que não poderia divulgá-los.

O Inpe é uma unidade do Ministério da Ciência e Tecnologia e informou que a divulgação depende de autorização da pasta.

Os números também não foram divulgados aos assinantes cadastrados no endereço eletrônico do instituto para o sistema Detecção de Desmatamento em Tempo Real (Deter) até ontem à noite. A assessoria do Ministério da Ciência e Tecnologia não soube informar o motivo. As informações do sistema Deter são analisadas mensalmente e servem ao Grupo Permanente de Trabalho Interministerial para a redução dos índices de desmatamento da Amazônia desde 2005.

Usinas de PE são autuadas por crime ambiental – Sítio Eletrônico da CPT – 02/07/2008

Todas as 24 Usinas de cana-de-açúcar do estado de Pernambuco estão sendo autuadas por cometerem crime ambiental. A decisão foi anunciada no dia 1º de junho pelo Ministério do Meio Ambiente. As usinas foram multadas em R\$ 5 milhões cada, somando um total de R\$ 120 milhões e os usineiros ainda responderão a ações civis e criminais.

As usinas são responsáveis pela destruição da Mata Atlântica na região e contaminação dos cursos d'água. Segundo a assessoria do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), além de não possuírem licenciamento ambiental para o plantio da cana, foi constatado, através das fiscalizações, que as usinas não respeitam as reservas legais – No caso do Nordeste, 20% das propriedades - e estendem as plantações às Áreas de Preservação Permanente (APPs), inclusive nas margens dos rios.

Estas usinas e a expansão do monocultivo de cana-de-açúcar em Pernambuco também são responsáveis por comprometer a Mata Atlântica remanescente no estado.

Como consequência do desmatamento, o estado passou a ter o menor índice de áreas preservadas do bioma. Enquanto a média nacional é de 8%, Pernambuco possui apenas 2,7%. Segundo dados apresentados pelo ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, as 24 usinas são responsáveis por um passivo ambiental de 85 mil hectares. "Não interessa que costas quentes tenham os usineiros. Vão ter que recuperar a área degradada", complementou o ministro. O Ministério Público pedirá que a Justiça determine a recuperação dos danos ambientais causados pelas Usinas.

Denúncias de destruição ambiental são frequentes no estado

Denúncias de crimes ambientais promovidos pelas usinas e pela expansão da cana-de-açúcar no Estado são frequentemente encaminhadas ao Ibama. Segundo a Comissão Pastoral da Terra (CPT), quase todas as essas usinas já haviam sido denunciadas anteriormente pela entidade. Alguns exemplos emblemáticos de crimes ambientais, denunciados pela CPT, só este ano no estado, são os casos da Usina Trapiche, localizada no município de Sirinhaém, zona da mata sul de PE e da Usina Salgado, no município de Ipojuca.

De acordo com a denúncia realizada ainda no mês de abril, a Usina Trapiche vem poluindo os rios, contaminando as fontes d'água, o solo e subsolo da região com o vinhoto (substância tóxica, resultante do processo de transformação da cana-de-açúcar em etanol). Recai também sobre a Usina Trapiche a denúncia de devastação de mangues, principalmente por aterramento para plantação de cana, além de outros crimes ambientais.

Já o caso da Usina Salgado é um exemplo de como os órgãos de fiscalização estaduais têm sido omissos no cumprimento de suas funções. Segundo Daniel Viegas, advogado da CPT, "enquanto a Agência Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (CPRH) declarava que a Usina Salgado cumpria o cronograma de seu projeto de reflorestamento, o Ibama confirmava, em seus laudos, as denúncias feitas pela CPT - de danos ambientais causados pela Usina e que não foram citados pelo CPRH". A Usina acabou sendo autuada pela destruição de mata ciliar em área de preservação permanente, o que caracteriza infração administrativa e crime ambiental.

"Apesar da autuação pelo Ibama, a CPRH vem sendo bastante omissa na fiscalização desses casos", completa Viegas. No final de 2007, foi assinado um termo de compromisso entre a CPRH, a Secretaria de Ciência e Tecnologia, a Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) e o Sindaçúcar, com o objetivo fixar mecanismos e prazos de adequação das usinas de açúcar à legislação ambiental e de recuperação das Áreas de Preservação Permanente (APP). Entretanto, o caso da Usina Salgado demonstrou que a CPRH, em muito de seus acordos, apenas mascara e esconde os diversos crimes ambientais cometidos pelas usinas do Estado, sem que as mesmas respondam pelas violações cometidas. *

Inserida por: Administrador - [enviar para amigo](#)

Não é sem motivo que a Amazônia está quase diariamente no noticiário. Ela é alvo de atenção de organismos brasileiros e internacionais por representar uma das últimas grandes florestas tropicais do mundo, o que implica alto índice de biodiversidade ainda bastante desconhecido. O desmatamento, que voltou a crescer sobre o bioma, coloca essa riqueza em risco, mas também ajuda a acelerar um outro problema bastante em evidência - o aquecimento global.

Mais informações

A derrubada da Amazônia coloca o Brasil como o quarto maior emissor de gás carbônico do mundo. Mas, além de ser um grande estoque de carbono, a floresta tem um papel importante na regulação da temperatura e no próprio seqüestro do gás. A verdade é que quanto mais estudos são feitos, mais se percebe o quanto ela impacta o clima.

Isso não significa, no entanto, que seja a única vegetação a ter importância. O Brasil tem outros cinco grandes biomas (conjunto de vida constituído pelo agrupamento de tipos de vegetação, segundo a definição do IBGE) continentais, além dos ecossistemas costeiros, que não apenas apresentam uma grande biodiversidade, como também colaboram com uma série de outros serviços ambientais.

Com exceção da mata atlântica que, por estar com pouco mais de 7% da vegetação original, conta com a preocupação do governo e da sociedade e está com relativa frequência na mídia, os demais biomas (caatinga, cerrado, pantanal e pampa) vêm amargando a quase total desatenção dos mais diversos órgãos.

Um dos principais indicativos disso é a pouca presença de unidades de conservação (UC) em todos eles. Nenhum atinge a meta de 10% prevista pela Convenção sobre Biodiversidade Biológica, das Nações Unidas, da qual o Brasil é signatário. O Pantanal, por exemplo, tem apenas 1,1% do território protegido por áreas federais. Os ecossistemas costeiros não têm nem 0,5% resguardado. Mas a perda de vegetação no Pantanal pode comprometer o suprimento de água de toda a Bacia do Rio Prata. A devastação marinha prejudica diretamente o abastecimento de peixes das populações.

Os números de UCs são inversamente proporcionais ao grau de devastação. Enquanto o cerrado tem somente 3,3% do território protegido por unidades federais, a perda da vegetação já pode ter sido de 55%, de acordo com números da ONG Conservação Internacional (CI). Conhecido como floresta de cabeça para baixo, porque a biomassa está mais concentrada na raiz do que nos troncos e folhas, o bioma tem um alto potencial de seqüestrar carbono. “Mas estamos destruindo isso”, lamenta o diretor do Programa Cerrado-Pantanal da CI, Ricardo Machado.

DE OLHO NO DESMATAMENTO - Em entrevista ao Estado, a secretária de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente, Maria Cecília Wey de Brito, declarou que o governo está consciente do problema. Segundo ela, o primeiro passo para redimir essa situação é conhecer o que de fato está acontecendo com cada área. Isso porque, tirando a mata atlântica, nenhum dos biomas conta com sistema de monitoramento do desmatamento.

“Começamos esse processo com a criação do mapa de vegetação do Brasil, que mostra quanto de cada bioma foi desmatado até 2002. Não tínhamos nada semelhante desde a década de 40. Agora estamos tentando constituir, junto com o Ibama, um processo de monitoramento de todos eles. O instituto já tem uma experiência de fiscalização em campo. Queremos passar a aproveitar isso até o fim do ano”, afirma.

“Hoje o Ibama já conta com imagens dos satélites Cbers, Landsat e Alos, mas elas eram voltadas para outras atividades, em especial de fiscalização. Vamos usar para acompanhar a devastação de todos os biomas, a exemplo do que já acontece com a Amazônia”, diz.

Ela explica que parte da deficiência histórica se deveu à dificuldade de visualizar em alguns biomas o que de fato foi desmatado. “A Amazônia é um tapetão verde, então quando ocorre uma alteração, fica mais fácil de ver, porque fica um buraco lá. Já cerrado e caatinga são mais difíceis de serem monitorados nesse sentido, porque está nas características dessas vegetações perder folhas nos períodos de seca. No pampa, distinguir uma gramínea nativa de uma produzida também não é tão simples. Mas agora temos metodologias mais refinadas, achamos que será mais fácil.”

Quanto à diferença dos números de desmatamento fornecidos pelas ONGs e pelo MMA (em geral os oficiais tendem a ser menores), Maria Cecília explica que o governo optou por considerar nos números de vegetação remanescente trechos que, apesar de afetados por interferência humana, têm condições de recuperar parte de sua biodiversidade. “É claro que ela nunca vai voltar a ser o que era, mas estamos considerando aquelas áreas que podem ser elevadas a um estágio superior ao que estão hoje ou que, ao menos, são capazes de manter os serviços ambientais que sempre fizeram”, afirma.

Em algumas áreas, ela admite que pode haver um choque de interpretação - para o MMA ainda existe 27% de mata atlântica, por exemplo. “Mas acho que, se o território de áreas remanescentes é maior no nosso mapa, isso também aumenta a responsabilidade do governo sobre áreas a serem preservadas ou recuperadas.”

AMAZÔNIA - A maior floresta tropical do mundo coleciona superlativos: tem o maior conjunto de rios do planeta e a maior biodiversidade do Brasil (ganha da mata atlântica em números absolutos). Com cerca de 4 milhões de ha, mantém aproximadamente 82% de mata original. O bioma é definido pelo clima equatorial quente e úmido, com chuvas torrenciais e floresta fechada. O bioma representa cerca de 30% das florestas tropicais remanescentes do mundo, reúne mais de 40 mil espécies de plantas, 300 de mamíferos, 1,3 mil de aves e mais de 400 de anfíbios. As estimativas de peixes variam entre 3 mil e 9 mil espécies

PANTANAL - Compreendida entre os Estados de MT e MS, essa planície inundável passa até seis meses por ano debaixo d'água. É uma grande zona de transição entre a Amazônia, o cerrado e o charco. Seus campos são naturalmente propícios à pastagem e à pecuária extensiva

PAMPA - Pampa é uma palavra indígena para designar pradarias - superfícies planas cobertas de vegetação rasteira. A maior parte do bioma é formada por campos, mas há também trechos mais arbóreos e algumas manchas com floresta densa, semelhante à mata atlântica

MATA ATLÂNTICA - Como se estende de norte a sul do Brasil, ela não é homogênea, mas sim um mosaico de vegetação. Em sua forma mais característica, é uma floresta pluvial exuberante, com árvores que podem atingir 40 metros de altura. Tem uma das biodiversidades mais ricas do Brasil e do mundo. Em apenas uma área da região serrana do Espírito Santo há 476 espécies de árvores lenhosa

ECOSSISTEMAS COSTEIROS - Essa zona mantém forte contato com os biomas da Amazônia e da mata atlântica e abrange regiões de transição ecológica que desempenham uma função de ligação e viabilização de trocas genéticas entre os ecossistemas terrestres e marinhos. É um bioma constituído por ambientes complexos, diversificados e de extrema importância para a sustentação da vida do mar

CAATINGA - Único bioma exclusivamente brasileiro, reúne pelo menos 12 vegetações distintas, as chamadas caatingas, caracterizadas principalmente por perderem todas as folhas no período de seca. A presença de montanhas com 2 mil metros de altitude em meio ao bioma eleva um pouco a umidade e é o que faz da região o semi-árido com maior biodiversidade do mundo

CERRADO - Espalhado por 11 Estados (MA, PI, TO, BA, GO, MG, MT, MS, RO, SP e PR), mais o Distrito Federal, é o segundo maior bioma do Brasil. É também uma das savanas mais ricas do mundo, em especial pelo contato biológico com os biomas vizinhos. Conhecida como floresta de cabeça para baixo, porque suas raízes costumam ser maiores do que as copas. Nas suas chapadas estão nascentes dos principais rios das bacias Amazônica, do Prata e do São Francisco

Florestas de eucalipto substituem campos – Elder Ogliari – Estado de São Paulo – Vida & - 02/07/2008

Já desgastado pelas frentes agrícolas que semearam arroz em banhados drenados nos anos 70 e, logo depois, por soja nas coxilhas de terra pobre, o cenário do pampa vai mudar de novo com a plantação de 500 mil hectares de eucaliptos para abastecimento de três grandes indústrias de celulose nos próximos anos.

A transformação alegra políticos à busca de soluções rápidas para a metade sul do Rio Grande do Sul, que vive dificuldades econômicas, e preocupa ambientalistas, que temem mudanças climáticas.

Eles defendem a retomada da pecuária tradicional e clamam pela criação de áreas de proteção para resguardar pelo menos 10% do ambiente nativo. Hoje só 2,7% do bioma está protegido por unidades de conservação federal, de acordo com os Indicadores de Desenvolvimento Sustentável do IBGE.

A chegada dos grandes projetos florestais, anunciados em 2004, coincidiu com o reconhecimento do pampa como bioma pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA). Ao mesmo tempo em que o tema ampliou seu espaço no debate público. “A própria cultura ecológica se traduzia por árvores e não considerava o campo como ecossistema”, diz Carlos Nabinger, do Departamento de Plantas Forrageiras e Agrometeorologia da Universidade

Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Hoje se reconhece que os campos planos e ondulados, os capões de mato e os banhados do pampa compõem uma rica diversidade biológica, com pelo menos 3 mil espécies da flora, das quais 450 são gramíneas, mais de 400 espécies de aves e perto de cem de mamíferos, entre as quais algumas ameaçadas de extinção, como o cardeal-amarelo e o gato-palheiro.

O mapeamento da cobertura vegetal do pampa, coordenado pelo geógrafo Heinrich Hasenack, da UFRGS, feito em 2004 para o MMA, revelou que menos da metade da área do bioma (41%) apresenta cobertura natural. A transformação começou em 1634 com a criação de bovinos trazidos da Europa pelos jesuítas. Por três séculos, as mudanças se limitaram ao pisoteio do solo pelos animais, consolidando a paisagem dos campos.

CONSOLIDAÇÃO - No início do século passado, o plantio de capões de eucaliptos, usados como quebra-ventos, alterou a monotonia do horizonte. Nos anos 30 e 40, o arroz irrigado começou a ganhar espaço. Mas foi nos anos 70, com a drenagem de banhados patrocinada pelo governo militar (o projeto Pró-Várzeas) e com o boom da soja, que a agricultura tomou espaço da pecuária, da vegetação e dos animais nativos. Ao mesmo tempo, gramíneas exóticas trazidas da África, como capim anonni e braquiária, revelaram-se pragas capazes de tomar 500 mil hectares.

Nesta década, as empresas de celulose descobriram que o pampa dispunha de terras a preço barato, bom regime pluviométrico e condições de oferecer árvores para corte em apenas sete anos e apostaram numa expansão para a área. Como a economia regional, predominantemente primária, está debilitada por anos de maus resultados, os governos locais viram nos investimentos - estimados em US\$ 1 bilhão no plantio de florestas e mais US\$ 3 bilhões em fábricas de celulose da Aracruz, Votorantim e Stora Enso - a tábua da salvação.

A decisão do governo gaúcho de retirar as restrições colocadas por técnicos no Zoneamento Ambiental para Atividades de Silvicultura visando facilitar a emissão de licenças para o plantio de florestas revoltou os ambientalistas no ano passado. Com este ato, foram liberados para o plantio 300 mil dos 500 mil hectares programados. Somados aos 500 mil hectares já cultivados, a área florestada corresponderá a 5,6% do bioma.

Em defesa das florestas cultivadas, as empresas dizem que vão reservar áreas de preservação correspondentes ao mesmo tamanho de suas plantações de eucaliptos. Também afirmam que priorizaram a compra de terrenos degradados, indicando que a silvicultura trará ganhos ambientais. Os ecologistas lembram, no entanto, que o zoneamento indicou que as áreas mais propícias ao florestamento estão na metade norte do Estado, onde as terras são mais caras, e não no pampa.

Pesquisadores defendem que a atividade econômica mais adequada ao bioma é a pecuária. “Os 41% de cobertura natural do bioma mostram que o uso tradicional é sustentável”, sugere Hasenack. Em seus estudos, Nabinger constatou que, com ajuste da carga anual de gado sobre o pasto, o criador pode elevar a produtividade de 60 quilos de carne por hectare ao ano para 250 kg/ha/ano. E, se optar pelo azevém, uma gramínea local bastante nutritiva, pode chegar a 1 mil kg/ha/ano. “Uma das formas de agregar valor é alimentar o gado com nossas gramíneas”, diz.

Depois de perder quase 93% de sua cobertura original, a mata atlântica vê o pouco que resta da sua vegetação ser ameaçada pela extração seletiva, não visível pelos métodos de monitoramento. O Atlas dos Remanescentes Florestais, divulgado em maio pela Fundação SOS Mata Atlântica, só consegue enxergar clareiras de, no mínimo, 3 hectares abertas em meio à mata. “Mas sabemos que a maior parte da agressão ocorre em áreas menores do que isso, principalmente para retirar palmito juçara, xaxins e bromélias”, diz a diretora da ONG, Marcia Hirota.

Segundo ela, essa interferência é o maior desafio hoje para a preservação dos remanescentes da mata, visto que a maior parte deles está nas mãos de proprietários particulares. “Sabemos que a exploração dá dinheiro, por isso temos defendido o uso de incentivos financeiros para manter a floresta em pé, como o ICMS ecológico”, diz.

A idéia é reverter uma parte do imposto para quem não desmata. Em alguns Estados, o município que tem área verde já recebe uma parcela do imposto. O Paraná está mais avançado e reverte o ganho também para os proprietários.

No total, o atlas apontou que, entre 2000 e 2005, houve uma redução de 69% na taxa de desmatamento da mata atlântica, em comparação com o período anterior. Mas, entre 2005 e 2007, o ritmo de derrubadas voltou a crescer. Três cidades em Santa Catarina (Mafra, Itaiópolis e Santa Cecília) foram as campeãs de desmatamento no período. Lá a mata está sendo substituída por florestas de pinus para abastecer a indústria de papel.

Em São Paulo, a principal ameaça vem dos empreendimentos imobiliários no litoral norte. “Todo mundo quer construir onde tem floresta para oferecer a vegetação nativa como atrativo para os turistas. Um paradoxo, porque estão destruindo parte da mata para instalar o imóvel”, critica Marcia.

De acordo com o levantamento, restam hoje 97.596 km² da mata ao longo de 16 Estados. Este número contabiliza somente os trechos com mais de cem hectares. Entretanto, a fragmentação da floresta é muito mais intensa, com a ocorrência de vários remanescentes pequenos. A somatória de todos os polígonos com mais de 3 ha eleva a área total para 142.472 km², o equivalente a 10,6% da floresta original.

CORREDORES - O maior problema dessa divisão em milhares de pedacinhos é que eles não são capazes de manter a biodiversidade da fauna da mata atlântica. Animais de grande porte, como as jaguatiricas, precisam de quilômetros para se locomover, alimentar e reproduzir. Os macacos pequenos, como o mico-leão dourado (leia texto nesta página), também têm uma dinâmica familiar que necessita de espaços amplos.

Há pouco mais de dez anos foi lançada uma iniciativa de interligar essas regiões por meio de corredores ecológicos. Foram escolhidas três grandes regiões que concentram a maior quantidade de espécies endêmicas e também aquelas que estão mais ameaçadas. O sul da Bahia, o Espírito Santo e pequenas áreas do leste de Minas formam o corredor central; entre Alagoas e Rio Grande do Norte foi estabelecido o corredor do Nordeste; e entre Rio, São Paulo e Minas foi composto o corredor da Serra do Mar.

“As unidades de conservação são a vértebra desses corredores, então nos primeiros anos de atuação estivemos preocupados em fortalecer essas áreas e o seu entorno. Agora

estamos começando a conectar esses pontos. Nossa intenção é duplicar ou triplicar a mata”, explica o diretor do Programa Mata Atlântica da Conservação Internacional, Luiz Paulo Pinto. O problema é o custo disso, cerca de R\$ 6 mil por hectare, e o fornecimento de mudas, que não estão disponíveis. “ Fizemos um pacto entre as ONGs e outros setores para cuidar de tudo, mas ainda vai levar uns dez anos para ter cara de floresta”, diz o diretor.

Unir sustentabilidade e preservação é desafio – Giovana Girardi – Estado de São Paulo – Vida & - 02/07/2008

Beneficiada pela falta de áreas marinhas protegidas, a pressão aos ecossistemas costeiros aparece de todos os lados. E isso começa pela própria maneira como a humanidade se acostumou a encarar o oceano, acreditam estudiosos do setor. “Ainda existe essa idéia de que o mar é um sumidouro, que podemos jogar qualquer coisa nele”, afirma o pesquisador do Programa Costa Atlântica, da Fundação SOS Mata Atlântica Fábio Motta. “Por outro lado, achamos que é uma fonte inesgotável de comida”, complementa o diretor do Programa Marinho da Conservação Internacional, Guilherme Dutra.

A sobrepesca - ou pesca além da capacidade de as espécies se recomparam - e a contaminação por esgoto, apesar de serem as principais ameaças, não são as únicas. A destruição de habitats para novos assentamentos populacionais e comerciais, iniciada com a colonização do Brasil, continua avançando por regiões ainda inexploradas. Sedimentos que chegam aos rios por conta do desmatamento da mata ciliar correm até o mar sufocando os recifes de corais. E por fim, mas não menos importante, é a ameaça do aquecimento global que já se faz sentir nos oceanos - o branqueamento de recifes em todo o mundo é o primeiro sintoma.

MODELO - Para pesquisadores que atuam na área, faltam no Brasil modelos de conservação marinha que funcionem para proteger o ecossistema e garantam a sustentabilidade econômica. Um dos primeiros projetos nesse sentido é o de redes de áreas protegidas em Abrolhos, que integra o parque nacional à Reserva Extrativista (Resex) de Corumbau e já vem mostrando resultados na exportação de populações recuperadas para áreas adjacentes. “Acreditamos que esse modelo pode ser replicado em outras regiões da costa brasileira. A idéia por trás disso é: áreas protegidas não são a única forma de conservação. É preciso trabalhar também com sistemas de pesca feitos nas condições corretas”, comenta Dutra.

Ele reforça que a integração de áreas marinhas e costeiras é importante porque o ciclo de vida das espécies aquáticas é complexo. O que direciona o foco de preocupação para os manguezais. Berçários de boa parte das espécies e local de desenvolvimento e alimentação de outras tantas, os mangues vêm sofrendo todo tipo de degradação, que vai da poluição à expansão das fazendas de criação de camarões. Apesar de serem considerados pela legislação ambiental Áreas de Preservação Permanente, os manguezais estão sendo

profundamente alterados pela atividade de carcinicultura. Entre os impactos estão o desmatamento de grandes áreas e a modificação no fluxo das marés, na temperatura e na salinidade das águas em decorrência da construção de canais, barreiras e tanques.

Uma das alternativas à devastação é a criação de reservas extrativistas, a exemplo da Corumbau. Uma das mais esperadas pelos pesquisadores que trabalham na rede de áreas protegidas do Banco dos Abrolhos é a de Cassurubá. De acordo com Dutra, a área dessa reserva compreende 95% dos manguezais que servem de berçário e local de desenvolvimento para as espécies que vivem em Abrolhos, sendo fundamental para seu bom funcionamento.

No começo do ano, a Resex, que ficará entre Caravelas e Nova Viçosa, na Bahia, chegou a ser anunciada pelo governo federal, mas depois ficou presa na Casa Civil à espera da assinatura do presidente da República. Segundo a secretária de Biodiversidade e Florestas do MMA, Maria Cecília Wey de Brito, houve um processo de negociação dentro do governo federal, mediado pela Casa Civil, que já está resolvido, mas agora as discussões estão com o governo da Bahia. “Mas acho que todos os pontos estão esclarecidos e não deve demorar muito mais para a reserva sair do papel”, diz.

Criação de reserva privada colabora com biodiversidade – Giovana Girardi – Estado de São Paulo – Vida & - 2/07/2008

A manutenção das áreas remanescentes da mata atlântica depende, em sua maioria, da boa vontade de proprietários rurais. Ao transformarem seus terrenos em Reservas Particulares do Patrimônio Nacional (RPPNs), eles estão conseguindo proteger a biodiversidade do bioma. Que o diga o macaco símbolo da mata atlântica, o mico-leão-dourado.

Na década de 70, a espécie se encontrava criticamente ameaçada de extinção, com somente 250 indivíduos vivendo na natureza, na região do município de Silva Jardim (RJ). Hoje são mais de 1,6 mil, como resultado de um trabalho que uniu pesquisadores e fazendeiros dispostos a salvar a espécie. Em meados da década de 80, um projeto de cientistas brasileiros, americanos e europeus começou a reproduzir o animal em zoológicos para depois soltá-lo na recém-criada Reserva Biológica Poço das Antas, em Silva Jardim, e em áreas particulares nos seus arredores. “No começo, muitos fazendeiros tinham medo de que, se a espécie fosse detectada em suas terras, elas poderiam ser desapropriadas. Até o momento em que um líder da comunidade aceitou o desafio e conduziu os demais. Hoje trabalhamos com 33 propriedades parceiras”, conta a diretora da Associação Mico-Leão-Dourado, Denise Rambaldi. Com o passar do tempo, eles não apenas abriram suas fazendas para a entrada dos micos como passaram a plantar corredores ecológicos para aumentar a área disponível para os animais.

A última reintrodução de micos foi feita em 2000, mas agora já não resta muito mais espaço para aumentar as populações. “Nosso desafio agora é ampliar o habitat disponível. Muitos remanescentes são menores do que o mínimo necessário para uma família viver, que é de 50 a 60 hectares de floresta bem conservada. Para isso precisamos mudar o uso da

terra, plantar corredores em meio à pastagem, por exemplo”, explica. A espécie só é considerada viável se houver pelo menos 2 mil indivíduos vivendo em 25 mil hectares. “As técnicas de reprodução e reintrodução dos animais já estão bem dominadas, mas nosso problema agora é alcançar essa área”, diz Denise. Segundo ela, juntando a área de Poço das Antas mais algumas reservas da união presentes na região e as RPPNs são cerca de 13 mil ha. Mas essas áreas estão desconectadas. Denise acredita que os corredores podem ampliar esse espaço.

Semi-árido tem saída até contra a fome – Giovana Girardi – Estado de São Paulo – Vida & - 02/07/2008

A imagem da caatinga passada pela literatura e pelos filmes é quase sempre um cenário de desolação, terra de êxodo, seca, pobre, sem muita chance de sobrevivência. Estudos recentes, porém, vêm mostrando que esse estigma não poderia estar mais errado. Se “o sertanejo é antes de tudo um forte”, como frisou Euclides da Cunha, o bioma, o único exclusivamente brasileiro, também o é.

Considerado o semi-árido mais biodiverso do mundo, em meio a sua vegetação resistente à falta d’água estão soluções que podem combater a fome e até fazer frente ao processo de desertificação que ameaça a caatinga. “Algumas dessas alternativas nós já conhecemos há anos, mas ainda faltam incentivos para a domesticação dessas plantas e sua produção em larga escala. Tudo que é retirado da mata é feito de modo extrativista, sem controle”, comenta o pesquisador Iêdo Bezerra Sá, da Embrapa Semi-Árido.

Um exemplo são as plantas forrageiras, como os mais diversos tipos de cacto, que conseguem sobreviver sem água por vários meses e podem servir de alimento para o gado. De modo geral, a população conhece essa propriedade, mas o uso não é expandido. No lugar, tentou-se implantar espécies exóticas, como o capim africano. “Muita gente vem para cá com novas tecnologias para resolver o problema da caatinga, mas o que têm de ser replicadas são as técnicas de convivência com o semi-árido”, defende o secretário-executivo da Associação Caatinga, Rodrigo Castro.

A botânica Ana Maria Giuliatti, especialista em biodiversidade da caatinga da Universidade Estadual de Feira de Santana, na Bahia concorda. “A melhor maneira de resolver os nossos problemas é usar nossas próprias plantas. Temos várias frutas saborosas e nutritivas, como o umbu, o cajá e o caju. E ainda a batatinha da serra, que é uma delícia em saladas, mas o povo se acostumou só com arroz, feijão e farinha”, diz a pesquisadora. “Estão enchendo o Nordeste de mamona, por causa dos biocombustíveis, mas essa nem é uma planta brasileira. Em compensação temos aqui umas 40 espécies da mesma família com um óleo tão bom ou até melhor, mas ninguém está pesquisando esse potencial”, critica ela.

Ana Maria está colaborando com o Programa de Biodiversidade do Ministério da Ciência e Tecnologia, que procura determinar as condições de cada espécie na natureza. Já foram registradas pelo menos 932 espécies de plantas diferentes, sendo 318 endêmicas, o número total, porém, pode ser superior a 1,5 mil. Entre elas estão as árvores que perdem

completamente as folhas durante a seca, a tradicional mata branca, mas há também florestas verdes, em especial nas regiões de montanha, que trazem um pouco de umidade para a região.

Ao longo do trabalho, os pesquisadores averiguaram, por exemplo, as condições da sempre-viva, uma florzinha extraída até quase a extinção para a confecção de enfeites que eram exportados. “Ela ocorre em único trecho da Chapada Diamantina e foi fonte de renda da região de Mucugê nas décadas de 70 e 80, mas hoje há poucos exemplares. Só que há um mercado enorme, temos de aprender a cultivá-la.” O mesmo vem acontecendo, segundo ela, com o capim-dourado do Tocantins, tradicional na confecção de bolsas.

59% da vegetação sofreu transformação – Giovana Girardi – Estado de São Paulo – Vida & - 02/07/2008

Para aproveitar os recursos da caatinga é preciso, antes de mais nada, conter a devastação, afirmam os especialistas. De acordo com estudos coordenados pelo pesquisador Washington Rocha, da Universidade Estadual de Feira de Santana, 59% da vegetação original já sofreu transformação.

O número apresentado por Rocha é superior ao fornecido pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), que encomendou o estudo e considera que o índice é 36%. “Para nós, 41% são núcleos autenticamente remanescentes. O número adotado pelo governo agrega parte da cobertura com fortes indícios de antropização (influência humana)”, diz Rocha. Segundo ele, até por causa do preconceito de se considerar a área limitada, não foram criadas estratégias de conservação. Só 1,8% do território é protegido por unidades federais de proteção integral. “Há várias regiões com espécies endêmicas raras que não são preservadas. Esse estigma prejudicou e prejudica até hoje a região. A caatinga nem sequer é considerada patrimônio nacional pela Constituição.”

Um dos resultados do desmate é o agravamento do processo natural de desertificação do semi-árido. “O uso intensivo do solo cria processos não controláveis de erosão, a cobertura vegetal não se reinstala mais”, explica. Essa situação já ruim pode ser piorada pelo aquecimento global, cuja tendência é diminuir as chuvas, podendo transformar o semi-árido em deserto. A manutenção da mata remanescente, por outro lado, pode ajudar a segurar o avanço.

De acordo com o pesquisador, algumas áreas que vêm sendo desmatadas com mais intensidade merecem atenção, em especial uma região compreendida entre Piauí, Bahia e Ceará, derrubada para alimentar o pólo gesseiro de Pernambuco (responsável por abastecer quase o Brasil inteiro). “Assim como o cerrado de Minas foi desmatado para servir de combustível para a indústria siderúrgica”, compara Rocha. “Com o agravante de que a caatinga tem uma capacidade menor de recuperação.” Sem nenhum projeto de sustentabilidade, esse processo vem ocorrendo ao longo dos últimos cem anos. A ameaça também vem da frente agrícola, que avança para a caatinga nas regiões de fronteira com o cerrado, que são mais propícias para a soja. Em outros pontos, a derrubada ocorre para o plantio de mamona, por causa da emergência dos biocombustíveis.

Manter o cerrado remanescente em pé e reflorestar as áreas degradadas do bioma podem render no mínimo US\$ 20 bilhões (ou algo em torno de R\$ 34 bilhões) em crédito de carbono. Esta é a estimativa de um estudo obtido com exclusividade pelo Estado e conduzido pelas ONGs Conservação Internacional (CI) e The Nature Conservancy, além da Universidade Federal de Goiás, que contabilizaram as vantagens de não desmatar.

Os pesquisadores chegaram a esse número após mapearem as regiões com cobertura vegetal abaixo da prevista pelo Código Florestal para o bioma (35% para as áreas de cerrado localizadas na Amazônia Legal, 30% no PiauÍ e 20% nas demais) e aquelas que mantêm a vegetação original acima desse limite.

A idéia era checar quanto é possível gerar de créditos de carbono em duas frentes: com o reflorestamento das áreas degradadas e com o desmate evitado das que se mantêm conservadas. E medir também quão eficiente o bioma é em seqüestrar carbono. “Sabemos que um cerrado maduro, em seu estado natural, é um verdadeiro dreno de carbono. Cada hectare é capaz de retirar até 2 toneladas de CO₂ da atmosfera por ano. É mais do que o estimado para a Amazônia, de 1 t/ha, apesar de lá a biomassa ser maior”, comenta o diretor do Programa Cerrado-Pantanal da CI, Ricardo Machado.

Para o estudo, porém, foram considerados apenas o que pode ser seqüestrado pela floresta replantada em crescimento e o quanto existe de carbono estocado no excedente de vegetação nativa. Os pesquisadores partiram do princípio de que cada hectare do cerrado possui cerca de 10 t de matéria seca e que, para produzir 1 t de biomassa seca, são necessárias 3,67 t de dióxido de carbono. Dessa forma, em média, cada hectare do cerrado seqüestra 36,7 ha de CO₂. Eles consideraram ainda que o seqüestro de carbono por novas mudas em crescimento pode render US\$ 15 por tonelada de CO₂, enquanto, para o desmatamento evitado, o mercado voluntário poderia remunerar cerca de US\$ 7 por tonelada.

Segundo o mapa de remanescentes do bioma, feito pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), o cerrado havia perdido 40% de sua vegetação original até 2002. No novo trabalho, a área que deveria ser reflorestada foi medida pela diferença entre o que o levantamento considerava como remanescente e o quanto o local deveria de fato ter de mata para respeitar o Código Florestal.

Pela conta, um amplo programa de recuperação ambiental criaria créditos na ordem de US\$ 1,88 bilhão. Já as áreas que possuem mais vegetação do que a lei exige poderiam render um total de US\$ 18,2 bilhões por desmatamento evitado.

Para Machado, este número é até conservador, visto que os dados do MMA, além de estarem desatualizados, aceitam como vegetação nativa algumas áreas que já foram alteradas pelo homem. Para a CI, que fez um levantamento paralelo, em 2002 a alteração da mata nativa já havia chegado a 55%. Como o crédito de carbono do reflorestamento é mais valorizado, o valor final pode ser mais alto. Em setembro, a organização deve lançar uma atualização da taxa de desmatamento do bioma.

O lucro com a obtenção de créditos de carbono, no entanto, não pode ser visto como uma solução para o cerrado, pondera Machado. Os US\$ 20 bilhões são pensados para um

projeto de 30 anos, o que dá somente R\$ 13,7 por ano por hectare. “Esse valor é suficiente apenas para custear a manutenção das áreas. Sabemos que um fazendeiro ganha muito mais dinheiro derrubando a vegetação. Só que há um custo evitado se o cerrado for mantido, pois a recuperação de uma área degradada requer investimentos que variam entre R\$ 1 mil e R\$ 5 mil por hectare, sem contar os serviços ambientais do sequestro de carbono”, diz.

ESTRATÉGIA - Segundo Machado, a ocupação do cerrado a partir da década de 1960, com a instalação de Brasília e o posterior avanço do setor agropecuário, levou embora boa parte do bioma sem que se conhecesse direito sua biodiversidade. “Sem saber o que existe fica difícil até fazer uma estratégia clara de proteção, que vise, por exemplo, as regiões com alta concentração de espécies e aponte onde é possível consolidar o desenvolvimento”, observa. “Toda vez que fazemos um levantamento descobrimos novidades. No fim do ano passado, em uma expedição de 29 dias pelo Jalapão, encontramos 14 prováveis novas espécies (oito de peixes, três de répteis, uma de anfíbio, uma de mamífero e uma de ave)”, conta o pesquisador.

Por sua riqueza, o cerrado é considerado um dos hotspots de biodiversidade do mundo, ou seja, uma região gravemente ameaçada e que abriga uma enorme variedade de espécies. Só de plantas, são pelo menos 6,6 mil, mas algumas estimativas apontam mais de 10 mil.

Considerada por muitos anos como uma região de solo pobre, ruim para a agricultura, tornou-se o “celeiro do mundo” com a criação de variedades mais resistentes de grãos e de novas técnicas de cultivo. Mas o que, por um lado, trouxe riqueza para o País, por outro afetou uma vegetação antiga, resistente, que se moldou durante séculos aos constantes incêndios, mas não teve como resistir à serra elétrica. Antes da chegada da agricultura, boa parte das árvores do cerrado já tinha sucumbido aos fornos da indústria siderúrgica de Minas.

Quando divulgou os dados de desmatamento, a CI previu que, se o ritmo de destruição se mantivesse, o bioma corria o risco de desaparecer até 2030. Além de levar consigo uma biodiversidade riquíssima, isso pode afetar o suprimento de água de boa parte do País. Nas suas chapadas estão as nascentes dos principais rios das bacias Amazônica, do Prata e do São Francisco.

Projetos evitam o desperdício de água – João Domingos – Estado de São Paulo – Vida & - 02/07/2008

Desde a década de 90, governos e sociedade vêm debatendo formas de conservar o que restou do cerrado, com a finalidade de buscar tecnologias embasadas no uso adequado dos recursos hídricos, na extração de produtos vegetais nativos, nos criadouros de animais silvestres, no ecoturismo, além de outras iniciativas que possibilitem um modelo de desenvolvimento sustentável da região.

Uma das entidades que mais se destacaram na luta pela preservação foi o Instituto de Permacultura e Ecovilas do Cerrado (Ipec), montado em 1998 em um sítio, em Pirenópolis, a 120 km ao norte de Goiânia.

“Tentamos preservar e recuperar o cerrado por intermédio da permacultura, um método de trabalho no qual usamos recursos do próprio terreno para armazenar e gerar o máximo possível de energia. Construimos casas com solo local, captamos água da chuva, tratamos nossa água utilizada e usamos sanitários secos. Essas são algumas de nossas tecnologias”, conta Felipe Horst, do Ipec.

Para ele, as tecnologias mais relevantes para o bioma são as que buscam armazenar e poupar água ao máximo possível, já que na região o clima é definido com seis meses de chuva e seis de seca, ou até mais, visto que, nos últimos anos, a estação seca tem se prolongado.

O instituto ministra cursos durante todo o ano sobre as técnicas utilizadas. A permacultura foi criada pelos australianos Bill Mollison e David Holmgren e, em resumo, significa cultura permanente.

Para poupar água, o Ipec só usa sanitário compostável, que transforma fezes humanas em adubo sem utilização de água no processo. “Água, só para lavar a mão”, diz Horst. Após o período de seis meses em que as fezes ficam armazenadas no sol (compostagem), não lhes resta qualquer vestígio. O adubo resultante daí vai para os jardins, evitando-se o desperdício de aproximadamente dez litros de água por descarga. A tecnologia foi finalista do prêmio Tecnologia Social 2005, da Fundação Banco do Brasil.

REUTILIZAÇÃO - Outra técnica usada e ensinada pelo Ipec em cursos é a da biorremediação. Por ela, a água utilizada em chuveiros e pias (conhecida como água cinza) passa por uma série de filtros naturais, compostos por plantas comuns, até ficar tão ou até mais limpa do que a original. Após a filtragem, a água é usada para irrigar hortas e jardins.

O instituto trabalha ainda com a captação de água da chuva em tanques. “Como enfrentamos seis meses de seca aqui no cerrado, é vital armazenarmos água”, afirma Horst.

Durante a época chuvosa, o Ipec capta milhares de litros de água potável diretamente dos telhados dos seus imóveis, que são guardados em tanques lacrados. Feitos à base de ferro e cimento, esses reservatórios têm apenas dois centímetros de espessura e são a forma mais barata para armazenamento de líquido em quantidade. Um tanque de 25 mil litros custa cerca de R\$ 1 mil. E a água captada é a fonte de água potável para os seis meses de estiagem.

Matas podem arder em fornos de siderúrgicas – Giovani Girardi – Estado de São Paulo - 02/07/2008

O Pantanal está na mira de sofrer uma agressão semelhante à que ceifou boa parte do seu primo vizinho, o cerrado: a derrubada da mata nativa para alimentar os fornos da indústria siderúrgica. O alerta foi lançado pelo Ibama no começo do ano, quando o órgão constatou que as atividades de extração de lenha para a produção de carvão estavam ameaçando uma área de mais de 200 mil hectares por ano em Mato Grosso do Sul, em especial na Bacia do Alto Paraguai, onde está incluída a planície pantaneira.

Essa conclusão foi baseada em um monitoramento de quase dois anos e no fato de que 44% dos 10 milhões de metros de carvão vegetal (1 mdc é o equivalente ao quanto cabe de carvão em uma caixa de 1 m³) transportados no Brasil, em 2007, tiveram origem no Estado. Isso levou à criação de um grupo de trabalho para fiscalizar as atividades das carvoarias na região sul do Pantanal e na Serra da Bodoquena. Por meio de uma operação de cruzamento dos dados do chamado Sistema-DOF (Documento de Origem Florestal), o Ibama tem conseguido identificar o consumo de carvão de origem ilegal.

Só no mês passado, 60 siderúrgicas (55 de Minas, 4 de Mato Grosso do Sul e 1 do Espírito Santo) foram multadas pelo consumo de 800 mil m³ de carvão ilegal em 2007, no valor de R\$ 414,7 milhões. Pelos cálculos do instituto, esse carvão é resultante de operações no cerrado e no Pantanal.

É uma quantidade suficiente para preencher 10 mil caminhões que, se enfileirados, ocupariam 200 km de extensão, segundo o Ibama.

Para o gerente de Pantanal da ONG Conservação Internacional, Sandro Menezes, esses números são resultado da falta de um processo mais atento de concessão de licenças. “Não está ocorrendo vistoria do lugar, o que abre espaço para irregularidades. O cruzamento de dados identifica isso lá na frente, mas aí a mata já foi derrubada.”

De acordo com especialistas, a atividade carvoeira tem ocorrido tanto na Bacia do Alto Paraguai quanto na planície, que compreende o bioma propriamente dito. Por enquanto, acredita-se que a ameaça é maior na parte alta, onde a vegetação predominante é o cerrado, mas isso não deixa o Pantanal em uma situação confortável. É no planalto que se encontram as nascentes dos vários rios que vão formar a planície pantaneira depois.

Rico em minério de ferro, o Pantanal por muito tempo apenas exportou o produto, sem beneficiamento. Somente nos últimos anos surgiram as primeiras siderúrgicas e, mais recentemente, começou a instalação de um pólo que deve elevar a produção a milhões de toneladas por ano.

Um estudo encomendado pela Conservação Internacional tentou contabilizar o impacto que essa expansão pode ter no ambiente. O principal problema considerado pelo pesquisador André Carvalho, da Fundação Getúlio Vargas, é que o estoque legal de madeira plantada que pode ser convertida em carvão em Mato Grosso do Sul é insuficiente para atender a demanda.

Carvalho calculou que, no ano passado, para abastecer o novo complexo minero-siderúrgico de MS, eram necessárias 240 mil toneladas de carvão (ou 5,5 mil hectares de área plantada para corte). Em 2009, isso deve subir para 400 mil t (9 mil ha); em 2011, para 1,4 milhão (32 mil ha); e, a partir de 2015, serão necessários 2,4 milhões de t (56 mil ha).

A árvore mais usada nas reservas é o eucalipto, mas, como ele leva sete anos para chegar à fase de corte, a área necessária para o abastecimento contínuo do complexo deve ser, pelo menos, sete vezes maior do que a de corte. Assim, no auge da produção de ferro-gusa, a área plantada deveria ser de 392 mil ha, calculou o economista.

O Estado de MS dispõe hoje de, no máximo, 5 mil ha prontos para o corte. Considerando a demanda de 9 mil para 2009, o déficit de 4 mil ha pode provocar uma pressão imediata sobre 40 mil ha de mata nativa.

Isso porque a produtividade das áreas plantadas é dez vezes maior do que nas áreas naturais. A remoção da vegetação na cabeceira dos rios abre espaço para que uma enxurrada de sedimentos corra para a água. O caso mais emblemático desse problema no Pantanal é a história do Rio Taquari. Ele sofreu um assoreamento tão devastador, a partir da década de 1970, que foi capaz de mudar o seu curso, provocando inundações permanentes em áreas onde antes eram fazendas de gado.

Manter esse equilíbrio é importante também para outras áreas do País, como a Bacia do Prata. É a planície pantaneira que regula seu fluxo de água ao reter por meses o volume que desce das nascentes dos rios durante o período de cheias e liberá-lo, aos poucos, para a bacia. Se essa vegetação se perder, as chuvas podem começar a descer rapidamente, com potencial de provocar enchentes nas cidades à beira do Rio Paraguai.

Em levantamento paralelo ao do Ministério do Meio Ambiente, a CI apontou que já há motivo de preocupação. Segundo o estudo, cerca de 17% do Pantanal foi perdido até 2004 (para o MMA esse número é de 11%). Em toda a Bacia do Alto Paraguai, o desmatamento estimado pela ONG foi de 44%.

Lula anuncia programa agrícola de R\$ 78 bilhões – Evandro Fadel e Fabíola Salvador – Estado São Paulo – Economia e Negócios - 02/07/2008

Apesar da elevação dos índices de inflação e do custo da cesta básica, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva avaliou ontem, em Curitiba, que a situação do País é “confortável”. “Dentre os Brics (Brasil, Rússia, Índia e China), o Brasil é o país que tem menos inflação. Portanto, estamos numa situação confortável, dentro da meta que estabelecemos de 4,5%, com dois para cima e dois para baixo”, afirmou ele, ao anunciar o Plano Agrícola e Pecuário 2008/09.

O programa, grande aposta do governo para conter a alta de preços no mercado interno, destinará R\$ 65 bilhões para a agricultura empresarial, R\$ 7 bilhões a mais do que na safra anterior. Hoje, Lula lança o Plano de Safra para a agricultura familiar, que receberá R\$ 13 bilhões. No total, a produção agrícola receberá R\$ 78 bilhões.

É um aumento de R\$ 8 bilhões em relação à safra passada, mas Lula já espera críticas. “A mulher prepara uma bela mesa de Natal, mata o frango mais gordinho, compra castanhas, mas aí vem um filho e pergunta se só tem aquilo. Ele nem degustou o que estava na mesa e já quer comer o que vai ser comprado ano que vem”, disse o presidente.

Lula disse que a inflação brasileira é causada pela crescente demanda mundial por alimentos e a resposta para essa situação é o aumento da produção agrícola. “Quanto mais alimentos nós tivermos, mais nós vamos poder oferecer comida a um preço mais barato.”

Segundo o presidente, o quadro atual é uma oportunidade para o Brasil: “Quando o mundo precisar comer, o País tem de dizer: ‘venha comprar porque o Brasil tem para vender’”. Não por acaso, um dos principais pontos do plano é a criação de uma linha de crédito de R\$ 1 bilhão para recuperar áreas degradadas que poderão ser ocupadas com lavouras de grãos.

Para a agricultura familiar, a principal medida é a criação de uma linha de crédito para financiamento de 60 mil tratores. Com isso, aumentará a produtividade das pequenas lavouras.

Em discurso, Lula afirmou que os agricultores familiares não podem se restringir à produção de subsistência. “O plano terá uma palavra de ordem, que é dobrar a produção em cada pequena propriedade. Chega de produzir a cultura da subsistência”, afirmou o presidente. “É para plantar o que puder plantar, para comer e beber, tem que falar para os pequenos que é bom ganhar dinheiro, comprar televisão nova, comprar carro novo, comprar roupa nova para os filhos.”

Mesmo com a divisão entre agricultura empresarial e familiar, o presidente lembrou que o setor precisa trabalhar junto. “Estamos todos dentro de um barco. Tem gente na proa, na popa, na casa de máquinas e tem gente limpando o porão. Mas, se o barco afundar, todos serão iguais debaixo d’água.”

FERTILIZANTES - O presidente observou que o mundo desenvolvido acusa o etanol de ser responsável pelo aumento dos preços dos alimentos. “Eles não querem discutir quanto o petróleo tem de incidência no custo do fertilizante, do frete e da energia. Eles não estão dispostos a discutir isso.”

O ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, classificou de “preocupante” a dependência do Brasil em relação aos fertilizantes importados. Ele afirmou ser contrário a qualquer taxação à importação de fertilizantes. “A tendência é desonerar. Taxar importação, nunca”, disse Stephanes.

O ministério defende o fim da cobrança do Adicional de Frete para Renovação da Marinha Mercante (AFRMM), que é de 25% e incide sobre a importação de insumos agropecuários, o que eleva os custos de produção da atividade agrícola.

Custo cresceu mais do que crédito, diz analista – Marcia de Chiara – Estado de São Paulo – Economia e Negócios - 02/07/2008

O plano de safra anunciado ontem pelo governo foi considerado “frustrante” para atender às necessidades de crédito dos agricultores e insuficiente para atenuar os efeitos da inflação nos preços dos alimentos. Além disso, não apresentou medidas efetivas para desfazer os gargalos de infra-estrutura, como transporte rodoviário, portos e armazenagem, caso uma safra efetivamente maior venha a ser colhida, segundo avaliam especialistas.

[Ouça análise de pesquisador do IEA](#)

Nas contas do sócio-diretor da Agroconsult, André Pessôa, o governo aumentou em apenas 12% o crédito para custeio da comercialização da safra da agricultura empresarial, de R\$ 49,1 bilhões na safra de grãos 2007/2008 para R\$ 55 bilhões na safra 2008/2009. Enquanto isso, os custos operacionais, que envolvem gastos com fertilizantes, sementes, defensivos, por exemplo, cresceram mais de 30% em relação à última safra. “Na prática, o crédito diminuiu”, diz Pessôa, justificando a afirmação com números. O plano prevê, por

exemplo, ampliação de R\$ 450 mil para R\$ 500 mil para o limite de crédito por produtor. Usando os novos limites de crédito, um produtor de milho de Mato Grosso teria condições de plantar neste ano 312 hectares, ante 395 hectares no ano passado, calcula.

Levando em conta esse raciocínio, que considera o crédito frente aos aumentos de custos, a safra não será ampliada, especialmente nas regiões produtoras mais distantes do Centro-Oeste, onde os custos são maiores, prevê o economista.

Para Pessoa, as medidas anunciadas não passam de um “sofisma” para atenuar os efeitos da inflação. Ele explica que, exceto no caso da soja, o Brasil não se trata de formador de preços de grãos no mercado internacional. A safra agrícola brasileira de grãos ainda não tem volume suficiente para ampliar a oferta mundial de alimentos e aliviar pressões de preços

Essa análise é compartilhada pela analista da MB Agro Ana Laura Menegatti. A demanda mundial de grãos, entre os quais estão milho, soja, trigo e outros produtos, é estimada em 2,099 bilhões de toneladas para a safra 2008/2009. “O Brasil, com um acréscimo de 7 milhões de toneladas na produção, de 143 milhões na safra 2007/2008 para 150 milhões de toneladas na próxima safra, não terá capacidade para afetar preços. Esse acréscimo é como se fosse uma gota num copo d’água”, compara a analista da MB Agro.

Além disso, ela destaca que a intenção do governo sinalizada no plano de safra de aumentar seus estoques reguladores, de 1,5 milhão de toneladas neste ano para 6 milhões em 2009, na tentativa de segurar preços, pode não surtir efeitos desejados. No caso do feijão, o plano prevê que o preço mínimo para a próxima safra seja de R\$ 80 por saca de 60quilos. A cotação é superior aos R\$ 48 da safra passada. Ocorre, no entanto, diz Ana Laura, que hoje o a saca do produto vale R\$ 200. “Qual agricultor vai querer vender seu produto para o governo por um preço abaixo do de mercado?”, questiona a analista.

Amazônia não será "coleção de árvore", diz Jobim – Eduardo Scolese – Folha de São Paulo – Brasil - 02/07/2008

Em audiência ontem na Câmara, o ministro Nelson Jobim (Defesa) disse que a região amazônica não pode ser uma "coleção de árvores" para estrangeiros e que, para transformá-la numa "reserva ambiental absoluta", seria necessário matar seus 21 milhões de habitantes. "A Amazônia não pode ser uma coleção de árvores para o lazer de estrangeiros", disse o ministro aos integrantes da Comissão de Agricultura da Casa. "Porque, se nós considerarmos a Amazônia como uma reserva ambiental absoluta, nós precisamos matar os 21 milhões de pessoas que moram lá."

Ainda sobre a proteção da região amazônica, o ministro declarou que o tema não deve ser tratado como uma questão policial, e sim econômica.

Questionado sobre a necessidade de reaparelhamento das Forças Armadas, o ministro da Defesa afirmou que tem discutido com a Petrobras o pagamento pelos serviços de proteção às suas plataformas marítimas. "Se diz que as Forças Armadas têm que

proteger, evidentemente, o petróleo nacional, a soberania, as riquezas do país, não tenho a mínima dúvida. No momento em que as Forças Armadas asseguram e dão garantia aos postos [plataformas] de petróleo da Petrobras, as ações da Petrobras têm um valor, o valor que é agregado pela segurança fornecida pelas Forças. Logo ela tem que remunerar, por que isso é serviço prestado", afirmou Jobim.

Ibama agiu na surdina, protesta sindicato – Luiz Francisco e Fabio Guibu – Folha de São Paulo – Brasil - 02/07/2008

Em nota oficial, o Sindaçúcar (Sindicato da Indústria do Açúcar e do Alcool) de Pernambuco disse que as autuações do Ibama foram feitas na "surdina". O sindicato anunciou que contestará judicialmente as multas aplicadas a casa usina.

Segundo Renato Cunha, presidente do Sindaçúcar, as usinas pernambucanas têm licenças de queima concedidas pelo Ibama, além da assinatura de um termo de compromisso agroindustrial firmado com o CPRH (Agência Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos), em vigor desde 2007.

"Na surdina, o Ibama entrou em 17 usinas do Estado e proferiu essas autuações. Isso é com contra-senso, pois o próprio órgão concedeu as licenças de queima agrícola que valem até 2009. A lei não mudou, o que querem agora é fazer uma nova versão do que já existe", disse. Ele afirmou que o ministro Carlos Minc "precisa conhecer" o trabalho desenvolvido pelos usineiros em Pernambuco. "Plantamos 130 mil mudas por ano nas margens dos rios. É lamentável o que está ocorrendo. Estão fazendo pirotecnia."

O superintendente do Ibama em Pernambuco, João Arnaldo, negou que os usineiros disponham de autorização para queimadas no volume em que elas ocorreram. Na safra passada, o Ibama autorizou, segundo o órgão, a queima controlada de cerca de 777 quilômetros quadrados, o equivalente a 21% da área total queimada.

Segundo Arnaldo, o Termo de Compromisso Agroindustrial proposto pelos usineiros não os dispensou do processo de licenciamento ambiental.

Para o presidente do sindicato, os técnicos do ministério e do Ibama não estudaram a situação ambiental de cada usina. Além disso, ele questionou o trabalho do Ibama. "É estranho que os assentamentos do Incra e as terras que estão com o órgão não estejam sofrendo o mesmo tipo de fiscalização que as usinas." Segundo Cunha, os trabalhos serão mantidos. "Não suspenderemos a atividade industrial nem o plantio."

Durante a safra, que vai de agosto a fevereiro, o setor sucroalcooleiro de Pernambuco emprega cerca de 100 mil pessoas e produz, conforme o sindicato, 475 milhões de litros de álcool, 19,5 milhões de toneladas de cana-de-açúcar e 1,6 milhão de toneladas de açúcar. O CPRH confirmou que as usinas contam com licença operacional agroindustrial. **Colaborou a Sucursal de Brasília*

BIRD APROVA FUNDOS PARA O CLIMA – Folha de São Paulo – Ciência - 02/07/2008

O Conselho do Banco Mundial aprovou ontem a criação de dois fundos cujo objetivo é ajudar os países em desenvolvimento a reduzir suas emissões de gases de efeito estufa e a se adaptarem ao aquecimento global. Os CIFs (Fundos de Investimento no Clima, na sigla em inglês) devem alcançar US\$ 5 bilhões, vindos de países doadores. Sua criação foi proposta no ano passado, na conferência do clima das Nações Unidas em Bali, e integra as negociações do regime climático que virá após o Protocolo de Kyoto -que expira em 2012.

Stephanes: linha de investimento aumentará produção sem avançar na Amazônia – Sítio Eletrônico do Mapa – 02/07/2008

Curitiba/PR (2.7.2008) - A criação da linha de investimento Produsa com recursos do BNDES para recuperação de áreas degradadas demonstra o desejo do governo de aumentar a produção agrícola sem avançar sobre a região amazônica. A declaração foi feita pelo ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, há pouco, durante o lançamento do Plano Agrícola e Pecuária (PAP) 2008/2009, em Curitiba.

Stephanes reafirmou que o PAP 2008/2009 foi elaborado dentro de uma visão estratégica de médio e longo prazo. Informou ainda que o documento incorpora instrumentos de política agrícola que têm dado certo e trazem algumas novidades. “Está em sintonia com a posição do governo de priorizar a agropecuária brasileira”, disse.

O ministro falou ainda sobre a importância de se investir em pesquisa para garantir ganhos em eficiência e competitividade e sobre o desafio de acabar com a dependência brasileira de adubos e fertilizantes. Explicou que o Brasil importa 90 % de fosfatos. “Até o final do ano, o governo anunciará medidas que em dez anos nos deixarão auto-suficientes em fósforo e nitrogênio e diminuirá a dependência do potássio”, ressaltou. (*Katja Polisseni*)

ONGs pedem a Minc pressa no Pacto pela Amazônia - Maurício Thuswohl – Agência Carta Maior – 03/07/2008

Dirigentes de diversas organizações do movimento socioambientalista brasileiro apresentam pauta de reivindicações ao ministro, com especial atenção para a questão fundiária. Dados sobre o desmatamento relativos ao mês de maio já estão em poder do governo.

RIO DE JANEIRO – Uma comissão composta por dirigentes de diversas organizações do movimento socioambientalista brasileiro esteve na terça-feira (1) no Ministério do Meio Ambiente (MMA) para uma reunião com o ministro Carlos Minc. O grupo pediu pressa na implementação do Pacto pela Valorização da Floresta e pelo Fim do Desmatamento na Amazônia Brasileira, documento firmado no ano passado entre o governo e os movimentos sociais. O pacto ainda não resultou em ações concretas, mas o

ministro, segundo os presentes, se comprometeu a incluir os esforços por sua aplicação na agenda prioritária do MMA.

A pauta de reivindicações levadas a Carlos Minc teve três itens: a elaboração de um processo democrático e participativo para a aplicação e gestão dos recursos internacionais que o Brasil receberá para o fundo criado pelo governo para evitar o desmatamento; a adoção das metas do Pacto pela Amazônia no Plano Nacional de Mudanças Climáticas e a estruturação do sistema de cadastramento fundiário em toda a Amazônia Legal.

O encontro aconteceu no mesmo dia em que passou a vigorar a resolução do Banco Central que corta o financiamento público e privado aos proprietários em situação irregular. Por isso, a questão fundiária na Amazônia dominou a maior parte da conversa entre as ONGs e o ministro: “É importante assegurar condições para a regularização fundiária na Amazônia e para valorização da floresta em pé”, afirmou Adriana Ramos, representante do Instituto Socioambiental (ISA), uma das entidades signatárias do Pacto pela Amazônia.

Também participaram do encontro com Minc representantes das organizações Amigos da Terra, Conservação Internacional, WWF-Brasil, Greenpeace, Instituto Centro de Vida (ICV), Instituto do Homem e do Meio Ambiente na Amazônia (Imazon), Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam) e The Nature Conservancy (TNC). As ONGs gostaram da conversa: “Boa parte das demandas que apresentamos fazem parte da agenda destacada hoje pelo ministro. Os projetos em que o MMA está trabalhando casam com as propostas do Pacto pela Amazônia”, disse Adriana, segundo a Agência Envolverde.

Além da aplicação da resolução do BC, o ministro destacou outras ações que o governo pretende tomar para frear o desmatamento. Uma delas, elaborada em conjunto pelo MMA e pelo BNDES, orienta os bancos públicos e privados para que não concedam empréstimos a empresas responsáveis por empreendimentos ecologicamente insustentáveis. O plano foi discutido na sexta-feira (27) entre Minc e o presidente do BNDES, Luciano Coutinho, e deve ser anunciado oficialmente pelo governo no dia 17 de julho.

Desmatamento cresce - O aumento do ritmo de destruição da Amazônia continua sendo uma dor de cabeça para o governo. O Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) já encaminhou ao MMA os dados sobre o desmatamento relativos a maio, mas estes ainda não foram divulgados oficialmente. O ministro Carlos Minc, no entanto, já admitiu que o aumento do desmatamento não será revertido até o fim do período de medição anual utilizado pelo Inpe, que se encerra em 31 de julho: “Apesar de todas as medidas tomadas pelo governo, não há evidências de que consigamos baixar os índices. Historicamente, existe um aumento do desmatamento no período de seca, entre junho e setembro”, disse.

Entre agosto de 2006 e julho de 2007, foram derrubados, segundo o Inpe, 11.224 quilômetros quadrados de floresta amazônica, resultado que então marcou a terceira redução anual consecutiva do desmatamento e foi muito comemorado pelo governo. Para o próximo período, no entanto, a estimativa do MMA é de que o índice de desmatamento volte para a faixa dos 15 mil quilômetros quadrados.

Para Minc, esse resultado já era esperado, e o remédio para reverter o quadro negativo é intensificar as ações do governo nos terrenos da negociação política e, sobretudo, da repressão: “Temos que intensificar a fiscalização e as punições para quem estiver em situação ilegal. O [governador do Mato Grosso] Blairo Maggi veio me pedir

uma trégua. Mas, eu disse a ele que seria preso se fizesse isso, pois estaria cometendo crime de prevaricação”, disse o ministro.

Emergente também deve ter meta de CO2, diz Lula a jornal – Folha de São Paulo – Ciência – 03/07/2008

Contrariando posições manifestadas até agora pelo Brasil, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva declarou ao jornal japonês "Yomiuri" que é a favor de discutir metas quantitativas de redução de emissões de gases de efeito estufa também para países emergentes no regime climático internacional que substituirá o Protocolo de Kyoto após 2012. No entanto, essas metas deverão ser proporcionais às emissões.

"Todos nós temos que ter metas proporcionais ao tipo de poluição que nós produzimos. Os países que mais poluem têm que ter mais obrigações do que os países que menos poluem", declarou o presidente. "Quem não quer metas são os países ricos." O Brasil e os outros países emergentes são desobrigados de metas obrigatórias de redução pelo Protocolo de Kyoto e têm resistido a aceitá-las no pós-Kyoto por dois motivos: primeiro, a responsabilidade histórica pelo aquecimento global é dos países industrializados. Depois, alegam, metas prejudicariam o desenvolvimento dos emergentes.

O Brasil foi um dos principais defensores de ações de redução "mensuráveis, reportáveis e verificáveis" para países em desenvolvimento no pós-Kyoto na conferência do clima de Bali, no ano passado. Mas esse tipo de ação é muito diferente de metas quantitativas obrigatórias.

Segundo o jornal, Lula não mencionou quais seriam as metas do Brasil e condicionou sua aceitação ao cumprimento das obrigações do Protocolo de Kyoto por parte dos países desenvolvidos. Segundo o "Yomiuri", Lula demonstrou "postura positiva" quanto ao estabelecimento de metas pelo Brasil porque o país obteve bons resultados na redução de emissões por meio do álcool.

Lula embarca nos próximos dias para o Japão para participar da reunião de cúpula do G8+5 (grupo dos países ricos mais os cinco grandes emergentes). Como a questão climática estará na ordem do dia, ele tenta liderar os países em desenvolvimento na cobrança de ações contra o aquecimento global por parte dos países ricos -em especial os EUA.

Pesquisadores suíços anunciaram ontem a criação de um índice capaz de indicar se um país é um bom ou um mau companheiro na luta mundial contra o aquecimento global. O Brasil aparece relativamente bem no quadro, na faixa de 3,5 a 4 de um índice que vai de 0 a 5,5 — à frente, por exemplo, dos Estados Unidos e da Rússia. Mas os melhores companheiros climáticos, segundo o estudo, são aquelas nações que já enfrentam problemas ligados às mudanças climáticas, como a Micronésia.

Especialistas vêm frisando que o combate ao aquecimento requer um trabalho global conjunto e, por isso, é importante entender por que várias nações não conseguem cumprir suas obrigações. O estudo foi divulgado a menos de uma semana do início da reunião do G8, em Hokkaido, no Japão, cujo tema principal será mudanças climáticas, e onde, certamente, o empenho das nações voltará a ser cobrado.

Michele Battig e seu grupo do Instituto Federal de Tecnologia da Suíça, em Zurique, criaram o Índice de Cooperação Climática que poderá ser usado para estudar os motivos que levam um governo a cooperar (ou não) com a política climática internacional.

Isso envolve, por exemplo, os sistemas políticos de cada país, o grau de pobreza, o custo de possíveis medidas de adaptação às mudanças climáticas, entre outras variáveis que tornariam um país um bom ou mau companheiro na luta global.

O índice é baseado em cinco fatores: a rapidez na adesão à Convenção de Mudanças Climáticas da ONU e ao Acordo de Kioto; a frequência com que o país contribui com a convenção; o cumprimento do prazo de apresentação do último relatório de emissões de gases-estufa e o volume de redução do lançamento de CO₂ na atmosfera em relação ao PIB per capita.

Reino Unido e Alemanha no topo da lista

Entre os principais atores climáticos destacam-se o Reino Unido e a Alemanha, enquanto os Estados Unidos e a Austrália — notoriamente relutantes em implementar políticas de combate ao aquecimento global — aparecem com índices baixos.

No topo da lista formada por 188 países, estão Letônia, Micronésia e Eslováquia — nações que reduziram significativamente suas emissões e têm sido diligentes na ratificação de acordos, apresentação de relatórios e cumprimento de prazos. Os menos cooperativos da lista são Iraque, Brunei, Andorra e Somália, que não ratificaram nenhum acordo climático e também deixaram a desejar nas outras categorias.

John Vogler, da Universidade de Keele, disse, em entrevista à revista “NewScientist” que o índice é inovador e poderia ser usado em encontros internacionais. Embora a maioria das descobertas do estudo confirme o que especialistas poderiam ter deduzido, uma delas é surpreendente: a que revela que os países que devem pagar os maiores valores para reduzir emissões foram os mais rápidos em ratificar o Acordo de Kioto. Não se sabe ainda, no entanto, se isso se traduz em compromisso nacional com a causa climática.

Cantor aposta em carbono no país - Bettina Barros – Valor Econômico – Agronegócios - 03/07/2008

A CantorCO2e, o braço ambiental da Cantor Fitzgerald - uma das maiores corretoras dos Estados Unidos - chegou ao Brasil. Após um processo de dois anos de negociações, a gigante americana realizou uma fusão com a Ecológica Assessoria, empresa com 12 anos de experiência em consultoria e implementação de projetos na área ambiental, sobretudo no mercado de créditos de carbono.

Com a fusão, a nova empresa, denominada CantorCO2e Brasil, eleva o apetite para compras no país de créditos de projetos de desenvolvimento limpo negociados no mercado internacional. Ela herda da Ecológica cerca de 20 milhões de toneladas de CO2 - quase 10% do portfólio de créditos de carbono do Brasil -, gerados a partir de projetos de clientes como Eletrosul, Gerdaul, Energia do Brasil e Natura.

As atividades da CantorCO2e Brasil ficarão a cargo de Divaldo Rezende e Stefano Merlin, sócios-fundadores da Ecológica. Eles serão responsáveis pela expansão na região de projetos do chamado no Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), do Protocolo de Kyoto, assim como o do mercado voluntário de carbono.

"Olhamos para as diferentes partes do mundo para ver onde os projetos de carbono estão tomando forma, e o Brasil obviamente tem destaque", disse em entrevista por telefone ao Valor o chairman da empresa, Laurence Rose. Segundo o executivo, o Brasil tem posição de destaque no mercado mundial de carbono, sobretudo nos projetos ligados à biocombustíveis e geração de energia elétrica. "Esta é a primeira fusão da história da companhia e mostra o nosso comprometimento com o negócio. É um marco na estratégia de expansão da CantorCO2e", afirmou ele.

Com sede em Londres e São Francisco e 14 escritórios no mundo, a CantorCO2e contará com uma equipe de 25 funcionários na subsidiária brasileira para assessorar clientes. A nova empresa, assim como a antiga Ecológica, não investirá diretamente nos projetos de carbono. Apenas fará a comercialização dos papéis gerados por esses projetos.

A subsidiária também terá um departamento de sustentabilidade, com o objetivo de auxiliar as empresas a desenvolver projetos que aliem a emissão de créditos de carbono aos princípios sociais, econômicos e ambientais.

"A CantorCO2e Brasil nasce com DNA global, mas conta com um time totalmente brasileiro, com vasta experiência local e capacidade de exportar nosso expertise", afirma Divaldo Rezende, CEO da CantorCO2e Brasil.

Pelo Protocolo de Kyoto, países industrializados se comprometeram a reduzir os gases estufa - que provocam o superaquecimento do planeta - em média 5% do volume emitido em 1990 até 2012, além do estabelecimento de desenvolvimento limpo para as nações emergentes.

Segundo Rezende, o Brasil responde por 45% de todos os projetos de MDL na América Latina.

Num planeta assustado com mudanças climáticas, é inevitável que a Amazônia não escape do noticiário de cada dia, tal a sua importância tanto para as condições no mundo como para o clima no País. É inquietante, assim, ouvir do novo ministro do Meio Ambiente que o desmatamento nesse bioma ficará entre 14 mil e 15 mil km² em um ano (crescimento de mais de 20% sobre a taxa anterior). Ou que poderá chegar a 20 mil km², segundo estudo do Imazon. Um terceiro levantamento, da Amigos da Terra, diz que em 2007 os bovinos abatidos na Amazônia Legal ultrapassaram 10 milhões de cabeças, quase metade do total nacional abatido e 46% mais que em 2004. De lá para cá, o crescimento do rebanho na região responde pela quase totalidade do que ocorreu no País - e por isso não levará tempo para ser questionado, já que cada bovino emite (Embrapa Meio Ambiente) 58 quilos de metano por ano, ou cerca de 12 milhões de toneladas anuais em todo o rebanho (equivalentes a cerca de 250 milhões de toneladas anuais de carbono).

Em Rondônia, diz o Grupo de Trabalho Amazônico, o desmatamento (9 milhões de hectares) já supera um terço da área total do Estado. Boa parte disso, ilegalmente, ou em “terra de ninguém”, como afirma o Incra, já que 14,6% da área amazônica está em mãos de “posseiros ou grileiros”. São no total 710,2 mil km² (duas Alemanhas ou Rio Grande do Sul, Paraná e São Paulo juntos). Só no Pará, 288,6 mil km² (23% do Estado).

A cada estatística, um sobressalto. Diz o Serviço Florestal Brasileiro que 29,3 milhões de hectares de florestas públicas não têm nenhuma destinação, não estão em áreas de conservação ou indígenas. E, de novo segundo o Imazon, 45% da floresta está sob alguma forma de pressão humana, incluindo desmatamentos ilegais, influência urbana, assentamentos rurais (regulares ou não), áreas de garimpo e queimadas. Não há organização que coordene as ações do governo federal na região amazônica, assevera o Tribunal de Contas da União (Amazônia Org., 14/6): “Faltam estruturas e diálogo entre os órgãos.” Falta dinheiro também. Os gastos federais na Amazônia, segundo o IBGE, estão em 0,4% das despesas totais, inferiores a R\$ 3 bilhões (Estado, 5/6), que podem ser comparados, por exemplo, com as despesas anuais em juros (em torno de R\$ 170 bilhões/ano).

Anuncia o ministro do Meio Ambiente que em 2009 estará concluído o zoneamento ecológico/econômico da Amazônia, que definirá em que áreas podem ou não podem localizar-se atividades econômicas. E o ministro da Agricultura diz que será “total” a restrição à cana-de-açúcar na área. Segundo ele, já foram identificados 50 milhões de hectares de “áreas aptas” para essa expansão. Espera-se que não seja à custa de mais desmatamento em áreas de Cerrado, pois esse bioma já está perdendo 22 mil km² por ano e tem 800 mil km² desmatados. Mas fica um alerta no ar: diz o ministro Mangabeira Unger que onde houver zoneamento a área de reserva obrigatória em floresta poderá cair dos 80% em vigor para 50% (Estado, 18/6).

Outro alerta vem de informação do Ministério do Meio Ambiente (MMA): os proprietários que desejem financiamentos de bancos oficiais e privados - e que a partir desta semana precisariam provar a legalidade de sua ocupação e atividade - não precisarão “mostrar toda a titulação, apenas pedir a legalização” (Estado, 30/6). Até aqui, só cuidaram do cadastramento 3 mil de 15 mil médias e grandes propriedades nos 36 municípios que mais desmataram. Ao mesmo tempo, diz o ministro, o Ibama prepara “um pacote de

medidas para simplificar o licenciamento de obras de infra-estrutura”, porque se pretende reduzir à metade o tempo para licenciamentos. Resta torcer para que não se trate de um facilitário, já que, segundo o superintendente do Ibama, “metade dos estudos de impacto ambiental submetidos ao órgão não passariam por uma banca de mestrado”.

São bem-vindos, certamente, os acordos com exportadores de soja e de madeira, para que não comprem produtos provenientes de áreas desmatadas (os Estados Unidos, por exemplo, já proibiram a importação das madeiras nessas condições). Mas é inexplicável que o MMA siga em seus planos de concessão de florestas públicas para “manejo sustentável” durante 40 anos (renováveis) por empresas privadas, quando continuam sem resposta todas as questões sobre as vulnerabilidades e até temeridade desse caminho para a biodiversidade, levantadas por cientistas conceituados. A elas se soma agora um estudo da Embrapa mostrando que a maçaranduba (madeira amazônica), quando abatida, precisa de 140 anos para ver recuperada a área, e não 30 anos, como prevêem os planos de manejo para o retorno da retirada de madeira a um trecho explorado. Na mata atlântica, diz a Biological Conservation, a recomposição da biodiversidade numa área “manejada” precisa de 100 a 300 anos.

Da mesma forma, causa estranheza o novo ministro dizer que, embora tenha posição pessoal contra a implantação da usina nuclear de Angra 3 e outras (por considerar sua energia cara e insegura, além da falta de destinação para o lixo nuclear), dará seguimento ao projeto do governo de avançar por esse caminho, ainda que o MMA tenha votado contra (e sido derrotado) na gestão anterior à sua. Da mesma forma, o ministro de Minas e Energia anunciar - sem reparos do MMA - que a Usina de Belo Monte, no Rio Xingu, estará licenciada em 2009, quando seu estudo de impacto não foi sequer examinado pelo Ibama. Repete-se aí o caso do projeto de transposição do Rio São Francisco, aprovado em entrevistas pela ministra anterior, antes de examinado por um órgão a ela subordinado.

Fica a pergunta: e quando o Ministério do Meio Ambiente discutirá com a sociedade a matriz energética brasileira, a possibilidade de reduzir o consumo e a necessidade real de novas usinas?

Washington Novaes é jornalista - E-mail: wlrnovaes@uol.com.br

Ninguém quer que a Nasa seja internacionalizada, diz Lula sobre a Amazônia – Simone Iglesias e Leticia Sander – Folha de São Paulo – Brasil - 04/07/2008

Em discurso ontem durante o lançamento de programa de financiamento à agricultura familiar, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva criticou a postura de países que defendem a internacionalização da Amazônia.

Ele disse que esse é um assunto do Brasil e que os Estados Unidos não gostariam que outras nações sugerissem que a Nasa (agência espacial americana) deixasse de pertencer àquele país. “[Dizem que] a gente está desmatando a Amazônia. É outro discurso que a gente não pode aceitar, porque se tiver um problema nosso, é nosso, nós vamos brigar. Mas [sugerem que] vamos internacionalizar o aquífero Guarani porque não sabemos tomar conta, mas ninguém quer internacionalizar a Nasa. Quando descobrem um

medicamento importante para uma doença, porque não transformam em patrimônio da humanidade e todo mundo tem acesso?", afirmou.

Lula disse que 69% da floresta original está preservada e que todas as políticas de seu governo são voltadas à preservação. "Como eu vou negar para alguém da Amazônia levar o desenvolvimento para lá? Obviamente que temos que ter cuidado de levar o desenvolvimento, de preferência de indústria limpa, de fazer corretamente o manejo da floresta. Tudo isso já está previsto nas políticas que aprovamos", afirmou o presidente.

Eventos - O Planalto organizou três eventos para que Lula anunciasse créditos para o agronegócio e a agricultura familiar, sendo que os números já eram conhecidos há mais de uma semana. Ontem, a programação do Plano Safra Mais Alimentos, voltado aos pequenos produtores, tomou mais de cinco horas da agenda do presidente. Lula fugiu do tradicional esquema de palanques e discursos e mobilizou, pela manhã, a estrutura da Presidência até Brazlândia, cidade-satélite de Brasília, para assinar num cenário rural o primeiro contrato da recém-criada linha de crédito voltada à agricultura familiar.

O petista desceu de helicóptero nos arredores da propriedade do agricultor Fernando Kubota, nissei que mora no Brasil desde 1994. Depois de muitas fotos e nenhum discurso, voltou ao helicóptero, para ser levado ao Museu da República, em Brasília. Lá foi lançado o Plano Safra Mais Alimentos, que destinará R\$ 13 bilhões ao setor.

Na quarta-feira, Lula foi à Curitiba (PR) lançar o Plano Agrícola e Pecuário 2008/2009, quando foram anunciados R\$ 65 bilhões em créditos para o agronegócio.

(SIMONE IGLESIAS E LETÍCIA SANDER)

CHINA DIZ QUE ACEITA DISCUTIR OBJETIVOS DE REDUÇÃO – Folha de São Paulo – Ciência - 04/07/2008

A China está "aberta" a discutir objetivos de médio e longo prazo de redução de emissões de gases-estufa na reunião do G8, declarou ontem Su Wei, negociador chinês na área. Os chineses, no entanto, dizem que a maior responsabilidade de redução é das nações ricas.

Dados de desmate, só após reunião com Lula – Cristina Amorim e Felipe Werneck – Estado de São Paulo – Vida & - 05/07/2008

Os dados de maio do Sistema de Detecção do Desmatamento em Tempo Real (Deter), gerados pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), serão divulgados ao público apenas depois de sua exposição ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Segundo o instituto, a demanda partiu do Planalto.

A divulgação está atrasada, uma vez que normalmente a informação fica disponível no site do Deter (www.obt.inpe.br/deter) cerca de 15 dias depois do fim do mês. Dessa forma, os números de maio sairão somente quando os de junho deveriam ser colocados no

ar. O Inpe não confirma se dados dos dois meses passados podem ser divulgados em conjunto.

Maio é um mês de tradicional alta em relação aos primeiros meses do ano na dinâmica do desmatamento da Amazônia, pois marca o início do período de seca, quando o corte é mais fácil.

Um sistema independente de observação do desmate, gerido pelo Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon), indicou um aumento de 88,5% no desmatamento de maio em comparação com abril. Ainda assim, ele foi 26% menor ante maio de 2007.

O ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, admitiu ontem, no Rio, que a chefia da Casa Civil “pediu para segurar” a divulgação dos números do Inpe. “Sou favorável à transparência total e absoluta. Espero que sejam divulgados na próxima semana, até porque não há razão para isso, e pode gerar uma apreensão na imprensa, justificada”, disse Minc, que pretende reunir-se na terça-feira com a ministra-chefe Dilma Rousseff para discutir o “plano de divulgação”. “Todo mês é divulgado, e um mês não é, o que você vai imaginar? Que o dado é ruim, o que por acaso não é”, declarou. Ele disse que viu os dados do Deter “que não são ruins, não há aumento em relação ao mês passado nem (em relação) ao mesmo mês do outro ano (2007)”, mas não está autorizado a divulgá-los.

A divulgação dos dados de maio, que apresentaram aumento, também sofreu atraso. Na ocasião, ao comentar números ainda parciais, Minc criticou o governador de Mato Grosso, Blairo Maggi (PR), aliado do governo, citado como um dos responsáveis pela alta da devastação.

Ontem, durante a inauguração do Museu do Meio Ambiente, no Jardim Botânico do Rio, o ministro disse não ter entendido a razão pela qual a Casa Civil teria tomado a decisão. Negou, porém, a hipótese de censura. “Não há essa possibilidade”, declarou. Segundo ele, a Casa Civil está “querendo entender as informações daqui e dali”. “A iniciativa não foi minha. A explicação que me deram foi a de que, como tinha informações diferentes sobre o mesmo assunto, o objetivo seria uniformizar e compatibilizar esses dados com os de outros órgãos como a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa)”, disse o ministro. “Acho razoável, desde que não haja descontinuidade desses dados, porque poderia eventualmente gerar um efeito negativo.”

No fim do mês, Minc afirmou que a taxa de desmatamento de 2008 será maior do que a de 2007 - ele estima entre 14 mil e 15 mil km², especialmente graças à alta das cotações das commodities gado e soja. Em 2007, o índice foi de 11 mil km².

Minc recua sobre "lambança" e diz que apóia acordo – Folha de São Paulo – Brasil - 05/07/2008

O ministro Carlos Minc (Meio Ambiente) enviou uma carta ao governador de Pernambuco, Eduardo Campos (PSB), na qual diz que foi "induzido ao erro" por um técnico da pasta ao criticar o acordo fechado entre o governo do Estado e usineiros para recuperar a mata ciliar.

Na última terça, o ministro havia se referido ao acordo como uma "lambança generalizada" feita com "apoio político e impunidade", que poderia criar uma barreira para a exportação de etanol.

Na carta, o ministro recua e diz que o termo de compromisso firmado com os usineiros compromete empresários com o reflorestamento de áreas "historicamente por eles devastadas". Minc cita o "engajamento histórico" de Campos "ao lado dos trabalhadores, da legalidade e do meio ambiente".

Apesar de elogiar Campos, Minc manteve as críticas aos usineiros. "Fato objetivo é que usineiros, conforme consta em laudos, fotos e processos, não respeitam a lei que protege 50 metros de cada margem dos rios e plantam cana até a fronteira de suas águas", diz na carta.

No Rio, o ministro disse não ter recuado das críticas. Alegou que o convênio foi feito sem a anuência do governo e do Ministério Público Federal. E afirmou que "às vezes" se "entusiasma" ao falar. "Mas isso não é o mais importante e sim que há cem anos os usineiros estavam desrespeitando as leis e destruindo a mata atlântica."

Casa Civil faz intervenção na divulgação de desmate – Folha de São Paulo – Brasil - 05/07/2008

A Casa Civil interveio na divulgação dos dados de desmatamento elaborados pelo Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais). As informações estão prontas há duas semanas e sua publicação, que sempre foi feita pelo Ministério de Ciência e Tecnologia, foi suspensa pela chefia da Casa Civil.

O sistema Deter tem como objetivo fazer um monitoramento mensal do desmatamento na Amazônia Legal, que abrange oito Estados, além de parte do Maranhão.

O levantamento é imperfeito porque depende das condições climáticas. No entanto, ele é considerado um sistema de alerta para aumento brusco no desmatamento.

A informação, divulgada pela coluna da jornalista Míriam Leitão, de "O Globo", foi confirmada pelo ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc.

Ele afirmou que o objetivo da ação era "harmonizar" os dados com outros levantamentos, como o da Embrapa. Minc declarou que seria informado sobre os detalhes pela ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, na terça-feira. "Como há dados diferentes, a Casa Civil resolveu de alguma maneira uniformizar, compatibilizar com dados do Embrapa, entre outros. (...) Eu confesso que não entendi exatamente a razão, mas a

informação que eu tenho é de tentar compatibilizar, não esconder os dados", declarou o ministro.

Minc disse que não seria feito uma unificação dos dados, já que eles são levantados com metodologias diferentes.

O ministro afirmou que já teve acesso ao resultado do mês de maio. Apesar de não divulgar números, disse que "as informações não indicam aumento em relação ao dado anterior [abril] nem ao mesmo mês do ano passado [maio de 2007]". "Este dado era divulgado mês a mês e espero que continue assim. Espero que seja divulgado na próxima semana." No entanto, Minc não soube dizer se os dados passarão a ser anunciados pela Casa Civil ou pelo Ministério de Ciência e Tecnologia.

Governo fecha cerco contra organizações estrangeiras – Eduardo Scolese – Folha de São Paulo – Brasil - 05/07/2008

No mesmo dia em que uma portaria do Ministério da Justiça estipulou prazo de quatro meses para o cadastramento de todas as ONGs estrangeiras no país, o ministro Tarso Genro anunciou para as próximas semanas um decreto que vai apertar o cerco a entidades nacionais e estrangeiras desse tipo que atuam em áreas indígenas ou de proteção ambiental.

Segundo Tarso, o decreto presidencial terá como um dos focos a identificação da fonte de financiamento dessas ONGs. "Essas instituições, de acordo com o decreto, vão ter que declarar as suas fontes de financiamento", afirmou o ministro, que disse aguardar a assinatura do presidente Luiz Inácio Lula da Silva no decreto até o final deste mês.

O decreto será um passo seguinte à portaria publicada na edição de ontem do "Diário Oficial". Ela definiu o prazo de 120 dias para que todas as ONGs estrangeiras com atuação no Brasil façam o cadastramento obrigatório na Secretaria Nacional de Justiça, ligada à pasta.

O objetivo não declarado é buscar entidades na Amazônia, em especial aquelas que, travestidas de ONGs, atuam em ações de biopirataria. Hoje, das 167 ONGs estrangeiras já cadastradas, 27 atuam na região.

"Com essa portaria começa a mudar a política do governo em relação a essas organizações que, em última análise, devem ter separadas aquilo que é joio e aquilo que é trigo", disse Tarso. "Não se trata de nenhum tipo de política anti-ONGs, mas de prestigiar o trabalho de organizações que prestam serviços relevantes diante daquelas que se desvirtuam de sua finalidade."

Os responsáveis das ONGs que não se cadastrarem no prazo estarão sujeitos a penalidades, como a deportação, disse o secretário nacional de Justiça, Romeu Tuma Júnior.

Já o decreto, além de buscar informações sobre a fonte de financiamento das ONGs nacionais e estrangeiras, exigirá que as entidades declarem sua finalidade, objetivos e apresentem plano de trabalho.

Coleção de árvores – Marcelo Leite – Folha de São Paulo – Ciência - 06/07/2008

Na ofensiva contra a mata, os índios e os estrangeiros, o ministro da Defesa, Nelson Jobim, deve achar que é marechal. Mas foi o recém-chegado Roberto Mangabeira Unger, seu colega de Assuntos Estratégicos, quem formulou a tática depreciativa de chamar a Amazônia de "coleção de árvores".

Bons oradores (afora alguma limitação de prosódia) e amantes do paradoxo, os ministros usaram a expressão para valorizar a Amazônia ao mesmo tempo em que desvalorizam a floresta. Argumentam que mais de 20 milhões de pessoas vivem lá. Descobriram a pólvora. Mais que isso: toda a sua logística está voltada para entregá-la aos arrozeiros, madeireiros, grileiros, usineiros e sojeiros. O chefe de gabinete de Lula, Gilberto Carvalho, foi bem claro à revista "Veja": "Ele acha importante a preservação, mas, entre um cerradinho e a soja, ele é soja".

Lamento dizer que os ministros de Lula têm razão. A Amazônia é muito mais que uma coleção de árvores. Também é mais que uma coleção de hidrelétricas, mais que uma coleção de governadores e mais que uma coleção de votos.

A Amazônia é uma coleção de ambientes. Tem grandes áreas de campos naturais e de cerrado, que Lula e seu ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, prefeririam ver cobertos de soja, capim e cana.

A Amazônia é uma coleção de campinaranas, capoeiras, matas de igapó, florestas densas e florestas abertas. Cada um desses ambientes constitui uma coleção única de plantas.

Em matéria de vegetais, a Amazônia tem a maior coleção do planeta. Não em número de árvores individuais, provavelmente, porque as florestas boreais do hemisfério Norte, conhecidas como taiga, são mais extensas. Em quantidade de espécies de plantas, porém, a Amazônia é uma coleção sem rival: 40 mil, estima-se. Vale dizer, uns 13% do total do planeta.

A Amazônia é uma coleção de espécies peixes de água doce: entre 3.000 e 9.000 (quase um terço dos que existem na Terra). Uma coleção de borboletas: 1.800 (24%). Uma coleção de aves: 1.300 (13%). Uma coleção de abelhas: 2.500 a 3.000 (10%).

A Amazônia é uma coleção de gentes: 180 aikanãs, 94 ajurus, 6 akunsus, 192 amanaiés, 87 amondawas, 182 anambés, 317 aparais, 278 apolimas-araras, 3.256 apurinãs, 569 arapaços, 271 araras-ukaramãs, 332 araras-shawanawas, 339 arauetés, 29 aricapus, 69 aruás, 969 ashaninkas, 384 asurinins do Tocantins e 124 asurinins do Xingu. Isso na letra A, de Amazônia.

Na Z, há 177 zo'és e 144 zuruahãs. Só esses povos de A e de Z falam uma coleção de famílias lingüísticas: aikanã, tupari, tupi-guarani, karib, aruak, tukano, pano, jabuti e mondé. Os dados são do Instituto Socioambiental.

A Amazônia é uma coleção de culturas. Só a ignorância pode enxergar ali uma coleção de índios aculturados reconvertidos em nações originais por uma coleção de organizações multiculturalistas.

A Amazônia é também uma coleção de terras indígenas: ali estão 99% de mais de 1

milhão de quilômetros quadrados em quase 600 áreas identificadas, demarcadas ou homologadas. Isso dá uns 13% do Brasil, que a frente ofensiva não quer ver nas mãos de apenas 480 mil índios. Grandes latifundiários, já se vê, com seus 200 hectares por pessoa de uma terra que, na verdade, pertence à União e da qual eles só têm o usufruto.

É essa a maior ameaça à integridade nacional que os militares e seus comandantes reais ou imaginários conseguem detectar?

**MARCELO LEITE é autor de "Promessas do Genoma" (Editora da Unesp, 2007) e de "Brasil, Paisagens Naturais - Espaço, Sociedade e Biodiversidade nos Grandes Biomas Brasileiros" (Editora Ática, 2007). Blog: Ciência em Dia cienciaemdia.folha.blog.uol.com.br, E-mail: cienciaemdia.folha@uol.com.br*

Japão quer que Bush fixe metas para gases – Clovis Rossi – Folha de São Paulo – Dinheiro - 06/07/2008

O governo japonês, anfitrião da cúpula do G8 deste ano, está fazendo esforços de última hora para tentar convencer o presidente norte-americano, George W. Bush, a concordar com metas numéricas obrigatórias para a redução da emissão de gases que provocam o aquecimento global. Bush reúne-se hoje com o primeiro-ministro do Japão, Yasuo Fukuda, um dia antes do início da cúpula entre os governantes de Estados Unidos, Japão, Alemanha, França, Reino Unido, Itália, Canadá e Rússia. Na quarta-feira, o grupo reúne-se com o G5 (Brasil, China, Índia, África do Sul e México).

O esforço japonês destina-se a evitar que o G8 caminhe para a irrelevância ou suas cúpulas se limitem a declarações meramente retóricas ou repetitivas.

É o caso da mudança climática, o tema que os japoneses elegeram como principal para a reunião deste ano, a realizar-se na ilha de Hokkaido, a mais ao norte do Japão.

Na cúpula de 2007 (Heiligendamm, Alemanha), os líderes do G8 haviam concordado em "considerar seriamente" a proposta de Japão, União Européia e Canadá de reduzir as emissões globais até 2050, uma meta de longo prazo. "Considerar seriamente" já é uma maneira de fugir de decisões. Se há acordo, em vez de "considerar", adota-se a proposta e ponto.

Para a cúpula seguinte, a de Hokkaido, o único passo adiante seria pôr números nas "sérias considerações". Os EUA, no entanto, opõem-se, a menos que haja compromissos de outros grandes emissores, em especial China e Índia, de também reduzirem as emissões.

Com essa meta em vista, Bush organizou, no ano passado, uma nova coalizão, batizada de MME ("Meeting of Major Economies", ou Reunião das Grandes Economias), que reúne o G8 a outros oito países (Austrália, Brasil, China, Índia, Indonésia, México, Coreia do Sul e África do Sul). Juntos, respondem por 80% das emissões dos gases que provocam o aquecimento global (o que levou um jornal japonês a trocar "major economies" por "major emitters", mantendo a sigla). Um acordo entre eles seria, portanto, o primeiro passo para solucionar o problema.

Só que, nas reuniões prévias, o acordo não apareceu. Tanto que o esboço de declaração final do MME, que também se reúne em Hokkaido, repete a idéia de "considerar seriamente" e apenas acrescenta "[considerar seriamente] ambiciosos cenários" para cortar as emissões até 2050.

Barbarização mundial - O esforço de último momento dos japoneses se volta para as duas pontas do impasse: apela a Bush enquanto oferece à Índia e à China um pacote de incentivos financeiros e tecnológicos para que possam adotar metas ambiciosas de uso eficiente da energia.

A oferta japonesa obedece ao "enfoque setorial" que o G8 está analisando. Trata-se de identificar os cinco maiores poluidores em cada setor e ajudá-los a reduzir as emissões com dinheiro e com tecnologia.

Reduzir as emissões é uma questão vital. "Se nada for feito, as mudanças climáticas poderão levar-nos a uma barbarização no mundo; os ricos se fecharão em comunidades confinadas e protegidas, enquanto bilhões de pobres terão de viver nos lugares destruídos", diz Mohan Munasingh, vice-presidente do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC), o organismo técnico que analisa os efeitos do aquecimento global.

O Brasil chega a Hokkaido com uma proposta ainda mais ambiciosa, já exposta pelo presidente Lula: cortar as emissões entre 60% e 80% até 2050.

Mas a diplomacia brasileira condiciona a adoção dessa meta pelo país a que os países desenvolvidos façam a sua parte. "O Brasil está disposto a fazer mais, desde que os países desenvolvidos adotem as medidas apropriadas", diz o embaixador Everton Vargas, principal negociador técnico para assuntos multilaterais.

Mas o embaixador mostra-se compreensivo com a hipótese de que os números desse "mais" não surjam em Hokkaido: "Não é plausível, no âmbito do G8 ou do G8+G5, dizer que vamos cortar x% ou y%. E o mesmo vale para os países desenvolvidos".

Se o Japão não conseguir convencer Bush a dizer quanto cortará e, por extensão, puxar os outros grandes emissores a também fazê-lo, ficará valendo a cáustica análise do G8 que ganhou a capa da revista "The Economist" desta semana: "Hoje em dia, cúpulas produzem principalmente extensos comunicados e oportunidades para fotos [dos líderes]".
(CR)

Reunião do G8 no Japão pode registrar avanço na questão do aquecimento global; Brasil e China já emitem sinais positivos

A REUNIÃO DO G8 que começa hoje no Japão, se não for monopolizada pela crise econômica internacional, tem chances de registrar algum avanço no segundo ponto mais importante da pauta, o aquecimento global. O governo do país anfitrião persegue com afinco esse objetivo.

Tal empenho não constitui garantia de sucesso. Isso ficou patente na Alemanha durante a última reunião dos sete países mais ricos e a Rússia, há um ano. A proposta da chanceler Angela Merkel de cortar em 50% as emissões de gases do efeito estufa até 2050 terminou derrotada. Movimentações recentes no bloco de cinco nações emergentes convidadas - África do Sul, Brasil, China, Índia e México, o G5-, contudo, sugerem que um acordo mundial para conter o aquecimento global pode começar a sair do presente impasse.

Os 13 países concentram quase três quartos das emissões mundiais. Qualquer passo adiante dado por eles facilitaria a negociação internacional de um acordo pós-Kyoto. Ela deve ser finalizada até dezembro de 2009, mas se encontra hoje paralisada pelo embate entre nações emergentes, como China, Índia e Brasil, e os EUA, que exigem delas a adoção de metas de redução.

Partiu do Brasil, quarto emissor mundial por força do desmatamento, um dos sinais positivos. O presidente Lula, em entrevista ao diário japonês "Yomiuri Shimbun", admitiu pela primeira vez que nações do G5 e outras menos desenvolvidas poderiam assumir compromissos contra o aquecimento global. "O cumprimento de metas quantitativas tem de ser proporcional à responsabilidade de cada país: quem mais polui tem metas maiores, e quem menos polui tem metas menores", disse.

Um dia depois, partiu da China -segundo maior emissor, atrás dos EUA- outra manifestação discreta de flexibilidade. Su Wei, da direção da Comissão Nacional de Desenvolvimento e Reforma (órgão máximo de planejamento), assim como Lula, reafirmou em entrevista o princípio da responsabilidade diferenciada dos países ricos. Mas disse que a China está aberta para debater metas de médio e longo prazo.

Uma interpretação possível é que os chineses já considerem assumir compromissos para 2050, se os países desenvolvidos admitirem metas mais drásticas para 2020. Caso a Índia faça aceno similar, os EUA ficariam ainda mais isolados em seu obstructionismo, posição que de resto deve ser abrandada após a eleição presidencial de novembro.

Outra idéia capaz de fazer a negociação avançar vem dos anfitriões. O Japão passou a investir em eficiência energética já na década de 1970 e hoje tem a melhor relação entre PIB e emissões, ou seja, quanto carbono é emitido para cada dólar produzido. Sugere que seus níveis de desempenho sirvam de base para metas de redução de emissões por setores da indústria mundial, não por país, criando amplo mercado para suas tecnologias limpas.

Se a reunião do G8+5 puder avançar nalguma dessas direções inovadoras, pouco que seja, concluir em 17 meses um novo acordo mundial sobre o clima parecerá bem menos irrealizável.

Encontro do G8 no Japão fracassa antes de começar – Clovis Rossi – Folha de São Paulo – Dinheiro - 07/07/2008

EUA e anfitrião apontam que não houve avanço sobre redução da emissão de gases - Falta de acordo sinaliza que reunião não deve passar de retórica, já que o seu eixo principal é o combate ao aquecimento global

O presidente George Walker Bush e o primeiro-ministro japonês, Yasuo Fukuda, deixaram ontem implícito o fracasso da cúpula do G8, 24 horas antes de que ela comece, em Hokkaido, ilha ao norte do Japão.

Os dois governantes se reuniram no local da cúpula, o Windsor Hotel Toya, para discutir as relações bilaterais mas também para que Fukuda fizesse uma última tentativa de convencer Bush a concordar com a meta de, até 2050, reduzir pela metade a emissão de gases que causam o aquecimento global.

A meta é defendida por Japão, União Européia e Canadá, mas os Estados Unidos condicionavam a sua aceitação a que dois grandes emissores de gás, a China e a Índia, se comprometessem a aceitar metas ambiciosas com o mesmo objetivo.

Após a reunião, os dois deixaram claro que não houvera avanço. "Vou ser realista. Se a China e a Índia não compartilharem a mesma aspiração [de redução ambiciosa de emissões], não há como resolver o problema", disse Bush. Fukuda, ao seu lado, afirmou que os dois países "vão continuar cooperando" (na discussão sobre aquecimento global na reta final para a cúpula do G8, uma forma diplomática de dizer que não houve entendimento).

Por que a falta de acordo sobre aquecimento global significa um fracasso da cúpula de Hokkaido? Simples: o Japão, o anfitrião, escolheu o tema como o eixo da cúpula deste ano, tanto que a levou para Toyako, que é parte do parque nacional Shikotsu-Toya, um paraíso natural da ilha de Hokkaido.

Sair da belíssima paisagem de Toyako (que significa "o lago na colina") sem fixar números para a redução da emissão de gases significa apenas repetir declarações anteriores do G8, que não passam de retórica.

O premiê britânico, Gordon Brown, chegou a dizer, ao viajar para o Japão, que "a cúpula será um sucesso se os países do G8 puderem dar provas de sua unidade e apoiarem fortemente esforços contra a mudança climática". Como não deram tais provas, não há sucesso.

Da mesma forma, o presidente da Comissão Européia, José Manuel Durão Barroso, pôs como parâmetro para o sucesso "resultados concretos -principalmente em mudança climática". Barroso acha que é pouco apenas reforçar os compromissos assumidos na cúpula do ano passado. A UE, além da meta de cortar 50% das emissões até 2050, se compromete a reduzir em ao menos 20% as emissões até 2020.

Já a chanceler (primeira-ministra) alemã, Angela Merkel, também ao embarcar para o Japão, fez uma crítica velada aos EUA. Lembrou que a União Européia se comprometera com "metas muito exigentes, sem esperar pelos outros", enquanto os EUA, conforme Bush fez questão de reiterar ontem, esperam um movimento de China e Índia, pelo menos.

O desacordo não surpreendeu os canadenses. "Não creio que haja acordo. Este se dará sob os auspícios das Nações Unidas, em 2009, em Copenhague", disse o ministro de Meio Ambiente do Canadá, John Baird, a bordo do avião que trazia a comitiva do país ao Japão.

É uma alusão a uma nova conferência sobre o clima, no âmbito das Nações Unidas, marcada para a capital da Dinamarca, em busca de metas para a partir de 2012, quando vence o pouco eficaz Protocolo de Kyoto. O protocolo foi adotado em dezembro de 1997, mas entrou em vigor em fevereiro de 2005, depois que foi ratificado por 55% dos países, que, juntos, produzem 55% das emissões.

O documento prevê a meta de redução de 5% sobre o nível de emissões de 1990, por parte dos países industrializados. Foi ratificado por 182 países, mas não pelos EUA, o maior emissor (embora suspeite-se que a China tenha assumido a liderança em 2007, o que ainda não tem confirmação oficial).

Bush frustra expectativa de reunião do G-8 - O Globo – Capa – 07/07/2008

Em sua última participação no G-8, o presidente dos EUA, George W. Bush, baixou as expectativas sobre a possibilidade de alguma decisão para alta do petróleo e aquecimento global. Líderes buscam soluções para a fome dos países mais pobres. Página 14

Sem acordo à vista no G-8 - Gilberto Scofield Jr. – O Globo – Economia – 07/07/2008

O presidente dos EUA, George W. Bush, chegou ontem na ilha de Hokkaido, no Japão, para reunião do G-8 (EUA, Japão, Alemanha, França, Reino Unido, Itália, Canadá e Rússia) amanhã e, na quarta-feira, do G-8 com o G-5 (Brasil, China, Índia, África do Sul e México), baixando as expectativas mundiais sobre a possibilidade de que alguma decisão importante em torno dos preços do petróleo ou do aquecimento do planeta seja tomada pelos líderes dos países que respondem por mais de dois terços da população mundial.

Desgastado junto à opinião pública americana (e planetária) e a apenas seis meses do fim de seu mandato — esta é a última reunião do G-8 a que Bush comparece como chefe de Estado americano —, o presidente dos EUA chegou com uma plataforma de combate às altas do petróleo que se resume a tentar ampliar a exploração do produto em áreas protegidas do Alasca e a pedidos para que os países da Opep (cartel que reúne os exportadores) aumentem a produção.

— No futuro, faremos a transição para além dos hidrocarbonetos (petróleo e gás), mas, por hora, estamos num período de transição e precisamos de mais petróleo — disse ele, deixando os presentes na ilha de Hokkaido com a certeza de que qualquer decisão de peso terá que esperar pelo novo representante na Casa Branca.

Pouca disposição para mexer no dólar Segundo analistas internacionais, excessivamente comprometido com a indústria petrolífera dos EUA, Bush falha também ao não agir em dois pontos essenciais: medidas para evitar a desvalorização do dólar e estabelecer limites para a emissão de gases pela indústria americana, como propõe o Japão. Quando perguntado sobre possíveis intervenções para conter a queda do dólar — esse é um dos fatores que pressionam a alta do petróleo e também dos alimentos — Bush apenas afirmou que uma melhora na economia dos EUA irá se refletir nas cotações da moeda.

— No que diz respeito ao dólar, os Estados Unidos acreditam numa política de dólar forte e crêem que a força da nossa economia estará refletida no dólar — afirmou Bush, que reconheceu, porém, que a economia americana “não está crescendo de forma robusta como se gostaria”.

O tom não foi mais animador sobre o aquecimento global. Bush, de novo, empurrou o problema para os países emergentes: — Serei construtivo. Eu sempre defendi que precisamos de um entendimento comum que pode começar com metas acertadas, mas sou realista o suficiente para dizer a vocês que, se a Índia e a China não dividirem as mesmas aspirações, então não vamos resolver o problema — disse ele, que fez 62 anos ontem.

Pior para o primeiro-ministro japonês Yasuo Fukuda, que pretendia coroar o encontro do qual está sendo anfitrião com um acordo — ou esboço de acordo — sobre ações a serem tomadas nos mais importantes assuntos da reunião: inflação, clima, petróleo e alimentos. Não há consenso nem mesmo em torno do impacto do uso de milho, nos EUA, e outros grãos, na Europa, para a produção de biocombustíveis, o que vem afetando a oferta de alimentos e aumentando seus preços.

Apesar de este impacto ser mais do que sabido entre os países ricos, não há disposição efetiva para estabelecer limites no uso dos alimentos como fonte para os biocombustíveis, o que beneficiaria enormemente o Brasil, cujo etanol de cana-de-açúcar não afeta os preços dos alimentos. E não é à toa que uma das maiores bandeiras do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que chega amanhã em Hokkaido, será buscar um consenso sobre o tema.

Ontem, em sua benção semanal, o Papa Bento XVI exortou o G-8 a cumprir suas promessas de ajuda aos países pobres, neste momento em que essas nações sofrem com a alta de preços de alimentos e energia.

BUSH: BOICOTAR JOGOS É AFRONTA A CHINESES, na página 20

Líderes costuram ajuda para compensar alta de alimentos

Países pobres teriam dinheiro a fundo perdido

NISEKO, (Japão). Diante da relutância dos países ricos em mexer na questão do petróleo, os esforços em Hokkaido, no Japão, parecem convergir para o problema da alta nos preços dos alimentos (e da conseqüente inflação mundial). Hoje, um grupo de sete países africanos convidados para a reunião do G-8 vai cobrar mais ajuda financeira e mais oferta de alimentos para as nações pobres, especialmente de Ásia, África e América Central, onde acontecem protestos populares e crises políticas.

O projeto que começa a ser esboçado em Hokkaido, segundo diplomatas, buscará resolver o problema em três flancos. A primeira medida prevê o apoio financeiro,

provavelmente a fundo perdido, para ajudar os 50 países mais afetados pela fome a comprar alimentos em caráter emergencial.

Também está em discussão a criação de uma espécie de superestoque, com grãos fornecidos por cada país de acordo com cotas a serem fixadas futuramente.

Esta é uma sugestão do Japão, país com o maior estoque de arroz hoje no mundo.

E, finalmente, está sendo esboçado um fundo de US\$ 10 bilhões, a ser gerenciado pelo Banco Mundial ou pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), para ajudar os países a resolver gargalos na produção de grãos e no transporte de alimentos, este último afetado pelos altos preços do petróleo.

A chanceler alemã Angela Merkel enviou uma mensagem aos líderes do G-8 pedindo uma ação urgente contra a crise. Um grupo de trabalho liderado por especialistas alemães chegou à conclusão de que os 30 países mais pobres do mundo vão precisar de US\$ 20 bilhões para a compra de alimentos. O governo da Alemanha já se comprometeu a destinar US\$ 750 milhões para a ajuda emergencial.

“A crise dos alimentos ameaça a democratização, desestabiliza os países e leva a problemas de segurança internacional”, disse Merkel na carta enviada aos líderes e reproduzida na revista alemã “Der Spiegel”.

Segundo o Banco Mundial, a crise dos alimentos já empurrou cem milhões de pessoas de volta para baixo da linha da pobreza.

Caso o encontro entre o G-8 e o G-5 avance, a idéia é criar um grupo de trabalho especial para executar o plano de combate à falta de alimentos, que os especialistas atribuem não apenas ao crescimento econômico mundial, mas também à falta de investimentos na expansão da produção agrícola.

— As crises do petróleo e dos alimentos estão tendo um impacto negativo na economia mundial — disse o premier japonês Yasuo Fukuda. (G.S.J)

Divergências sobre clima marcam G-8 - Assis Moreira – Valor Econômico – Internacional - 07/07/2008

O grupo das oito nações mais ricas do planeta, o G-8, inicia hoje seu encontro anual de três dias com negociações especialmente difíceis sobre como reduzir as emissões de gases de efeito-estufa, o que exige ajustes nas indústrias.

O presidente dos EUA, George W. Bush, sinalizou ontem ao chegar ao Japão que está preparado para ser "construtivo", mas condicionou qualquer acordo sobre mudanças climáticas a uma participação da China e Índia.

Por sua vez, a China teria indicado aceitar compromissos de redução de emissões até 2050, desde que os EUA se comprometam em reduzir substancialmente suas emissões até 2020, segundo analistas que acompanham o encontro. No G-8 do ano passado, na Alemanha, os países concordaram em "considerar seriamente" planos para cortar pela metade as emissões de gases de efeito-estufa por volta de 2050.

As divergências parecem suficientemente fortes para frear um acordo substancial sobre clima. O jornal japonês Asahi Shimbun publicou que os países industrializados aceitariam estabelecer suas metas de médio prazo. Bush chegou a anunciar em abril que os EUA se comprometiam a não aumentar as emissões a partir de 2025. No

entanto, o ministro de meio-ambiente do Japão, Ichiro Kamoshita, declarou na TV NHK que Tóquio não tinha como aceitar metas obrigatórias de médio prazo no G-8, alegando que isso seria contra os interesses do país.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva deve cobrar dos países ricos os compromissos que estes por sua vez cobram dos emergentes. Para o Brasil, os ricos deveriam se comprometer com metas de redução entre 60% e 80% até 2050.

Por outro lado, a pressão deve continuar sobre o G-8 para integrar plenamente o Brasil, China e Índia no clube. O presidente francês Nicolas Sarkozy considerou "não razoável" a ausência dos maiores emergentes da mesa de discussões dos principais temas globais.

O Japão, porém, como o país organizador do G-8 este ano, ajudou pouco numa integração maior do G-5 - Brasil, China, Índia, México e África do Sul. Os japoneses chegaram a convidar os cinco separadamente para diferentes discussões de temas da cúpula, para mostrar que não o considera um grupo.

Depois que o Brasil reclamou que não viria só para a "sobremesa" na quarta-feira, os japoneses ampliaram o debate, mas incluindo Austrália, Coreia do Sul e Indonésia. Tóquio tem pouco interesse em ampliar o clube dos ricos. O G-8 lançou um "diálogo permanente" em 2007 com o G-5, como reconhecimento de novas forças na economia mundial e responsabilidade na governança global.

Os dois grupos desde setembro discutem quatro temas (investimentos, propriedade intelectual, energia e desenvolvimento), utilizando um secretariado na Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Esta semana, o G-8 examinará o relatório do primeiro ano do "diálogo", que mostrou confronto especialmente sobre patentes. Somente no encontro de cúpula do ano que vem, na Itália, é que o G-8 examinará uma eventual entrada do G-5 ou diálogo ampliado a outros temas. Mas analistas consideram que o "diálogo" na OCDE é insuficiente, diante da realidade política e econômica. O México, que coordena o G-5, reclama que não está havendo diálogo "de iguais".

Brasil deixa de cumprir acordo – Assis Moreira – Valor Econômico – Internacional - 07/07/2008

O Brasil cumpriu só parcialmente os compromissos de energia e clima que assumiu com o G-8 no ano passado, de acordo com avaliação da Universidade de Toronto e do "G8 Research Group", formado por 50 pós-graduandos da Universidade de Oxford e da London School of Economics.

O compromisso dos emergentes era estabilizar emissões de gases de efeito-estufa, e promover produção e consumo com uso menos intensivo de energia. O estudo procura avaliar a legitimidade e eficácia desse tipo de compromissos no G-8.

Do lado dos desenvolvidos, o resultado mostra que a União Européia (UE) foi a que mais cumpriu o que prometeu. Programas anunciados por governos sugerem que as nações industrializadas começam a tentar influenciar o comportamento dos consumidores e de empresas para reduzir emissões.

A China foi considerada o que mais respeitou os compromissos do ano passado, entre os emergentes. O México recebeu a segunda melhor nota. Além do Brasil, também Índia e África do Sul teriam cumprido só parcialmente. Niel Bowerman, um dos autores do estudo, nota que o Brasil tomou iniciativas para reduzir a carbonização da economia. Mas aponta a persistência do desmatamento, lembrando que o próprio Ministério do Meio-Ambiente sinalizou que o problema aumentou em 2008.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva chega amanhã ao Japão para participar de um dia do banquete do G-8. Terá também uma série de encontros bilaterais, que incluirão a discussão sobre acordo agrícola e industrial na Rodada Doha.

Faltava confirmar encontros com os presidentes dos EUA, George W. Bush, e da França, Nicolas Sarkozy, que tem a presidência rotativa da União Européia. Estavam confirmados encontros com os presidentes da China, México, Coréia do Sul, além do primeiro-ministro italiano Silvio Berlusconi e do chefe de governo canadense Stephen Harper. Lula se encontrará bilateralmente também com o presidente da Rússia, Dimitri Medvedev, e com o primeiro-ministro do Japão, Yasuo Fukuda.

Desta vez, o diretor-geral da Organização Mundial do Comércio (OMC), Pascal Lamy, declinou do convite do clube das grandes potenciais e preferiu concentrar esforços em Genebra para salvar a Rodada Doha, na reunião de ministros que começará dia 21.

Os novos textos de compromisso serão divulgados nos próximos dias. Para Lamy, o momento é menos de declaração e mais de discussões bilaterais.

O Brasil é alvo de pouca atenção à margem do G-8, em Hokkaido. Entre os emergentes, o interesse maior é pela China e Índia, neste encontro que tem uma cara bem asiática como queria o Japão.

O que chama mesmo a atenção é a enorme burocracia japonesa, como se pode complicar o que parece fácil, além da tremenda segurança. Os japoneses bloquearam até o banheiro dos ônibus que fazem o transporte na cúpula, por razões de segurança. (AM)

EUA sob pressão para cortar CO2 - Denise Chrispim Marin – Estado de São Paulo – Vida & - 08/07/2008

O presidente dos Estados Unidos, George W. Bush, vai enfrentar hoje a pressão da Europa e do Japão para que o G-8, o grupo das economias mais ricas e a Rússia, aceite a adoção de metas para a redução da emissão dos gases do efeito estufa até 2020, independentemente dos compromissos das principais economias emergentes da Ásia. Em sua chegada, no último domingo, Bush declarou-se disposto a assumir uma posição “construtiva”, desde que a China e a Índia adotassem metas equivalentes.

[Saiba como reduzir as emissões de carbono em casa](#)

O sucesso da cúpula de Hokkaido dependerá, portanto, da resposta de um presidente em fim de mandato, cujo governo se vê desgastado, especialmente pela guerra no Iraque e pela crise econômica.

Ontem, o presidente da Comissão Européia, José Manuel Durão Barroso, fez um apelo aos líderes do G-8 para que assumam uma meta ambiciosa de redução de 50% das

emissões até 2050 e também fixem um objetivo de médio prazo, que diplomaticamente deixou em aberto.

Na mesa de negociações, a União Européia pretende atrair os Estados Unidos a um compromisso semelhante ao que assumiu unilateralmente no início deste ano - o corte de 20% nas emissões de gases do efeito estufa da UE até 2020, em comparação com os níveis de 1990. Na ocasião, os países europeus deixaram claro que concordariam em elevar esse percentual a 30%, se os EUA e outros países desenvolvidos também aderissem aos cortes.

COMPROMISSOS REAIS - “Se conseguirmos alcançar um compromisso de longo prazo para reduzir em 50% as emissões de gases até 2050 e também um princípio de acordo sobre a redução em médio prazo, poderemos falar de sucesso (desta cúpula do G-8)”, afirmou Barroso. “Vamos trabalhar para alcançar compromissos reais nesta cúpula do G-8.”

Em 2007, no encontro de Heiligendamm, na Alemanha, o G-8 limitou-se a prometer a conclusão de um estudo sobre as decisões de corte das emissões de gases em curso no Japão, no Canadá e nos países europeus.

Se Durão Barroso e os quatro líderes europeus que atuam no G-8 têm o desafio de não sair desta reunião de cúpula apenas com uma carta de intenções, o primeiro-ministro do Japão, Yasuo Fukuda, tem uma missão ainda mais árdua. Sua administração apostou todas as fichas no sucesso da discussão da questão climática em Hokkaido e vai insistir para que seja fechada, pelo menos, uma posição intermediária entre as resistências da China e da Índia, de um lado, e dos EUA, do outro.

Os negociadores japoneses trabalham com a expectativa de convencer a China a aderir aos compromissos que deverão ser traçados até o final de 2009 - os mesmos que entrarão em vigor em 2012 e que substituirão os termos do Protocolo de Kyoto. Os EUA, em princípio, devem seguir o mesmo caminho, uma vez que não aderiram a esse protocolo.

Nos últimos anos, Tóquio adotou objetivos de redução da emissão de gases do efeito estufa e, com esta cúpula, ambiciona tornar-se uma espécie de modelo para o mundo.

MAIS ALERTAS - Em paralelo, organizações não-governamentais intensificaram seus alertas sobre os impactos da omissão dos maiores emissores de gases sobre o clima. No mês passado, pesquisadores do Centro de Dados Nacional sobre Neve e Gelo (NSIDC), dos EUA, haviam concluído que a calota de gelo do Pólo Norte poderia desaparecer no período de verão em um prazo de até dez anos, se não houvesse intervenção.

Outra instituição americana, o Centro de Pesquisas Atmosféricas, concluiu recentemente que esse processo poderá ser antecipado para 2013. Para a Gaia Initiative, uma ONG japonesa, poderá ocorrer a partir de 2010. Segundo Tomoyo Nonaka, presidente da organização, a temperatura no Pólo Norte e no Tibete tem aumentado 6 pontos a cada ano.

A ONG Oxfam, por sua vez, advertiu ontem que, a menos que os líderes do G8 concordem com uma ação imediata e com metas de médio prazo para a redução dos gases do efeito estufa até 2020, não haverá mais perspectivas de controle do problema no longo prazo.

Governo segura divulgação de aumento de devastação – Marta Salomon – Folha de São Paulo – Brasil - 08/07/2008

Um novo aumento na área de desmatamento da Amazônia detectada pelo Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais) e a tentativa de evitar o uso político dos dados são os motivos para o atraso na divulgação dos números de maio do Deter, o sistema que capta o abate de árvores em tempo real e que baseou o alerta de janeiro.

Em abril, o Deter havia captado um recorde de 1.123 km² de desmatamento, uma área equivalente ao município do Rio de Janeiro. Em maio, apesar das medidas de combate à devastação da floresta, os satélites do Inpe captaram uma área ainda maior, segundo apurou a Folha.

Os dados estão em análise na Casa Civil, confirmou ontem a assessoria da ministra Dilma Rousseff. Eles só serão divulgados após serem apresentados ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Essa apresentação não tem data marcada.

O objetivo do governo é reduzir o impacto da divulgação da informação e, sobretudo, evitar interpretações consideradas "dramáticas".

O Deter é um sistema rápido de detecção do desmatamento e não se presta a medir a área total devastada. Embora seja menos preciso, capta também áreas de floresta submetidas à chamada degradação progressiva, e não apenas o corte raso de árvores, método tradicional de desmatamento.

Segundo estimativa feita no mês passado pelo ministro Carlos Minc (Meio Ambiente), o saldo do ano, a ser contabilizado pelo sistema Prodes até o final de julho, deverá alcançar 14 mil quilômetros quadrados. Isso representaria um aumento de 25% no índice anual, depois de três anos consecutivos de queda na taxa.

O diretor do Inpe, Gilberto Câmara, negou ontem que haja pressão da cúpula do governo para censurar os dados. "Como os dados estão na boca do povo, é necessário explicar direitinho as características do desmatamento e evitar conclusões precipitadas", afirmou.

Segundo a Embrapa Monitoramento por Satélite, não há fonte alternativa ao Inpe para detectar áreas de desmatamento na Amazônia. A Embrapa deverá participar, no entanto, da explicação dos dados de abate de árvores. Caberá à autarquia vinculada ao Ministério da Agricultura, por exemplo, apontar o destino dado a áreas desmatadas. (MS)

"BOI PIRATA" – Folha de São Paulo – Brasil – 08/07/2008

3.500 ANIMAIS APREENDIDOS EM AÇÕES DO IBAMA VÃO A LEILÃO DIA 14
Pela primeira vez, a Conab (Companhia Nacional de Abastecimento) leiloará gado apreendido em ações ambientais. O combate ao gado irregular é uma das frentes de trabalho do ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc. Os animais serão divididos em quatro lotes, e o dinheiro obtido com a venda será repassado ao programa Fome Zero. Ainda não há preço mínimo. O leilão vai ser realizado em Altamira, no Pará.

Minc anuncia medidas para melhorar situação das unidades de conservação – Lucia Leão – Sítio Eletrônico do MMA – 08/07/2008

O ministro Carlos Minc, do Meio Ambiente, anunciou nesta terça-feira (8) um pacote de medidas a serem implementadas já a partir deste mês para dotar as unidades de conservação federais de condições mínimas de fiscalização e gestão que lhes permitam cumprir, efetivamente, as funções de proteger ecossistemas, conservar a biodiversidade, garantir boas condições de vida para comunidades tradicionais e extrativistas e fornecer para o mercado madeira legal, produzida por meio de manejo sustentável em áreas concedidas das florestas nacionais.

O anúncio das medidas foi feito junto com a divulgação de um relatório do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) sobre a situação das UCs. Das 299 unidades sob responsabilidade do ICMBio 82 estão sem gestor, 173 não contam com nenhum fiscal e 226 não têm plano de manejo. "É um quadro triste, inaceitável e insustentável", definiu Carlos Minc, justificando a urgência das iniciativas do Ministério.

As medidas anunciadas pelo ministro contemplarão, num primeiro momento, os Parques Nacionais, as Reservas Extrativistas e as Florestas Nacionais, onde os problemas são mais graves. Das 53 Resex existentes, por exemplo, apenas duas têm plano de manejo. Minc prometeu que todas as unidades de conservação terão, até o fim de agosto, um chefe responsável e, até novembro, pelo menos um fiscal.

O problema da falta de gestores será solucionado com a transferência de cargos do Ibama - responsável pela gestão das UCs antes da criação do Chico Mendes - e o remanejamento de funções dentro do próprio ICMBio. Além desta solução imediata, Minc anunciou a contratação de 180 novos funcionários para o ICMBio e 215 para o Ibama. A ampliação do quadro já foi autorizada pelo Ministério do Planejamento e o edital do concurso será lançado em agosto.

Também em agosto começam as contratações de 1.000 brigadistas que auxiliarão no combate aos incêndios florestais e ao desmatamento durante o período da estiagem. Serão contratos temporários para as áreas da Amazônia consideradas em "risco ambiental". A proteção das UCs será reforçada ainda com os "guarda-parques", categoria a ser instituída por meio de convênio do governo federal com os bombeiros e as polícias ambientais dos estados.

O MMA também está finalizando, com o Ministério do Turismo, o Plano de Ação para a Estruturação do Turismo nos Parques Nacionais. A visitação, segundo Minc, é uma eficiente ferramenta de proteção e fiscalização. "Um parque que é visitado todo dia está muito menos susceptível às invasões que acontecem nas unidades que só existem no papel". Das 3,5 milhões de visitas que as unidades de conservação federais recebem anualmente, 90% são aos parques nacionais de Iguaçu e da Tijuca, que abriga o Cristo Redentor.

Madeira legal - Ainda dentro do conceito de que "a melhor defesa das unidades de conservação é o bom uso", Minc anunciou também que o MMA dobrou de 2 milhões para 4 milhões de hectares a meta de concessão de florestas públicas. Para cumprir esse objetivo - que será anunciado oficialmente aos exportadores de madeira no próximo dia 18, como contrapartida do governo ao compromisso que eles firmarão de só comercializarem produtos originários de áreas de manejo sustentável - o MMA, o ICMBio e o Serviço Florestal Brasileiro assinarão um contrato de gestão para contratar 26 planos de manejo e

concessão de áreas de exploração sustentável nas florestas nacionais. Elas terão capacidade de disponibilizar 3 milhões de metros cúbicos de toras e 3 milhões de metros cúbicos de resíduos e sub-produtos de madeira ao ano.

[Acesse o relatório sobre as Unidades de Conservação](#)

G-5 quer que ricos fixem antes seus cortes de emissão – Assis Moreira - Valor Econômico – Internacional - 08/07/2008

O G-5 (Brasil, China, Índia, África do Sul e México) pressiona para que os países do G-8, entre os maiores poluidores mundiais, se comprometam a metas obrigatórias de redução de emissões de gases estufa já no médio prazo, por volta de 2020. Só com isso os emergentes aceitariam planos de ação nacionais no longo prazo.

O grupo dos emergentes se reunirá hoje em Sapporo, a duas horas do banquete do G-8. Somente amanhã é que os emergentes sentam à mesa com os industrializados, quando estes já terão divulgado suas conclusões sobre o estado do planeta. Um esboço do comunicado só do G-8 empurra qualquer acordo de metas específicas de corte de emissões para a conferência do clima da ONU no ano que vem, em Copenhague.

Restará a declaração conjunta do G-8 e do G-5, que continuava inconclusiva ontem por causa da questão de compromissos de longo ou médio prazo na área climática. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva chegou no começo da manhã de hoje e a partir do meio-dia começará a série de reuniões com dirigentes do G-5 e outros países, como Coréia do Sul.

O presidente da Comissão Européia, José Durão Barroso, insistia que os países ricos precisavam pelo menos aceitar o "princípio" de cortar emissões no médio prazo, inclusive para levar os emergentes a assumir posições ambiciosas. Para ele, a demanda do Brasil para os ricos se comprometerem com metas de médio prazo "reforça" a posição da UE, que já fixou corte de 20% das emissões até 2020.

A própria UE, porém, não consegue se entender sobre seu pacote clima-energia. Analistas dizem que, se a UE conseguir, indicará o que pode ser feito no nível internacional. A França, na presidência rotativa da UE, reconhece a dificuldade para aprovar até o fim do ano as modalidades para permitir que o bloco comunitário alcance o objetivo de 20% de energias renováveis e de reduzir em 20% as emissões de gases estufa até 2020 - mesmo a 30% em caso de acordo internacional.

Para cortar suas emissões, os países do Leste Europeu querem compensações para o grande ajustamento industrial que serão obrigados a fazer e que dizem entravar seu desenvolvimento econômico. A França acena com pacote de ? 50 bilhões. A Polônia considera insuficiente.

Além disso, há um confronto sobre flexibilidade para os países alcançarem a meta. Por uma opção, a Alemanha poderia financiar os meios de transporte verdes na Polônia e contabilizar as toneladas de gases estufa que foram reduzidos, e assim reduzir o ajuste em sua própria indústria.

Outra divergência entre os europeus é sobre os meios para evitar o deslocamento de industriais mais poluidoras. A França defende um mecanismo de ajuste na fronteira,

exigindo que os exportadores importantes para a Europa comprem autorização de emissões de CO₂.

Os países desenvolvidos são responsáveis por mais de 80% das emissões globais de gases estufa. Apesar de representarem somente 13% da população mundial, emitem mais de 40% do percentual global de CO₂, segundo Greenpeace. A entidade considera que o Brasil tem "apelo estratégico" na reunião do G-8 por ser também um grande emissor. E contesta o projeto brasileiro de expansão do etanol e mais energia nuclear. (AM)

Obstáculos ao acordo sobre o clima - Martin Wolf – Valor Econômico – Opinião - 09/07/2008

Alguma coisa mudou no debate sobre alterações climáticas provocadas pelo homem: os EUA estão engajados. Mas o engajamento americano - ou pelo menos o engajamento do presidente George W. Bush - não é entusiástico nem incondicional. Em particular, durante discussões entre os chefes de governo do Grupo dos Oito (G-8) no Japão, Bush enfatizou que a China e a Índia tinham de participar. Nisso ele tem razão: será impossível atacar o problema sem a participação de importantes países emergentes. A questão é em que termos o farão.

Isso é ignorar o debate sobre se mudanças climáticas provocadas pelo homem são plausíveis ou corretamente avaliadas. Considero os argumentos suficientemente convincentes para justificar ação. Acima de tudo, considero persuasivo o argumento do professor Martin Weitzman, da Harvard University, de que vale a pena pagar caro para eliminar o risco de catástrofe. As pessoas que rejeitam posições nesse sentido não precisam prosseguir na leitura.

O professor Nicholas Stern, da London School of Economics e autor do relatório do governo britânico sobre mudanças climáticas publicado em 2006, analisou as questões em um interessante recente estudo. Stern parte de um pequeno número de proposições simples. Em primeiro lugar, a concentração de dióxido de carbono equivalente na atmosfera é, hoje, 430 partes por milhão e está crescendo à taxa de duas partes por milhão ao ano. Em segundo lugar, a meta deveria ser a estabilização da concentração entre 450 e 500 partes por milhão. Por último, para conseguir isso, a emissão mundial equivalente de gases que provocam o efeito estufa precisa bater num teto nos próximos 15 anos e cair pelo menos 50% em torno de 2050 - em relação aos níveis de 1990 (cerca de 90% do nível de 2005) -, quando a emissão mundial média per capita precisará ser de apenas duas toneladas per capita.

As tendências históricas e o atual nível de emissões indicam em que medida esses objetivos estão distantes do atual cenário: duas toneladas per capita equivalem a 10% dos recentes níveis americanos e a 50% das emissões chinesas. No entanto, defende Stern, isso precisa acontecer, se considerarmos seriamente os riscos. Ainda mais grave é o fato de que quanto mais o mundo esperar, maiores precisarão ser as reduções, porque os gases perduram por séculos. Como isso pode ser conseguido? Um conjunto de políticas precisa ser eficaz, eficiente e equânime. Examinemos cada um desses critérios.

Para ser eficaz, a política terá de reduzir substancialmente as emissões. A implicação é que toda atividade e praticamente todos os países serão afetados. Os países em

desenvolvimento, que abrigarão perto de 90% da população mundial e gerarão a maior parte das emissões mundiais em torno de 2050, precisam dar uma contribuição substancial. Nesse aspecto, Bush tem razão. A média mundial de longo prazo - duas toneladas de dióxido de carbono equivalente per capita - é tão baixa que não seria permitido a nenhum país ir muito além dela.

As implicações setoriais são também dramáticas: grandes esforços serão necessários para fazer cessar o desflorestamento, por exemplo, que atualmente contribui com cerca de 17% das emissões resultantes de ação humana; a geração de eletricidade precisará ter deixado de produzir carbono em torno de 2050; e a frota mundial de veículos, que deverá crescer em 2,3 bilhões de veículos entre hoje e 2050, segundo projeções do FMI, precisará também deixar de gerar emissões de carbono.

Os líderes do G-8 garantem importante progresso e isso é bobagem, pois eles sequer começaram a acordar com os países em desenvolvimento

Eficiência é algo tão fácil de definir quanto difícil de aceitar: o custo marginal da redução de emissões deveria ser o mesmo em toda as atividades em qualquer país. O preço do carbono - seja fixado por um esquema limitação de emissões e comercialização de direitos de emissão ("cap-and-trade"), um imposto sobre emissões de dióxido de carbono ou um sistema híbrido - deveria também ser o mesmo em toda parte. O fato de a China ser hoje o maior emissor mundial individual mostra quão vital é que as emissões também tenham um preço lá.

As emissões chinesas por unidade de PIB (em paridade de poder de compra) são duas vezes maiores do que as americanas e o triplo das japonesas. Até onde possível, portanto, as melhores tecnologias precisam ser usadas em toda parte. Entretanto, o conjunto existente de tecnologias que geram baixas emissões não está exaustivamente distribuído pelo mundo. Se isso for implementado, argumenta Stern, as emissões poderão ser reduzidas num montante entre cinco e 10 gigatoneladas por ano em torno de 2030 (10% a 20% das emissões em 2005). Grandes esforços precisarão também ser feitos para desenvolver e incrementar tecnologias quase comerciais e para a criação de novas tecnologias. O fato de todas as tecnologias necessárias ainda não existirem torna bastante incertas as estimativas de quanto custará atingir as metas. Inclusive o número citado por Stern: 1% da Produção Mundial Bruta (PMB).

Entretanto, o problema mais intratável de todos envolve a desejada equanimidade. As emissões precisam ser reduzidas em todos os países, mas o custo de disso não precisa ser, necessariamente, arcado por todos. Existem três poderosos argumentos em defesa de que os custos recaiam sobre países de alta renda: em primeiro lugar, eles criaram o atual problema; segundo, continuam poluindo bem mais per capita; e, terceiro, eles são capazes de arcar com tais custos. Três quintos do estoque de gases-estufa gerados pela ação humana foram produzidos pelos países de alta renda. Em 2004, as emissões americanas per capita foram cinco vezes maiores do que as da China e 17 vezes as da Índia.

Então, como é possível garantir o mesmo preço para o carbono em toda parte se os custos forem impostos aos países ricos? Uma resposta pode ser pagar pelos cortes nas emissões dos países em desenvolvimento, e não penalizá-los por descumprimento das metas. Esse tipo de esquema existe: é o "mecanismo de desenvolvimento limpo". Seu princípio é razoável. A dificuldade está em definir e mensurar parâmetros de referência, monitorar o cumprimento de metas e abarcar economias inteiras.

Mas esse, por mais difícil que seja, é o caminho que, segundo Stern, o mundo deveria trilhar para chegar a 2020, quando os países em desenvolvimento deveriam também adotar limites. Ele sugere especificamente que o atual mecanismo precisa deixar de centrar em projetos individuais e assumir uma abordagem "por atacado, talvez baseada em metas de eficiência específicas para cada setor ou em parâmetros de referência tecnológicos". Poderá isso ser viável na China, Índia e outras economias emergentes? Para falar a verdade, duvido. Mas parece ser a única maneira de progredir. Além disso, persuadir países em desenvolvimento a acatar limites obrigatórios, mesmo em 2020, deverá ser difícil, tendo em vista a extrema iniquidade do ponto de partida.

Os líderes do G-8 afirmam ter realizado importante progresso. Isso é bobagem. Eles sequer começaram a fechar todos os acordos necessários, especialmente com os países em desenvolvimento. Apenas fizeram o próprio G-8 dar um primeiro passo. Sequer puseram em prática políticas para concretizar as reduções necessárias das emissões em seus próprios países - entre 75% e 90% em torno de 2050.

Esse é o mais complexo problema de ação coletiva na história humana. Sua solução requer ação concertada de participantes desiguais durante pelo menos um século. Entretanto, a coisa certa a fazer é tentar. Se não nós, quem? E se não agora, quando?

G-8 só recomenda corte de emissões – Denise Chrispim Marin – Estado de São Paulo – Vida & - 09/07/2008

Os líderes das sete economias mais ricas e a Rússia, que integram o G-8, esquivaram-se ontem de adotar metas para a redução dos gases que provocam o aquecimento global. Apesar das pressões da União Européia e de organizações não-governamentais, o comunicado da reunião de cúpula do G-8 sobre meio ambiente e mudança climática apenas "recomenda" que, na convenção das Nações Unidas que substituirá o Protocolo de Kyoto, seja adotado o objetivo de redução de pelo menos 50% das emissões globais até 2050. A negociação dessa convenção deverá ser concluída até o final de 2009, e os seus termos começarão a ser implementados a partir de 2012.

Os países do G-5 (Brasil, África do Sul, Índia, China e México) não se incomodam com a posição do G-8 porque interpretam que a recomendação não atrapalha o crescimento industrial dos emergentes.

A decisão dos países ricos representa um minúsculo passo adiante em relação ao comunicado emitido na cúpula do G-8 de Heiligendamm, na Alemanha, em 2007. Naquela ocasião, EUA, Canadá, Reino Unido, França, Alemanha, Itália, Japão e Rússia se limitaram a mencionar que estavam "examinando seriamente" a adoção dessa meta. Agora, a mensagem foi de que o G-8 está disposto a acatar esse objetivo em dezembro de 2009, desde que seja acompanhado pelos demais membros da ONU - em especial, por China e Índia, considerados os maiores emissores de gases do efeito estufa entre as economias emergentes.

O documento, negociado durante a madrugada da última quarta-feira, afastou completamente a possibilidade de adoção, neste momento, de metas de médio prazo, compromisso que a UE pretendia arrancar dos EUA. Desde 2007, o bloco europeu segue o

objetivo de reduzir em 20% as emissões, na comparação com os dados de 1990, até 2020. O texto aprovado fala em “impedir as consequências mais graves da mudança climática” com um acordo “compatível com o crescimento econômico”.

Prazo para corte de gás poluente é muito longo – Afra Balazina – Folha de São Paulo – Dinheiro - 09/07/2008

Sem compromissos de médio prazo, o anúncio do G8 de reduzir 50% das emissões de gases de efeito estufa até 2050 é considerado por especialistas e ONGs insuficiente ou pouco provável de ser concretizado.

O embaixador extraordinário do Brasil para mudança do clima, Sérgio Serra, considera a meta "razoável" e diz que ela vai na direção das recomendações do IPCC (painel do clima da ONU).

No entanto, ele ressalta que, para o objetivo não virar "letra morta", é preciso ter compromissos concretos de médio prazo -até 2020. "É um compromisso meio vazio se não for reforçado por metas de médio prazo. Mas ainda há chance que isso ocorra nas negociações na Convenção do Clima."

De acordo com ele, a União Européia avançou mais e já se comprometeu a reduzir pelo menos 20% até 2020. "Mas é uma área em que há muita hesitação."

O primeiro-ministro japonês, Yasuo Fukuda, chegou a anunciar antes da reunião do G8 a meta do país de reduzir entre 60% e 80% as emissões totais do país. Mas também não estabeleceu compromissos de médio prazo.

Luiz Pinguelli Rosa, diretor da Coppe-UFRJ (Coordenação dos Programas de Pós-Graduação em Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro), considera o prazo "muito longo" e diz que é necessário fazer uma "escadinha" de como vai se chegar até lá. "É uma meta para 42 anos. Vai haver "n" governantes diferentes." Em sua opinião, apesar de ser "percentualmente significativa" a meta de 50% de redução nas emissões, o prazo muitíssimo distante "a torna inoperante".

Para Susana Kahn Ribeiro, secretária nacional de Mudança Climática, "seria desejável metas mais ambiciosas". No entanto, ela pondera que as tecnologias que poderiam fazer uma grande diferença não estarão disponíveis no curto e no médio prazo - como o uso de hidrogênio em veículos, por exemplo, e ações de captura e seqüestro de carbono.

Ações efetivas - O Greenpeace considera que a decisão anunciada pelos países do G8 "não passa de estratégia para postergar as ações efetivas que deveriam ser tomadas imediatamente". Segundo Luís Piva, coordenador de campanha de Clima do Greenpeace Brasil, o anúncio cria uma falsa expectativa de que algo está sendo feito para evitar o aquecimento global.

A ONG defende que os países industrializados se comprometam a cortar 30% das emissões até 2020 e a reduzir de 80% a 90% até 2050. Piva não considera um avanço o fato de os Estados Unidos terem assumido uma meta, depois de não ratificar o Protocolo de

Kyoto. "O país é o maior poluidor histórico. Se a gente colocar na balança a responsabilidade histórica e atual, é uma meta tímida."

De acordo com a organização WWF, os países do G8 são responsáveis "por 62% das emissões de dióxido de carbono acumulado na atmosfera da Terra", o que faz desses países o principal culpado das alterações climáticas. Por isso, a ONG considera "patética" a recusa do G8 em se tornar o maior condutor da solução para o problema do aquecimento global.

Minc critica governo por não proteger reservas - Bernardo Mello Franco – O Globo – O País – 09/07/2008

BRASÍLIA. O ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, afirmou ontem que 57% das reservas verdes do país não têm fiscais para impedir o desmatamento.

Segundo levantamento do Instituto Chico Mendes, o problema atinge 173 das 299 unidades de conservação federais espalhadas pelo país, a maioria na Floresta Amazônica. O apagão ambiental em regiões protegidas também deixa 82 áreas sem gestor e 96% das reservas extrativistas sem plano de manejo.

Ao divulgar os números, Minc criticou a inércia do governo para proteger as reservas, mas fez elogios à antecessora no cargo, a senadora Marina Silva (PT-AC) ao ser lembrado que suas reclamações atingiam a gestão dela.

— A ministra Marina fez o desmatamento cair por três anos consecutivos.

Para o ministro, que anunciou ontem uma série de contratações e remanejamentos de pessoal, a falta de servidores é a principal causa do avanço da devastação nas áreas protegidas.

Na edição de domingo, O GLOBO informou que 22,3% do desmatamento no ano passado aconteceram em reservas ambientais ou indígenas.

— Algo não vai bem no reino das unidades de conservação.

Não tem sentido 22% do desmatamento nas nossas unidades.

É um número brutal, dá vontade de pular sem parapente.

Nas áreas protegidas não deveria haver nenhum desmatamento. É triste, inaceitável.

Para usar um termo dos ambientalistas, é insustentável — disse Minc.

Minc diz que vai à Amazônia acompanhar operações Sem dar detalhes, o ministro informou que vai à Amazônia nas próximas semanas para acompanhar "operações pesadas" da Polícia Federal e do Ibama contra o desmatamento ilegal. Ele confirmou que o levantamento do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) sobre a devastação em maio está retido há duas semanas na Casa Civil. Mas, contrariando a expectativa dos ambientalistas, disse que teria havido redução nas derrubadas: — Tive acesso aos dados e eles apontam redução do desmatamento em relação ao mês anterior e ao mesmo mês do ano passado, mas quem pode fazer comparações é o Inpe. Os dados estão sendo analisados pela Casa Civil e pela Embrapa.

Entre as medidas para atenuar a falta de pessoal nas áreas protegidas, Minc prometeu criar 82 cargos comissionados para zerar, até o fim do mês, o número de reservas sem gestores. Anunciou a abertura de dois cursos para formar 180 novos fiscais até o fim do ano. O ministro acrescentou que pretende incentivar a expansão do ecoturismo

nos parques nacionais, já que 90% dos visitantes estariam concentrados nas florestas da Tijuca e de Foz do Iguaçu.

Após comentar a falta de planos de manejo para ordenar o uso das reservas extrativistas, o ministro fez críticas duras à lentidão do governo para garantir a proteção das dezenas de reservas criadas nos últimos anos.

— É inacreditável que, das 55 reservas, só duas tenham plano de manejo. — disse.

G-8 aceita reduzir gases-estufa - Gilberto Scofield Jr. – O Globo – Ciência – 09/07/2008

Enviado especial • SAPPORO, Japão

Os países integrantes do G-8 (EUA, Japão, Rússia, Grã Bretanha, França, Alemanha, Canadá e Itália) propuseram ontem que as 200 nações que discutem o aquecimento do planeta no âmbito das Nações Unidas adotem a meta de reduzir em 50% suas emissões de gases do efeito estufa até 2050, comunicado que foi recebido com frieza pelo G-5, grupo de emergentes composto por Brasil, China, Índia, África do Sul e México, e com protestos pelas ONGs de defesa do meio ambiente.

Apesar das críticas, líderes europeus que há muito pressionavam George Bush a assumir um compromisso público sobre o tema, viram o movimento como positivo. Na proposta anunciada pelo primeiro-ministro japonês, Yasuo Fukuda, o G-8 concorda que, além deste objetivo a longo prazo, metas de curto e médio prazos devam ser estabelecidas, mas nenhum número foi fixado.

Ao propor que o foco do combate ao aquecimento seja mantido no âmbito das Nações Unidas — que deverá definir as novas metas que substituirão o Acordo de Kioto em dezembro de 2009, em Copenhague — e em metas de longo prazo, o grupo tenta esconder rachas entre seus próprios integrantes, uns mais ousados na proposta de cortes, como a Alemanha e a Inglaterra, e outros bem mais conservadores, como Rússia e EUA.

G-5 e ONGs querem metas mais imediatas O assessor de economia internacional da Casa Branca, Dan Price, elogiou o comunicado e disse que, com ele, os ricos enfatizavam que a solução do problema depende da ação de todos.

Pode ser. Mas há relutância entre os países.

Ao fim do encontro do G-5 ontem, em Sapporo, no Japão, o presidente do México (país coordenador dos trabalhos), Felipe Calderón, afirmou que os países emergentes não aceitam a acusação de serem os responsáveis pelo aquecimento global: — Não se pode culpar as economias em desenvolvimento por algo que é responsabilidade inquestionável das nações desenvolvidas — disse Calderón.

O ministro das Relações Exteriores do Brasil, Celso Amorim, fez coro: — Não estamos dizendo que os países emergentes não irão contribuir e já nos mostramos dispostos a avançar em metas voluntárias mensuráveis se os ricos aprofundarem os cortes que eles precisam fazer a curto prazo.

No comunicado divulgado pelo G-5, os emergentes apostam no chamado “Mapa do Caminho de Bália” (referência à cúpula sobre o aquecimento climático realizada pela ONU em Bália no ano passado) e que prevê, por parte dos países ricos, um corte entre 25% e 40% das suas emissões até

2020, em comparação a 1990, algo entre 80% e 95% de redução sobre estes níveis em 2050. A meta foi frontalmente combatida pelos EUA — o maior emissor de gases estufa do mundo. As reações mais enfáticas à proposta dos países ricos vieram mesmo das ONGs. Antonio Hill, porta-voz da Oxfam International, reagiu com ironia: — Nesse ritmo, em 2050, o planeta já estará frito e os líderes do G-8 já estarão há muito esquecidos.

Daniel Mittler, do Greenpeace, acusou o G-8 de adiar ações que deveriam ser imediatas

Bush aceita corte de emissão só para 2050 – Valor Econômico- Internacional – 09/07/2008

Líderes dos oito países mais industrializados do mundo concordaram ontem pela primeira vez em adotar um plano ambicioso de corte de emissão de gases que provocam o efeito estufa. A iniciativa, porém, joga para um futuro muito distante as metas de redução e foi taxada por ambientalistas e por alguns governos de países em desenvolvimento como incerta e pouco crível.

Os membros do G-8 prometeram "considerar e adotar" a meta de "conseguir uma redução de pelo menos 50% das emissões globais em 2050, reconhecendo que esse desafio global só pode ser enfrentado com uma ação global".

O presidente dos EUA, George Bush, que sempre resistiu a metas de redução alegando que isso prejudicaria a economia americana, também assinou o compromisso. Bush conseguiu respaldo no G-8 para que a meta fique condicionada à adesão de países em desenvolvimento com economias de crescimento acelerado, como China e Índia, à chamada "ação global".

O plano dos países ricos não especifica qual o ano base para a redução de 50%. Se o ano de referência for 2005, por exemplo, os níveis de redução serão muito menores do que os estabelecidos pelo Protocolo de Kyoto, que usa como parâmetro o ano de 1990.

Outra fragilidade é que o plano simplesmente não estabelece metas de redução das emissões nos anos que antecedem o prazo de 2050. "Para ter algum sentido, um plano de longo prazo precisa ter um ano base e precisa se apoiar em metas e ações ambiciosas de médio prazo", criticou o ministro do Meio Ambiente da África do Sul, Marthinus van Schalkwyk. "Da forma que foi apresentado na declaração do G-8, o meta de longo prazo é um slogan vazio."

Para Antonio Hill, porta-voz da ONG Oxfam International (que atua na área mudança climática, pobreza e outros temas) "nesse ritmo, em 2050 o mundo estará cozido e os líderes do G-8, esquecidos."

Apesar das críticas, o secretário-geral da Organização das Nações Unidas (ONU), Ban Ki-moon, disse que um plano de longo prazo é essencial para as reduções das emissões de gases-estufa. Para ele, o mundo não pode esperar até 2009 - ano em os países esperam concluir um novo tratado sobre aquecimento global que sucederá Kyoto, cuja primeira fase expira em 2012.

Yvo de Boer, secretário-executivo da convenção sobre mudança climática da ONU, o acordo é positivo, embora falho por não estipular quanto os países ricos devem reduzir suas emissões em 2020, disse ao jornal "Financial Times".

O Japão e países europeus vinham pressionando por um acordo de longo prazo. Outros membros do G-8, incluindo EUA, Rússia e Canadá, mostraram sempre menos entusiasmo com a idéia em relação à meta dos 50%. Bush acabou aceitando a idéia por ter conseguido incluir na declaração a futura participação de outras grandes economias em desenvolvimento no esforço contra emissões.

Em uma declaração conjunta líderes do G-5 - África do Sul, Brasil, China, Índia e México - disseram que é "essencial que os países desenvolvidos assumam a liderança" na redução das emissões e que em vez de metas vagas o G-8 deveria se comprometer em cortes de 25% a 40% em 2020. Depois de uma reunião com os demais presidentes do G-5, o mexicano Felipe Calderón disse que a idéia de Bush e aceita pelo G-8 impor metas aos emergentes abalaria suas economias.

Hoje, líderes de países desenvolvidos e em desenvolvimento se reúnem para discutir mudanças climáticas. Segundo Kim Carstensen, diretor do World Wide Fund For Nature, os países mais industrializados geram 62% dos gases-estufa do planeta o que faz deles "os principais culpados pelas mudanças climáticas e a maior parte do problema" .

Reservas extrativistas sucumbem à força da pecuária na Amazônia - Bettina Barros – Valor Econômico – Agronegócios - 09/07/2008

Símbolo do desenvolvimento sustentável na Amazônia, as reservas extrativistas personificadas pelo seringueiro Chico Mendes estão cedendo à pressão da pecuária de corte. Em algumas, sobretudo no Acre e em Rondônia, o número de cabeças de gado bovino já se iguala ou ultrapassa a de habitantes.

Segundo o governo, que ainda vê passivamente o problema, as estimativas apontam para a existência de até 40 mil cabeças nas principais reservas do bioma Amazônia, criadas nos anos 80 justamente para impedir a substituição da floresta por pasto.

"Podemos falar em uma cabeça por habitante", diz Alexandre Cordeiro, coordenador-geral de Reservas Extrativistas e Desenvolvimento Sustentável do Instituto Chico Mendes, órgão (cindido do Ibama) que cuida das unidades de conservação do país.



É o desdobramento irônico - e perverso - do conceito que tenta viabilizar economicamente as populações tradicionais da Amazônia, assegurando o uso sustentável dos recursos naturais. Mas a falta de alternativas motivou o processo conhecido como "pecuarização" das reservas.

"O boi virou uma alternativa de renda porque tem bom preço e liquidez. É a poupança para os momentos de dificuldade dessas populações, não dá para competir com os preços em queda da borracha e da castanha", explica Paulo Amaral, do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon), de Belém.

Das 33 reservas extrativistas (Resex) florestais federais no bioma - algo como cinco milhões de hectares na Amazônia -, nenhuma obteve ainda o plano de manejo, que determina o que pode ser retirado da mata, de onde e de que forma. Detalhe: algumas reservas estão próximas de completar 20 anos desde sua criação.

Tampouco há conselhos comunitários formados para administrar todas essas áreas de proteção. "Não há política pública", admite Cordeiro, do governo. "Não temos dinheiro, não temos gente, não conseguimos atrair iniciativas público-privadas", dispara. "É lógico e óbvio que a pecuária está lá. Que vantagem tem o seringueiro se ele está vendo o vizinho se capitalizar rapidamente? A pecuária é o modelo econômico que dá resultado. Os pecuaristas têm apoio financeiro dos bancos, os extrativistas não".

A pressão do modelo econômico desenvolvido na região coopta com mais voracidade os extrativistas de Rondônia e do Acre, berço dos debates do conceito de reservas extrativistas. Ali, produtos não-madeireiros como a copaíba, a castanha e a borracha estão longe de ser significativos para as comunidades - estima-se que a borracha represente só 10% da renda familiar no Acre hoje.

"É uma tristeza ver que a luta de Chico Mendes terminou assim, com os próprios seringueiros desmatando a floresta", disse Manoel Cunha, presidente do Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS), durante um recente seminário em São Paulo, citando a simbólica Resex Chico Mendes, em Xapuri (AC). Ela tem 1,5 mil habitantes e algumas centenas de cabeças de bois.

Outra referência na "pecuarização" das Resex é a Verde para Sempre, criada em 2004 no Pará para conter o desmatamento e a exploração madeireira predatória, além de garantir a regularização fundiária de cerca de 100 comunidades. Segundo Amaral, do Imazon, os animais (no caso, búfalos) ultrapassam a casa de mil.

Segundo o Grupo de Trabalho da Amazônia, a Resex Jaci-Paraná, de Rondônia, perdeu 37,5 mil hectares até julho do ano passado, 20% de sua área total. Após a derrubada da mata e venda da madeira, deve entrar o gado.

A pastagem nasce sobretudo ao longo das rodovias que cruzam esses Estados, casos da BR-163, BR-364 e da 317, que no Acre liga Rio Branco, Xapuri e Assis Brasil, perto da fronteira com a Bolívia. É nesse eixo que ocorrem os maiores índices de desmatamento do Acre e de Rondônia, e onde o boi flerta com o seringueiro. "A comunidade acabou ficando vendida a esse modelo econômico", diz Cláudio Maretti, superintendente de conservação do WWF Brasil.

Nesse raio estão também unidades do JBS/Friboi, o que, de certa forma, pressiona ainda mais o modelo econômico em vigor na região. A chegada do Bertin em Marabá (PA) também despertou tensão entre ambientalistas.

No curto prazo, a chance de mudanças parece pequena. "Precisaríamos de R\$ 210 milhões só pra fazer o básico nas Resex. Temos R\$ 100 mil", diz Cordeiro.

Medidas do governo visam áreas de proteção – Valor Econômico – Agronegócios - 09/07/2008

O ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, anunciou ontem um pacote de medidas que pretende garantir condições mínimas de gestão e fiscalização das unidades de conservação federais do país. A prioridade serão as reservas extrativistas, florestas e parques nacionais, onde os problemas são mais graves.

O pacote coincidiu com a divulgação de um relatório do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, que aponta que 82 das 299 áreas protegidas estão sem gestor, 173 não contam com nenhum fiscal e 226 não têm plano de manejo. "É um quadro triste, inaceitável e insustentável", disse o ministro.

De acordo com o documento, apenas duas das 53 reservas extrativistas existentes têm plano de manejo. Minc prometeu que todas as unidades de conservação terão, até o fim de agosto, um chefe responsável e, até novembro, pelo menos um fiscal.

O problema de falta de gestores será solucionado com a transferência de cargos do Ibama - responsável pela gestão das unidades de conservação antes da criação do Chico Mendes - e o remanejamento de funções dentro do próprio instituto. Também serão contratados 180 novos funcionários para o Chico Mendes e 215 para o Ibama. A ampliação do quadro já foi autorizada pelo Ministério do Planejamento e o edital do concurso será lançado em agosto. Também em agosto começarão as contratações de mil brigadistas para o combate a incêndios florestais e ao desmatamento no período de estiagem.

Lula mostra números de emissão de CO2 – Estado de São Paulo – Vida & - 10/07/2008

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva defendeu ontem que, na reunião de cúpula do G-8 de 2009, na Itália, os países mais ricos negociem com as economias em desenvolvimento a adoção de metas de redução das emissões de gases-estufa com base em “dados numéricos confiáveis”. Lula apresentou dados da Embrapa que mostram que os EUA lideraram as emissões de gás carbônico (CO2) em 2005, com 21,13% do total despejado na atmosfera.

G-8 acrescenta pouco ao debate – Denise Chrispim Marin – Estado de São Paulo – Economia e Negócios - 10/07/2008

Sem propostas efetivas para abrandar o aquecimento global, evitar uma escalada inflacionária e uma crise sem precedentes na área de alimentos e energia, a reunião de cúpula das sete maiores economias e da Rússia, o G-8, terminou ontem com um superávit de atropelos e contradições e com um estoque de documentos que muito pouco acrescentou aos debates sobre desafios atuais.

A pior gafe partiu da Casa Branca, que descreveu o primeiro-ministro italiano, Silvio Berlusconi, como líder “controverso” e “amador em política” numa biografia sucinta distribuída aos jornalistas que acompanharam a viagem do presidente dos Estados Unidos, George W. Bush. Alarmados pela reação do governo italiano, na terça-feira, os EUA pediram desculpas, por meio de comunicado oficial.

No auge do verão, o encontro deste ano reuniu 22 chefes de Estado, incluindo os convidados, numa estação de esqui às margens do lago Toya, na ilha de Hokkaido, a mais meridional do Japão. O local atendeu à obsessão do G-8 - grupo composto por Japão, EUA, Canadá, Reino Unido, França, Alemanha, Itália e Rússia - por segurança e distância das manifestações de organizações não-governamentais e da imprensa mundial.

Os protestos ficaram restritos a cidades a mais de 100 quilômetros da estação de esqui, protegida por 20 mil policiais. Os jornalistas, por sua vez, foram “acolhidos” em um prédio ecologicamente correto - a 40 quilômetros do hotel onde ocorreram as reuniões, percorridos em ônibus reservados. Cuidadosamente, o governo japonês tudo fez para evitar o contato da imprensa com as delegações e, mais ainda, com os chefes de Estado. Ontem, para acompanhar os encontros bilaterais, jornalistas acabaram confinados numa tenda branca ao lado do resort. A imprensa apenas se aproximou dos líderes em raros momentos, depois de escoltada pelos subterrâneos do hotel.

No momento da foto oficial, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva cumpriu o ritual já conhecido de deixar os colegas à espera. Mas foi recebido com um gesto simpático do presidente francês, Nicolas Sarkozy.

PÁS - Debaixo de chuva, o encontro do G-8 foi aberto na noite de segunda-feira com fogos de artifício, danças tradicionais e chefes de Estado abrigados por guarda-chuvas. Logo depois, os líderes do G-8 tiraram os sapatos e se sentaram em tatames para serem servidos com carne de cordeiro e caranguejo, champanhe francês, saquê, caviar e salmão

defumado, enquanto discutiam os impactos da alta dos preços dos alimentos e do petróleo na cesta básica das famílias que vivem nos países mais pobres.

No dia seguinte, no jardim da estação de esqui, os líderes do G-8 foram convidados a plantar três árvores e, desajeitados, expuseram a falta de habilidade com as pás. Horas antes, seus negociadores haviam concluído que o G-8 não adotaria, neste momento, a meta de corte de 50% nas emissões de gases do efeito estufa até 2050.

Sem acordo para o clima - Gilberto Scofield Jr – O Globo – Ciência – 10/07/2008

Os governos da China e da Índia deixaram claro ontem que não pretendem assumir uma meta de redução em suas emissões de gases do efeito estufa, um dia depois do G-8 (Estados Unidos, Japão, Reino Unido, França, Itália, Alemanha, Canadá e Rússia) propor que os 200 países que negociam soluções para o aquecimento global no âmbito da ONU cortem em 50% suas emissões até 2050.

De acordo com diplomatas que participaram ontem do encontro entre os líderes do G-8 e do chamado G-5 (que reúne Brasil, China, Índia, África do Sul e México) em Hokkaido, no Japão, esses países preferem adotar metas voluntárias verificáveis, ainda que defendam a adoção de cortes para as economias desenvolvidas.

Lula apresenta relatório sobre emissões

Este tem sido um dos principais impasses para o avanço na adoção de medidas voltadas para conter o aquecimento global. Alguns países emergentes admitem mudar o padrão de seu crescimento econômico para algo mais sustentável, mas alegam que não é justo que suas economias não possam crescer por causa de limites impostos às emissões.

Os países ricos, por sua vez, ainda que historicamente sejam os principais responsáveis pela situação atual de destruição do meio ambiente, acham que grandes economias emergentes e poluidoras, como China e Índia, devem também adotar limites de emissão.

— Os países desenvolvidos devem adotar compromissos para que continuem a liderar os esforços de redução nas emissões — disse o presidente da China, Hu Jintao. Na reunião entre membros do G-8 e do G-5 ontem no Japão, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva distribuiu entre os presidentes dois gráficos, compilados pela Embrapa com base em dados pesquisados pela Administração de Informação sobre Energia dos EUA, em 2005. As listas mostram que os países ricos lideram os rankings de maiores emissores de CO₂, tanto na contabilidade do total produzido, quanto no cálculo das emissões por número de habitantes ou por área do país.

— Nas emissões totais, o Brasil responde por apenas 1,28% do total de gases CO₂, e também está em excelente posição quando se analisa as emissões por habitante ou por tamanho do território. — disse o presidente.

— É em função de dados confiáveis como esse que devemos fixar as metas que precisamos atingir para reduzir o aquecimento global.

O ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, disse que o impacto dos números deve fazer com que no Encontro das Maiores Economias — previsto para ocorrer em 2009 (reunindo o G-8, o G-5, mais Austrália, Indonésia e Coreia do Sul) — os países se debrucem sobre diagnósticos confiáveis, que ajudem a estabelecer metas diferenciadas.

Aumenta o recurso do Territórios da Cidadania para o RS – Sítio Eletrônico do MDA - 10/07/2008

O Programa Territórios da Cidadania está destinando ao Rio Grande do Sul R\$ 324,5 milhões ainda este ano. Há um aumento no volume de recursos inicialmente previstos ao estado – até então, eram R\$ 315,8 milhões – para o combate à pobreza rural. O anúncio oficial do aumento de valor previsto nessa ação do Governo Federal ocorre sexta-feira (11), em Porto Alegre, durante a apresentação do Plano de Ações Integradas do Território Zona Sul do Estado e a assinatura do Acordo de Cooperação Federativa.

O Plano de Ações Integradas valida formalmente a matriz de ações a serem realizadas nesse Território da Cidadania – um dos 60 implantados no País. Já o Acordo de Cooperação Federativa formaliza a participação das três esferas de governo (federal, estadual e municipal) no programa. O evento será às 14h no auditório da Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater/RS).

Para o ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, o Território da Zona Sul do Rio Grande do Sul é um exemplo do sucesso da implantação do Territórios da Cidadania no Brasil. “Articulando políticas públicas e promovendo a participação popular, conseguimos mobilizar a comunidade, inclusive ampliando os recursos anteriormente destinados. Com isso, o Governo Federal cumpre o compromisso de fazer chegar mais recursos àquelas regiões que mais necessitam”, salienta Cassel.

Em todo o País, o Programa está destinando R\$ 12,9 bilhões em 2008. Até o fim do ano, serão realizadas mais de 170 ações no território nacional. O Rio Grande do Sul receberá recursos para a execução de 67 ações – 33 delas no eixo acesso aos direitos, que terá R\$ 138,9 milhões; 19 ações de apoio às atividades produtivas, que receberá R\$ 125,6 milhões; e 15 ações destinadas a projetos de infra-estrutura, que contarão com R\$ 59,9 milhões.

Ações integradas - O Plano de Ações Integradas do Território Zona Sul do Estado é fruto de reuniões setoriais realizadas com comunidades organizadas de agricultores familiares, assentados da reforma agrária, quilombolas e pescadores artesanais, além de gestores municipais.

Integram o Território Zona Sul do Estado 25 municípios. São eles: Aceguá, Amaral Ferrador, Arroio do Padre, Arroio Grande, Candiota, Canguçu, Capão do Leão, Cerrito, Chuí, Cristal, Herval, Hulha Negra, Jaguarão, Morro Redondo, Pedras Altas, Pedro Osório, Pelotas, Pinheiro Machado, Piratini, Rio Grande, Santana da Boa Vista, Santa Vitória do Palmar, São José do Norte, São Lourenço do Sul e Turuçu. O território engloba 841.722 habitantes.

É prevista na assinatura do Acordo de Cooperação Federativa a participação do delegado do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) no Rio Grande do Sul, Nilton de Bem, e de representantes do governo do estado e das prefeituras dos municípios que integram o território. Na ocasião, também será formalizado o Comitê de Articulação Estadual, que tem como atribuições apoiar a mobilização do Colegiado Territorial,

fomentar a articulação, acompanhar a execução e sugerir o aperfeiçoamento das políticas públicas.

Territórios da Cidadania - A partir da próxima terça-feira (15) ocorre a divulgação oficial dos Planos de Ações Integradas de todos os Territórios da Cidadania no País, com os investimentos referentes a cada uma das ações. O programa visa chegar a quem mais precisa, norteado pela diretriz do desenvolvimento regional sustentável. Dois milhões de famílias de trabalhadores rurais, assentados da reforma agrária, extrativistas, pescadores artesanais, integrantes de comunidades indígenas e quilombolas deverão ser beneficiadas em todo o Brasil.

Desde o lançamento, em fevereiro deste ano, o Territórios da Cidadania envolveu mais de 14 mil pessoas em reuniões para debater a matriz de ações proposta pelo Governo Federal, agregar a ela as ações dos governos estaduais e municipais e, ainda, as propostas da sociedade civil. Em cada território, o programa foi amplamente debatido e adequado à realidade local.

As ações no Território Zona Sul do Estado

Áreas de atuação	Recursos
Direitos e desenvolvimento social	R\$ 109.528.870,64
Organização sustentável da produção	R\$ 126.400.582,91
Saúde, saneamento e acesso à água	R\$ 20.376.083,71
Educação e cultura	R\$ 13.859.243,49
Infra-estrutura	R\$ 51.443.100,69
Apoio à gestão territorial	R\$ 277.263,00
Ações fundiárias	R\$ 2.636.000,00
TOTAL	R\$ 324.521.144,44

MMA apresenta ao Congresso proposta para Pagamento por Serviços Ambientais –
Lucia Leão – Sítio Eletrônico do MMA – 10/07/2008

O Ministério do Meio Ambiente finaliza um projeto de lei, que será encaminhado ao Congresso Nacional no segundo semestre, para instituir e regular o Pagamento por Serviços Ambientais. Ele vai conceituar o que são serviços ambientais e o que caracteriza a sua prestação, vai instituir uma política nacional para o pagamento dos serviços ambientais e criar um programa para a sua implementação que já prevê, entre outras iniciativas, incentivos financeiros aos responsáveis pela manutenção de áreas com cobertura de vegetação nativa acima do exigido pela lei em todos os biomas.

Os termos gerais do PL foram apresentados nesta quinta-feira (10) pela secretária-executiva Izabella Teixeira, pelo secretário da SDR Egon Krakhecke e pelo diretor-executivo do Serviço Florestal, Tasso Azevedo em seminário realizado pela Câmara dos Deputados. O projeto do MMA deve ser apensado a outras quatro propostas sobre o tema que tramitam na Casa e que serão relatadas pelo deputado Jorge Khoury (DEM-BA). Krakhecke explicou que, apesar da existência dos outros PLs, o projeto do MMA era indispensável já que só o Poder Executivo tem a prerrogativa de apresentar propostas que impliquem na criação de despesas. "Os projetos que já foram apresentados por parlamentares, como o do deputado Antônio Palocci, não podem pressupor a aplicação de recursos orçamentários, o que cria uma limitação muito grande", justificou o secretário.

O pagamento por serviços ambientais, segundo o projeto do MMA, poderá ser feito de forma direta ou indireta com financiamento do poder público ou do mercado. Na atual etapa de elaboração do projeto, os técnicos estão debruçados sobre a quantificação dos custos desses serviços e na identificação das fontes de financiamento.

Tasso Azevedo explicou que o MMA está considerando prestação por serviço ambiental a manutenção de cobertura vegetal nativa (_floresta em pé_) em áreas que excedem a reserva legal definida para o bioma e as APPs. Uma estimativa de custo inicial prevê o repasse inicial de R\$ 100 milhões para proprietários dessas áreas, podendo chegar a R\$ 4 bilhões quando o pagamento pelo serviço for universalizado.

Esses custos devem ser rateados entre os principais beneficiários: a sociedade brasileira como um todo pagará através do Orçamento da União, a comunidade internacional - que se beneficia com a fixação de carbono garantida pela cobertura florestal - contribuirá com doações ao Fundo da Amazônia e com pagamentos de crédito de carbono, os setores econômicos dependentes dos recursos naturais - como o agropecuário e o hidrelétrico - e os geradores de impactos ambientais que podem ser mitigados com a conservação da vegetação, como o petrolífero.

A reunião dos líderes das maiores economias do mundo no Japão foi uma oportunidade desperdiçada de abrir espaço para ações conjuntas que combatam os principais problemas globais de curto prazo - alta do petróleo, disparada dos preços dos alimentos e redução das emissões de carbono. Como era esperado, mas não fatal, o G-8, que reúne os países ricos mais a Rússia, e o G-5 (Brasil, China, Índia, México e África do Sul) insistiram ora em lugares comuns, ora em velhas posições irredutíveis.

Foi uma das primeiras vezes em que os dois blocos participaram de uma negociação em que o poder de fato dos países ricos já não é absoluto ou claramente determinante em nenhuma das questões levantadas. O petróleo está atingindo as alturas porque há consumo demais, puxado pela China, os asiáticos e a Índia. É mais que óbvio que a especulação joga uma pequena parte na fogueira das cotações e que ela seria impotente ou de curta duração caso investidores não estivessem apostando em tendências que se baseiam em condições reais de oferta e demanda. Dessa forma, é interessada, defensiva e simplória a posição do G-5 em atribuir aos países ricos a responsabilidade por conter uma suposta interferência decisiva de especuladores no mercado das commodities. A posição do G-8 foi igualmente decepcionante e seguiu a linha acadiana: para combater a elevação das cotações do petróleo é preciso aumentar a produção e o refino.

Os três assuntos que polarizaram as discussões estão inter-relacionados. O Banco Mundial elaborou um estudo questionável mostrando que foram as tentativas de escapar dos altos preços do petróleo - com o avanço dos biocombustíveis - que causaram a devastadora alta dos alimentos. O estudo trouxe mais barulho que luz. Os países em desenvolvimento fizeram os pedidos habituais de ajuda do G-8 às nações mais pobres e aumento de linhas de crédito para os agricultores pobres da África. Tanto o G-8 (caso dos EUA) como o G-5 (caso do Brasil) tem adversários de biocombustíveis e países produtores.

Posições precipitadas pró e contra os combustíveis alternativos esconderam o fato real de que estoques muito baixo de alimentos, catástrofes climáticas sucessivas em países importantes como a Austrália e aumento significativo da demanda mundial elevariam os preços dos alimentos de qualquer forma. Se a esses fatores se acrescentasse a duplicação em um ano do preço do petróleo e o deslocamento de terras para produção do etanol de milho nos EUA, é óbvio que o custo da alimentação dispararia. Mas as crescentes suspeitas de substituição de culturas e degradação ambiental por parte dos biocombustíveis os colocaram quase como o principal vilão da alta dos alimentos. Por isso, foi significativa a posição do Parlamento europeu, divulgada durante a reunião do G-8, de que a União Européia deve rever para baixo a meta de substituir 10% dos combustíveis fósseis por alternativos até 2020.

Ainda que envolta no mais espesso pessimismo, a posição do G-8 sobre o combate ao aquecimento global evoluiu. Os EUA aceitaram se comprometer com metas de redução das emissões de CO₂ - 50% até 2050 - desde que todos os países cooperem para isso. É certo que George Bush fez isso no fim de seu apagado mandato, que não foram fixadas metas intermediárias para os cortes, sem as quais eles viram mera intenção, e que não se definiu sequer o ponto de partida para mensurar as emissões (a partir de que ano). Ainda assim, os EUA deixam relutantemente seu unilateralismo e aceitam em princípio envolver-se em esforços conjuntos globais para conter as emissões.

Os países em desenvolvimento, porém, foram com um pacote pronto para responsabilizar os países ricos pelo problema e não aceitar qualquer meta para si. Declarações de membros do governo chinês de que se os EUA se comprometessem com metas a China faria o mesmo se esvaneceram com a posição oficial do G-5. O combate ao aquecimento global não será eficaz sem a participação do maior poluidor do mundo até ontem, os EUA. Mas também não avançará sem compromissos dos maiores poluidores de hoje, como China e Índia, que se mostraram irredutíveis sobre o assunto nas reuniões.

Mudança climática assimétrica - Otaviano Canuto – Valor Econômico – Opinião - 10/07/2008

Reduzir a contribuição humana às mudanças climáticas provocadas pelo aumento de gases-estufa na estratosfera será necessariamente uma tarefa global. Como tais gases se misturam de modo uniforme na atmosfera, de um ponto de vista ambiental não importa de onde se originam no planeta as emissões e, portanto, o esforço de atenuação dessas terá de ocorrer em todas as áreas do planeta onde sejam significativas.

A complexidade é enorme. Há um problema de ação coletiva, ou seja, na ausência de algum processo de negociação e compromissos mútuos efetivos quanto ao esforço de diminuição de emissões de gases-estufa; a tentação de esperar que outros incorram no sacrifício tende a levar a que, no conjunto, não ocorra tal mitigação. Além disso, as causas e conseqüências de tais emissões, além de cercadas de inevitável imprecisão, tendem a ser avaliadas sob prismas e interesses diversos.

Tal diversidade de perspectivas decorre de três assimetrias que atravessam a questão. Antes de tudo, há a assimetria temporal, ou seja, o fato de que os benefícios das ações de mitigação serão usufruídos especialmente por futuras gerações, ao passo que os custos serão incorridos no futuro próximo. Neste contexto, não há motivo para esperar homogeneidade de preferências entre nações soberanas quanto ao valor do futuro a ser preservado em relação ao presente.

Uma segunda assimetria, de natureza geográfica, diz respeito ao esforço de mitigação. Dadas as tendências atuais de emissões de carbono, alguns países em desenvolvimento (especialmente China e Índia) se tornarão grandes emissores e, portanto, o necessário esforço de mitigação a ser por eles aplicado dificilmente deixará de ser desproporcional a sua própria contribuição passada ao estoque de gases-estufa.

Há ainda uma terceira assimetria, também de caráter geográfico: as conseqüências econômicas negativas do aquecimento global serão sentidas de modo não uniforme no planeta e algumas regiões em desenvolvimento serão as mais atingidas, sofrendo efeitos passíveis de atenuação apenas mediante elevados custos de adaptação local. A maioria deles sequer estará no grupo dos novos grandes emissores, constituindo-se, portanto, em perfeitas vítimas das mudanças climáticas acentuadas por outros.

A heterogeneidade geográfica ocorrerá no caso dos vários efeitos negativos da mudança climática, tais como maior frequência de ondas de calor, maior intensidade nas tempestades, enchentes e secas, difusão mais rápida de certas doenças e perda de biodiversidade. Tome-se, por exemplo, o impacto da subida nos níveis dos oceanos. Estima-se que o atual curso de aquecimento global deverá implicar níveis entre 1 e 3

metros mais altos neste século, podendo chegar a 5 metros, caso haja ruptura de placas glaciais na Groenlândia e na Antártica Ocidental. Uma pesquisa realizada pelo Banco Mundial sobre seu impacto em 84 países em desenvolvimento trouxe resultados alarmantes. Centenas de milhões de pessoas terão provavelmente de se deslocar, sofrendo danos econômicos e ecológicos. No caso de alguns países - Vietnã, Egito, Bahamas, etc. - as conseqüências poderão ser catastróficas.

Um acordo internacional não eximirá ninguém de adotar medidas como aquisição de energia onde for mais limpa e eficiente

Embora todos no planeta devam sofrer com o deslocamento de contingentes populacionais, perda de infra-estrutura, etc., o fato de que a área agricultável em algumas regiões mais frias poderá aumentar ilustra a assimetria nos efeitos. Enquanto isso, áreas em economias de desenvolvimento que estão próximas da linha do Equador e que estão em baixa altitude poderão ultrapassar limiares de temperatura a partir dos quais a produtividade agrícola tende a se reduzir.

As implicações das assimetrias geográficas são claras. Há fundamento para o argumento moral de que a comunidade internacional tem a obrigação de apoiar e compensar o esforço de "adaptação" por parte das regiões perfeitas vítimas. Por seu turno, no que diz respeito ao esforço assimétrico de "mitigação" das futuras emissões e do aquecimento global, só pode haver expectativa realista de se alcançar algum tipo de acordo de alcance global caso haja alguma compensação pela assimetria entre emissões passadas e cortes de emissões futuras. Afinal, reduzir as contribuições antropomórficas ao estoque de gases-estufa - principalmente dióxido de carbono liberado com a queima de combustíveis fósseis e desmatamento - não será sem custos e, portanto, o reconhecimento das assimetrias estará no centro da negociação por parte das economias em desenvolvimento, grandes futuras emissoras.

Tal acordo internacional não eximirá ninguém de adotar medidas domésticas apropriadas, tais como evitar subsídios ao uso de combustíveis fósseis ou ao desmatamento, abandonar políticas de auto-suficiência energética em favor da aquisição de energia onde for mais limpa e eficiente etc. Contudo, níveis diferenciados de comprometimento com metas e/ou um componente de transferência de tecnologia e recursos a fundo perdido de velhos emissores para os potenciais emissores emergentes também terão de estar presentes.

Aceitar que o reconhecimento das assimetrias será necessário para tal acordo traz implicações para o debate atual sobre que instrumentos privilegiar para precificar as emissões de carbono e, assim, eliminar-se a falha incorrida pelos mercados pelo fato dos preços de bens e serviços não refletirem sua contribuição ao estoque de carbono na estratosfera. Há, de um lado, aqueles que defendem a simples aplicação de uma "taxa de carbono" como forma de correção. Outros preferem esquemas de "quotas-com-comércio" como os já previstos no Protocolo de Kyoto, nos quais limites máximos de emissão são estabelecidos em nível de firmas e setores e permite-se que "créditos de carbono" sejam comprados de outros que consigam reduzir emissões com menor custo. Uma taxa de carbono enseja maior estabilidade ao preço do carbono, enquanto as quotas-com-comércio dão maior segurança quanto às quantidades de carbono emitidas.

Em nível global, tende a ser mais complexa qualquer conciliação entre o reconhecimento das assimetrias e a taxa de carbono. A diferenciação de taxas nacionais, para além da complexidade na negociação, introduziria distorções de preços. Uma taxa

global com algum mecanismo de transferência tributária compensatória das assimetrias, por sua vez, implicaria um grau de politização recusado pelos emergentes emissores. Metas diferenciadas de emissão, com tendência a colocar países em desenvolvimento como prováveis vendedores de crédito de carbono, a partir de transações privadas, tendem a ser mais palatáveis.

E o Brasil em tudo isso? A matriz energética relativamente limpa de carbono, por conta das hidrelétricas e dos biocombustíveis, dá-lhe graus de liberdade. O calcanhar-de-aquiles está no desmatamento. Mas aí vale comprometer-se com metas, independentemente até de qualquer aquecimento global assimétrico. **Otaviano Canuto é vice-presidente para países do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e professor (licenciado) da FEA-USP.*

Lula agita G-8 ao cobrar ricos por poluição – Assis Moreira – Valor Econômico – Internacional – 10/07/2008

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva apresentou ontem no G-8 tabelas dos maiores poluidores do mundo, encabeçada pelos EUA, e defendeu que é em cima de dados concretos de emissões que os países industrializados devem assumir compromissos de cortes de emissões de gases-estufa, em vez de pressionarem os emergentes.

Lula leu diante do grupo de presidentes e primeiros-ministros as listas mostrando que os EUA foram responsáveis por 21% das emissões globais em 2005, comparado a 1,28% no caso do Brasil. Os EUA emitiram 20 toneladas por habitante e 710 por quilômetro quadrado, e o Brasil 1,9 e 42 toneladas respectivamente.

Nem a Holanda, conhecida por seu engajamento ecológico, escapou: produzia 16 por toneladas por habitante e 6.593 toneladas por quilômetro quadrado. "É pequeno, mas polui para caramba", afirmou o presidente sobre o país densamente povoados.

Acontece que China, Rússia e Índia, aliados do Brasil, também figuram com destaque na lista. Mas, nesse caso, Lula acha que deve ser levada em conta a "responsabilidade histórica" dos industrializados pela poluição, o que deveria fazê-los cortar mais.

Até aquele momento, as intervenções dos países ricos pareciam ter sido escritas pela mesma chancelaria e apenas traduzidas, segundo um participante. Insistiam que os emergentes deveriam assumir compromissos ambiciosos para reduzir emissões de gases-estufa, reconhecendo a diferenciação de responsabilidades.

Todo mundo parecia falar a mesma coisa, quando o diabo está nas nuances. A retórica diplomática ocultava diferenças de fundo entre ricos e emergentes sobre como descarbonizar suas economias, com impacto enorme sobre a produção e o consumo.

As tabelas de Lula implodiram esse cenário. O presidente americano, George W. Bush, que até então só tinha falado por um minuto, quase ignorando o debate, perguntou em tom bem-humorado: "E qual o montante das emissões da Alemanha?" Lula citou. O presidente da França, Nicolas Sarkozy, olhou a tabela e disse ao presidente da África do Sul, Thabo Mbeki, que este polui mais que a França.

Depois de Lula ter lançado um amontoado de dados sobre energia renovável, benefícios do etanol e defesa das florestas, Sarkozy, em tom inflamado, disse que não dava

para pedir aos países que estão se desenvolvendo para que parem de se desenvolver, mas que é preciso chegar a um consenso sobre como combater o aquecimento global.

O premiê da Austrália, Kevin Rudd, rasgou elogios a Brasil, Índia e China pela redução da pobreza e insistiu não ser justo pedir para esses países o mesmo sacrifício que os industrializados têm de fazer.

O presidente Lula reconheceu que o impasse é forte. "Quem é muito industrializado, e país de grandes consumidores, não quer mudar seu padrão de vida. Veja se os americanos querem abrir mão de seus carrões que precisam quase de uma refinaria em cima", exemplificou.

Depois da apresentação das tabelas, uma nova reunião em bases numéricas foi marcada para o ano que vem no G-8 da Itália. O presidente Lula chegou ontem no início da madrugada (hora local) ao Vietnã, de onde segue para o Timor Leste e Indonésia.

Dados brasileiros não incluem desmatamento - Daniela Chiaretti – Valor econômico – Internacional - 10/07/2008

O ranking dos países emissores de gases do efeito-estufa que o presidente Lula citou no Japão aos líderes do G-8 conta só uma parte da história do aquecimento global. É como se se comparassem apenas as emissões urbanas, ou quanto as cidades jogam na atmosfera ao queimar combustíveis fósseis como petróleo e carvão. Neste quesito, como o Brasil tem matriz energética baseada em hidrelétricas, considerada limpa, o país fica no 18º lugar da lista. O problema brasileiro não é este - e o presidente Lula deve saber disso de cor. A questão são as emissões provocadas pelo desmatamento - quando elas entram na conta, o Brasil salta para a 4ª posição da lista.

"Qual ranking era? Aquele em que o Brasil aparece em 18º lugar?", comentou o físico José Goldemberg, por telefone e sem ver lista alguma, ao saber da fala de Lula no Japão. Os dados da Energy Information Administration (EIA), a agência de energia dos Estados Unidos, são conhecidos dos cientistas e inquestionáveis. "Não há discordância sobre eles, são números muito confiáveis que apontam a quantidade de carvão, de gás e de petróleo que os países consomem e quanto isso produz de gases do efeito estufa", diz Goldemberg.

A dificuldade está na outra tabela, a que inclui as emissões que aparecem com a mudança no uso da terra, que no caso do Brasil significa desmatamento por corte raso, por queimadas, pela substituição de florestas por pastagens. "Estes são dados muito mais complicados de analisar, porque os países não têm números muito precisos sobre isso", diz o ex-secretário do Meio Ambiente do Estado de São Paulo. São as emissões produzidas quando o carbono das árvores é lançado na atmosfera pela ação das queimadas ou quando troncos e galhos se decompõem. Na tabela exibida aos líderes do G-8 pelo presidente Lula, a Indonésia, país que é um grande emissor de gases-estufa pelo desmatamento veloz e feroz de suas florestas, aparece em 19º lugar, logo abaixo do Brasil.

Grandes poluidores

Emissores de gases-estufa

	CO ₂ em milhões de ton	%
Mundo	28.192,74	100
Estados Unidos	5.956,98	21,13
China	5.322,69	18,88
Rússia	1.696,00	6,02
Japão	1.230,36	4,36
Índia	1.165,72	4,13
Alemanha	844,17	2,99
Canadá	631,26	2,24
Inglaterra	577,17	2,05
Coreia do Sul	499,63	1,77
Itália	466,64	1,66
Irã	450,68	1,60
África do Sul	423,81	1,50
França	415,27	1,47
Arábia Saudita	412,35	1,46
Austrália	406,64	1,44
México	398,25	1,41
Espanha	387,11	1,37
Brasil	360,57	1,28
Indonésia	359,47	1,28
Ucrânia	342,57	1,22
Outros	5.845,40	20,73

Emissões per capita (2005)

	ton/habitante	ton/km ²
Estados Unidos	20,14	710
Canadá	19,24	69
Austrália	20,24	53
Holanda	16,44	6.493
Alemanha	10,24	2.366
Japão	9,65	3.256
Europa	7,93	472
China	4,07	956
Mundo	4,37	209
América Latina	3,1	71
Brasil	1,9	47
África	1,2	34

Fonte: Group, 2006. Adaptado de: www.epa.gov - EPA

Os cientistas não gostam deste tipo de discussão. "Em Ciência não se briga com números, mas com a sua interpretação", diz Goldemberg. "Vejo com tristeza o governador do Mato Grosso questionando os números de desmatamento do Inpe. Dados são dados. Estes, lamentavelmente são muito ruins", prossegue.

Inpe libera dados só após 1 mês de revisão – Herton Escobar – Estado de São Paulo – Vida & - 11/07/2008

A sociedade civil terá de esperar um mês, em vez de 15 dias, para receber os relatórios mensais sobre desmatamento na Amazônia a partir de agora. Esse é o tempo que o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) precisará para validar os dados do Sistema de Detecção de Desmatamento em Tempo Real (Deter) com imagens de outros satélites e inspeções de campo, conforme determinação do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT).

[Veja números de desmatamento](#) mês a mês, até abril

O boletim de maio, que normalmente teria sido divulgado em meados de junho, ainda está sendo finalizado esta semana e deverá ser divulgado na terça-feira, segundo o Inpe. Os dados de junho, por sua vez, estarão disponíveis apenas no fim do mês.

O atraso só foi justificado oficialmente anteontem pelo MCT, por meio de nota: “Para tornar a informação mensal sobre o desmatamento mais precisa, o Ministério da Ciência e Tecnologia determinou ao Inpe que fossem feitos estudos de validação e qualificação dos dados, utilizando imagens de outros satélites e dados de campo, aprimorando os métodos científicos e garantido a confiabilidade e a comparabilidade dos dados.”

Na semana passada, o ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, disse que a divulgação estava retida por ordem da Casa Civil. Procurada ontem pelo Estado, a Casa Civil informou que não tem os dados e que a divulgação será feita na terça-feira, conforme a nota do MCT.

Organizações não-governamentais que atuam na Amazônia temem um retrocesso na política de transparência estabelecida pela ex-ministra do Meio Ambiente Marina Silva, que pediu demissão dois meses atrás. Segundo fontes próximas ao MMA, o governo sempre pressionou para que os dados fossem repassados à Presidência antes de serem divulgados. Mas Marina era irredutível. “Sempre divulgamos os dados assim que eles ficaram prontos”, disse Marina ontem ao Estado. “É fundamental que se mantenha a transparência do sistema, livre de influências políticas.”

Segundo o Inpe, apesar do atraso na divulgação pública, o Ibama nunca deixou de receber os mapas de alerta do Deter, que são usados para orientar a fiscalização de campo, com periodicidade de 15 dias. ONGs ambientalistas e de pesquisa que também trabalham com os dados, porém, continuam sem receber as informações de maio. “Para mim é algo mais do que obscuro”, diz o diretor da ONG Amigos da Terra, Roberto Smeraldi. “O Deter deveria criar a possibilidade de controle social, e não servir apenas como ferramenta de fiscalização do Ibama. Esse era o grande diferencial.” A partir de agora, antes da divulgação pública, as imagens do Deter, produzidas pelo sensor Modis do satélite Terra (de baixa resolução), serão validadas com imagens do satélite Landsat (de maior resolução). A idéia seria evitar questionamentos políticos sobre a qualidade dos dados, como ocorreu nas últimas divulgações.

ONGs criticam área maior para uso rural na Amazônia – Herton Escolbar - Estado de São Paulo – Vida & - 11/07/2008

Organizações não-governamentais rechaçaram ontem a aprovação pelo Senado da medida provisória que aumenta de 500 para 1.500 hectares o tamanho de áreas públicas invadidas na Amazônia que podem ser privatizadas sem licitação. A medida, na prática, legaliza a grilagem e incentiva o desmatamento, segundo os ambientalistas.

A MP 422/08 foi aprovada no fim da noite de quarta-feira por 37 votos a 23, com 3 abstenções. “É algo que vai na contramão de todos os esforços que fizemos para combater o desmatamento nos últimos cinco anos”, disse ao Estado a senadora e ex-ministra do Meio Ambiente Marina Silva (PT-AC). “Não só legaliza aqueles que ocuparam terras ilegalmente no passado como abre um precedente para aqueles que estão invadindo agora e que vão invadir no futuro.”

Na Câmara, a MP foi aprovada na noite do dia 13 de maio, horas depois da renúncia de Marina como ministra. O líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), defendeu com ênfase a medida no plenário. Segundo ele, a lei permitirá a regularização fundiária da região amazônica, principalmente no seu Estado (Roraima) e no Amapá.

Além do DEM e parte do PMDB, Jucá contou com o apoio de quatro senadores do PT que ficaram contra Marina: a líder, senadora Ideli Salvatti (SC), Augusto Botelho (RR), Delcídio Amaral (MS) e Serys Slhessarenko (MT).

A organização Amigos da Terra - Amazônia Brasileira entrou ontem mesmo com uma representação no Ministério Público Federal contra a lei. O diretor Roberto Smeraldi destaca que o requisito básico para que o ocupante obtenha o título da terra sem licitação é a comprovação da existência de “cultura e moradia”. Ou seja: só terá posse da terra quem converter a floresta em plantação ou pastagens - equivalente ao que se fazia na década de 70, nas políticas de ocupação da Amazônia dos governos militares. “Nunca o passado esteve tão próximo quanto agora”, declarou Paulo Adario, diretor do Greenpeace na Amazônia. “O Brasil voltou a ser um país da década de 1970, quando a questão ambiental era equivocadamente considerada um entrave para o desenvolvimento.”

Adiamento global – Folha de São Paulo – Editorial – Editorial - 11/07/2008

A REUNIÃO do G8 no Japão trouxe avanço infinitesimal nas negociações sobre a mudança climática. Os países ricos reconheceram finalmente a necessidade de adotar metas de redução dos gases do efeito estufa em 50% até 2050. Antes, o G8 só se comprometia a "considerar seriamente" o objetivo.

A União Européia assume o compromisso de cortar 20% até 2020 e conseguiu arrastar os EUA para junto do restante do G8. Em troca, o presidente Bush fez vingar o princípio de que economias emergentes (como China, Índia e Brasil) também devem adotar metas. Bush sabotou quanto pôde as negociações sobre clima, mas nesse aspecto a ciência está de seu lado.

A meta "50% em 2050" é fisicamente inatingível sem os países emergentes. Em quatro décadas, eles responderão pela maior parte das emissões. Mas contra-argumentam,

com razão, que 62% do estoque de gases do efeito estufa na atmosfera foram emitidos por países ricos.

Tal impasse tornou ainda mais aguado outro comunicado conjunto, apresentado pelas 16 "principais economias". Nenhuma meta específica foi mencionada. Os emergentes exigem que os ricos cortem algo entre 25% e 40% das emissões já em 2020. É o caminho mais justo, embora pareça improvável que um novo acordo saia até dezembro de 2009, data-limite para substituir o moribundo Protocolo de Kyoto. A lentidão do processo, porém, não é desculpa para adiar providências. Já existe tecnologia para cortar de 10% a 20% das emissões mundiais. Falta é transferi-la e financiar a adoção.

No Brasil, quarto maior emissor do mundo, o caminho óbvio é estabilizar o desmatamento na Amazônia. Pelo menos dois terços de nossas emissões vêm dessa destruição inútil, contribuição que o presidente Lula omitiu ao falar do problema em Hokkaido.

Minc acusa Mangabeira de invadir a área ambiental – Marta Salomon – Folha de São Paulo – Brasil - 12/07/2008

Incomodado com a ingerência do ministro Mangabeira Unger (Assuntos Estratégicos) na área ambiental, Carlos Minc (Meio Ambiente) classificou de "invasão" as iniciativas do colega para abarcar a gestão do novo Fundo Amazônia, que vai captar doações condicionadas à redução do desmatamento na floresta, estimadas em US\$ 1 bilhão no primeiro ano. "Ele [Unger] realmente extrapolou; houve um desejo de que o fundo fosse para as asas dele", reagiu Minc ao se manifestar sobre o estresse no comando do combate ao desmatamento. Esse estresse levou o diretor de articulação de ações da Amazônia, André Lima, a pedir demissão.

Na carta encaminhada a Minc, Lima menciona a viagem de Mangabeira à Noruega anteontem, como parte de roteiro na Europa em que o Fundo Amazônia esteve em pauta, assim como o atraso na divulgação de dados do Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais) e a suposta falta de prioridade do governo no combate ao desmatamento.

"Nas atuais condições de descoordenação, o plano é insuficiente para manter a queda consistente e permanente da degradação de nossas florestas tropicais", escreve o diretor.

Minc concorda com as preocupações do ex-assessor, mas considerou a demissão um gesto precipitado. Ele avalia que Mangabeira Unger, coordenador do PAS (Plano Amazônia Sustentável), quis, mas não vai levar o comando do Fundo Amazônia.

A **Folha** tentou falar com o ministro de Assuntos Estratégicos ontem, mas sua assessoria não conseguiu localizá-lo em Londres, última escala da viagem à Europa.

Segundo Minc, o decreto de criação do fundo será assinado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 1º de agosto, no formato proposto pelo Ministério do Meio Ambiente. A maior doação já acertada virá da Noruega. A gestão ficará a cargo de um conselho, no qual Unger não terá assento.

Monitoramento - Minc anunciou ontem mudanças no sistema de monitoramento do desmatamento da Amazônia. Os dados passarão a ser divulgados mensalmente -e não mais quinzenalmente- e desagregados a fim de mostrar separadamente o chamado "corte raso" (derrubada total e em massa da floresta) e a degradação progressiva.

Esse era um pleito antigo, segundo o ministro, do governador Blairo Maggi (MT), crítico das ações do governo na área. O Mato Grosso lidera o desmatamento da Amazônia. Segundo Minc, o desmatamento na Amazônia caiu em junho, como mostrará na próxima terça-feira o Inpe. **Colaborou a Sucursal do Rio*

Minc aprova ampliação de venda de terras - Bernardo Mello Franco – O Globo – O País – 11/07/2008

Ministro diverge publicamente de sua antecessora no cargo; MP foi apelidada de Plano de Aceleração da Grilagem

BRASÍLIA. O ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, defendeu ontem a aprovação no Senado da polêmica medida provisória que triplicou o limite de extensão das áreas que a União pode vender, sem licitação, na Amazônia. O texto foi transformado em lei quarta-feira, provocando forte reação de entidades ambientalistas, que o apelidaram de Plano de Aceleração da Grilagem. É a primeira vez que Minc diverge publicamente da sua antecessora no cargo, a senadora Marina Silva (PT-AC), que liderou a tentativa de derrubar a proposta no Congresso.

Para o ministro, a MP faz parte de um esforço do governo federal para regularizar a posse de terras na floresta. Com a aprovação do texto, o limite das áreas ocupadas irregularmente que poderão ser vendidas sem licitação saltou de 500 para 1.500 hectares. Minc argumentou que essa porção de terra, na Amazônia, não seria tão grande quanto parece: — No Rio de Janeiro, isso é um latifúndio. Mas na Amazônia, dependendo de onde for, é uma propriedade de porte médio.

Ao criticar a medida, Marina afirmou que a ampliação das terras à venda era “uma senha para que as pessoas continuem grilando e depredando a floresta e invadindo a Amazônia”.

“Não vai haver clima de xepa”, afirma ministro Minc disse que a preocupação dos ambientalistas é válida e prometeu ações de fiscalização para não deixar que a distribuição de lotes acelere ainda mais a devastação da floresta: — Não vai haver clima de xepa. Não vamos permitir que esse projeto importante de regularização de terras vire fim de feira da grilagem. O ministro tentou atenuar as divergências com Marina. Na votação da MP, ao constatar que seria derrotada, ela apresentou emenda para tentar livrar as áreas verdes que já estão no Cadastro Nacional de Florestas Públicas.

Relator da proposta, o líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), não aceitou. Chamando a antecessora de parceira e aliada, Minc disse que, se fosse senador, teria votado a favor da emenda.

— Acho que a emenda da Marina era boa, mas isso não significa que todo o projeto seja ruim — afirmou.

O diretor da Campanha Amazônia do Greenpeace, Paulo Adário, disse, em nota, que a aprovação da MP deu um carimbo de lei à grilagem na floresta.

“Era só o que faltava: a grilagem de terras na Amazônia agora virou lei. A aprovação do Plano de Aceleração da Grilagem só vem confirmar nossos temores de que o governo optou pelo pragmatismo eleitoreiro, em vez de ampliar os investimentos em atividades que ajudem a manter a floresta em pé e fortalecer as instituições encarregadas de zelar pelo patrimônio ambiental dos brasileiros, como Ibama e Polícia Federal”, diz Adário.

A MP foi editada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva em março, a pedido do ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel. Ao justificar o projeto, o ministro cobrou urgência na mudança de regras, alegando que o limite de 500 hectares “foge à realidade atual da Amazônia Legal”. O diretor da ONG Amigos da Terra, Roberto Smeraldi, pediu ao Ministério Público Federal em São Paulo que abra investigações sobre os grileiros que pedirem ao Incra a legalização das terras que ocupam. Segundo o ambientalista, isso significará confessar o desmatamento em áreas públicas, proibido por lei federal desde 2006.

Começa regularização de terras na BR-163 – Sítio Eletrônico do MDA – 11/07/2008

Mais de três mil posseiros que ocupam áreas da União na região da BR-163, no sudoeste do Pará, poderão obter títulos da terra até o final do ano. Uma grande operação do MDA/Incra, em parceria com o exército, foi lançada nesta sexta-feira (11), em Novo Progresso. O evento reuniu cerca de 2.500 pessoas, que foram ver e ouvir o ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, o presidente do Incra, Rolf Hackbart, e a governadora do estado, Ana Julia Carepa.

Cerca de 80 ônibus levaram moradores da região para a cidade, cenário da maior operação de regularização fundiária do Incra em toda a Amazônia. Até dezembro, pelo menos 60 servidores da autarquia e outros 60 do exército vão percorrer cada uma das posses rurais de Novo Progresso e de outros três municípios: Altamira, Itaituba e Trairão. O presidente do Incra explicou que serão mapeados 7,7 milhões de hectares nas margens da estrada Cuiabá-Santarém. “O Estado brasileiro chegou para regularizar o uso e a posse da terra, tudo dentro da lei, respeitando o direito daqueles que vivem da terra”, disse Rolf Hackbart.

Ao observar as dezenas de faixas e cartazes no local do evento, um templo religioso de Novo Progresso, Hackbart destacou o apoio dos sindicatos de trabalhadores rurais e de empresários rurais da região, “os maiores interessados na regularização”. Na primeira fase da operação, os técnicos do Incra vão fazer o levantamento ocupacional de cada posse. Depois, o pessoal do exército vai medir o perímetro da terra com equipamento GPS. “O Incra já sabe onde estão as terras da União, as do estado, e o que é privado: o que falta é entrar nas glebas, medir e regularizar”, informou Hackbart.

A partir da experiência no sudoeste do Pará, toda a Amazônia Legal será regularizada, disse o ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, lembrando que existe preocupação com a Amazônia no mundo todo, por conta do desmatamento e da necessidade cada vez maior de preservação ambiental. Por isso, segundo ele, é preciso acabar com a confusão existente na malha fundiária da Amazônia. “Não podemos mais

olhar para esta terra como se só existisse grileiro ou desmatamento: aqui tem trabalho, aqui tem gente que trabalha”, afirmou Cassel.

O ministro ainda esclareceu os efeitos da Medida Provisória 422, que permite a venda direta de áreas até 15 módulos fiscais na Amazônia Legal. “A grande importância da MP é que ela dialoga com a realidade da região. Aqui as posses são maiores”, disse Guilherme Cassel, que também se referiu ao programa estadual “Pará, terra de direito”, lançado durante o evento pela governadora Ana Julia. “O que a gente quer é justamente isso: uma terra de direitos e de legalidade”, concluiu o ministro.

MMA assina acordo com a Vale para tornar sustentável a cadeia do carvão vegetal – Aida Feitosa – Sítio Eletrônico do MMA – 11/07/2008

O ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, e o presidente da Vale, Roger Agnelli, assinaram, nesta sexta-feira (11), no Rio de Janeiro, termo de compromisso pelo qual a companhia se compromete a fornecer minério de ferro apenas para seus clientes que comprovem a legalidade da madeira e do carvão vegetal utilizados em sua cadeia produtiva.

Durante a cerimônia de assinatura, realizada na sede da Academia Brasileira de Letras (ABL), no Rio de Janeiro, o ministro do Meio Ambiente destacou que essa é uma das ações do ministério para o envolvimento de diferentes setores produtivos na fiscalização de práticas ilegais e no incentivo de ações sustentáveis.

Segundo Carlos Minc, a legalidade ambiental não é inimiga da produção e do emprego. “Quem quiser se ajustar terá nosso apoio e crédito, quem insistir na ilegalidade faz concorrência desleal e suas atividades serão embargadas”, disse o ministro, lembrando que já assinou acordo semelhante com a Associação Brasileira de Produtores de Óleos Vegetais.

Mais outros três acordos estão previstos. No próximo dia 18, em Belém, o MMA vai firmar termo de compromisso com a Associação das Indústrias Exportadoras de Madeira do Estado do Pará. E nos próximos meses, os frigoríficos e a Fiesp (Federação das Indústrias de São Paulo) também se comprometem. Por esses instrumentos, os produtores, compradores e fornecedores garantem que não vão comprar matéria-prima oriunda de área desmatada na Amazônia.

E para terem condições de fiscalizar a cadeia produtiva, o ministro anunciou que os sites do Ibama e do Ministério do Meio Ambiente vão disponibilizar os dados das empresas legalizadas e das embargadas. “As empresas, não só a Vale, as da soja, do gado, da madeira não vão poder dizer que não sabem quem é legal e quem não é”, ressaltou.

Com esses acordos, o Ministério do Meio Ambiente se compromete a apoiar e a promover o Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) de diferentes biomas, especialmente o da Amazônia. O MMA também se propõe a trabalhar para a implementação do cadastro e licenciamento ambiental das propriedades rurais, em conjunto com os órgãos estaduais, além de apoiar projetos de reflorestamento de áreas degradadas

Também pelo acordo, a Vale se compromete a suspender o fornecimento de produtos ou prestação de serviços para empresas que não forem caracterizadas como "ambientalmente legais". Para receberem minério de ferro, os produtores de ferro-gusa deverão apresentar licença ambiental, plano de suprimento sustentável e documentação da origem do carvão vegetal.

Segundo o presidente da Vale, Roger Agnelli, a iniciativa vai estimular os guzeiros a se regularizarem e não mais retirar carvão de mata nativa. "Os guzeiros têm que plantar floresta. A Vale como um importante elo na cadeia produtiva pode induzi-los a se regularizar", afirmou Agnelli. Ele ressaltou que as grandes empresas precisam liderar o processo.

O documento assinado reconhece que o uso responsável da madeira e do carvão vegetal é necessário para o desenvolvimento sustentável e para a redução das emissões de gases de efeito estufa. Reconhece também que tanto as esferas governamentais como a iniciativa privada têm papel relevante para resolver o problema do desmatamento das florestas brasileiras.

Minc defende prazo maior para relatório sobre desmatamento – Felipe Werneck – Estado de São Paulo – Vida & - 12/07/2008

Uma semana após pedir "transparência absoluta" e atribuir à Casa Civil o atraso na divulgação dos dados de maio sobre desmatamento na Amazônia, o ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, mudou o discurso. Ontem, ele defendeu a ampliação do prazo para divulgação dos relatórios mensais do Sistema de Detecção de Desmatamento em Tempo Real (Deter). Disse também que a mudança atende a uma crítica "em parte justa" de governadores como o de Mato Grosso, Blairo Maggi (PR), e a um "pedido nosso para melhorar a eficácia da fiscalização".

A demora na divulgação dos dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) vem causando apreensão entre organizações não-governamentais da Amazônia. A ex-ministra Marina Silva, que pediu demissão da pasta há dois meses, disse anteontem ao Estado considerar "fundamental que se mantenha a transparência do sistema, livre de influências políticas". "Não sei se isso está ocorrendo (interferência política), mas o Deter foi desenvolvido para ser um sistema de alerta", disse. "Sempre divulgamos os dados assim que eles ficaram prontos."

Ontem, Minc afirmou que a "mudança de metodologia" vai trazer um dado de "melhor qualidade". "Pela primeira vez, vai desagregar o corte raso da degradação progressiva, uma das broncas crônicas de Blairo e de vários outros governadores." Segundo ele, houve necessidade de ampliar em 15 dias o prazo, pois o processo agora é mais demorado. "Tem de ir a campo, mas é um dado de muito melhor qualidade. Daqui para a frente, assim será."

Na sexta passada, Minc afirmou: "Sou favorável à transparência total e absoluta. Espero que (os dados) sejam divulgados na próxima (nesta) semana, até porque não há razão para isso, e pode gerar uma apreensão na imprensa, justificada." Na ocasião, disse

que a Casa Civil havia pedido para “segurar” os dados de maio e que pretendia reunir-se com a ministra-chefe, Dilma Rousseff. “Todo mês é divulgado, e um mês não é, o que você vai imaginar? Que o dado é ruim, o que por acaso não é”, declarou.

A divulgação dos dados de abril, que tiveram aumento, também sofreu atraso. Naquele momento, ao comentar números parciais, Minc criticou Blairo, citado como um dos responsáveis pela alta. Ontem, o ministro voltou a dizer que houve diminuição do desmatamento em maio, na comparação com abril deste ano e com maio de 2007. Os números serão divulgados na terça-feira. “Será um dado mais qualitativo, separando uma coisa da outra. A soma não muda o dado. Mas como ele vem desagregado, atende a um pedido nosso e também a uma crítica em parte justa dos governadores, que reclamavam que enquanto o Prodes (programa que calcula as taxas anuais) media só corte raso, o Deter somava o corte raso e a degradação progressiva.”

MULTA - Minc participou, no Rio, do lançamento de um prêmio ambiental organizado pela Vale. Ele e o presidente da mineradora, Roger Agnelli, comentaram a multa de R\$ 5 milhões recebida na véspera pela empresa, sob a acusação de venda ilegal de 9 mil m³ de madeira no Pará. “Essa infeliz coincidência mostra a independência dos órgãos. Eu não fui cooptado pela Vale. Pisou na bola, é caneta”, disse Minc. Agnelli levantou a suspeita de a madeira ter sido roubada, mas ressaltou: “Não tem justificativa. Vamos apurar.”

Strip-tease ecológico – Estado de São Paulo – Notas e Informações - 14/07/2008

O ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, falou em “strip-tease ecológico” para definir a situação das unidades de conservação (UCs) federais. O que descobriu levou-o a dizer que tinha “vontade de pular sem parapente”. Das 299 unidades de conservação, 82 não têm gestor, 173 não contam com fiscais e o percentual dessas áreas com plano de manejo implementado é baixíssimo. As UCs e as reservas indígenas contribuem com 22% do desmatamento registrado pelos satélites do Inpe.

Isso tudo é resultado da omissão do governo federal, que não cumpre as metas estabelecidas no Plano de Ação para Prevenção e Combate ao Desmatamento na Amazônia Legal (PAPCD). Não criou todas as unidades de conservação, a maioria das que criou no papel não foi instalada e, pior, nenhuma delas tem regularização fundiária concluída. Há vários casos de sobreposição de terras de unidades de conservação federais com terras indígenas, assentamentos da reforma agrária ou áreas de preservação estaduais ou municipais.

As questões ambientais são menos valorizadas pelo governo do que as econômicas, sociais e de infra-estrutura. Se desse prioridade à questão ambiental, fortaleceria órgãos como o Ibama e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, responsáveis pela criação e gestão das UCs.

Segundo o Ministério do Meio Ambiente, o Ibama tem apenas 400 fiscais na Amazônia. Cada um deles é responsável pela vigilância de 450 mil hectares. A equipe tem à disposição um orçamento de R\$ 34,24 milhões, o que significa que cada fiscal não pode

gastar mais de R\$ 0,20 na inspeção de um hectare.

A comparação dos exíguos recursos à disposição desses órgãos com os do sistema de fiscalização dos órgãos fazendários leva à conclusão de que o meio ambiente está muito longe de ser prioridade no Brasil. Prioritário é apenas o que traz aumento de arrecadação.

Das metas estabelecidas pelo PAPCD, o governo avançou apenas na que determina a criação das unidades de conservação - a parte mais fácil do plano de ação. Afinal, para criá-las, basta um ato administrativo. Somente no mês passado, o governo criou três delas. Das 299 áreas, 63 foram criadas a partir de 2003. Falhas estruturais, no entanto, impediram as unidades de cumprir o papel de preservação do meio ambiente. Em junho, o Tribunal de Contas da União (TCU) concluiu relatório sobre a gestão das UCs federais em que chama a atenção para a falta de planos de manejo nas áreas, instrumento essencial para a proteção ao meio ambiente e a preservação do direito das comunidades vizinhas de exercer atividades econômicas.

A Lei 9.985/2002 estabelece que, enquanto o plano de manejo não for aprovado, ficam proibidas nas unidades de conservação qualquer alteração, atividade ou modalidade de utilização. Até que o plano seja aprovado, tudo o que for desenvolvido nas áreas deve se limitar às ações destinadas a garantir a integridade dos recursos naturais da unidade. Sem o plano de manejo, as comunidades vizinhas não têm crédito para desenvolver atividades sustentáveis e acabam cortando madeira para vender e sobreviver.

O ministro Carlos Minc avisa que vai enfrentar essa situação. Anunciou para o fim do mês a convocação de gestores para todas as unidades e a contratação de pelo menos um fiscal por unidade de conservação. Serão realizados cursos de formação para 180 fiscais e outros 215 serão contratados pelo Ibama.

Mas, além da fiscalização, é preciso ampliar a formulação e aprovação de planos de manejo e é necessária a regularização da posse de terra. Relatório do TCU mostra que, das 31 unidades de conservação existentes no Acre, Amapá, Amazonas, Rondônia, Roraima e Tocantins, a União detém o domínio e posse de somente 17 delas. Há mais de 300 processos de regularização fundiária pendentes e os ocupantes precisam sair para que as áreas cumpram efetivamente seu papel.

O quadro é grave, como bem disse o ministro. As unidades de conservação são terra de ninguém. Portanto, é hora de o governo federal começar a agir com muito mais eficácia.

AS RODADAS internacionais de negociações sobre aquecimento global, salvo exceções, viraram rotina de fracassos ou quase-fracassos que, longe de causar incômodo, parecem estratégia calculada de protelação de responsabilidades. O último capítulo foi a reunião do G8 (Japão, Estados Unidos, Alemanha, Reino Unido, França, Canadá, Rússia e Itália). A maioria das análises sobre o evento repete o mantra: alguém das expectativas, pífio, vago.

Quando os países mais ricos (G8) se reúnem com os menos pobres (China, Índia, Brasil, México e África do Sul, o G5) para tratar de economia ou segurança, sempre há expectativa de ocorrer algo substancial. Quando são temas sociais ou ambientais, fica a sensação de que a montanha deu à luz um calango. Por que problemas tão graves não suscitam urgência verdadeira e resultados palpáveis, como suscitaria uma guerra? Se os senhores do mundo ajustassem as lentes, veriam que também nesse caso há uma guerra e as vítimas são todas as formas de vida no planeta.

Suspeito que suas lentes não funcionem porque talvez considerem degradação ambiental e miséria fenômenos normais, e as negociações ambientais, coisa de segunda linha. Como se fossem a cereja de um bolo oco, ou uma cereja sem bolo.

Às portas da eleição americana, o G8 fala em reduzir 50% das emissões de gases do efeito estufa até 2050. Metas genéricas dizem muito pouco. Se fossem para valer, o grupo teria assumido metas intermediárias, como propõe o IPCC. A data 2050 é mero fetiche; daria no mesmo se fosse 2040 ou 2060, 2070... O que falta é recheio.

Na última reunião de Bali, o Brasil propôs que compromissos internos sejam mensuráveis, verificáveis, reportáveis e submetidos a acompanhamento externo. Parte dos países em desenvolvimento vai por esse caminho, embora Índia e China tenham recuado ante a relutância de EUA e União Europeia em fixar metas intermediárias.

A posição refratária dos países ricos serve de escudo para a inércia dos demais, que, às vezes, fazem ótimos discursos, mas parecem confiar na discordância dos "grandes" para não ter que ir além disso.

Ou seja, o barquinho de gelo continua derretendo e a água em volta está cada vez mais quente. Todo mundo vai sair escaldado.

Repetimos os mesmos erros, achando que apenas mais tecnologia resolverá tudo. Não percebemos o nosso modo de ser inadequado como o maior problema. Daí fica essa repetição neurótica de comportamentos, que não dá base para a concretização das propostas. Elas deveriam circular, transitar para a mudança, ainda que esteja muito difícil.

contatomarinasilva@uol.com.br

MARINA SILVA escreve às segundas-feiras nesta coluna.

Agronegócio disputa cidades desmatadoras – Rodrigo Vargas e João Carlos Magalhães –
Folha de São Paulo – Brasil - 14/07/2008

Nos 36 municípios que mais devastam a floresta, 35% dos candidatos a prefeito são madeireiros, pecuaristas ou agricultores - Em quatro cidades de Mato Grosso e do Pará, a disputa pela prefeitura se dará apenas entre candidatos do ramo da agropecuária

Levantamento feito pela Folha nas 36 cidades que mais desmatam a Amazônia mostra que cerca de 35% dos candidatos a prefeito são ligados ao agronegócio -pecuaristas, agricultores ou donos de madeireiras. E que, entre os candidatos à reeleição nesses municípios (que historicamente têm mais chances de vencer a disputa), 44% também atuam em alguma dessas atividades.

Distribuídas por Mato Grosso (19), Pará (12), Rondônia (4) e Amazonas (1), as cidades da lista da devastação tiveram ao todo 116 pedidos de homologação de candidaturas a prefeito.

Segundo apurou a Folha, no grupo constam 41 candidatos dos setores que mais causam impactos ambientais na região -19 pecuaristas, 11 agricultores e 11 madeireiros.

O PT, com 18 candidaturas, será o partido que mais disputará as cidades da lista. Já o PR, do governador de Mato Grosso, Blairo Maggi, é o que terá mais candidatos à reeleição -nove. Em quatro municípios de Mato Grosso e Pará, a disputa se dará exclusivamente entre representantes do agronegócio.

Para candidatos ouvidos pela **Folha**, ambiente será um ponto essencial da campanha, mas muitos se mostram reticentes à adesão total dos planos federais de reduzir o desmate. Candidato único em Querência (MT), na região do Xingu, o prefeito Fernando Gorgen (PR) promete "trabalhar" para que o "problema" não inviabilize a economia da cidade. "Se deixar na mão desse ministro aí [Carlos Minc, do Meio Ambiente], nossa cidade acaba", diz ele, que é produtor rural.

O madeireiro Carlos Roberto Torremocha (DEM), candidato em Aripuanã (MT), defende uma visão "menos radical". "Nosso município não conseguirá sobreviver só da floresta." A prefeita de Alta Floresta (MT), Maria Izaura Dias Alfonso (PDT), também candidata à reeleição, reclama da visão distorcida "passada pela mídia". "Ninguém mostra a realidade. E não temos respaldo algum do governo federal nessa luta."

A ligação direta entre prefeitos e os segmentos que exploram os recursos naturais em geral dificulta as iniciativas de preservação da floresta, diz o ambientalista Sérgio Guimarães, coordenador da ONG ICV (Instituto Centro de Vida).

"Na maioria das vezes, o eleito entra preocupado em fazer valer as demandas do seu setor. Em cidades que dependem de um modelo econômico insustentável, a tendência é manter esse padrão." **(RODRIGO VARGAS e JOÃO CARLOS MAGALHÃES)**

Governo anuncia, mas não comemora, queda no desmatamento - Maurício Thuswohl – Carta Maior – 15/07/2008

Satélites do Inpe detectaram em maio 1.096 quilômetros quadrados de floresta derrubada, o que representa uma ligeira redução em relação aos 1.123 quilômetros quadrados registrados em abril. Para o ministro Carlos Minc, redução “não é motivo de júbilo”.

RIO DE JANEIRO – Após reter por duas semanas os dados fornecidos pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), o governo federal finalmente divulgou nesta terça-feira (15) os números do desmatamento na Amazônia relativos ao mês de maio. Os satélites do Sistema de Detecção do Desmatamento em Tempo Real (Deter) registraram 1.096 quilômetros quadrados de floresta derrubada, o que representa uma ligeira redução em relação aos 1.123 quilômetros quadrados registrados em abril.

Durante entrevista coletiva concedida em Brasília, o ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, afirmou “não ser possível comemorar uma redução como essa” e disse que o governo está ciente de que “muito resta a fazer” para conter o desmatamento: “É melhor cair do que aumentar, mas esse número não é motivo de júbilo”, disse o ministro. O período de medição anual utilizado pelo Inpe termina no último dia de julho, e a previsão do Ministério do Meio Ambiente (MMA) é de que o desmatamento acumulado nos doze meses ultrapasse a casa dos 13 mil quilômetros quadrados, número maior que os 11.224 quilômetros quadrados registrados entre agosto de 2006 e julho de 2007.

Apesar da polêmica criada em torno da demora na divulgação dos dados do Inpe, Minc defendeu a estratégia do governo, pois ela possibilitou que os dados coletados pelo Deter fossem desagregados: “Desta vez, estamos apresentando informações separadas sobre quanto do total desmatado é corte raso com perda completa da vegetação e o que é degradação alta, moderada, leve e falso desmatamento. Com isso acaba a cobrança dos governadores sobre a exatidão dos dados do Inpe”, disse o ministro, numa referência aos governadores Blairo Maggi (Mato Grosso) e Ivo Cassol (Rondônia), dois críticos contumazes dos dados apresentados pelo instituto.

O estado governado por Maggi continua imbatível no posto de campeão do desmatamento. De acordo com o que foi registrado pelos satélites do Inpe em maio, pouco mais de 646 quilômetros quadrados de área desmatada se encontram em Mato Grosso. Ainda assim, o estado apresentou uma redução de 19% em relação a abril, quando foram derrubados 794 quilômetros quadrados de floresta. Para compensar, o Pará aumentou em maio para 262 quilômetros quadrados sua área desmatada, superando em muitas vezes a inacreditável marca de 1,3 quilômetro quadrado registrada em abril.

A diferença dos números relativos ao Pará se explica pela concentração de nuvens sobre a Amazônia. Em abril, apenas 11% do estado pôde ser corretamente observado pelos satélites. Em maio, esse área aumentou para 41%. O inverno é a época do ano em que há menos nuvens sobre a floresta amazônica, por isso a expectativa dos técnicos do Inpe e do MMA é que os dados relativos a junho e julho dêem uma noção exata do estágio do desmatamento.

Fundos terão US\$ 1,5 bi - Minc anunciou que o Ibama e a Polícia Federal irão intensificar as ações conjuntas em “áreas consideradas prioritárias” pelo governo na Amazônia: “Estão previstas 45 novas operações para os meses de julho e agosto”, disse. O

ministro informou também que na próxima semana o presidente Luiz Inácio Lula da Silva irá assinar o decreto que regulamentará as mudanças na Lei de Crimes Ambientais: “Vai acabar essa história de protelar pagamento de multas. Agora os infratores terão no máximo quatro meses”.

No dia 1º de agosto, segundo Minc, o presidente Lula também assinará, em cerimônia prevista para o Rio de Janeiro, os decretos que instituirão o Fundo Amazônia, dotado de US\$ 900 milhões iniciais, e o Fundo de Mudanças Climáticas, que terá US\$ 600 milhões. Ambos serão alimentados com recursos captados junto a outros governos, instituições de cooperação multilateral e entidades filantrópicas: “A criação desses fundos complementa as ações de fiscalização, pois traz incentivos econômicos para mitigar as mudanças climáticas e o desmatamento na Amazônia”, disse o ministro.

Diretor do MMA pede pra sair - As notícias positivas trouxeram alívio a Carlos Minc numa semana que ameaçava ficar marcada pelo pedido de demissão do diretor de Políticas para a Amazônia do MMA, André Lima, que, segundo fontes de Brasília, sai do governo descontente com a interferência dos ministros Dilma Rousseff (Casa Civil) e Roberto Mangabeira Unger (Ações de Longo Prazo) na política ambiental.

Em carta enviada a Minc, Lima critica de forma dura os setores do governo que dificultam o combate ao desmatamento: “Em função da flacidez, da forma periférica e, no mínimo, ambígua com que o centro do governo vem tocando o assunto nos últimos meses, notadamente a partir da reação de parte da sua base aliada que se sente no mínimo desconfortável com o acerto e a vitalidade das medidas em curso, é que se torna inviável minha permanência no MMA”, disse.

A principal queixa de Lima era a diretriz dada por Mangabeira Unger ao Plano Amazônia Sustentável (PAS), para o qual o ministro foi nomeado coordenador pelo presidente Lula. A gota d’água que provocou a saída do diretor do MMA foi a ida de Mangabeira à Noruega para discutir o Fundo Amazônia, iniciativa unilateral que também contrariou o próprio Carlos Minc: “O pedido de demissão foi precipitado, mas o Mangabeira realmente extrapolou”, disse o ministro do Meio Ambiente.

Dados do Inpe mostram queda no desmate, diz Minc – Herton Escobar e Tatiana Fávaro
– Estado de São Paulo – Vida & - 15/07/2008

O ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, disse que os números de desmatamento na Amazônia referentes a maio apresentam queda “modesta”, mas ainda são altos. Os dados serão divulgados hoje pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) com base no Sistema de Detecção do Desmatamento em Tempo Real (Deter). “Há uma queda modesta em relação ao mês anterior e ao mesmo mês do ano passado”, adiantou Minc ontem, ao participar da 60ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), em Campinas.

[Veja os números oficiais do desmatamento já divulgados](#)

E completou: “Isso não é motivo de alegria para nós, porque o desmatamento ainda está muito grande. Estamos com melhor expectativa para o próximo Deter, pois entrou em vigor em 1º de julho o corte de crédito para quem estiver ilegal do ponto de vista fundiário ambiental. Mas é bom deixar claro que a medida não afrouxa nossa disposição de combater sem tréguas o desmatamento e o crime ambiental.”

O boletim do Deter está quatro semanas atrasado, por causa de uma checagem extra de imagens que será rotina daqui para frente. Depois da polêmica criada pelo governador de Mato Grosso, Blairo Maggi (PR), que contestou os dados do Inpe e chegou a chamar o instituto de “mentiroso”, o Ministério da Ciência e Tecnologia pediu para que os boletins do Deter fossem mais apurados, como forma de blindar o sistema contra contestações políticas.

A partir de agora, as imagens do Deter (diárias, porém de baixa resolução) serão confirmadas com imagens do sistema Prodes (de melhor resolução) e por inspeções de campo, o que significa que os boletins ficarão mais precisos, porém levarão mais tempo para ficar prontos - 30 dias, em vez de 15. Em vez de uma única estimativa total de desmatamento, os dados agora serão divididos em áreas de corte raso (onde a floresta foi completamente cortada), degradação florestal e “duvidosas” (onde não for possível fazer confirmação). “Queremos produzir o melhor dado possível, é nossa obsessão”, disse Gilberto Câmara, diretor do Inpe. “Isso é importante para diminuir uma certa tensão dos governadores que reclamavam que esses dados vinham de forma agregada, ou seja, se somavam num mesmo número coisas muito diferentes”, explicou Minc.

Para evitar ainda qualquer tipo de influência política, os boletins passarão a ser divulgados diretamente pelo Inpe, em São José dos Campos, e não mais em Brasília. Apenas o Ibama continuará a receber, a cada 15 dias, os dados brutos do Deter, que são utilizados para orientar a fiscalização de campo.

O ministro também anunciou que vai participar pessoalmente, no fim deste mês, de operações de grande porte com o Exército Brasileiro na Amazônia e repetiu que o governo pretende oferecer R\$ 136 milhões para apoio ao extrativismo e R\$ 1 bilhão para recomposição de reservas legais.

Fracassa a 1ª tentativa de leiloar 'bois pirata' apreendidos na Amazônia – Fabíola Salvador – Estado de São Paulo – Vida & - 15/07/2008

Fracassou a primeira tentativa do governo de vender 3.500 cabeças de gado, chamadas pelo ministro Carlos Minc de “boi pirata”, que eram criadas irregularmente em uma área de conservação da Amazônia localizada em Altamira (PA) dentro da Estação Ecológica Terra do Meio. Frigoríficos, pecuaristas e produtores rurais não tiveram interesse na compra dos 45 touros, 2.100 vacas, 800 novilhos e 555 bezerros oferecidos por meio do sistema eletrônico da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab).

O preço de abertura de todos os lotes somados foi de R\$ 3,9 milhões. O governo fará uma nova tentativa de venda na próxima segunda-feira, mas deve mudar o edital. O dinheiro será destinado a projetos sociais coordenados pelo Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), incluindo o Fome Zero. “Tinha comprador para todo o lote, mas o preço estava acima do mercado”, informou por meio de nota o vice-presidente da Bolsa de Cereais de São Paulo, Reinaldo Rosanova.

Para Guilherme Minssen, leiloeiro e zootecnista que trabalha na região da Amazônia Legal, a dificuldade para retirar os lotes da fazenda Lourilândia, onde os animais eram criados, também contribuiu para o fracasso do leilão. “Não adianta só ter gado para comercializar. É preciso viabilizar a estrutura de transporte para compra e venda”, explicou Minssen. Ele lembrou que a região da fazenda é de difícil acesso. “Os custos para transporte também precisam ser computados.” O comprador é responsável pela retirada do lote, de acordo com o edital da Conab.

Essas dificuldades serão consideradas pelo governo. Nesta semana, o valor será reavaliado por técnicos que vão considerar a complexidade de retirada do gado da área. “O Ibama acredita que isso fará com que haja um deságio no preço inicialmente proposto”, avalia o diretor de Proteção Ambiental do órgão, Flavio Montiel. O superintendente da Conab, João Cláudio Dalla Costa, disse que o resultado do leilão não surpreendeu o governo. “É uma reação normal do mercado, principalmente por se tratar de uma primeira operação de leilão desse gado”, disse.

Além disso, pecuaristas da região podem ter ignorado o leilão do “boi pirata” em um gesto de solidariedade ao proprietário do lote de animais. Desde 2005, a área da Estação Ecológica da Terra do Meio foi declarada de conservação. Há um ano, a Justiça determinou a saída dos criadores de gado do local.

ONU faz alerta para a venda ilegal de madeira – Jamil Chade – Estado de São Paulo – Vida & - 15/07/2008

A ONU aperta o cerco contra a exportação ilegal de madeira da Amazônia e aponta que a moratória imposta pelo Ibama não está funcionando. A Convenção sobre o Comércio de Espécies Ameaçadas (Cites, na sigla em inglês) vai propor um debate sobre a exportação de mogno da região. “Ninguém sabe exatamente hoje quanto é exportado nem se as vendas saem de áreas certificadas”, disse o porta-voz do grupo, Juan Carlos Vazques.

O principal foco da reunião que começou ontem é a exportação de mogno do Peru. Mas a situação é preocupante em toda a região. Segundo a entidade, a moratória imposta pelo Brasil na exportação da madeira está sendo violada graças a autorizações da Justiça. Problemas registrados em outros países da região apontam que o sistema não estaria funcionando.

“O atual sistema de verificação da origem da madeira é insuficiente”, afirmou a entidade em comunicado divulgado ontem em Genebra. Outro problema é o tráfico de madeira nas fronteiras da região. O Cites recebeu indicações de que haveria um esquema levando o mogno do Brasil ao Peru e, de lá, aos principais mercados mundiais como se fosse madeira peruana. “Desde que a moratória foi imposta no Brasil, vemos que empresas do setor se mudaram para o Peru, afetando até mesmo tribos indígenas”, contou o porta-voz.

A ONU sugere o congelamento das exportações de mogno do Peru para evitar o desmatamento das terras do país pelas empresas que antes estavam no Brasil e também para atacar o contrabando nas fronteiras do Amazonas. Cada metro cúbico de mogno está avaliado em mais de US\$ 1,8 mil no mercado internacional.

Petróleo vai bancar plano para o clima – Afra Balazina – Folha de São Paulo – Ciência - 15/07/2008

Programa do Brasil para combate e adaptação ao aquecimento global receberá 6% do lucros da indústria petroquímica - Verba sairá de fundo criado para enfrentar vazamentos, que não tem sido esgotado; ministro diz que espera ter até R\$ 300 milhões por ano

Uma parcela de 6% dos lucros obtidos pelo Brasil com petróleo será usada pelo governo no combate às mudanças climáticas e em pesquisas para estudar o aquecimento global no território nacional.

O ministro Carlos Minc (Meio Ambiente) anunciou ontem em Campinas, na reunião anual da SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência) que a medida será oficializada no dia 1º de agosto. O dinheiro virá do chamado Fundo de Compensação do Petróleo, uma espécie de seguro-fiança ambiental pago por empresas petrolíferas ao governo.

A verba é normalmente destinada a cobrir riscos decorrentes da exploração do óleo, como vazamentos de oleodutos e navios. O fundo tem acumulado um valor de R\$ 1 bilhão e ficou decidido que 60% do montante serão usados em ações contra o aquecimento global- a idéia inicial era usar 70%.

Nos próximos anos, segundo o ministro, o valor anual deve ficar em torno de R\$ 250 milhões a R\$ 300 milhões.

"A lei do petróleo prevê que 10% da participação especial em cima dos lucros do petróleo vá para o meio ambiente. Só que crava que vá para questão ligada a derramamento de óleo. Então, pela lei atual, o dinheiro pode servir para prevenir acidentes, mitigar acidentes, criar planos de contingência para operadores de portos ou terminais marítimos", diz Minc.

De acordo com o ministro, como não ocorre derramamento de óleo todo ano, "o que realmente se consegue usar desse dinheiro é 20%". "Os outros 80% viram superávit fiscal", afirma. Segundo ele, a porcentagem que vai para o meio ambiente na lei não será alterada, mas sim a forma de utilização. "O uso atual é muito restrito."

Além dos mares - Minc contou ter argumentado com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, com a ministra Dilma Rousseff (Casa Civil) e com o ministro Paulo Bernardo (Planejamento) que o petróleo não interfere só nos mares. "Através da emissão [de gases-estufa], ele influencia na questão do clima." A disponibilização dos recursos é importante para que o Plano Nacional de Mudanças Climáticas, com lançamento prometido pelo ministro para o dia 22 de setembro, não fique só no papel. O plano -que terá como eixos adaptação, mitigação, pesquisa e desenvolvimento, divulgação e capacitação- vem sendo prometido desde setembro de 2007.

O dinheiro será usado, por exemplo, para pesquisar as mudanças climáticas no Brasil, para reduzir as emissões e aumentar o monitoramento de matas. Áreas costeiras que forem impactadas pelo aumento do nível do mar, por exemplo, poderão receber recursos para estudos e obras estruturais.

O combate ao desmatamento, que emite gases do efeito estufa, também pode se beneficiar. "Hoje, temos o Deter e Prodes [sistema de monitoramento do desmate] só para Amazônia, e a gente quer [ampliar] para o cerrado, Pantanal e mata atlântica", disse.

O país está entre os cinco maiores emissores de gás carbônico (CO₂) do mundo e o corte de florestas na Amazônia é responsável por cerca de dois terços das emissões brasileiras. Outros países em desenvolvimento estão mais adiantados que o Brasil na questão. O México, por exemplo, tem desde 2007 um plano para o clima, estabelecendo o potencial de metas de corte de emissões em cada setor da economia.

O Brasil resiste à idéia de metas. Ao assumir o cargo de secretária nacional de Mudança Climática, em junho, Suzana Kahn Ribeiro afirmou que o país deve ter um "objetivo interno de redução de desmatamento". "Não sei se vamos usar a palavra "metas", porque isso virou um palavrão. Mas, se não tivermos algum tipo de objetivo, o plano não é um plano."

Desmatamento teve uma queda "modesta" em maio, diz Minc – Afra Balazina – Folha de São Paulo – Ciência - 15/07/2008

Sem dar números, ministro antecipou que dados "não são motivo de alegria"

O ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, antecipou ontem que a taxa de desmatamento da Amazônia caiu no mês de maio deste ano em relação a abril e, também, em relação ao mesmo mês do ano passado. No entanto, ele afirma não estar contente com a situação.

Os dados completos do sistema Deter (Detecção do Desmatamento em Tempo Real) serão anunciados hoje pelo Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais). De acordo com o ministro, o desmatamento no mês de maio apresentou uma redução limitada.

"Infelizmente, só modesta, mas felizmente uma queda", disse. "Quero dizer que isso não é motivo de alegria para nós porque o desmatamento, como sempre, está muito grande. Sempre que se compara com alguma coisa que é ruim, mesmo que diminua isso não significa que seja uma maravilha."

O governo recebeu críticas em razão da demora em anunciar os dados de desmatamento de maio, que deveriam ter sido divulgados em junho. Os dados passaram pela análise da Casa Civil e precisavam ser apresentados ao presidente Lula antes de serem divulgados.

Em abril, o Deter indicou um desmatamento de 1.123 km² -o equivalente à área do município do Rio de Janeiro. Após três anos com queda no ritmo de destruição da floresta, o sistema mostrou neste ano a retomada do aumento.

O Inpe afirma que essa será a primeira vez que o Deter irá separar corte raso (áreas totalmente desmatadas) de pontos em processo de degradação (quando a área vira um ecossistema falido, mas ainda há algumas árvores no local).

A não separação dos dados era criticada pelo o governador de Mato Grosso, Blairo Maggi (PR), que só considera desmatamento o corte raso e não concorda com a inclusão de áreas degradadas na conta do Inpe.

Segundo Minc, o novo formato de apresentação dos dados do Deter deve "diminuir uma certa tensão em relação aos governadores que reclamavam que os dados vinham de forma agregada".

Minc defende incentivos econômicos para conter desmatamento na Amazônia – Daniela Mendes – Sítio Eletrônico do MMA – 15/07/2008

O ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, disse nesta terça-feira (15) que não é possível comemorar a redução dos índices de desmatamento na Amazônia Legal divulgados pelo Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais). "É melhor cair do que aumentar, mas não é motivo de júbilo", afirmou, referindo-se aos 1.096Km² de desmatamento registrados pelo sistema Deter durante o último mês de maio. Esta área é pouco menor que a verificada em abril, quando foram detectados 1.123 km² desmatados.

Do total verificado pelo Deter em maio, 646 km² correspondem ao Mato Grosso, número 19% menor ao verificado em abril, que mostrou 794 km². Também foram identificados 262 km² no Pará, ante apenas 1,3 km² no mês anterior. O aumento no Pará se explica pela área coberta por nuvens - enquanto em abril apenas 11% do Pará pôde ser visto pelos satélites, em maio a observação aumentou para 41% da área do estado. Além do Pará e Mato Grosso, líderes em desmatamento, foram analisadas imagens do Acre, Maranhão, Amazonas, Rondônia e Tocantins.

Segundo Minc, hoje o avanço predatório sobre a floresta permanece porque é mais barato desmatar do que recuperar uma área degradada para pasto ou para a agricultura. "Não se resolve questão econômica com polícia. É preciso tornar cara a ilegalidade e criar mecanismos econômicos para que seja mais interessante não destruir a Amazônia", defendeu.

Para ele, tão efetivo quanto o trabalho de fiscalização e repressão que vem sendo conduzido com êxito pelo Ibama e pela Polícia Federal é a co-responsabilização da cadeia produtiva pelo desmatamento. "Eles vão fiscalizar de quem estão comprando, senão serão responsabilizados. Só repressão não resolve o problema", acredita Minc.

Durante coletiva à imprensa no Ministério do Meio Ambiente, Minc destacou uma novidade na divulgação dos dados do Deter. Agora eles vêm desagregados, com informações separadas sobre quanto do total desmatado é corte raso (perda completa da vegetação) e o que é degradação alta, moderada, leve e falso desmatamento. "Com isso acaba a cobrança dos governadores sobre a exatidão dos dados do Inpe", afirmou o ministro.

Outra novidade é um convênio firmado entre os governos brasileiro e japonês para a utilização do satélite ALOS, desde janeiro de 2008, como apoio ao sistema Deter. A vantagem desse satélite japonês, segundo o ministro, é que ele permite a visualização de áreas por imagens de radar "que driblam" as nuvens, o que não ocorre com o Deter que usa imagens ópticas.

O ministro afirmou ainda que vai intensificar as operações de fiscalização em áreas prioritárias da Amazônia, sendo que para os meses de julho e agosto estão previstas 45 novas operações do Ibama com a Polícia Federal.

Ele adiantou ainda que no dia 22 de julho o presidente Lula assinará dois decretos: um criando a figura do guarda-parques e outro que regulamentará a Lei de Crimes Ambientais. "Vai acabar a história de protelar pagamento de multas. Agora os infratores terão no máximo quatro meses".

Outro reforço para as ações de combate ao desmatamento anunciado pelo ministro será a criação de dois fundos para captar recursos privados no Brasil e no exterior. A assinatura dos decretos será feita em uma solenidade prevista para o dia 1º de agosto, no Rio de Janeiro, com a presença do presidente Lula. "A criação desses fundos complementa as ações de fiscalização, pois traz incentivos econômicos para mitigar as mudanças climáticas e o desmatamento na Amazônia", acredita Minc.

Sobre o Deter - Em operação desde 2004, o Deter foi concebido pelo Inpe como um sistema de alerta para suporte à fiscalização e controle de desmatamento. São mapeadas tanto áreas de corte raso quanto áreas em processo de desmatamento por degradação florestal. É possível detectar apenas polígonos de desmatamento com área maior que 25

hectares por conta da resolução dos sensores espaciais (o Deter utiliza dados do sensor MODIS do satélite Terra e do sensor WFI do satélite sino-brasileiro CBERS, com resolução espacial de 250 metros). Devido à cobertura de nuvens, nem todos os desmatamentos maiores que 25 hectares são identificados pelo sistema.

Ninguém quer o 'boi pirata' de Minc - Bettina Barros – Valor econômico – Agronegócios - 15/07/2008

Mesmo em tempos de falta de boi no mercado, ninguém arriscou fazer um lance no primeiro leilão de gado apreendido em áreas desmatadas da Amazônia, promovido pelo governo e realizado ontem pela Conab. O leilão foi remarcado para a próxima segunda-feira, dia 21.

As 3.500 cabeças apreendidas em uma unidade de conservação no Pará eram da raça nelore e "anelorada - 2.100 vacas, 45 touros, 800 novilhos e 555 bezerros - e foram a leilão por um valor inicial total de R\$ 3,9 milhões. O leilão eletrônico contou com a participação de 14 Bolsas de Mercadorias do país. O desinteresse do público, segundo o governo, se deveu ao preço.

"O preço foi considerado alto porque o boi não está na beira da estrada. Tem o custo de transporte, que é do comprador", afirmou Flávio Montiel, diretor de proteção ambiental do Ibama. "A gente acredita que isso possa levar a um deságio [no próximo leilão]".

O gado está retido na Estação Ecológica Terra do Meio, em Altamira, a 921 quilômetros de Belém. Entre hoje e amanhã a Conab, juntamente com o Ministério do Meio Ambiente e o do Desenvolvimento Social, analisarão nova proposta mínima de preço.

Para o ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc - que alardeou no mês passado a chamada "Operação Boi Pirata" -, a reação do mercado foi "normal". Ele disse acreditar que "o problema estará solucionado no próximo leilão" e reafirmou que a política de apreensão de bois em áreas desmatadas na Amazônia seguirá.

Nos bastidores, no entanto, algumas críticas foram levantadas. Uma delas é a forma como o leilão foi realizado: de modo atabalhado. "Alguns arranjos na estratégia deixaram de ser feitos", disse uma fonte do governo que pediu para não ser citada. "As empresas mantiveram cautela para não se queimar na região".

Segundo ele, faltou conversar melhor com os candidatos, "até para tranquilizá-los" em relação a possíveis liminares. Na semana passada, o fazendeiro proprietário do gado entrou com um agravo (recurso) contra a decisão judicial. O recurso foi negado.

"Se, no futuro, vier algum recurso a favor do criminoso, nós vamos brigar. O comprador pode ficar tranquilo. Em último caso, o governo é que terá que ressarcir o fazendeiro", afirmou Montiel.

Rebanho bovino e desmatamento - André Meloni Nassar – Estado de São Paulo – Notas e Informações – 16/07/2008

Tenho acompanhado, por dever de ofício e interesse próprio, o debate sobre agricultura e desmatamento que tem ocorrido no Brasil e no exterior. O assunto vai estampar as capas dos jornais nesta semana, com a divulgação dos dados sobre a Amazônia captados pelo Sistema de Detecção de Desmatamento em Tempo Real, do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe). O que mais me intriga nesse debate é o papel da pecuária. Os dados de maio devem manter o setor no centro da discussão.

Neste artigo defendo a idéia de que não há incentivos econômicos para que, nos próximos anos, o rebanho bovino continue a se expandir, nem na Amazônia, nem no resto do Brasil. Isso significa que não poderemos explicar novos desmatamentos na região por expansão econômica da pecuária, simplesmente porque ela não vai ocorrer. Assim, não há como entender o papel da pecuária no desmatamento sem avaliar o contexto econômico por que passa o setor.

A sociedade brasileira parece estar tomando consciência de que não é possível explicar nem mesmo encontrar soluções para o problema do desmatamento da Amazônia reduzindo a questão à indicação de alguns culpados. Estamos dando conta também de que a Amazônia é uma região heterogênea e complexa, do ponto de vista social, ambiental e econômico. Jornais e grandes revistas já começam, a meu juízo pelo menos, a abordar o tema levando em conta essa complexidade. Generalizações, portanto, tendem a gerar análises parciais, enviesadas e sem grande utilidade prática. Como exemplo, ao que parece, muita gente já sabe a diferença entre Amazônia Legal e bioma amazônico, embora, em vários casos, o governo e atores da sociedade civil se esqueçam disso.

Essa tomada de consciência, no entanto, ainda não foi capaz de colocar a pecuária, com perdão do trocadilho, no seu devido lugar. Meu argumento é que o fato de a Amazônia conter uma importante parcela do rebanho brasileiro de bovinos não quer dizer, necessariamente, que a pecuária seja o motor do desmatamento. Sobretudo quando olhamos para o futuro.

Essa associação de causa-efeito direta entre expansão da pecuária e desmatamento da Amazônia tem estimulado o nascimento de algumas iniciativas que, bem-intencionadas quanto ao objetivo de estancar as causas deste, acham que, ao frear a expansão da pecuária, automaticamente se desliga o motor do desmatamento. Essa relação de causa-efeito vai passar por um teste de realidade nos próximos anos. Sabemos que o rebanho brasileiro não vai continuar a crescer como nos últimos dez anos. Se o desmatamento não der trégua, e se o rebanho de fato parar de crescer, a pecuária poderá ganhar seu salvo-conduto. Ironicamente, a melhor solução para o Brasil é que a pecuária não ganhe salvo-conduto, ou seja, que o desmatamento caia e nada consigamos comprovar da ação da pecuária sobre ele.

Há certa controvérsia sobre dados de rebanho no País. Prefiro trabalhar com os da Produção Pecuária Municipal, do IBGE. O rebanho brasileiro cresceu de 158,3 milhões de animais em 1996 para 205,8 milhões em 2006, último ano disponível no IBGE. Veja que em 2005 eram 207,1 milhões de animais. De 1996 a 2006 o rebanho cresceu, portanto, 30% e a uma taxa de 3% ao ano. Embora os dados do IBGE não passem de 2006, estudos de consultorias especializadas apontam que o rebanho brasileiro em 2008 está ao redor de 202 milhões de animais. Ou seja, já está em queda.

Foi no bioma amazônico que o rebanho cresceu de forma mais vigorosa: saiu de 19,7 milhões de cabeças para 47,3 milhões. O rebanho também cresceu, embora menos intensamente, no Centro-Oeste (excluindo a parte de MT que pertence ao bioma amazônico), de 46,4 milhões de cabeças para 56,4 milhões, e nas áreas de cerrado do Norte-Nordeste (BA, TO, MA e PI), de 20,7 milhões para 27 milhões de cabeças. Houve crescimento ainda nas demais regiões. É esse vigoroso crescimento do rebanho no bioma amazônico que tem sido usado como justificativa para o argumento de que a pecuária é “o motor do desmatamento da Amazônia”.

Desde 2005 esse processo de dez anos de crescimento contínuo do rebanho brasileiro foi interrompido. Sua evolução é praticamente uma questão matemática: depende da taxa de natalidade e da relação abate/reposição de fêmeas. Para que o rebanho de um país siga em crescimento é preciso que o número de fêmeas abatidas (vacas e novilhas) seja menor que o de fêmeas nascidas. Quando esses números são equivalentes, como vimos no País nos últimos dois anos, o rebanho se estabiliza, ou até pode diminuir. Num rebanho estabilizado o abate de fêmeas pode ser ao redor de 95% da taxa de natalidade, uma vez que parte do que nasce se perde por mortalidade natural. Já num rebanho crescendo a 3% ao ano o abate de fêmeas não pode ser maior que 65%.

Esse é o chamado ciclo pecuário. No passado, em momentos de escassez de fêmeas, como ao que assistimos hoje, a produção de carne chegou até a cair, como parte do processo de ajuste e recuperação do rebanho. Reduzir a produção de carne, porém, não é mais opção para um país que é o maior exportador de carne bovina do mundo. Assim, a estabilização do rebanho brasileiro vai se dar por ganhos de produtividade, aumentando, sobretudo, a taxa de natalidade dos animais.

Isto nos leva a duas conclusões. A primeira é a de que, na pecuária, aumento de produtividade não combina com aumento de área de pasto. Assim, necessariamente, para um mesmo rebanho o Brasil vai precisar de menos área de pasto no futuro próximo. A segunda é a de que, sem prejuízo da produção de carne, o País vai precisar de, pelo menos, dez anos para que nosso rebanho volte a crescer 3% ao ano. Assim, esquecendo propositadamente que a produtividade sempre cresce na pecuária, podemos afirmar que a pecuária demandará novas terras somente lá por 2018.

**André Meloni Nassar é diretor-geral do Instituto de Estudos do Comércio e Negociações Internacionais (Icône). E-mail: amnassar@iconebrasil.org.br*

Amazônia tem mais mil km² de área devastada – Herton Escobar – Estado de São Paulo
– Vida & - 16/07/2008

O desmatamento na Amazônia Legal registrado no mês de maio chegou a 1.096 km², praticamente estável em relação a abril, quando foram 1.124 km² de área devastada. Isso equivale à área da cidade do Rio (com território de 1.182 km²). Os dados foram divulgados ontem pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), com um mês de atraso.

- [Veja a íntegra](#) do relatório de maio do Inpe
- Acompanhe a [evolução](#) do desmatamento nos últimos meses ■
- [Conheça a marcha da devastação](#) desde os anos 80
- Leia o [especial](#) online da revista Amazônia: ainda há tempo de salvar?■

Do total desmatado em maio, 59% foram em Mato Grosso. O Estado também foi responsável por 69% do desmatamento na Amazônia nos primeiros cinco meses do ano, segundo o relatório do Inpe. Do total de 3.730 km² de floresta derrubada ou degradada mapeados pelo Sistema de Detecção de Desmatamento em Tempo Real (Deter) de janeiro a maio, 2.571 km² estão dentro do Estado do governador Blairo Maggi (PR). Roraima aparece em um distante segundo lugar, com 464 km² (12%), e o Pará em terceiro, com 383 km² (10%). O último relatório do Deter foi divulgado com atraso para permitir a checagem mais apurada dos dados - consequência de um enfrentamento político entre o governo e Maggi, que contestou números de boletins anteriores sobre o Estado.

O secretário de Meio Ambiente de Mato Grosso (Sema), Luiz Henrique Daldegan, afirmou ontem que “o Inpe está qualificando e unificando a linguagem com as mesmas informações que temos”.

Pela primeira vez, as imagens do Deter, de baixa resolução, foram comparadas a imagens do sistema Prodes, de alta resolução, o que permitiu fazer uma separação entre áreas de corte raso (onde a floresta foi completamente derrubada) e áreas de degradação progressiva (onde ainda há árvores de pé, mas a floresta foi severamente impactada).

Desse total, 544 km² (cerca de 50%) foram verificados em maior detalhe com base em imagens do sistema Prodes, que tem resolução de 30 metros, comparado a 250 metros do Deter. Resultado: 88% das áreas do Deter foram confirmadas como desmatamento, divididas em 59,5% de corte raso, 23% de degradação florestal alta e 5,5% de degradação moderada ou leve. Os outros 11,7% foram “falsos positivos”: áreas de floresta erroneamente detectadas como desmatamento.

Segundo o diretor do Inpe, Gilberto Câmara, o erro deve-se, na maioria dos casos, a uma “contaminação” do sinal da floresta pelo sinal mais intenso de um desmatamento adjacente, o que acaba confundindo o satélite. Esses falsos positivos não foram excluídos do total de 1.096 km² detectados originalmente pelo Deter. “Quem fez o Deter foi uma equipe e quem fez a avaliação foi outra”, afirmou Câmara. “A avaliação só detalha o que foi detectado pelo Deter, não altera os números.” Ele lembra que há também o oposto: falsos negativos, áreas desmatadas que não foram detectadas.

Com relação aos 23% de áreas altamente degradadas, segundo Câmara, é preciso que pelo menos metade das árvores tenha sido derrubada para que isso seja computado. Ou seja,

para que a copa da floresta se torne tão fragmentada a ponto de o solo ficar visível abaixo dela. “São áreas realmente muito alteradas ou o satélite não enxergaria.”

OTIMISMO - O desmatamento detectado em maio foi ligeiramente menor que o registrado em abril deste ano (1.123 km²) e em maio de 2007 (1.222 km²). A comparação entre meses, porém, deve ser feita com algumas ressalvas técnicas e ambientais. A principal delas é a variação na cobertura de nuvens, já que os satélites não “enxergam” por meio delas. A área desmatada no Pará, por exemplo, saltou de 1,3 km² em abril para 262 km² em maio, principalmente por causa das nuvens. No primeiro mês, só 11% do Estado estava visível, comparado a 41% no mês seguinte.

No total, 46% da Amazônia estava encoberta em maio, comparado a 53% em abril. Por causa disso, Câmara avalia a queda como um sinal positivo, ainda que tímido, de que o ritmo de destruição pode estar diminuindo. **COLABOROU NELSON FRANCISCO*

Minc diz que número inverte tendência de alta – Lisandra Paraguassu – Estado de São Paulo – Vida & - 16/07/2008

A pequena queda no índice de desmatamento detectado pelo sistema Deter, do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), no mês de maio não foi o suficiente para entusiasmar o ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, que a classificou como uma “semi-inversão da tendência”. No entanto, Minc admitiu rever para baixo a projeção de aumento na área desmatada e acumulada no período de 12 meses, que deverá ser anunciada em novembro. “Era para dar um estouro maior (em maio), mas teve uma diminuição modesta. Começou a melhorar um pouco, mas não dá para comemorar, não dá para soltar um rojão. Deu apenas uma meia trava”, avaliou ontem à tarde, depois de analisar os dados divulgados pelo Inpe.

No entanto, Minc acredita que a curva ascendente do desmatamento pode ter perdido força e que a pequena queda deve se manter em junho e julho. Com isso, o ministro reduziu a previsão de desmatamento do sistema Prodes - que analisa 12 meses, no caso o período de julho/agosto de 2007 a julho/agosto de 2008 - de cerca de 15 mil km² para 13 mil km². “Ainda é muito ruim, porque fica acima do ano anterior. Mas é um pouco melhor do que imaginávamos”, completou. Entre julho/agosto de 2006 e julho/agosto de 2007, o desmatamento foi de 11,3 mil km², mantendo uma trajetória de queda que vinha sendo registrada desde 2004.

MEDIDAS - Na próxima semana, duas das medidas planejadas e já anunciadas por Minc para tentar inibir o desmatamento na região amazônica serão assinadas pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Serão dois decretos.

O primeiro deles dará poder ao Ibama para dispor imediatamente dos bens apreendidos de criminosos ambientais, como veículos, terras, gado e mesmo a madeira cortada ilegalmente. Atualmente, os bens ficam à disposição da Justiça até o final do processo, o que pode levar anos.

O segundo decreto cria a figura do guarda-parque, um fiscal específico para trabalhar dentro das unidades de conservação ambiental.

Já no início do próximo mês, no Rio, será assinado um protocolo por cinco bancos oficiais - Banco do Brasil, do Nordeste, da Amazônia, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e Caixa Econômica Federal - para evitar financiamentos a empresas poluidoras e oferecer melhores condições a companhias com projetos sustentáveis. Outros quatro bancos privados também devem assinar o protocolo.

Na mesma data serão anunciados oficialmente dois novos fundos, o Amazônico - financiado por governos estrangeiros para desenvolver ações sustentáveis na Amazônia - e o do Clima, com recursos do BNDES, para ações que tentarão mitigar os efeitos das mudanças climáticas.

Nova metodologia do Inpe é aprovada – Herton Escobar – Estado de São Paulo – Vida & - 16/07/2008

A divisão entre áreas de corte raso e de degradação florestal, que agora fará parte de todos os boletins mensais do Deter, foi bem recebida por pesquisadores presentes na 60ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), em Campinas.

Na avaliação da pesquisadora Ima Vieira, diretora do Museu Paraense Emílio Goeldi, em Belém, a qualificação dos dados permitirá um trabalho de fiscalização preventiva mais eficiente. “O desmatamento é um processo, e a degradação florestal é uma etapa disso”, explicou. “Temos de acompanhar o que está ocorrendo nessas áreas para evitar que o processo se complete, chegando ao corte raso. Acho que é um avanço.”

Dependendo do estado de degradação da área, é possível até que a floresta se regenere, se o processo predatório for interrompido, disse o diretor da Fundação Amazônia Sustentável e ex-secretário de Meio Ambiente do Estado do Amazonas, Virgílio Viana.

Segundo o diretor do Inpe, Gilberto Câmara, as áreas identificadas como floresta degradada não serão “recontadas” em relatórios futuros do Deter, mas continuarão a ser monitoradas via satélite para fins de fiscalização. O Ibama recebe a cada 15 dias um boletim com alertas de desmatamento - tudo incluso: corte raso, degradação, falsos positivos e negativos. Sobre o resultado divulgado ontem, ele manifestou otimismo: “Enxergamos uma área maior, incluindo todo o Arco do Desmatamento, e ainda assim a área desmatada foi menor”, disse. “É algo que me deixa esperançoso.”

AÇÕES ESPETACULARES - A organização ambientalista Greenpeace não demonstrou o mesmo contentamento. “Não basta ficar discutindo todos os meses se os números aumentaram ou diminuíram. A principal questão é: o governo está agindo em tempo hábil, usando os alertas do Deter, para zerar o desmatamento na Amazônia? A resposta é: à parte algumas ações espetaculares pontuais, o Brasil não tem feito o dever de casa”, avaliou, em nota, Paulo Adario, coordenador da Campanha Amazônia, do Greenpeace.

No texto, a ONG diz que o governo “precisa enfrentar” as principais causas da destruição da Amazônia, “que são de conhecimento de todos”: aumento da fronteira agrícola, exploração ilegal e predatória de madeira, transferência de população carente para a região, por falta de um programa eficiente de reforma agrária em outras áreas do País e queima da floresta para a produção de carvão, para atender às demandas das mineradoras.

Visualização melhora e corte em 12 meses salta 116% - Herton Escobar – Estado de São Paulo – Vida & - 16/07/2008

O desmatamento acumulado nos últimos 12 meses foi 116% maior que no mesmo período anterior, segundo os dados do Inpe. Entre junho de 2007 e maio de 2008, foram desmatados 7.666 quilômetros quadrados de floresta, comparado a 3.543 km² no período de 2006 a 2007. O crescimento é assustador, mas precisa ser avaliado levando em consideração também a cobertura de nuvens, explica o coordenador do Programa Amazônia do Inpe, Dalton Valeriano.

“As condições de observação esse ano têm sido muito melhores que no ano passado, o que influencia muito os números”, explica Valeriano. “O aumento seria menor se este ano estivesse muito nublado.” O ideal, segundo ele, é olhar as estatísticas de vários anos para tentar identificar uma tendência. Começando no ano em que o Deter entrou em operação, o desmatamento acumulado no período de junho de 2004 a maio de 2005 foi de 13.278 km². Nos períodos seguintes foi de 10.628 km², 3.543 km² e 7.666 km², respectivamente.

Isso é apenas um indicador. A estatística oficial anual do desmatamento é calculada de agosto de um ano a julho do outro - e não pelo Deter, mas pelo programa Prodes, que tem resolução muito melhor e considera apenas as áreas de corte raso (excluindo as de floresta degradada, que também aparecem nas imagens do Deter).

Compras públicas passarão a seguir critérios ambientais – Adriana Fernandes e Fabíola Salvador – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 16/07/2008

Todas as compras do governo federal terão de seguir regras de sustentabilidade. Decreto em elaboração no governo vai regulamentar as compras da administração pública, autarquias, fundações e empresas estatais com base em critérios de menor impacto ambiental e geração de resíduos.

O decreto terá de ser regulamentado por cada órgão e a idéia é que Estados e municípios adotem os mesmos princípios. Juntas, as compras públicas representam cerca de 15% de todo o Produto Interno Bruto (PIB).

As novas regras fazem parte do Plano de Ação para a Produção e Consumo Sustentável que deverá ser lançado em agosto pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Com esse mecanismo de maior rigor nas compras, o governo quer estimular a produção ambientalmente correta.

Segundo o diretor do Departamento de Economia do Ministério do Meio Ambiente, Luiz Fernando Merico, por causa do poder de compra do governo, o decreto deve provocar mudanças importantes na atuação dos fornecedores. “As regras induzem as empresas a produzirem bens com mais responsabilidade ambiental”, disse.

Papel, produtos de limpeza, mobiliário, combustíveis, lâmpadas, uso de energia, alimentos e até mesmo a merenda escolar terão de ser comprados com base na nova orientação. Alguns dos exemplos mais comuns são o uso de lâmpadas e equipamentos que

reduzem o consumo de energia, papel reciclado e móveis produzidos com madeira certificada.

Portaria baixada este ano pelo Ministério do Meio Ambiente já determina internamente a adoção de compras sustentáveis. É o primeiro passo para a mudança em todo o governo federal. O decreto vai regulamentar artigo da Lei das Licitações (8.666/93) e estabelecer a Política de Licitações Públicas Sustentáveis no governo federal. “Há uma quantidade muito grande de produtos que são adquiridos pelo poder público que podem ser produzidos com o conceito de produção mais limpa”, afirma Merico. O conceito de produção mais limpa (P+L) foi definido pelas Nações Unidas no início dos anos 90, com a adoção de uma estratégia ambiental aplicada aos processos produtivos e de serviços. Anos depois, o conceito levou à idéia da produção e consumo sustentável, que tem ganhado cada vez mais espaço na agenda das empresas e dos consumidores.

VAREJO - O plano também vai focar medidas para a redução do uso de agrotóxicos na agricultura e de estímulo ao consumo sustentável no varejo. Setor da economia que representa 30% do PIB, o varejo é um segmento no Brasil que agora começa a se voltar para práticas de sustentabilidade, atrás da indústria, que saiu na frente. “Vamos traçar uma estratégia nacional de sustentabilidade do setor de varejo”, disse o diretor. O plano federal prevê ainda o desenvolvimento de indicadores em produção e consumo sustentável em articulação com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Desmatamento tem leve queda em maio – Fábio Amato – Folha de São Paulo – Brasil - 16/07/2008

Segundo o Inpe, Mato Grosso ainda é o Estado líder de devastação, com 646,9 km², apesar de número ter caído 19% - Total desmatado no período, porém, cresceu; de agosto de 2006 a julho de 2007, foram 4.974 km² e, de agosto de 2007 até maio, 6.945 km²

O ritmo do desmatamento na Amazônia sofreu uma ligeira redução no mês de maio, apontam dados divulgados ontem pelo Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais) com base no sistema Deter (detecção em tempo real). Foram devastados 1.096 km² de floresta em maio, área um pouco menor do que a da cidade do Rio de Janeiro (1.182 km²). Em abril, foram 1.123 km². Apesar disso, o total desmatado no atual período de observação já é maior do que o verificado no anterior. Esse período de observação feito pelo Inpe vai de agosto de um ano até julho do seguinte.

Entre agosto de 2006 e julho de 2007, a Amazônia perdeu 4.974 km² de floresta. De agosto do ano passado até maio, foram 6.945 km². E ainda faltam somar os dados de junho e julho.

O diretor do Inpe, Gilberto Câmara, classificou de "animador" o resultado de maio. Destacou que houve queda no período em que a Amazônia Legal ficou coberta por nuvens (46% em maio contra 53% em abril).

Com a melhor observação da região, a informação de que houve redução no ritmo de devastação é mais confiável.

O Estado campeão de desmatamento foi mais uma vez Mato Grosso, com 646,9 km². O número, porém, é 19% inferior ao registrado no Estado em abril (794,1 km²).

No Pará, o desmatamento identificado subiu de 1,3 km² em abril para 262 km² em maio, mas isso se deve a uma redução na cobertura de nuvens sobre o Estado (89% em abril contra 59% em maio).

Para Câmara, o resultado pode ser atribuído a "vários fatores", entre eles uma "ação forte" do governo federal na repressão ao desmatamento ilegal na Amazônia. Sobre a liderança de MT no ranking, ele disse que é preciso aguardar os dados dos próximos dois meses, já que algumas regiões do Pará, o segundo no ranking, não puderam ser observadas.

O secretário de Meio Ambiente de Mato Grosso, Luís Henrique Chaves Daldegan, comemorou a redução do desmatamento verificada. "Para nós, é um número para ser observado. Mas vamos continuar nosso trabalho de fiscalização."

Ele minimizou a permanência do Estado na liderança do desmatamento em maio e também apontou a cobertura de nuvens maior em outros Estados. "No contexto global, que é o importante, o desmatamento ilegal em Mato Grosso vem diminuindo", disse ele.

Ministro revê estimativa sobre devastação – Marta Salomon – Folha de São Paulo – Brasil - 16/07/2008

O anúncio dos dados de desmatamento de maio fez o ministro Carlos Minc (Meio Ambiente) rever a projeção de devastação da Amazônia durante o ano para 13 mil quilômetros quadrados. A área é 16% maior do que a desmatada no ano passado e equivale a mais de oito vezes o tamanho da cidade de São Paulo.

A taxa englobará os dados de junho e julho e será divulgada no segundo semestre. "Estamos um pouco menos pessimistas", afirmou Minc ontem. O ministro acreditava que o desflorestamento em 2008 alcançaria 14 mil km², após três anos consecutivos de declínio nas taxas.

A revisão levou em conta a ligeira queda do desmatamento entre abril e maio e a informação de que menos de 60% (59,5%) do índice se refere a corte raso de árvores. Minc não quis comentar os 11,7% de erro nas imagens de satélites do Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais) em maio.

Segundo o ministro, os números de maio não são motivo para comemoração. "Não ficaremos satisfeitos enquanto [o desmatamento] não cair radicalmente", afirmou.

Minc relatou pressões políticas contra as operações do governo de combate ao desmatamento. "Não há um dia em que não haja pressão, ainda mais agora, que é época de eleição", disse. Sem apontar quem mais pressiona, o ministro atribuiu as pressões genericamente a "áreas políticas": "pedem para pegar mais leve, pedem uma trégua", completou. **(MARTA SALOMON)*

Amazônia: mais um Rio de devastação – Flavio Freire – O Globo – O País – 16/07/2008

Dados do Inpe indicam níveis alarmantes de desmatamento da Amazônia. Em maio, apesar da ligeira redução no ritmo, a devastação atingiu área igual à da cidade do Rio. **Página 11**

Em maio, um outro Rio de Janeiro desmatado Como em abril, Mato Grosso foi responsável pela maior área devastada na Amazônia: 646 quilômetros quadrados

SÃO PAULO. A Floresta Amazônica continua registrando índices alarmantes de desmatamento. Em maio, uma área de 1.096 quilômetros quadrados, o que equivale ao tamanho da cidade do Rio de Janeiro, foi devastada. Os dados constam de um relatório elaborado a partir do sistema de Detecção do Desmatamento em Tempo Real (Deter), divulgado ontem pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe). Do total desmatado nesse período, o estado de Mato Grosso é responsável pela maior fatia: 646 quilômetros. O volume de desmatamento em maio é ligeiramente inferior ao registrado em abril, quando foram destruídos 1.123 quilômetros quadrados da Floresta Amazônica — 794 deles em Mato Grosso. O Deter, entretanto, ressaltou que, por causa das chuvas e da menor intensidade de nuvens no céu, foi possível monitorar mais áreas em maio do que em abril.

Segundo o sistema, apenas 46% da área monitorada em maio estavam cobertos por nuvens. Já no mês anterior, a visibilidade estava comprometida em 53%.

No Pará foi registrado um salto significativo no desmatamento: subiu de 1,3 quilômetro quadrado para 262 quilômetros quadrados devastados de abril para maio. O estado assumiu, assim, o segundo lugar no ranking de desmatamento da Amazônia, superando Roraima, que tivera o segundo maior registro de desflorestamento em abril.

Em maio, visibilidade da situação do Pará foi melhor. Segundo o Inpe, o aumento está relacionado à visibilidade: “O aumento no Pará se explica pela área coberta por nuvens.

Enquanto em abril apenas 11% do Pará puderam ser vistos pelos satélites, em maio a observação aumentou para 41% da área do estado”, informou o órgão em sua página na internet. Em maio, Roraima teve 97,9 quilômetros quadrados de áreas devastadas.

Segundo o Inpe, a qualificação dos dados do Deter de maio foi realizada usando como referência um conjunto de 18 cenas captadas pelo sensor TM/Landsat. Foram localizadas áreas desmatadas também no Estado do Amazonas. Do total avaliado, 88,3% dos alertas dados pelo Deter foram confirmados como desmatamento — dos 1.096 quilômetros quadrados desmatados de Floresta Amazônica, 59,5% foram classificados como corte raso e 28,8% como área totalmente degradada — e 11,7% apresentaram indícios de desmatamento que não foram confirmados. ONGs criticam atraso na divulgação de dados. Existe uma polêmica em torno da divulgação dos dados sobre o desmatamento da região.

Inicialmente, os números seriam apresentados há três semanas, já que normalmente são totalizados 15 dias depois do fim do mês analisado. Algumas organizações não-governamentais ligadas ao setor do meio ambiente protestaram em relação ao atraso.

— O governo não está sozinho no monitoramento por satélite sobre desmatamento.

Mesmo que quisessem esconder, não conseguiriam — disse o diretor do Greenpeace, Paulo Adário.— É um retrocesso quando ameaçam a transparência dos dados, ainda mais quando se trata de uma questão vital — disse a coordenadora do WWF em Rondônia, Ana Euler.

'Não vamos soltar rojão', afirma Minc – Demétrio Weber – O Globo – O País – 16/07/2008

BRASÍLIA. O ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, evitou comemorar a queda na devastação da Amazônia em maio, afirmando que o resultado é “moderadamente otimista”. O recuo, porém, já levou Minc a rever sua previsão de desflorestamento para os 12 meses entre agosto de 2007 e julho de 2008, dado que só será divulgado no fim do ano, pois é calculado por um sistema mais abrangente de satélites.

Antes, Minc projetava 15 mil quilômetros quadrados de floresta destruída. Agora, já fala em 13 mil, número ainda assim 15% maior do que os 11.224 quilômetros quadrados registrados no período 2006-2007.— Não ficamos contentes, o desmatamento é muito acima do que deveria ser. Começou a melhorar um pouco, mas isso não nos faz comemorar. Não vamos soltar rojão. Continuo preocupadíssimo — declarou ele. O ministro anunciou medidas para conter o desmatamento, entre elas a assinatura de decreto pelo presidente

Lula, no próximo dia 1º de agosto, no Rio, criando o Fundo da Amazônia, que receberá inicialmente US\$ 100 milhões do governo da Noruega. Outro fundo, destinado a adotar medidas contra as mudanças climáticas, também será criado e deverá receber R\$ 600 milhões de taxa cobrada pela exploração de petróleo. Um protocolo será firmado com bancos públicos e privados para que essas instituições não financiem empreendimentos que ameacem o meio ambiente. A meta do Fundo Amazônia é obter US\$ 900 milhões nos próximos 12 meses, com doações de governos estrangeiros e empresas privadas brasileiras.— Você não acaba com o desmatamento só com o Ibama e a polícia. Tem que ter economia alternativa, sustentável, com apoio e crédito. Na próxima terça-feira, Lula vai regulamentar a Lei de Crimes Ambientais, dando mais poderes de fiscalização ao Ibama e reduzindo as possibilidades de recursos contra multas, além de contratar mil guardas para conter incêndios nas áreas de conservação. Minc destacou que, pela primeira vez, o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), responsável pelo Sistema de Detecção de Desmatamento em Tempo Real (Deter), detalhou o grau de devastação. A avaliação foi feita por amostragem e atendeu a uma reivindicação dos governadores da Amazônia Legal. O governador de Mato Grosso, Blairo Maggi, criticava o fato de que o tamanho do desmatamento, como era divulgado, misturava áreas de floresta em diferentes estágios de destruição.— Acabou a guerra com os governadores — disse Minc.

Governo fará acordo com bancos para cortar crédito de desmatadores – Paulo de Tarso Lyra - Valor Econômico – Agronegócios - 16/07/2008

O governo vai assinar, no dia 1º de agosto, protocolo de intenções com bancos públicos e privados para que não sejam concedidos financiamentos para empreendimentos não-sustentáveis ambientalmente. A medida foi antecipada ontem pelo ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, durante o anúncio dos números do desmatamento no país no mês de maio. Segundo Minc, as empresas que comprovarem a sustentabilidade ambiental vão dispor de juros mais baixos.

Os cinco bancos públicos - Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Basa, BNB e BNDES - já confirmaram a adesão ao "pacto dos bancos". Minc disse que outros quatro bancos privados também vão participar da iniciativa, mas não divulgou os nomes.

Para o ministro do Meio Ambiente, não adianta apenas punir quem desmata, porque, sem alternativas econômicas, o infrator passará de uma área para outra e seguirá desmatando da mesma forma. "Hoje é mais barato desmatar do que preservar uma área", afirmou Minc. "O cara não paga pela terra, porque ela é grilada, não paga imposto e ainda não paga a multa. Enquanto for mais viável economicamente, ele vai continuar desmatando."

Além do corte do crédito, o governo vai regulamentar, no próximo dia 22, os chamados "crimes ambientais", dando ao Ibama o poder de vender diretamente, sem intermediação da Justiça, os produtos e bens apreendidos de produtores que devastam a Amazônia, poder que já é concedido atualmente à Receita Federal.

Minc anunciou ontem o desmatamento de 1.096 quilômetros quadrados na Amazônia durante o mês de maio, ante 1.222 quilômetros quadrados em maio do ano passado. Em abril, o desmatamento foi de 1.123 quilômetros quadrados. No início do ano, o

Ministério do Meio Ambiente, ainda comandado pela ministra Marina Silva, estimava que o desmatamento na região poderia atingir os 14 mil quilômetros quadrados em 12 meses.

O resultado divulgado ontem ficou um pouco abaixo disso, em torno de 12 a 13 mil quilômetros quadrados. "Essa queda não é algo para nos deixar esfuziantes, pois o desmatamento ainda é muito grande. O nosso objetivo é que não haja nenhum tipo de desmatamento ilegal na Amazônia", afirmou o ministro.

Minc disse que o atraso na divulgação dos dados do desmatamento de maio - previstos inicialmente para serem anunciados em junho - nada tem a ver com qualquer disputa entre o ministério e a Casa Civil. O atraso chegou a ser apontado por alguns integrantes do setor como um sinal de receio da Casa Civil em divulgar números desfavoráveis ao governo. "É melhor expor um problema do que ocultar um dado. É uma grande burrice do setor público achar que está livre das críticas simplesmente por ocultar uma informação", afirmou o ministro.

Minc disse que o atraso na divulgação foi provocado pela adoção de uma metodologia mais precisa. Agora, além do que se denomina corte raso (devastação completa com a terra pronta para a pastagem ou o plantio dos grãos), os satélites nacionais e japoneses (outra novidade da pesquisa, já que ele é capaz de "driblar" as nuvens) também detectam gradações nos desmatamentos, mostrando três níveis: floresta degradada alta, floresta degradada moderada e floresta degradada leve.

O ministro brincou, afirmando que, com essas classificações, acabaram as reclamações e divergências entre o Ministério do Meio Ambiente e o governador do Mato Grosso, Blairo Maggi (PR). "Acabou a guerra de dados com os governadores, que reclamavam que nós mostrávamos como a mesma coisa algo que na verdade era diferente. Pelo menos nisso, temos de admitir que Maggi estava com a razão", disse o ministro.

Pelo levantamento, 59,5% da região foi vítima de corte raso, 23,2% de degradação alta, 4,9% de degradação moderada e 0,6% de degradação leve. Outros 11% de território analisado não tiveram desmatamento comprovado.

Amazônia reúne atenções na 60ª Reunião Anual da SBPC – Clarissa Pont – Carta Maior – 17/07/2008

“Há um hiato em nosso conhecimento acerca da biodiversidade da Amazônia”. A afirmação, durante apresentação na reunião anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), é de Adalberto Luís Val, pesquisador do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa), entidade que existe desde a década de 50 realizando estudos científicos do meio físico e das condições de vida da região amazônica. Atualmente, o Inpa é referência mundial em Biologia Tropical. Segundo ele, a única forma de avançar no desconhecimento do Brasil sobre a floresta, é o investimento em pesquisa, principalmente sobre biodiversidade e sustentabilidade amazônicas.

“A nossa capacidade de estudar a Amazônia ainda é muito pequena. Não conseguimos amostrar toda a região para saber quantas e quais são as espécies de animais e vegetais”, enfatizou o pesquisador. Para que se tenha uma idéia, ele resume em números a situação: “A Amazônia brasileira abrange 9 estados, onde existem 10 universidades federais, 5 universidades estaduais e 3 institutos de pesquisa federais, que formam apenas 3 mil doutores por ano. No INPA há somente 150 doutores”.

Ele completa ressaltando que apenas preservar não indica saída sustentável para os atuais problemas. A Amazônia abarca 180 povos indígenas, centenas de comunidades quilombolas e milhares de ribeirinhos que dependem da biodiversidade local para a geração de renda. Viabilizar a preservação através do trabalho destas comunidades é a chave para assegurar a floresta.

O simpósio “Instrumentos Econômicos e Financeiros para Conservação de Florestas na Região Amazônica” concentrou as atenções na terça-feira (15), na Unicamp. Dados apresentados no encontro relacionam diretamente o desmatamento com a exploração madeireira, o cultivo de soja e a pecuária.

Para Paulo Roberto Moutinho, coordenador de pesquisas do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam) existe duas estratégias básicas que devem nortear a política de conservação das florestas: desenvolver mecanismos de incentivos para a conservação da floresta e o uso sustentável dos recursos naturais e a criação de políticas públicas que incentivem a diminuição do desmatamento.

Moutinho concordou com Adalberto Luis Val, ao sublinhar que na Amazônia há centenas de povos tradicionais que dependem diretamente da extração e da manutenção de recursos da floresta. Ele citou os índios que vivem no Parque Nacional do Xingu, responsáveis pela conservação de uma área da Amazônia rodeada por desmatamento avassalador no Mato Grosso.

O Ipam é uma organização ambiental não governamental que reúne experiências demonstrativas, produção de conhecimentos científicos e orientação acadêmica de estudantes de graduação e de pós-graduação. As pesquisas e projetos demonstrativos de manejo praticados pelo Instituto desde 1995 têm servido como subsídios para contribuir para diversas políticas ambientais no país.

Virgílio Viana, da Fundação Amazonas Sustentável – parceria entre o Governo do Estado do Amazonas e o Banco Bradesco – encerrou o Simpósio do dia 15 citando uma iniciativa que, segundo ele, gera resultados positivos no Estado do Amazonas: a criação da Bolsa Floresta para populações tradicionalmente extrativistas. O incentivo é distribuído a famílias e associações de moradores como recompensa pela manutenção dos recursos naturais e o investimento em atividades econômicas sustentáveis.

Criação de novas políticas públicas - O coordenador do grupo que elaborou o documento “Amazônia: Desafio Brasileiro para o Século XXI – A necessidade de uma revolução científica e tecnológica”, Adalberto Val, e o presidente da Academia Brasileira de Ciências, Jacob Palis, afirmaram durante a Reunião da SBPC que os debates travados no encontro têm encontrado boa acolhida pelos ministros Sérgio Rezende, do Ministério de Ciência e Tecnologia, Mangabeira Unger, de Assuntos Estratégicos, e Fernando Haddad, da Educação.

Segundo eles, apesar de ainda não ter participado de um encontro formal, o ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, que participou na segunda-feira (14) de conferência, também elogiou o documento. Val apenas ressaltou que a luta agora é para que “os ministérios abram a carteira”. “Nós já temos um projeto consolidado, apoiado pela Academia Brasileira de Ciência e pela Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, agora estamos lutando para que haja um aporte significativo de recursos para a região”, disse. Uma das principais reivindicações da SBPC é a criação de três institutos científicos

tecnológicos voltados para pesquisa aplicada, nas áreas de recursos florestais e da biodiversidade, aquáticos e minerais. * *Com informações de www.sbpc2008.unicamp.br*

'É mais fácil ocorrer a extinção da agricultura' – Fabiola Salvador e Hertton Escobar – Estado de São Paulo – Vida & - 17/07/2008

Um dia depois de o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) ter divulgado novos dados referentes ao desmatamento da Amazônia, o ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes - ressaltando que estava fazendo uma brincadeira que não poderia ser levada ao pé da letra -, disse que “é mais fácil haver a extinção da agricultura brasileira do que da floresta”.

“Se vocês somarem todas as reservas criadas no Brasil, só as indígenas dão cinco Estados do Paraná. Mais as quilombolas, as florestas de preservação permanente, as de uso sustentável, as reservas legais, a não utilização das encostas e acima de determinada altitude, aí já congelamos 70% do território nacional.” O ministro pediu que o assunto seja tratado com mais racionalidade. “Nós temos alguns Estados em que a capacidade de uso do solo está restrita a 2,18%, o resto já está proibido.”

Segundo a ex-ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, a demora na implementação de um modelo econômico sustentável na Amazônia foi o ponto fraco das políticas de combate ao desmatamento, que permitiu que o ritmo de destruição da floresta voltasse a crescer. A ex-ministra deu entrevista ontem na 60ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), em Campinas. Marina, que deixou o ministério há dois meses, reclamou de dificuldades impostas por alguns governadores e “autoridades locais” da Amazônia às ações antidesmate - agravadas com a aproximação das eleições municipais.

A produção baseada na diversidade cultural e biológica como um dos principais aliados de produtores familiares e de consumidores em busca de produtos de qualidade compõe a mostra dos artesãos e assentados que participam, em Brasília, até esta sexta-feira (18), do Seminário Nacional das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade. A exposição dá exemplos de como o agroextrativismo sustentável pode ser importante fonte de renda para a agricultura familiar e, ao mesmo tempo, atender a consumidores em busca de produtos originais, criativos e sustentáveis.

Durante o seminário, a agregação de valor e a consolidação de mercados sustentáveis ultrapassaram os temas de reuniões e debates e foram apresentados, também, como resultados. Quem visitar o evento pode ver produtos pouco conhecidos como a semente do baru ou a castanha do cerrado e, ainda, os doces feitos da fruta da cagaita. Do mesmo modo, terá oportunidade de conhecer o algodão agroecológico e riquezas como a uva-do-mato e o sabonete de gabirola.

Todos esses produtos resultam do manejo do solo baseado nas tradições e na cultura das populações rurais. Outro exemplo é exposto pelas produtoras do assentamento Andalucia, em Nioaque (MS), que confeccionam bolsas de algodão tingidas com fibras e sementes do cerrado. A produção envolve cerca de 30 mulheres da Oficina de Tecelagem Andalucia, do Centro de Produção, Pesquisa e Captação do Cerrado (CEPPEC) e já está sendo replicada para mais de 20 assentamentos na região.

A presidente do CEPPEC, Rosana Claudina Sampaio, explica que cada bolsa expressa a integração de quatro grupos de artesãs em diferentes tarefas. “Nós temos mulheres que trabalham na coleta da matéria-prima do Cerrado, outras tecem e outras tingem”, conta. Ela ressalta a importância da agregação de valor para a renda das famílias. “Um cacho de banana produzido no assentamento é vendido por R\$ 5. Já o artesanato da fibra da bananeira, antes jogada fora, pode render até R\$ 200”, exemplifica.

Sabonete de gabirola - Outro destaque entre os produtos da sociobiodiversidade são os sabonetes feitos com gabirola, produzidos no Território do Rio Vermelho, na cidade de Goiás. A iniciativa tem como objetivo a pesquisa de plantas medicinais, conhecidas como fitocosméticas, para produção experimental. Por meio da extração do óleo da gabirola, os produtores familiares e outros integrantes das comunidades locais estão produzindo sabonetes líquidos e xampus desta planta nativa do cerrado, rica em proteínas, carboidratos, niacina, sais minerais e vitaminas do complexo B.

Preservação - A coordenadora da organização não governamental Casa Verde, Mônica Nogueira, destaca a importância das atividades baseadas na sociobiodiversidade para a preservação da riqueza do cerrado. Ela também ressalta a tomada de consciência por parte da sociedade em relação ao tema como forma de garantir as experiências e o conhecimentos das populações tradicionais para o manuseio de riquezas.

Para Mônica, por meio da assessoria técnica e da promoção da diversidade cultural e biológica, as cadeias de produtos da sociobiodiversidade desempenham um importante papel na preservação e, especificamente, na soberania alimentar. “Atualmente, o cerrado tem sido muito ameaçado pelas fronteiras agrícolas do capital transnacional interessado em produzir etanol, soja e eucalipto. A pressão que eles exercem sobre estas comunidades tem

resultado em degradação ambiental e perdas culturais significativas. A sociobiodiversidade baseada no agroextrativismo pode, inclusive, ser a resposta para terminar com um processo de incerteza na produção de alimento”.

Renda com a sociobiodiversidade - Além das bolsas entregues aos participantes, feitas de algodão e tingidas com fibras e sementes do Cerrado, no Seminário estão sendo utilizando blocos de anotações e crachás confeccionados, com fibra da palha da palmeira de babaçu, pelo grupo de quebradeiras de coco babaçu de Lago dos Rodrigues, no Maranhão. Outro detalhe criativo do evento são os copos, que dispensaram a matéria-prima plástico. Todos foram fabricados em cerâmica, em uma pequena olaria da Cidade de Goiás, ou de bambu, talhado por um artesão da Associação dos Produtores da Agricultura Familiar do Bairro Pé da Serra, em Jacupiranga (SP), no Vale do Ribeira.

Os principais objetivos do conjunto de Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade são discutir e validar o Plano Nacional para Promoção dos Produtos da Sociobiodiversidade (PNPSB). Realizado no Centro de Convenções Israel Pinheiro, na Ermida Dom Bosco, o seminário deve estabelecer, também, acordos políticos e arranjos institucionais para a execução das ações deste plano.

A religião para conter o deserto? – Washington Novaes – Estado de São Paulo – Notas e Informações – 18/07/2008

A recente divulgação de mais um relatório da Organização para a Alimentação e a Agricultura (FAO) da ONU, assim como novos congressos sobre desertificação no Brasil, trazem de volta o tema. O relatório da FAO, com um balanço dos últimos 20 anos, diz que a degradação do solo no mundo - medida pelo declínio nas funções e na produtividade de um ecossistema - já atinge mais de 20% das terras ocupadas pela agricultura, 10% das pastagens, 30% das áreas de floresta. E afeta 1,5 bilhão de pessoas, com insegurança alimentar, perdas agrícolas, perda da biodiversidade, necessidade de migrar. Também influi no clima, porque a perda de biomassa e de matéria orgânica no solo desprende carbono. E leva à redução do fluxo hidrológico, porque se reduz a capacidade de a terra desmatada reter água. A China está com 457 mil km² afetados; a Índia, com 177 mil; a Indonésia, 86 mil; Bangladesh, 72 mil. Para o Brasil, o relatório aponta 46 mil km², embora nossos relatórios nacionais mencionem 180 mil km² em diferentes etapas do processo de desertificação, principalmente no Semi-Árido nordestino, mais Espírito Santo e Minas Gerais (11 Estados ao todo).

Os relatórios apontam situações difíceis em áreas que o mundo se habituou a considerar desenvolvidas e ausentes de questões dessa natureza. É o caso da Espanha, por exemplo, onde um terço do território é considerado como de “risco significativo” nessa área, principalmente por causa da escassez de água. Até o fim deste século, prevê-se que o fluxo hidrológico ali, especialmente no sul do país, diminua 22%. Barcelona, cidade admirada e invejada, enfrenta uma escassez inédita, que a leva a disputar com outras zonas as águas do Rio Ebro (que quer transpor e captar, para diminuir a crise). E até a proibir que se encham piscinas.

A Austrália é outra área com graves dificuldades, já que o fluxo das principais bacias hidrográficas caiu 41% - é o mais baixo em 117 anos, desde quando se têm registros

- e afeta a produção de frutas, grãos e outros bens. Certamente é essa uma das razões que levaram o país (o maior exportador de carvão no mundo) a mudar sua posição e aderir ao Protocolo de Kyoto, sobre mudanças climáticas. As previsões dos cientistas para lá são de que as “ondas de calor” se tornarão muito mais freqüentes e afetarão ainda mais o fluxo dos rios (cada grau Celsius de alta na temperatura média pode reduzi-lo em 15%, dizem alguns cientistas).

O fato é que o drama da desertificação avança à razão de 60 mil km² por ano no mundo. E seriam necessários, diz a ONU, pelo menos US\$ 12 bilhões anuais para programas de informação, monitoramento e recuperação de áreas. Mas esses recursos não estão disponíveis, embora os prejuízos anuais sejam muito maiores que isso, sem falar no drama das migrações e conflitos que provocam. No Brasil mesmo, os R\$ 500 mil anuais teoricamente disponíveis para o Fundo de Iniciativas Sociais no Semi-Árido têm sido reduzidos a ridículos R\$ 25 mil/ano. Quando deveríamos ser muito mais cuidadosos. Além do Semi-Árido, as imagens de satélites mostram cada vez mais pontos problemáticos em todo o território nacional, da fronteira gaúcha ao sudoeste goiano. E já há alguns anos o Ministério do Meio Ambiente apontava uma perda de 90 milhões de toneladas anuais de solo fértil por ano no Cerrado, por causa de erosão; no Rio Grande do Sul, 80 milhões/ano; no País todo, 1 bilhão de toneladas anuais. É possível que o plantio direto nas lavouras de grãos tenha reduzido esses números, mas eles ainda são altos. E a área de pastagens degradadas é enorme: em Goiás, na última negociação com o Fundo do Centro-Oeste, foram apontados 70% das pastagens em algum estágio de degradação. No mundo, estima-se que a perda seja de 23 bilhões de toneladas anuais de solo. E leva 30 anos para o solo em descanso recompor uma polegada de terra fértil.

Enquanto tudo isso acontece, ganha mais corpo uma discussão que ao longo das últimas décadas se desenvolveu timidamente, confinada quase apenas a áreas ditas “ambientalistas”. Um dos primeiros a expô-la foi o biólogo Paul R. Ehrlich, da Universidade de Stanford, na Califórnia - segundo quem o problema da relação do ser humano com seu meio físico e com as espécies das quais depende só terá encaminhamento com o que chama de “recuperação do sagrado”, quando nossa espécie reconhecer o direito à vida de todas as espécies, independentemente de sua utilidade para os humanos (como alimentos ou materiais). Diz ele (Biodiversidade, Editora Nova Fronteira, 1997) que “a causa básica da decomposição da diversidade orgânica não é a exploração ou a maldade humana, mas a destruição de habitats que resulta da expansão das populações humanas e suas atividades”. Para ele, “muitos desses organismos que o Homo sapiens está destruindo são mais importantes para o futuro da humanidade do que a maioria das espécies sabidamente em perigo de extinção; as pessoas precisam mais de plantas e insetos do que precisam de leopardos e baleias (sem querer com isso menosprezar o valor dos dois últimos)”. Seu prognóstico: “A extrapolação das tendências atuais na redução da biodiversidade implica um desfecho para a civilização dentro dos próximos cem anos.” E o único caminho para reverter esse quadro “talvez seja uma transformação quase religiosa, que leve à apreciação da diversidade por si própria, independentemente de seus benefícios diretos para a humanidade”. É o mesmo caminho proposto pelo coordenador da obra, o biólogo Edward O. Wilson, em outro livro - A Criação, Companhia das Letras, 2007) - já comentado neste espaço. Wilson acha que a única possibilidade de mudança rápida no padrão civilizatório, capaz de rever os rumos, está numa aliança entre a ciência e a religião.

Pois não é que o Equador está discutindo incluir em sua Constituição os “direitos da natureza”? **Washington Novaes é jornalista - E-mail: wlrnovaes@uol.com.br*

País contribui no combate ao aquecimento, diz embaixador – Herton Escobar – Estado de São Paulo – Vida & - 18/07/2008

“Se há um país que tem contribuído de maneira clara e decisiva para combater as mudanças climáticas no mundo, é o Brasil.” Assim respondeu o embaixador Everton Vargas, subsecretário de Políticas do Itamaraty, às críticas de que o País deveria assumir metas de redução do desmatamento e de emissões de gases do efeito estufa. Os dois problemas estão diretamente ligados, já que 75% do dióxido de carbono (CO₂) que o Brasil lança na atmosfera vem da destruição da floresta amazônica.

A crítica foi feita por pesquisadores na 60ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC). O biólogo Carlos Joly, da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), onde ocorre o evento, classificou a posição brasileira como “imoral e hipócrita”. “As críticas de que o Brasil é contra metas são totalmente infundadas”, defendeu Vargas, ontem. “O fato de não haver metas vinculantes não significa que os países em desenvolvimento não tenham nada a fazer.” Ele citou o programa de etanol como uma das iniciativas do governo. Vargas disse ainda que o Brasil está disposto a fazer mais nos fóruns internacionais, “desde que os países que têm a responsabilidade histórica também o façam”.

O ex-secretário de Meio Ambiente do Amazonas, Virgílio Viana, concorda com as críticas de Joly. “A posição do Itamaraty tem um erro histórico: achar que interessa à soberania nacional ter o direito de desmatar.”

Reservas têm desmate perto de rio – Liége Albuquerque – Estado de São Paulo – Vida & - 18/07/2008

As reservas florestais e indígenas no Acre estão sendo desmatadas por pequenos focos de agricultura familiar ao longo dos rios e da BR-364 (entre Cruzeiro do Sul e Rio Branco). Esses focos acumulam uma área de 136 km² em mais de um ano. Em Rondônia, a característica é parecida à de Mato Grosso: as grandes áreas degradadas, somando mais de 330 km² no período, são características de agricultura comercial e madeireiras.

As constatações foram feitas pelo Sistema de Proteção da Amazônia (Sipam), na formatação de dados do Programa de Monitoramento de Áreas Especiais (ProAE). Os dados colhidos pelo satélite LandSat e fotos de aviões do Sipam são a mais completa radiografia de cada centímetro de todas as áreas indígenas e reservas federais e estaduais da floresta amazônica. Mostram grandes descampados, onde a mata é retirada para a agricultura ou derrubada em busca da madeira, e também extensas áreas de mineração e de pistas de pouso clandestinas.

Em Rondônia, os dados de monitoramento de 2006 e 2007 foram entregues no mês passado para órgãos federais e estaduais de fiscalização, como a Polícia Federal, a Fundação Nacional do Índio (Funai), Ministério Público Estadual e Federal e Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).

No Acre, cujos dados foram divulgados ontem, as fotos dos satélites mostram que em um ano foram desmatados 136 km² nas terras indígenas e unidades de conservação estaduais e federais. “Há pontos não-caracterizados como agricultura familiar na fronteira com o Peru, dando a idéia de que a devastação também pode ser importada”, diz o diretor do Sipam, Marcelo de Carvalho Lopes.

Do total de devastação em Rondônia, 170 km² foram desmatados em unidades de conservação estaduais, o que representa 51,5% do desmate em áreas protegidas. “São áreas grandes, contínuas, descampados que demonstram que é desmate para a retirada de madeira”, diz Lopes. Outros 120 km² desmatados foram em unidades de conservação federais.

FUTURO - Mato Grosso será o próximo Estado com a divulgação dos dados, seguido do Amazonas, Pará, Amapá e Tocantins. Segundo Lopes, durante o monitoramento, alertas de desmatamento são enviados aos órgãos de fiscalização. No caso de MT, oito alertas foram enviados em dois anos. Pelas informações compiladas, o Estado teve desmatamento recente no Parque Nacional Jurueña e no Parque Estadual Serra de Santa Bárbara. Em Rondônia, onde há 41 unidades de conservação estaduais, o ProAE aponta que cerca de 90% do desmatamento nas unidades ocorreram em apenas cinco áreas. A mais devastada é a Reserva Extrativista Rio Jaci-Paraná, na divisa dos municípios de Porto Velho, Buritis e Nova Mamoré. Só nessa área foram desmatados 95 km². Nas florestas estaduais Rio Madeira B (localizada em Porto Velho) e Mutum (situada em Cujubim) foram desmatados 15 km² e 9,83 km², respectivamente.

Minc anuncia pacote para acelerar licenciamento – Leonardo Goy – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 18/07/2008

O Ibama vai criar núcleos de licenciamento ambiental nas superintendências estaduais para descentralizar o processo de licenciamento de obras de infra-estrutura. A

medida foi anunciada ontem pelo ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, como parte do pacote para dar mais agilidade e reduzir o prazo de concessão das licenças. Batizado pelo ministro de “Destrava, Ibama”, o pacote prevê ainda a contratação de mais funcionários para o instituto.

O ministério traçou para si a ambiciosa meta de reduzir pela metade o prazo total para a emissão de licenças ambientais pelo Ibama, como antecipou ontem o Estado. Segundo Minc, o objetivo, a ser formalizado em instrução normativa, é concluir o processo de licenciamento, dos diversos tipos de obras no prazo médio de 13 meses. Hoje, esses procedimentos consomem, em média, 27 meses. “Em alguns casos, até 37 meses.”

Essas previsões incluem apenas as etapas que são conduzidas pelo Ibama, e não aquelas em que cabe ao empreendedor elaborar um estudo ou uma resposta aos questionamentos da área ambiental do governo.

Outra novidade é a adoção de um protocolo único na tramitação das licenças. Atualmente, alguns empreendimentos precisam dar entrada da documentação em três órgãos federais - Ibama, Instituto Chico Mendes e Agência Nacional de Águas - com um protocolo para cada um deles. “Agora, com apenas um número, o empreendedor acompanha a tramitação em todos os órgãos”, disse Minc, que fez a apresentação ao lado do presidente do Ibama, Roberto Messias, e da presidente do Instituto Chico Mendes, Silvana Canuto.

Segundo o ministro, a criação de núcleos de licenciamento nas superintendências estaduais do Ibama vai acelerar o exame dos projetos de infra-estrutura. Ele disse esperar que, até setembro, o Congresso consiga concluir a regulamentação do Artigo 23 da Constituição, que define as competências da União, Estados e municípios na emissão de licenças ambientais. A idéia é repassar da União a Estados e municípios o licenciamento de obras de menor porte. Uma terceira medida trata do aperfeiçoamento do acompanhamento online do processo. “É uma demanda antiga, tanto dos empresários quanto dos ambientalistas, poder acompanhar passo a passo o processo.”

Além disso, até o fim do mês será publicado edital de concurso para contratação 90 analistas para trabalhar com licenciamentos no Ibama. Segundo o ministro, eles se somarão aos 140 atuais, contribuindo também para a redução dos prazos.

No mesmo dia em que anunciou o pacote para dar mais agilidade às licenças, no entanto, o Ministério do Meio Ambiente acabou informando também que adiou para o início de agosto a previsão para o aval à usina nuclear de Angra 3. Ainda na semana passada, Minc dizia que a licença poderia sair em julho, hipótese que permitiria o início das obras no dia 1º de setembro, segundo estimativa do ministro de Minas e Energia, Edison Lobão.

Minc apresentou ontem ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em reunião com mais três ministros, uma tabela com as obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) já licenciadas e a previsão das licenças para as demais. A lista informa que a licença para construção da hidrelétrica de Santo Antonio, no Rio Madeira, sairá entre julho e agosto. A estimativa anterior era de que sairia até o fim de julho.

Indústria só teme alta de custos – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 18/07/2008

A Associação Brasileira de Infra-Estrutura e Indústrias de Base (Abdib) afirmou ontem que o pacote anunciado pelo Ministério do Meio Ambiente é extremamente positivo para dar mais agilidade, qualidade e previsibilidade ao trâmite do licenciamento ambiental no Brasil. Para o presidente da entidade, a única preocupação é com a possível elevação dos custos de compensação ambiental, cuja fórmula ainda será criada. “Se os custos diretos e indiretos da compensação crescerem muito, há o risco de tornarem o empreendimento inviável”, diz Godoy. Segundo ele, a Abdib defende que o valor da compensação seja calculado a partir de metodologia que mensure o grau de impacto ambiental negativo de um projeto em relação ao meio ambiente, desconsiderando, da base de cálculo, os valores referentes a impactos neutros e positivos.

A entidade também defende um teto de 0,5% para o valor da compensação ambiental, já que os empreendimentos de infra-estrutura geralmente têm investimentos elevados.

Cresce desmate em terra indígena no Acre – Hudson Correa – Folha de São Paulo – Brasil - 18/07/2008

Houve um aumento de 255% no desmatamento em terras indígenas do Acre, e 24,9% dos 271,8 mil hectares da floresta nacional Bom Futuro, em Rondônia, estão devastados. Estes são os dados de um "serviço de inteligência" do Sipam (Sistema de Proteção da Amazônia) implantado em unidades de conservação e em áreas indígenas de Rondônia, Acre e Mato Grosso.

Vinculado à Casa Civil, o Sipam divulgou ontem os dados do Acre e em junho, os de Rondônia. O trabalho é serviço de inteligência -segundo o diretor-geral do Sipam, Marcelo de Carvalho Lopes- porque, além dados sobre desmatamento ilegal, fornece relatório à Polícia Federal e ao Ministério do Meio Ambiente sobre pistas clandestinas de pouso, atividades de mineração e presença de madeiras nas áreas.

Lopes diz que essa é a diferença do serviço de inteligência para os levantamentos sobre desmatamento já divulgados.

"Temos constatado a presença de pistas clandestinas e desmatamento na fronteira do Peru [país para onde sai madeira extraída ilegalmente] no Acre", afirmou Lopes.

A devastação em reservas indígenas e unidades de conservação atingiu no ano passado 2,5 mil quilômetros quadrados (mais de uma vez e meia o tamanho da cidade de São Paulo). O Ministério do Meio Ambiente diz que há falta de fiscais.

Daqui a uma semana, haverá relatório sobre Mato Grosso. O projeto é estender o "serviço de inteligência" aos demais Estados da Amazônia. De forma geral, o Sipam registrou redução no desmatamento em áreas de conservação em Rondônia e Acre, com exceção do aumento nas terras indígenas nesse último Estado.

O sistema comparou dados, obtidos de agosto de 2005 a agosto de 2006, com o

mesmo período de 2006 a 2007. O Sipam também usa informações captadas pelos satélites, referentes a 2005, para chegar ao total devastado nas áreas protegidas e reservas indígenas.

De uma área de 9,3 milhões de hectares, em Rondônia, 260 mil hectares (2,78%) já foram desmatados. Apesar da destruição na floresta nacional Bom Futuro, invadida, houve redução do desmate nas áreas protegidas do Estado em 2007.

No Acre, de um total de 7,6 milhões hectares, 153,9 mil (2%) estão devastados. O avanço ocorreu apenas nas áreas indígenas. Nelas, o desmatamento aumentou de 2,1 mil hectares, registrados em 2005/2006, para 5,5 mil em 2006/2007. Segundo o Sipam, a destruição ocorre pela agricultura familiar. Em Rondônia, a causa é o comércio da madeira.

Minc acelera prazo para dar licenças ambientais – Marta Salomon – Folha de São Paulo – Dinheiro - 18/07/2008

Ibama define período de no máximo 13 meses para liberar empreendimentos - Sem um prazo definido, hoje processos duram 2 anos em média; Minc diz que atraso de empreendedor não será coberto pela nova regra

Por meio de norma interna anunciada ontem, o Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis) fixou em 13 meses o prazo máximo para todas as etapas de licenciamento ambiental de empreendimentos no país, da elaboração do termo de referência à concessão da licença de operação. Atualmente -sem prazos predefinidos-, o processo dura, em média, dois anos. A coluna "Mercado Aberto" havia antecipado a medida na terça-feira. As novas regras valem apenas como referência para procedimentos internos do Ibama e não consideram eventuais atrasos dos empreendedores, inclusive para responder a questionamentos dos analistas ambientais.

"Estamos falando de metas para os nossos prazos", afirmou o ministro Carlos Minc (Meio Ambiente). Ele comparou o processo de licenciamento a um jogo de xadrez, em que a contagem do tempo do órgão ambiental pára durante os lances do outro jogador.

"Os empreendedores também vão ter de apresentar estudos de melhor qualidade", disse o ministro. Não há previsão de punição em caso de não cumprimento do prazo.

Segundo Roberto Messias, presidente do Ibama, a análise dos estudos de impacto ambiental poderá levar até seis meses, na fase mais demorada no licenciamento.

Entre a concessão da licença prévia e a licença de instalação, que autoriza o início das obras, os técnicos do instituto terão, no máximo, 75 dias.

Em nota, a Abdib (Associação Brasileira da Infra-Estrutura e Indústrias de Base) considerou os prazos "positivamente ousados".

Antes mesmo da entrada em vigor da nova regra, o Ibama se comprometeu a conceder, até o início de agosto, a licença prévia para a usina nuclear de Angra 3, no Rio de Janeiro, e a licença de instalação para a hidrelétrica de Santo Antonio, no rio Madeira, em Rondônia.

No âmbito do PAC - Os prazos constam de documento discutido ontem no

Planalto, durante reunião de coordenação do PAC (Plano de Aceleração do Crescimento).

O documento não prevê prazos para a concessão de licença de duas importantes obras do PAC: as usinas hidrelétricas de Belo Monte, no Pará, e Jirau, em Rondônia. No caso da usina de Jirau, o Ibama poderá ter de rever a licença prévia concedida no ano passado por conta de mudanças no projeto feitas pelo consórcio vencedor do leilão, realizado em maio.

A norma do Ibama faz parte de pacote de medidas lançado ontem, com o título "Destrava Ibama". Carlos Minc insistiu em que a intenção do governo é agilizar a liberação de licenças ambientais sem "afrouxar as exigências". O pacote prevê ainda a contratação de mais 90 analistas ambientais, além dos 140 que se encarregam atualmente das licenças. Minc também anunciou mudança na composição da câmara de compensação ambiental, com participação de representantes de empresários, da academia, de organizações não-governamentais, Estados e municípios nas deliberações. O ministro disse que a compensação a ser definida para cada empreendimento poderá alcançar 2,5% do valor da parcela da obra com impacto ambiental. Licenças no setor elétrico serão condicionadas à adoção de unidades de conservação. Os empresários temem que o custo elevado da compensação ambiental inviabilize alguns empreendimentos, de acordo com a Abdib.

Licença ambiental mais rápida – O Globo – O País – 18/07/2008

BRASÍLIA. Para ganhar mais agilidade nas obras de infra-estrutura no país, principalmente as do Programa de Aceleração de Crescimento (PAC), o ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, anunciou ontem medidas para reduzir à metade o tempo para concessão de licenças ambientais pelo Ibama. O prazo, que chega em média a 24 meses, no âmbito administrativo, cairá para no máximo 13 meses.

Com isso, o governo espera forçar a queda do período médio total de 37 meses, que inclui o tempo gasto pelos empreendedores para resolver pendências. A medida faz parte do pacote "Destrava Ibama". Segundo o presidente do Ibama, Roberto Messias, é a primeira vez que se fixa prazo para processo de licenciamento ambiental. Minc apresentou também o cronograma de liberação de licenças ambientais para obras do PAC.

Em agosto sairá a licença de instalação da usina hidrelétrica de Santo Antônio e de Angra 3. Em setembro será concedida a licença de operação do gasoduto Campinas-Rio. E, em janeiro, será concedida a licença para o projeto piloto do megacampo de petróleo de Tupi.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva determinou ontem a criação de uma comissão que terá 60 dias para estudar nova legislação para a exploração de petróleo no pré-sal. A primeira reunião está marcada para a próxima semana, em Brasília. O ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, será o coordenador do grupo. A proposta de criação de uma estatal exclusiva para a coordenação da região do pré-sal será avaliada no encontro.

Carta reafirma compromisso com Sociobiodiversidade – Sítio Eletrônico do MDA – 18/07/2008

O último dia do *Seminário Nacional das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade: Agregação de Valor e Consolidação de Mercados Sustentáveis*, encerrado nesta sexta-feira (18), em Brasília, culminou com a leitura da Carta da Sociobiodiversidade. O documento é resultado da contribuição dos participantes que, ao longo de quatro dias, discutiram a validação do Plano Nacional para Promoção dos Produtos da Sociobiodiversidade (PNPSB) e estabeleceram acordos políticos e arranjos institucionais para a execução das suas ações.

A Carta destaca a importância dos produtos da sociobiodiversidade para a sobrevivência e a reprodução socioambiental e cultural de Povos e Comunidades Tradicionais e Agricultores Familiares em todos os biomas brasileiros, além da significativa importância para a conservação da biodiversidade e segurança alimentar e nutricional. O documento destaca, ainda, a inclusão de 10 produtos da sociobiodiversidade no Programa de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) e a promoção de mais 15 no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

Todos os atores do Seminário, órgãos, instituições, representações de Povos, Comunidades Tradicionais e Agricultores Familiares, além do setor privado, reafirmaram na Carta o compromisso de participar da implementação das propostas do Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade. Tal plano será instituído por Decreto do Presidencial.

Representação significativa - Na mesa de encerramento, o diretor de Geração de Renda e Agregação de Valor da Secretaria de Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário (SAF/MDA), Arnaldo de Campos, ressaltou o esforço interministerial e intersetorial para a realização dos seminários regionais e o nacional, além da elaboração de um Plano Nacional para a Sociobiodiversidade. “É um salto de qualidade que vamos dar nas políticas públicas nesta área”, afirmou.

Para o representante da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), Sílvio Porto, o Seminário é o reconhecimento da biodiversidade e o respeito às diferenças. Porto também destacou a participação de representantes de setores diversos na discussão do Plano. “Sem ela, uma política pública não tem legitimidade”, avaliou.

Muriel Saragoussi, do Ministério do Meio Ambiente (MMA), ressaltou o equilíbrio na participação do público, composto por 53% de homens e 47% de mulheres, entre representantes dos Povos e Comunidades Tradicionais, Agricultores Familiares, governos federal e estaduais, empresas, setor financeiro, instituições de fomento, pesquisa e outros. “Um equilíbrio que nós construímos”, frisou.

Organizadores - O Seminário Nacional das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade: Agregação de Valor e Consolidação de Mercados Sustentáveis foi promovido pelos ministérios do Desenvolvimento Agrário (MDA), Meio Ambiente (MMA), do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e parceiros.

Carta da Sociobiodiversidade reafirma compromissos com o setor – Lucia Leão – Sítio Eletrônico do MMA – 18/07/2008

Os 230 participantes do "Seminário Nacional das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade: Agregação de valor e consolidação de mercados sustentáveis" aprovaram nesta sexta-feira (18), no encerramento do evento, a "Carta da Sociobiodiversidade", que reafirma a importância de produtos da sociobiodiversidade tanto para a preservação socioeconômico-cultural das comunidades tradicionais e agricultores familiares que os manejam, como para a conservação da biodiversidade, para a segurança alimentar e nutricional de uma grande parcela de brasileiros e para o desenvolvimento econômico sustentável local, regional e nacional.

Na noite de quinta-feira (17) o ministro Carlos Minc foi ao evento e falou aos participantes do seminário sobre as iniciativas que já vêm sendo adotadas pelo ministério para valorizar os produtos e serviços da biodiversidade. Ele destacou a iniciativa do presidente Lula de incluir produtos extrativistas na política nacional de preço mínimo, mas lembrou que a medida ainda não ganhou efetividade porque falta estabelecer qual será esse preço, tarefa que cabe aos técnicos dos órgãos envolvidos com o tema - MMA, MDA, MDS e Conab - todos representados no evento.

O seminário reuniu comunidades tradicionais extrativistas de todo o País, empresários, técnicos dos governos federal, estaduais e municipais e representantes da comunidade acadêmica para finalizar a elaboração do Plano Nacional de Promoção das Cadeias da Biodiversidade, que deve ser oficializado por decreto do presidente Lula já no próximo mês de agosto. Ele estará organizado em eixos transversais e eixos finalísticos. Os primeiros compõem-se de linhas de ação e atividades relacionadas aos diferentes meios necessários para o fortalecimento e estruturação das cadeias produtivas. Os segundos estão relacionados à estruturação de cadeias e arranjos produtivos, considerando todas as etapas. "Se conseguirmos colocar em prática 10% deste plano vamos fazer uma revolução", avaliou o empresário João Matos, um dos participantes do seminário. Proprietário da empresa Peraca, ele compra óleos essenciais de comunidades tradicionais da Amazônia para abastecer a indústria farmacêutica e cosmética.

"Empresários como ele já se sentem parte da cadeia tanto quanto as comunidades tradicionais de coletadores. Essa já é uma enorme conquista. Avançando em ações como de pesquisa e desenvolvimento tecnológico para melhorar a qualidade e produtividade, criação de linhas de crédito e outros incentivos oficiais que estão previstos no Plano os demais atores do mercado também começam a assumir seus papéis", acredita a diretora de Agroextrativismo da Secretaria de Desenvolvimento Rural Sustentável, Muriel Saragoussi.

São considerados produtos da sociobiodiversidade os gerados a partir de recursos da biodiversidade, voltados à formação de cadeias produtivas de interesse dos povos e comunidades tradicionais e de agricultores familiares, que promovam a manutenção e valorização de suas práticas e saberes, e assegurem os direitos decorrentes, gerando renda e promovendo a melhoria de sua qualidade de vida e do ambiente em que vivem.

O Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade traça dez diretrizes estratégicas para nortear o desenvolvimento do setor:

- conservação e o uso sustentável da biodiversidade; o reconhecimento do direito de acesso dos povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares aos recursos da biodiversidade e à repartição justa e equitativa de benefícios; a valorização e respeito da diversidade cultural e conhecimento tradicional; a promoção da segurança alimentar e

nutricional a partir da alimentação diversificada; a agregação de valor socioambiental, com geração de emprego, renda e inclusão social; a criação de mercados regidos por valores de cooperação, solidariedade e ética; a abordagem de cadeias e arranjos produtivos com enfoque participativo, territorial e sistêmico como elementos de concepção e implementação do Plano; a promoção do empoderamento e controle social; a articulação intra e interinstitucional, e intersetorial; e o compartilhamento de responsabilidades entre os setores público, privado e a sociedade civil organizada.

Minc adia decisão sobre taxa ambiental - Daniel Rittner – Valor Econômico – Brasil - 18/07/2008

O prazo para o licenciamento de projetos de infra-estrutura cairá pela metade, conforme promessa feita pelo Ministério do Meio Ambiente e o Ibama, após o anúncio de um pacote de medidas para informatizar e desburocratizar os procedimentos da autarquia ambiental. A tramitação de grandes empreendimentos, desde a entrada no pedido de licença prévia até a permissão para o início das obras, não ultrapassará 13 meses. Hoje esse período varia de 21 a 37 meses, de acordo com o Ibama.

As medidas não incluem reforma na legislação ambiental. "São portarias para simplificar, unificar e agilizar procedimentos", afirmou o ministro Carlos Minc. Ele ressaltou que, para se tornar realidade, a redução dos prazos precisará contar com a boa qualidade dos estudos apresentados pelos empreendedores. "Quando for mal feito, vamos dar publicidade para não ficar no colo do Ibama."

O ministro relatou situações em que, antes de chegar às mãos dos analistas responsáveis pelo licenciamento, documentos enviados pelo empreendedor passam por até 16 funcionários. "Isso não tem cabimento. Agora os analistas terão mais tempo de ir ao ponto G, que são os impactos ambientais."

Além das diretrizes assinadas, outras ações ajudarão a limpar a agenda ambiental na área de infra-estrutura. O presidente do Ibama, Roberto Messias Franco, disse que já existe entendimento com a Advocacia-Geral da União (AGU) para o governo defender os analistas do órgão que respondam a processos judiciais.

Destravando o Ibama	
Medidas para agilizar o licenciamento ambiental	
1 Protocolo único O empreendedor encaminhará somente um pedido para procedimentos como outorga do uso da água pela ANA, supressão de vegetação pelo Instituto Chico Mendes e análise da viabilidade ambiental pelo Ibama	4 Reforço de pessoal Concurso público para a contratação de mais 90 analistas ambientais — 40 em Brasília, 15 no Rio de Janeiro e 35 em outros Estados.
2 Aperfeiçoamento do Sislic Sistema eletrônico de licenciamento (Sislic, hoje apenas em projeto-piloto) abrangerá toda a troca de formulários entre Ibama e empreendedor, facilitando a geração e recepção de documentos pessoais, bem como sua divulgação pública pela internet	5 Qualificação Criação de programas de educação continuada e avançada para analistas de carreira, com cursos de legislação ambiental, análise de risco e geoprocessamento, entre outros
3 Núcleos de licenciamento ambiental Criação de núcleos de analistas do Ibama nos Estados, desconcentrando atividades e agilizando procedimentos de acompanhamento e vistoria dos projetos de infra-estrutura	6 Defesa judicial Entendimento com a AGU para que analistas ambientais eventualmente processados no exercício de suas funções tenham direito a defesa pública
	7 Compensação ambiental Definição, até o fim de agosto, da fórmula para o cálculo de cobrança da taxa de compensação ambiental sobre empreendimentos de infra-estrutura. Novo cálculo excluirá todo o orçamento do projeto que já é destinado a mitigar impactos socioambientais

"A AGU se comprometeu a defender os servidores que emitirem pareceres no exercício técnico de suas funções", assinalou Messias. Para o setor privado, um dos motivos para a atual lentidão na avaliação dos pedidos de licença é o temor de analistas do Ibama em assinar pareceres que depois venham a ser contestados pelo Ministério Público, sujeitando-os a ações judiciais. Isso pode torná-los excessivamente conservadores, por causa das dúvidas em ter direito ou não a defesa pela advocacia pública.

Minc prometeu resolver até o fim de agosto a confusão que se estabeleceu em torno da taxa de compensação ambiental sobre projetos de infra-estrutura. Para isso, definirá nos próximos 45 dias a fórmula para cálculo da taxa. O Supremo Tribunal Federal (STF) derrubou recentemente o piso provisório para a taxa, de 0,5% sobre o valor do empreendimento. A receita levantada se destina a unidades de conservação florestal.

O ministro falou em um teto de "até 2%, 2,5%" para a taxa, mas em seguida, solicitado a esclarecer o assunto, não confirmou o número. Esclareceu, porém, que haverá mudanças sobre a forma de cobrança. Os valores não terão mais como referência o investimento total dos projetos. Na nova fórmula, serão descontados os investimentos destinados a medidas mitigadoras dos impactos socioambientais.

Minc resolveu ampliar a composição da Câmara de Compensação Ambiental, encarregada de definir o percentual cobrado de cada projeto e de orientar o destino dos recursos. A câmara, que hoje tem apenas participação do governo, terá assentos reservados para governos estaduais, municípios, CNI e ONGs.

As medidas anunciadas como "Destrava Ibama" incluem a criação de protocolo único por meio do qual empreendedores farão um só pedido para a licença prévia (dada pelo Ibama), para a outorga de uso da água (atribuição da Agência Nacional de Águas) e para a autorização de corte de árvores (responsabilidade do Instituto Chico Mendes). Serão instalados núcleos de licenciamento nos Estados, para descentralizar atividades hoje concentradas em Brasília, e haverá concurso público para a contratação de mais 90 analistas ambientais. Com isso, o quadro de pessoal será ampliado em 60%. O edital sai em 90 dias.

Minc fez questão de ressaltar que as mudanças não significam perda de qualidade na análise dos processos. "Não vai ter moleza. É possível ser mais ágil e mais rigoroso ao mesmo tempo."

Empresários aplaudiram o pacote. Cláudio Sales, presidente do Instituto Acende Brasil, que reúne os principais investidores privados em energia elétrica, disse que as medidas são positivas e dão maior transparência ao licenciamento, que agora poderá ser acompanhado por meio eletrônico. "As metas são ambiciosas, mas factíveis", avaliou Sales. O presidente da Associação Brasileira da Infra-Estrutura e Indústrias de Base (Abdib), Paulo Godoy, também fez elogios e afirmou que "o sistema de licenciamento ambiental precisa estar em sintonia com a rotação do país".

Tanto Sales quanto Godoy manifestaram, entretanto, preocupação com a possibilidade de aumento do valor cobrado em compensação ambiental. Estudo do Acende Brasil indica que de 12% a 28% do investimento total em usinas recentes é para redução de impactos sociais e ambientais.

Negócios ficam travados em área de floresta – Folha de São Paulo – Dinheiro - 19/07/2008

Se o valor da terra evolui em todas as regiões do Brasil, o mesmo não ocorre em áreas da floresta amazônica, onde "os negócios estão parados e os preços caem, devido ao controle ambiental", afirma Jacqueline Dettmann Bierhals, analista de terras da AgraFNP. "Há uma fuga da região", diz ela.

A região Sul, devido à valorização das commodities, foi a que teve a maior valorização média de preços em 12 meses: 28,2%.

Nessa região, se encontram as áreas mais valorizadas do país. Em Santa Catarina, algumas áreas atingem R\$ 35 mil por hectare. No Paraná, onde predomina a produção de grãos, o valor chega a R\$ 25,7 mil por hectare.

Na região Norte, onde houve a segunda maior valorização em 12 meses (24,5%), as principais altas ocorreram em áreas de pastagem de fácil acesso. Acre e Amapá lideram as altas da região.

Já a região Sudeste obteve a menor valorização média das terras no bimestre maio-junho, em relação a igual período de 2007: apenas 9,3%. São Paulo, no entanto, é o Estado que registra a maior média nacional: R\$ 12 mil por hectare. Santa Catarina vem a seguir, com R\$ 9.219 por hectare. O Paraná fica com a terceira posição: R\$ 8.710.

Melhora de performance – Folha de São Paulo – Opinião – Editorial - 20/07/2008

SERÁ DIGNA de elogios, se for além da promessa, a medida anunciada pelo ministro Carlos Minc (Meio Ambiente), que estabeleceu em 13 meses o período máximo da concessão de licenças ambientais para empreendimentos que dependam dessa autorização.

A demora em liberar obras foi dos principais motivos a minar, dentro e fora do governo, a antecessora de Minc, Marina Silva. Cabe agora ao substituto não trocar o 8 pelo 80.

No Rio, como secretário do Ambiente, o hoje ministro acelerou as licenças. Em pouco mais de um ano, foram mais de 2.000, número semelhante ao registrado em todo o triênio anterior. A celeridade não passou incólume a críticas de ambientalistas.

Logo ao assumir o ministério, Minc disse que não seria um "carimbador maluco" ao outorgar as autorizações ambientais. "Podemos dar licenças mais ágeis e com mais rigor", afirmou então.

É o que se espera para não desequilibrar a fina linha sobre a qual caminham, juntas, a necessidade de crescimento econômico e a preservação ambiental.

A demora para a concessão de licenças não é sinônimo de proteção maior da natureza. Afinal, um projeto que era daninho ao ambiente três anos antes o será três anos depois, se não forem feitas as modificações necessárias. Nesse caso, o atraso na licença servirá apenas para retardar o estrago ambiental. Da mesma maneira, a maior velocidade não deve significar desleixo.

Resta saber se a equipe comandada por Minc conseguirá pôr em prática o objetivo anunciado. Ressalvas -como a de que o processo dependerá também da agilidade dos empreendedores em fornecer dados e a de que não há punições previstas caso a meta de 13 meses não seja cumprida- fazem questionar se essa não será, afinal, só mais uma performance de Minc.

Empresa de Eike é acusada de desmatamento – Bernardo Melo Franco – O Globo – Economia – 20/07/2008

CORUMBÁ (MS). Alvo da Operação Toque de Midas da Polícia Federal (PF), que desvendou um esquema de fraude em licitações no Amapá, a mineradora MMX, do empresário Eike Batista, entrou na mira de uma nova investigação em Mato Grosso do Sul. Desta vez, as acusações envolvem falsificação de documentos, pagamento de propina e desmatamento ilegal. A PF diz ter provas de que a empresa participou ativamente de um esquema de produção e transporte irregular de carvão vegetal para abastecer sua usina no pólo siderúrgico de Corumbá, um complexo industrial fincado no coração do Pantanal.

Para o Ibama, além de incentivar as derrubadas, a MMX se tornou a principal cliente de carvoarias que respondem a processos por uso de trabalho escravo e em condições degradantes na região.

O caso abre um novo e mais grave capítulo na série de acusações por crimes ambientais contra o grupo EBX, de Eike, cujos empreendimentos já são questionados na Justiça em seis estados: Amapá, Ceará, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais e São Paulo. Os processos são diferentes, mas a queixa é sempre a mesma: segundo o Ministério Público, as empresas da holding têm atropelado órgãos de fiscalização e leis ambientais para erguer portos, siderúrgicas, mineradoras e termelétricas pelo país.

Operação da PF já prendeu 35 pessoas Batizada de Operação Diamante Negro — uma referência ao combustível usado na fabricação de ferro-gusa — a primeira fase da investigação da PF em Mato Grosso do Sul já levou à prisão 35 pessoas em maio, entre agentes da Polícia Rodoviária Federal, fiscais do Ibama, caminhoneiros e donos de

carvoarias ilegais. Agora, os policiais prometem responsabilizar criminalmente os dirigentes da siderúrgica, a maior entre as quatro que usam carvão vegetal no estado.

Autor das primeiras prisões da Diamante Negro, o delegado federal Bráulio Galloni, de Dourados (MS), diz não ter dúvidas sobre o envolvimento da MMX com a quadrilha que devastava o Pantanal: — As investigações apontaram a participação direta das siderúrgicas, entre elas a MMX, no esquema de pagamento de propina e fraude em documentos de origem do carvão usado nas usinas. O envolvimento da MMX nos crimes ambientais está muito claro. Agora estamos investigando as vantagens oferecidas pelas siderúrgicas aos fiscais que as beneficiaram. As fraudes não foram gratuitas.

MMX nega crime ambiental e recorre de multas Segundo a PF, a quadrilha subornava fiscais e policiais para transportar carvão ilegal nas estradas que desembocam no pólo de Corumbá. Treze policiais rodoviários acusados de receber propina cumprem prisão preventiva. O delegado diz ainda não ter decidido se pedirá o indiciamento de Eike.

— Se ficar comprovado que ele foi responsável de alguma maneira pelo esquema, ou que sabia o que estava acontecendo, ele certamente será indiciado — diz Galloni.

Nos últimos oito meses, o Ibama autuou a MMX cinco vezes por uso de madeira com documentos falsos ou sem comprovação de origem. As multas, que ainda não foram pagas, somam R\$ 29,4 milhões.

No fim de 2007, a mineradora chegou a ser punida por usar madeira extraída clandestinamente da terra indígena Kadweu, próxima a Corumbá.

— Hoje, a MMX é a usina que mais aquece a indústria do desmatamento no Pantanal — disse o chefe do Ibama na cidade, Ricardo Pinheiro Lima.

A direção da MMX negou, por intermédio de nota, irregularidades nas suas atividades e informou que recorreu contra as autuações do Ibama por considerar que “nenhuma das multas aplicadas procede”.

A empresa disse ainda respeitar as leis ambientais e prometeu conquistar a autosuficiência na produção de carvão de reflorestamento até 2017. “A MMX pauta todas as suas ações em harmonia com a estrita legalidade e em absoluta obediência às normas vigentes”, diz a nota. A empresa não quis comentar as investigações da PF.

Enquanto tenta se defender das acusações, a empresa mobiliza advogados para enfrentar ações que impedem a ampliação de seus negócios no estado. Nos últimos dias, o Tribunal Regional Federal da 3ª Região rejeitou dois recursos que pediam a retomada da construção de uma usina de laminados em Corumbá.

A licença foi suspensa pela Justiça Federal, que considerou insuficientes os estudos de impacto ambiental. Outro braço da holding, a MPX, enfrenta oposição do Ministério Público ao projeto de erguer uma termelétrica no pólo.

Ações por suspeita de irregularidades no licenciamento ambiental também atrasam a construção de termelétricas do grupo em Pecém, no Ceará, e São Luís, no Maranhão. Em Minas Gerais, a Justiça ordenou a paralisação das perfurações da MMX em Conceição do Mato Dentro por desmatamento ilegal.

Em São Paulo, o Ministério Público Federal acusa a LLX, a empresa de logística de Eike, de oferecer vantagens indevidas a índios para construir um porto e uma ilha artificial numa reserva em Peruíbe.

Siderúrgica usaria carvão vegetal de madeira derrubada ilegalmente

Fiscais do Ibama identificaram quatro fornecedores irregulares. Atividade é associada a trabalho insalubre

BODOQUENA e CORUMBÁ (MS). Em Mato Grosso do Sul, os lucros da mineradora de Eike Batista, que nos últimos meses comemorou a ascensão meteórica das ações de suas empresas na Bolsa, estariam associados a uma das faces mais arcaicas da economia brasileira: a produção de carvão vegetal a partir de madeira derrubada ilegalmente.

A siderúrgica da MMX em Corumbá é apontada como cliente de carvoarias do Pantanal que submetem famílias inteiras, incluindo crianças, a condições de trabalho insalubres e próximas às da escravidão.

No interior do estado, fiscais do Ibama e do Ministério Público do Trabalho travam uma luta de gato e rato para reprimir a ação dos carvoeiros. A atividade dos fornos de barro passou a ser intensificada à noite, numa estratégia para disfarçar as colunas de fumaça que denunciam a queima ilegal de madeira. Mas os vestígios de derrubadas recentes estão em toda parte nos arredores das estradas que cortam a rodovia que liga Campo Grande ao pólo siderúrgico.

A devastação acelerada já ameaça paraísos ecológicos como Bonito, conhecido por suas grutas, cachoeiras e rios de água cristalina. Na cidade vizinha de Bodoquena, o Ibama identificou, nas últimas semanas, quatro fornecedores de carvão irregulares para a MMX. Os fazendeiros que criam gado na região deixam que os carvoeiros derrubem a mata em suas propriedades em troca da abertura de pastagens e de uma comissão de 5% sobre o valor do carvão, que segue para as usinas a R\$ 2.430 o caminhão.

Ao avistar a equipe do GLOBO, o capataz de uma das carvoarias da área, José Rodrigues, quis se certificar de que os repórteres não eram policiais.

Ele admitiu que a maioria de seus funcionários não tem carteira assinada e sofre de bronquite e outros problemas respiratórios por causa da inalação de fumaça. Mas negou maus-tratos e disse pagar em torno de R\$ 600 mensais a cada um.

— Os outros carvoeiros fazem muita judiaria com os empregados, mas eu trato bem os meus. Só queria que esses fornos ficassem mais longe da estrada para eles não saírem escondidos atrás de cachaça — reclamou.

No entorno do pólo siderúrgico, as queixas são contra o barulho e a poluição gerados pelas usinas.

Na comunidade de Antonio Maria Coelho, batizada em homenagem ao marechal que reconquistou Corumbá na Guerra do Paraguai, em 1867, as cerca de 20 famílias que resistiram à chegada das siderúrgicas contam que o bombeamento de água para resfriar as turbinas da MMX e da Rio Tinto secou o córrego que abastecia as casas. As empresas passaram a bancar a visita diária de um caminhão-pipa.

Os moradores plantam, ainda, grama para tentar conter as jazidas de minério que, mesmo assim, insistem em brotar do chão.

— De noite, a usina faz cada estouro que chega a tremer a casa. Tem vezes que a gente nem consegue dormir — conta a doceira Edil Corrêa.

Por causa dos impactos da siderúrgica, Eike virou o alvo preferido dos ambientalistas que militam na defesa do Pantanal. Para melhorar a imagem do grupo, o empresário — que já prometeu limpar a Lagoa Rodrigo de Freitas com recursos próprios — comprou uma área de 20 mil hectares na Serra do Amolar. A área foi transformada numa reserva verde e ganhou o nome do ex-ministro de Minas e Energia Eliezer Batista, pai do dono da EBX.

— É propaganda enganosa para impressionar os investidores estrangeiros. As multas aplicadas pelo Ibama mostram que o discurso de Eike não condiz com a prática — diz Patricia Zerlotti, coordenadora da ONG Ecoa. (Bernardo Mello Franco)

Apenas 30% das pesquisas sobre a Amazônia são produzidas no Brasil - Clarissa Pont
– Acrt Maior – 21/07/2008

O dado alarmante foi apresentado pelo pesquisador do Instituto de Pesquisas da Amazônia (Inpa), Adalberto Luís Val, durante a 60ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, que terminou na última sexta-feira (18) em Campinas. A Amazônia ocupa quase 60% do território brasileiro e responde por 7,8% do Produto Interno Bruto do país. Mas os recursos em ciência e tecnologia para a região são apenas 2% do total nacional.

Apenas 30% das pesquisas sobre a Amazônia têm a participação de pelo menos um pesquisador com residência no Brasil. O dado foi apresentado durante a Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) por Adalberto Luís Val, do Instituto de Pesquisas da Amazônia (Inpa). “Se soberania hoje é informação, esse é o tamanho da soberania que temos sobre a região. Temos que fixar recursos humanos na Amazônia, o que vai proporcionar a retaguarda para uma ação na Amazônia confiável, justa, sustentável, que é o que precisamos”, disse o pesquisador.

A necessidade urgente de aumentar a quantidade de doutores nas universidades dos estados que abrangem a floresta foi tema constante durante a reunião da SBPC, com um forte consenso de que essa é uma questão estratégica para o desenvolvimento do país.

Na mesma direção da avaliação feita pela senadora Marina Silva, Val acredita que, com pequeno aumento do percentual dos investimentos para ciência e tecnologia, é possível formar pelos menos 2,1 mil novos doutores na região até 2011 e expandir o número de universidades e centros de pesquisa na Amazônia. “A Amazônia ocupa quase 60% do território brasileiro e responde por 7,8% do Produto Interno Bruto do país. Mesmo assim, os recursos em ciência e tecnologia para a região são apenas 2% do total nacional. A Amazônia é uma questão nacional, não pode ser tratada isolada do desenvolvimento do país como um todo”, argumentou.

Val esteve em Campinas para participar da sessão especial da Comissão da Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional da Câmara dos Deputados, atividade da 60ª Reunião anual da SBPC. Durante o encontro, deputados e cientistas assumiram o compromisso de somar esforços para dobrar, no prazo de três anos, o número de doutores na região, passando dos atuais 3.500 para 7.000. Para o presidente da SBPC, Marco Antonio Raupp, que participou da sessão, a ciência precisa ser transformada no motor do desenvolvimento da Amazônia. Somente com a ampliação dos pesquisadores e, conseqüentemente, do número de estudos relacionados à biodiversidade da Amazônia, é possível gerar riquezas na região, de forma sustentável e solidária.

Outro número que chamou atenção da Comissão da Amazônia é que, dentro do percentual de pesquisa desenvolvida no Brasil sobre a Amazônia, apenas 9% são desenvolvidas por organismos amazônicos.

Fundo para a Amazônia - Enquanto os debates sobre a floresta aconteciam no campus da Unicamp, o ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, informou que o governo quer arrecadar um total de US\$ 900 milhões no primeiro ano de funcionamento do fundo que será criado para preservar a Amazônia. No dia 16 de julho, Minc informou que o fundo será criado por decreto no dia 1º de agosto deste ano. Segundo ele, a primeira doação ao fundo, de US\$ 100 milhões, será da Noruega. No entanto, o ministro assegurou que as contribuições de países estrangeiros ao fundo não representam ameaça à soberania do Brasil. "O fundo será regido por um conselho no qual os doadores não terão assento. Será um fundo soberano", garantiu. * *Com informações da Agência Brasil e da SBPC.*

Aliar conhecimento científico e tradicional para defender Amazônia – Clarissa Pont – Carta Maior – 21/07/2008

A receita foi dada pela ex-ministra do Meio Ambiente, senadora Marina Silva, durante a 60ª Reunião da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC). A senadora defendeu a necessidade de conciliar os aspectos científicos com dinâmicas locais da floresta. A próxima reunião da SBPC será realizada, em 2009, em Manaus.

“Estou completamente de acordo com o documento lançado aqui em relação aos aspectos que abordam ciência e tecnologia, como a construção de novas universidades, instituições técnico-científicas associando o ensino à pesquisa em tecnologia, assim como o fortalecimento da pós-graduação e de redes de informação na Amazônia”, afirmou a senadora Marina Silva durante, no encerramento da 60ª Reunião da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), em Campinas. O próximo encontro será justamente na região que foi objeto de cinco núcleos temáticos de discussões durante a reunião, a Amazônia. Segundo o presidente da SBPC, Marco Antonio Raupp, os debates instaurados durante a última semana são o pano de fundo do que será tratado em Manaus, no próximo ano.

A importância da decisão foi grifada por Marina Silva. Segundo ela, não há dúvida de que o aumento do conhecimento científico sobre a região amazônica é a estratégia fundamental para viabilizar os eixos de crescimento sustentável. No entanto, para a senadora, a questão é saber como conciliar os aspectos científicos com outras dinâmicas. “Até mesmo porque você não pode simplesmente suprimir a dinâmica social, que tem a ver com o que está acontecendo no território, com o conhecimento que já está produzido e com uma série de políticas e acontecimentos regionais”. O que precisa ser estudado, segundo ela, é a melhor forma de mediação do conhecimento científico com as demais dinâmicas sociais e culturais ocorridas na região.

O projeto “Amazônia: Desafio Brasileiro do Século 21 – A necessidade de uma revolução científica e tecnológica”, desenvolvido pela SBPC em conjunto com a Academia Brasileira de Ciências (ABC) foi elogiado por Marina Silva, que indicou defender as propostas no Congresso Nacional. “Não há dúvida que o aumento de conhecimento sobre a região é uma estratégia fundamental para viabilizar a estrutura logística necessária, o desenvolvimento sustentável, a inclusão social e o ordenamento territorial e fundiário”, afirmou.

O documento lista como desafios urgentes para enfrentar a questão do desenvolvimento sustentável na Amazônia a criação de novas universidades públicas na região, o surgimento de institutos científico-tecnológicos associados ao ensino e à pesquisa, o fortalecimento da pós-graduação e de redes de informação sobre a floresta e nos estados onde ela está.

O país forma mais de 11 mil doutores por ano. Segundo avaliação da ABC, as ações de formação e atração de docentes e pesquisadores altamente qualificados para a região serão infrutíferas se não forem assegurados mecanismos efetivos de contratação dos mesmos pelas instituições de ensino superior ou pelos institutos de pesquisa. Isto somente pode ser assegurado com uma política direcionada para a região, pois envolve decisões de diversos ministérios.

Ainda segundo o documento, para garantir a fixação de docentes e pesquisadores em número adequado é necessário romper com “a igualdade aparente que só leva a preservação dos desequilíbrios. Vagas induzidas para a região são imperativas, tanto de pesquisadores e docentes, quanto de técnicos habilitados a atuar em laboratórios avançados de pesquisa”.

Outra questão trazida à tona pela senadora foi a do acesso ao patrimônio genético para pesquisa. O primeiro projeto entregue por Marina Silva ao Senado foi justamente sobre o acesso a estes recursos. Para ela, é uma maneira de valorizar a floresta em pé e os conhecimentos tradicionais associados, além de proteger a biodiversidade. “Infelizmente, o projeto não foi aprovado. Foi apresentada uma medida provisória pelo governo, que não atendia adequadamente às necessidades de uma regulação tão complexa. No ministério, fizemos esforços para recuperar o projeto, mas houve uma dificuldade muito grande na interface entre os diferentes ministérios”, disse.

Falta de medidas integradas atrasa redução do desmatamento - A complexa questão do desmatamento da Amazônia, e a possibilidade de rastreá-lo, também foi tema da 60ª Reunião da SBPC. De acordo com a mesa, coordenada por Peter Mann de Toledo, presidente do Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Pará (Idesp), a falta de consenso entre as várias partes interessadas é que contribui para que a floresta continue sendo degradada. “Vamos pagar um preço ainda mais alto para aprendermos a lidar com a questão da Amazônia”, enfatizou Gilberto Câmara, presidente do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe).

No início do ano, a sociedade brasileira ficou sabendo pela imprensa a polêmica em torno da credibilidade dos dados divulgados entre outubro e dezembro de 2007 pelo Inpe sobre o desmatamento da Amazônia. Segundo Câmara, os resultados de um relatório recente confirmaram a eficácia do sistema de Detecção do Desmatamento em Tempo Real (Deter), indicando que cerca de 88% das áreas analisadas se confirmaram como correspondendo a desmatamentos. A instituição acredita que os resultados deverão aumentar a confiança do governo e da sociedade nas indicações do sistema. * *Com informações de www.sbp2008.unicamp.br*

O LICENCIAMENTO ambiental para empreendimentos potencialmente poluidores consolida-se no Brasil a duras penas, mesmo garantido em lei desde 1981 e na Constituição de 88. Durante esses anos, setores dos governos, da iniciativa privada e da sociedade civil esforçaram-se para implementá-lo, em meio a grandes embates.

Hoje, nem os mais críticos ousam descartá-lo, mas alguns ainda apresentam estudos de baixa qualidade ao solicitar licenciamento.

Por outro lado, aumenta o número de adeptos da inserção de uma sólida variável de qualidade ambiental e equidade social nos seus empreendimentos. O tripé setor público, setor privado e sociedade civil tem passado por testes decisivos, com importantes lições. Foi assim na BR-163, na transposição do São Francisco e nas usinas do rio Madeira. Quando se fala em destravar o Ibama, corre-se o risco de passar a idéia errônea de que a fonte de problemas está apenas no setor público.

O perigo de lidar com coisas complexas é o de falar parte da verdade como se fosse a verdade inteira. Isso não ajuda a ter visão correta do conjunto nem a obter respostas de valor universal. Ajustes são necessários, mas da parte de todos os envolvidos. Quando se põe o peso unicamente numa perna, desequilibra-se a análise e a solução. Não se percebe que o mais relevante para o Brasil é desenvolver-se com preservação e preservar com desenvolvimento.

Nos últimos cinco anos, o número anual de licenças expedidas saiu da média de 150, entre 1999 e 2002, e foi para 367, em 2007. No último relatório do PAC, nenhuma obra de grande porte estava em situação preocupante por falta de licenciamento ambiental federal.

Estudo recente do Banco Mundial sobre licenciamento de hidrelétricas no Brasil, nos últimos dez anos, mostrou o prazo médio de 3,4 anos até a autorização para início das obras. No Canadá, chegou a algo em torno de 4 a 5 anos. Nos Estados Unidos, 30% menos. De maneira geral, os prazos praticados no Brasil estão na média internacional, mas foi apontada demora de 1,1 ano na definição do Termo de Referência, primeira fase do processo. É muito. Motivo: dificuldade em montar a equipe técnica. Daí o concurso público acordado com o Ministério do Planejamento e agora anunciado.

O ministro Minc está dando continuidade às medidas tomadas nos últimos anos pelo governo e criando outras igualmente importantes.

O que precisamos fazer é cuidar para não cair na armadilha de falsas polêmicas e na tentação de dizer o que parte da sociedade quer ouvir, pois isso pode prejudicar nosso objetivo comum: o aumento da agilidade sem a perda de qualidade.

contatomarinasilva@uol.com.br

BRASÍLIA. Fracassou o segundo leilão eletrônico promovido ontem pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) para vender o rebanho de 3.046 bovinos, os chamados bois piratas, apreendidos no fim do mês passado na estação ecológica Terra do Meio, no Pará.

No momento de pico, nove bolsas de mercadoria chegaram a se conectar com os computadores da Conab, mas não houve oferta de um único lance sequer.

Em nota oficial, o Ministério do Meio Ambiente aponta as ameaças de parlamentares da bancada ruralista como um dos possíveis motivos para o desinteresse dos compradores. Um novo leilão foi marcado para a próxima segunda-feira.

Para ministério, preço também atrapalhou leilão “Na avaliação do Ministério do Meio Ambiente e do Ibama, três fatores contribuíram para a não comercialização do gado: o preço, o custo do transporte do rebanho devido à localização e o anúncio, feito por políticos da região, de que a retirada do gado não seria pacífica”, diz nota distribuída pela pasta no início da noite.

Semana passada, o deputado Giovanni Queiroz (PDT-PA), um dos líderes da bancada ruralista, disse em tom inflamado ao ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, que o governo não teria sucesso na venda dos bois apreendidos.

— O senhor pode até vender os bois, mas não vai conseguir entregá-los. Nosso povo é pacífico, mas como diz o ditado: não cutuque onça com vara curta, que ela avança e morde a garganta — disse Queiroz.

Na tentativa de vencer as dificuldades de vender o rebanho, o Ibama pediu à Conab que promova um novo leilão na próxima segunda-feira. O Ibama prometeu reduzir “substancialmente” os preços apresentados. No pregão de ontem, o rebanho foi oferecido por R\$ 3,151 milhões.

Ibama garante segurança ao transporte dos animais O Ibama também garantiu segurança total ao transporte dos animais, que ainda permanecem na estação onde foram apreendidos.

“Toda a segurança necessária à retirada dos animais será dada ao ganhador do leilão”, afirma o diretor de Proteção Ambiental do Ibama, Flávio Montiel, de acordo com a nota do ministério.

No texto, o governo afirma que o gado está com a vacinação atualizada.

O Ministério do Meio Ambiente afirma ainda que o recolhimento dos bois piratas forçou fazendeiros a retirar aproximadamente dez mil cabeças de gado da estação ecológica da Terra do Meio e, com isso, aumentou a oferta da carne bovina na região.

A manobra estaria provocando a redução do preço da carne.

Mais um leilão para boi dormir - Bettina Barros – Valor Econômico – Agronegócios - 22/07/2008

Nunca antes no país um governo federal tentou realizar um leilão de bois denominados "piratas". Talvez isso explique porque ele não tenha dado certo.

Pela segunda vez consecutiva nenhum comprador mostrou interesse nas 3.048 cabeças de gado bovino apreendidas em áreas desmatadas da Amazônia, no leilão realizado ontem pela Conab. O mesmo ocorreu na primeira tentativa, na semana passada.

Reunidos a porta fechadas, representantes do Ibama e do Ministério do Meio Ambiente discutiam à tarde o que fazer diante do resultado inesperado. Até o fechamento desta edição, a reportagem não obteve resposta ao pedido de entrevista ao governo.

Nos bastidores, as explicações para o novo fracasso continuam as mesmas: preços pouco atraentes e incertezas sobre o produto.

Segundo analistas, a pressa em realizar o leilão acabou prejudicando a transparência e acessibilidade de informações. "O leilão de gado é diferente do de grãos porque o padrão varia muito", afirma Fabiano Tito Rosa, analista do mercado de bovinos da Scot Consultoria, de São Paulo. "Antes de comprar um boi é preciso saber se as vacinas estão em dia, se há exame andrológico para testar a qualidade do sêmen, como estão as condições do animal. É preciso ver fotos, vídeos, tudo com antecedência e no site da leiloeira. Isso não ocorreu", explica.

Além disso, apesar de o governo ter reduzido os preços mínimos neste leilão - de R\$ 3,9 milhões pelo lote total para R\$ 3,15 milhões -, a arroba da vaca teria ainda ficado com uma diferença de cerca de R\$ 8,00 acima do preço médio praticado no Pará (R\$ 70,00). Considerando o frete, que fica por conta do comprador, os animais perdem a atratividade.

"Até o 'pirata' não ajuda, foi um termo infeliz do governo", diz Rosa. Por ora, o gado permanece retido na Estação Ecológica Terra do Meio, a 921 Km de Belém.

Governo aumenta rigor de multas ambientais – Leonencio Nossa – Estado de São Paulo
– Vida & - 236/07/2008

Para reduzir de oito para um ano o tempo médio de demora para a punição de pessoas ou a cobrança das empresas multadas por crimes ambientais, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou ontem um decreto simplificando o sistema de recursos. A medida define claramente as penas e infrações previstas na Lei de Crimes Ambientais. Em discurso durante visita a um centro de triagem de animais silvestres do Ibama, na cidade-satélite de Taguatinga, Lula defendeu leis mais rígidas contra infratores, mas não anunciou novas contratações de agentes para garantir a aplicação do decreto.

Com o novo decreto, um hectare desmatado de forma ilegal pode acarretar multa de R\$ 5 mil. Mas a norma permite que o infrator ainda possa converter parte da multa - 60% - em serviços ambientais, como a recuperação da área degradada. Antes, o desconto poderia chegar a 90%. As multas agora estabelecidas variam de R\$ 50 a R\$ 50 milhões.

Depois de plantar um Ipê Roxo, Lula citou como exemplo de eficácia a chamada Lei Seca, recentemente promulgada, que se caracteriza pela severidade na punição de motoristas alcoolizados e maior presença de agentes rodoviários nas estradas. “Quem for picareta, e achar que pode enganar todo mundo o tempo todo, a gente vai dar bordoadas, e a melhor bordoadada é a multa”, afirmou. No discurso, Lula - há seis anos na Presidência - disse que o Brasil precisa agir com mais “seriedade” na questão ambiental.

SEM APLICADOR DA MULTA - O pesquisador Adalberto Veríssimo, da organização não-governamental Imazon, diz que a iniciativa é “oportuna”, pois apenas 3% das multas aplicadas na área ambiental são efetivamente pagas. Ele, porém, ressalta que o decreto não terá resultado tão automático quanto a Lei Seca. “Não terá a mesma eficácia, pois o governo não vai conseguir sair multando todos os infratores do meio ambiente”, avalia. “A Amazônia é grande, há muita vazão para os crimes ambientais.” Das 299 unidades de conservação administradas pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, 82 estão sem gestores e 173 não têm fiscais. O governo prometeu, no início deste mês, lançar edital de concurso para preencher as vagas.

Preço faz leilão de boi fracassar pela segunda vez – Alexandre Inácio – Estado de São Paulo – Vida & - 23/07/2008

Fracassou novamente a tentativa do Ibama de leiloar os animais apreendidos no Pará. Nenhum dos quatro lotes ofertados pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) teve proposta de compra.

Na semana passada, tanto a Conab quanto o Ibama justificaram que o fracasso da primeira tentativa era “normal”. Técnicos das entidades disseram que fariam ajustes.

Uma das mudanças foi a redução de 3.500 para as 3.046 cabeças. Além disso, o valor dos quatro lotes ofertados recuou de R\$ 3,9 milhões para R\$ 3,15 milhões.

Analistas afirmam que as informações concedidas no edital não são suficientes para atrair compradores. Além disso, os preços mínimos estabelecidos pelo governo também estão acima das médias do mercado.

Ambientalistas temem expansão na Amazônia - Bettina Barros – Valor Econômico – Agronegócios - 23/07/2008

A retomada do beneficiamento de óleo de palma em Tefé, com a chegada da agência de desenvolvimento da Malásia, levanta algumas preocupações entre ambientalistas. Tefé está cravada na floresta amazônica. É comumente lembrada pelo fato de abrigar a Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá, exemplo de economia sustentável na região.

Oficialmente, o governo do Amazonas afirma que não haverá mais desmatamentos - esses já foram feitos nos anos 80, com a primeira tentativa de estabelecimento do setor, a Empresa Amazonense de Dendê (Emade). "Não ocorrerá desmatamentos porque a área onde a Braspalma e os malaios entrará já está desmatada. Além disso, o governo tem ferramentas de controle e está desenvolvendo o zoneamento da região", diz Eron Bezerra, secretário de Produção Rural do Amazonas.

Por via das dúvidas, o Greenpeace em Manaus diz que Tefé entrará para a lista de prioridades do grupo ambientalista. Outra organização não-governamental, o Repórter Brasil, que tem se dedicado aos biocombustíveis, está a caminho do município para acompanhar as audiências públicas realizadas com a comunidade. Uma delas já ocorreu. Uma segunda reunião está prevista para breve, mas sem data definida.

Além da localização geográfica estratégica do ponto de vista ambiental, o beneficiamento do óleo é enxergado com suspeita devido a participação do governo malaio. Principal produtor do mundo de óleo de palma, a Malásia está longe de ser um modelo. Recentemente, países europeus - os maiores consumidores - aventaram um boicote ao produto do país e da vizinha Indonésia. Acusam ambos de desmatar florestas para plantar a palmácea.

Em 2005, a ONG Amigos da Terra Internacional, presente em 70 países, apresentou um relatório-denúncia: entre 1985 e 2000 as plantações de palmas na Malásia foram responsáveis por 87% dos desmatamentos de florestas nativas remanescentes. No mesmo período, 6 milhões de hectares de floresta tropical foram convertidas em Bornéu e Sumatra.

Com limitações de terras, a Malásia busca estender suas operações para outros continentes. A Felda, a agência estatal de desenvolvimento, já tem negócios no Sri Lanka, Indonésia e, agora, Brasil. Flerta também com a África (Nigéria é produtor). Para os ambientalistas a questão que não cala é: a Malásia "exportará" seu modus operandi para a Amazônia?

A grilagem de terras públicas na Amazônia - Ariovaldo Umbelino de Oliveira- Valor Econômico – Opinião - 25/07/2008

O processo de grilagem das terras públicas no Brasil iniciou-se depois da entrada em vigor da Lei de Terras de 1850. Ele passou a ocorrer porque o artigo segundo desta lei proibiu a posse de todas as terras devolutas que pertenciam ao Império. Aliás, além de proibi-la, a lei criminalizava seu autor, sujeitando-o a pena de dois a seis meses de prisão, multa de cem mil réis e a reparação dos danos causados.

Dessa forma, a lei que legitimava, através de seu artigo quinto, todas as posses existentes até então, quaisquer que fossem suas áreas desde que medidas e devidamente registradas nos livros das freguesias até 1856, passava a interdita-la. Porém, isto aconteceu apenas no plano legal, pois o imaginário social que imperava na sociedade de então tinha na abertura da posse o caminho para se ter acesso à propriedade privada da terra, uma vez que o instrumento jurídico colonial da sesmaria deixara de existir no Brasil com a independência.

A Constituição republicana de 1891 transferiu para os Estados as terras públicas devolutas, mantendo sob controle da União apenas as terras das faixas de fronteira e da Marinha. Porém, nem o governo federal e muito menos os governos estaduais fizeram, através de leis próprias ou não, todas as ações discriminatórias e as respectivas arrecadações de suas terras devolutas. Este fato gerou, até a atualidade, a existência de terras devolutas estaduais e federais em todos os Estados brasileiros. Pelos dados disponíveis no Incra, em 2003 a área ocupada pelas terras públicas devolutas era superior a 400 milhões de hectares, ou seja, quase a metade do território nacional. A metade delas, inclusive, não está sequer cadastrada no Incra. Essas terras foram, portanto, cercadas, porém "não existem" para o Estado. Quer dizer, o Estado não sabe quem se apropriou do território pátrio, legal ou ilegalmente. E mais, a legislação agrária em vigor permite a legalização apenas das posses até 50 hectares pela Constituição de 1988, e até 100 hectares excepcionalmente.

Assim, as áreas maiores do que as posses legais ocupadas não podem ser legalizadas. E, para manter o controle destas terras que não lhes pertencem, os grileiros atuaram de modo a impedir politicamente que os governos estaduais e a União fizessem as ações discriminatórias das terras sob sua jurisdição. É neste particular também que está a resistência da maioria dos proprietários de terra à reforma agrária. Ou seja, a luta pela reforma agrária desencadeada pelos movimentos sócio-territoriais colocou a nu esta estratégia ilegal das elites agrárias da apropriação privada do patrimônio público.

Dessa forma, a grilagem das terras públicas na Amazônia revela apenas uma das dimensões do problema fundiário nacional, pois nesta região brasileira estão mais de 168 milhões de hectares de terras públicas, devolutas ou não. A sua apropriação privada foi

estimulada pelas políticas públicas da "Marcha para o Oeste" de Getúlio Vargas, dos incentivos fiscais da Sudam durante o regime militar e, na atualidade, pelo estímulo à rápida expansão do agronegócio da madeira, pecuária e soja nesta região.

Lula entrará para a história como aquele que fez a maior regularização de terras griladas, à frente do autor da Lei de Terras, de 1850

O processo de grilagem, por sua vez, iniciou-se com o envelhecimento artificial dos documentos com a ajuda dos grilos. Depois, novos recursos passaram a ser utilizados, e a estratégia foi a regularização das terras griladas através de "laranjas", via procurações destes. Foi o período que denominei de "grilagem legalizada" e que ocorreu principalmente durante os governos militares. Depois da Constituição de 1988, uma parte dos funcionários do Incra passou a "oferecer" e "reservar" as terras públicas para os grileiros e indicar o caminho "legal" para obtê-las. Inclusive, foi por causa disso que a Polícia Federal fez a Operação Faroeste no Pará e mandou para a prisão altos funcionários daquele órgão. Atualmente, o Ministério Público Federal move também uma ação na justiça para cancelar os "assentamentos da reforma agrária laranja" da regional de Santarém. O motivo é sempre o mesmo: a "banda podre" dos funcionários do Incra tentando legalizar a grilagem das terras públicas.

O Incra, desde os governos militares, arrecadou e/ou discriminou um total de 105,7 milhões de hectares. Até 2003, este órgão tinha destinado um total de 37,9 milhões e possuía ainda sem destinação 67,8 milhões de hectares assim distribuídos (em milhões): 4,9 em Rondônia; 6,29 no Acre; 20,9 no Amazonas; 9,2 em Roraima; 17,9 no Pará; 1,03 no Tocantins; 5,7 no Mato Grosso; e 1,7 no Maranhão.

Estas terras não destinadas do Incra estão "cercadas e apropriadas privadamente", e os grileiros, através de seus representantes no Congresso Nacional, propuseram, e o governo aceitou, a "solução jurídica" para legalizar as terras griladas - através do artigo 118 da Lei nº 11.196/05 - até 500 hectares. Mas a ação do governo Lula em apoio aos grileiros da Amazônia Legal foi mais contundente com a MP 422, já aprovada no Congresso Nacional. Ela vai autorizar o Incra a dispensar de licitação a alienação dos imóveis públicos da União com até 15 módulos fiscais (1500 hectares) na Amazônia Legal.

Dessa forma, uma lei está revogando os artigos 188 e 191, pois este último define o posseiro como "aquele que, não sendo proprietário de imóvel rural ou urbano, possua como seu, por cinco anos ininterruptos, sem oposição, área de terra em zona rural não superior a cinquenta hectares, tornando-a produtiva por seu trabalho ou de sua família, tendo nela sua moradia, adquirir-lhe-á a propriedade".

Se não bastasse esta evidente inconstitucionalidade, os grileiros das terras públicas na Amazônia Legal utilizarão também a MP 422 para regularizar a grilagem de todas as terras do Incra naquela região, através do desdobramento das áreas griladas superiores a 15 módulos fiscais em áreas com até 14 módulos fiscais. E, dessa forma, Lula entrará para a história do Brasil não como o presidente que fez a maior reforma agrária do país, mas como aquele que fez a maior regularização das terras públicas griladas do Brasil, destronando, por certo, o senador Vergueiro, autor da Lei de Terras de 1850. **Ariovaldo Umbelino de Oliveira é professor titular em Geografia Agrária da FFLCH-USP.*

Oeste do Pará teme "exclusão florestal" – Folha de São Paulo – Ciência – 27/07/2008

União vai licitar área para exploração de madeira, mas população receia ficar à margem do projeto de desenvolvimento - Moradores desconfiam que promessa de inclusão social seja igual a da mineração, que "só empregou doutor" ao chegar nos anos 1970

Os "Raimundos" da Silva, um de Faro e outro de Oriximiná -ambas cidades do oeste do Pará- estão preocupados. O primeiro projeto de concessão florestal do Estado, desenvolvido pelo SFB (Serviço Florestal Brasileiro), vai ocorrer aqui. A proposta prevê que uma empresa comece a explorar madeira na região, retirando árvores em um ritmo que não comprometa a saúde da floresta.

É uma proposta ousada. Na mesma região, existe mineração de bauxita e a comunidade local pleiteia participação na atividade madeireira.

A preocupação do primeiro Raimundo, mais conhecido como padre Dico, que dirige a paróquia da cidade de Faro há 13 anos e tem fama de encrenqueiro (leia texto à direita), resume o espírito percebido em todas as três audiências públicas sobre a concessão, acompanhadas pela reportagem da Folha neste mês, sob a forte presença do calor equatorial. "A sociedade está desinformada e mal organizada", diz. "As palavras [do governo] não são traduzidas. Não temos entidades que possam fazer reivindicações", afirmou o líder religioso durante a audiência em sua cidade, que tem uma área 673% maior que a do município de São Paulo, mas uma população de 10 mil habitantes. Sem dominar a técnica do manejo, ainda, a comunidade local teme ser excluída do processo. O medo é que a nova proposta seja apenas discurso para encobrir o "neocolonialismo" que é comum na Amazônia. "Quando a mineração chegou [nos anos 1970], as promessas foram as mesmas", diz Dico.

A palavra oficial, porém, foi dirigida a todos desta vez. O plano é licitar quatro trechos da floresta nacional Saracá-Taquera. No total, serão entregues à iniciativa privada 215.354 hectares -já há vários interessados. Uma mesma empresa não poderá acumular mais de um lote. Todas terão de fazer um manejo sustentável da floresta e não poderão vender açaí nem castanha-do-para, que já são explorados pelos locais.

Caminho único - Com o segundo projeto de concessão em curso -o primeiro, em Rondônia, está em implementação- o governo espera arrecadar R\$ 13,6 milhões por ano, no mínimo. Para o diretor-geral do SFB, Tasso Azevedo, promover a inclusão das comunidades locais no manejo florestal é o único caminho que existe para a economia da Amazônia crescer sem desmatar. Em Terra Santa, outra cidade visada pelas concessões, a cultura do manejo também não existe. Toda extração de madeira, afirma o prefeito Adalberto Cavalcante (PMDB), é "ilegal".

O outro Raimundo da Silva, 63, que não é padre, mas um ribeirinho da região, afirma que, antes de a mineração chegar, o rio local era limpo e cheio de peixes. "Depois, tudo ficou turvo e eles se afugentaram", diz. Ele esteve na audiência pública de Oriximiná para defender seu ponto de vista. "Não podemos brigar com o governo, mas a mineração só empregou doutor. E será que agora [com a concessão] não poderemos nem tirar um pau para vender ou fazer canoa?", diz o agricultor, que nunca saiu da região. Sem a cultura técnica do manejo, a maioria vive do pequeno extrativismo, do cultivo de mandioca, do gado ou da pesca -o povo prefere muito mais não ser atingido por esses novos projetos do que fazer parte deles. Os políticos, entretanto, sonham com os empregos, os projetos sociais

(isso dá pontos na licitação) e preferem que os vencedores do edital instalem as madeireras lá mesmo.

Riqueza mineral - A coexistência com a mineração, também, pode gerar conflitos com novas empresas de madeira no local. A vista desde o avião pousando na pista privada de Porto Trombetas -a dona é a mineradora MRN - suscita uma pergunta. Bauxita ou floresta? Na janela, em meio a área da Flona (Floresta Nacional), vêem-se vários clarões. São os chamados platôs -morros descascados para retirada do minério no meio da floresta.

O ciclo da bauxita na região, segundo Ademar Cavalcanti Silva Filho, gerente de saúde, segurança, ambiente e relações com a comunidade da MRN, vai durar mais uns 35 anos. E, até lá, a mineração terá de conviver com a concessão florestal. A Flona de Saracá-Taquera, criadas nos anos 1980, protegeu as áreas de bauxita. Agora, os platôs vão ficar no meio das áreas que serão licitadas.

"Não podemos ser contra. A mineração considera o manejo bem-vindo, ainda mais se ele for feito antes [da extração de bauxita]. Não tem problema fazer os dois", diz o piauiense Silva Filho, que há 30 anos vive na "vila privada" de Trombetas. As audiências públicas serviram para romper a desconfiança da sociedade sobre a concessão, mas pôr em prática a inclusão da comunidade local no projeto ainda é desafiador. O presidente da Câmara Municipal de Faro, que é da zona rural, ilustra a dificuldade. "Nossa produção aqui é farinha e peixe", diz José Maria Gato Gonçalves (PTB). "É muito mais importante agora tentar preservar a comunidade [dos novos projetos] do que criar uma cultura do manejo". "Nós vamos trabalhar com as expectativas e a demanda da sociedade", diz Azevedo, pelo governo. A meta em questão é impedir que a exploração econômica fique descolada do desenvolvimento social da região. *O repórter **EDUARDO GERAQUE** viajou a convite do Serviço Florestal Brasileiro

Dirigente do Ibama deu motosserras a camponeses – Evandro Éboli – O Globo – O País – 27/07/2008

BRASÍLIA. Uma auditoria feita pelo Ibama constatou que a gestão de Oswaldo Luiz Pittaluga à frente da superintendência do órgão em Rondônia é cercada de irregularidades. Petista de carteirinha e no cargo desde o início do primeiro governo Lula, Pittaluga doou madeira ilegal apreendida e equipamentos, como tratores, beneficiando movimentos sociais.

A doação imprópria que mais chama a atenção foi a de 36 motosserras, duas serrarias e geradores para o Movimento Camponês Corumbiara (MCC), instalado dentro de um assentamento florestal.

O relatório de auditoria, ao qual o GLOBO teve acesso, conclui ainda que Pittaluga fez uma doação, para a Polícia Civil do estado, de madeiras em toras avaliadas em R\$ 216,7 mil, o que é ilegal. Pelas normas do Ibama, quando o valor do bem alienado for superior a R\$ 50 mil, a competência de doar é exclusiva do presidente do Ibama.

“Recomendamos que este fato seja levado ao conhecimento do sr. presidente do Ibama (Roberto Messias) para verificar a possibilidade de manter a doação ou que

decida sobre a abertura de procedimento administrativo disciplinar”, diz trecho do documento, assinado por quatro auditores do Ibama.

MCC promoveu invasão que resultou em mortes

O Movimento Camponês Corumbiara é uma dissidência do MST e foi o responsável pela ocupação da fazenda Santa Elina, em agosto de 1995, em Corumbiara, que resultou num massacre e mortes de sem-terras.

A auditoria concluiu que Pittaluga favoreceu o movimento e descumpriu uma série de critérios de doação de bens apreendidos. “Ficou demonstrado no presente relatório indícios fortes de que os atos e procedimentos administrativos praticados pelo superintendente estão em desacordo com as legislações que disciplinam a doação de bens patrimoniais”.

Os auditores afirmam ainda que a doação das motosserras e das serrarias feitas por Pittaluga foram “dirigidas” e que, em vários processos, o doador (Ibama) e o donatário (entidade beneficiada com a doação) não prestam qualquer conta do uso dos bens.

Segundo uma das denúncias, Pittaluga doou, por sua conta, e sem apresentar todo o processo legal de doação, uma série de bens para o assentamento Joana D’Arc. Em outro processo considerado irregular, ele doou uma série de bens, incluído um trator, para a Associação dos Camponeses de Rondônia (Acer), ligada ao MCC, que aparece como depositário fiel. Os auditores levantam a suspeita de que a associação não se enquadra como entidade que deve ser beneficiada por doação de bens apreendidos.

Pela lei, a doação deve ser feita para instituição científica, hospitalar, penal, militar ou com fins beneficentes.

Pittaluga negou que tenha cometido irregularidades, mas admitiu que pode ter sido induzido a erro pela comissão de doação, formada por servidores de carreira do Ibama.

— Infelizmente, foi um processo mau conduzido — disse Pittaluga.

O superintendente afirmou que os assentados do MCC não vão desmatar a floresta com as motosserras, porque todos têm cursos de manejo florestal. Pittaluga disse também que agilizou as doações para evitar que os bens apreendidos apodrescessem nos pátios.

A próxima dor-de-cabeça do banqueiro Daniel Dantas, sócio do Opportunity, será a questão ambiental, ligada principalmente à empresa Agropecuária Santa Bárbara, braço de agronegócio do grupo. Trabalhadores das fazendas Espírito Santo, em Xinguara, e Cedro, em Marabá, afirmaram ao GLOBO que há plantações de cana-de-açúcar nessas unidades e em outras terras do Opportunity no Sul do Pará, visando ao lucrativo e em expansão mercado do etanol. De acordo com a Secretaria de Meio Ambiente (Sema) do estado, no entanto, a empresa não tem nem nunca pediu licenciamento ambiental para esse tipo de cultivo.

As duas fazendas somam pouco mais de dez mil hectares. Os trabalhadores, que pediram para não ser identificados por temer represálias, informaram ainda que a plantação de cana é uma das estratégias do Opportunity na região. Essa orientação consta dos planos de negócio repassados a alguns funcionários das fazendas, segundo os relatos colhidos pelos repórteres.

A Agropecuária Santa Bárbara negou, por meio de sua assessoria, que plante cana-de-açúcar nas propriedades do Pará. O fazendeiro Benedito Mutran Filho, que vendeu ao menos cinco propriedades ao grupo de Dantas, também afirmou desconhecer a existência do cultivo na região.

Os repórteres do GLOBO, porém, encontraram canaviais às margens da rodovia PA-150, embora não seja possível precisar em qual fazenda.

Sema: fortes indícios de problemas

O procurador-geral do estado do Pará, Ibrahin José Rocha, afirmou que o governo do Pará desconfia de irregularidades ambientais como a relacionada à cana-de-açúcar nas terras de Dantas.

Por isso, o tema da suposta compra irregular de terras merecerá uma apuração paralela. — Esta (a investigação de passivos ambientais) será fruto da nossa investigação fundiária. Até porque temos fortes indícios de problemas ambientais (nas propriedades de Daniel Dantas) — disse.

A Sema informou que o licenciamento é necessário para o cultivo de cana-de-açúcar porque a colheita é precedida por queimadas, que têm entre seus objetivos aumentar a concentração de açúcar, o que eleva a produtividade da safra. É preciso haver controle estrito, especialmente em área de floresta, alega a autoridade.

Por isso, há necessidade de autorização prévia.

Opportunity tentava vender terras O órgão ambiental informou ainda que a prática da Agropecuária Santa Bárbara — de acordo com o relato de seus funcionários — é muito comum no estado. O produtor rural inicia uma atividade no campo e vai à Sema apenas para “legalizá-la”.

Isso ocorre porque, muitas vezes, se o pedido fosse formulado antes da atividade, ele seria negado.

O órgão esclarece que não existe uma tabela de multas ambientais. O valor só é definido se houver condenação do produtor, depois de todo o processo administrativo. Segundo a Sema, o órgão pode aplicar as multas previstas na Lei de Crimes Ambientais, que podem chegar a R\$ 50 milhões.

Além da cana, o braço de agronegócios do Opportunity estava planejando vender títulos de preservação de floresta, segundo conclusões da Polícia Federal na Operação Satiagraha, conforme mostrou O GLOBO há duas semanas.

Gravações telefônicas autorizadas pela Justiça confirmam que Bernardo Rodemburgo, filho de Carlos Rodemburgo, ex-cunhado de Dantas e principal executivo das atividades agropecuárias do grupo, negociava com grupos europeus a venda de títulos.

Segundo o site da instituição negociadora, pessoas poderiam comprar um acre de floresta preservada a US\$ 250, ou ainda presentear outras pessoas com esses títulos. Nas ligações, Bernardo é explícito ao afirmar que o grupo possui muitas terras na Amazônia.

COMPRA DE FAZENDAS DE DANTAS PODE CAUSAR PREJUÍZOS DE R\$ 500 MILHÕES, na página 30

Caldeirão de revolta Concentração de terras por Daniel Dantas provoca reação do MST

REDENÇÃO e ELDORADO DOS CARAJÁS (PA). A ocupação, pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), da Fazenda Maria Bonita, em Eldorado dos Carajás, sexta-feira, foi só um indício de que a concentração de terras em mãos de Daniel Dantas aumentou a tensão social no Sul do Pará.

Para os movimentos sociais locais, não pode haver equilíbrio onde há 80 mil sem-terra e uma empresa que concentra meio milhão de hectares — quase o tamanho dos 20 municípios do Grande Rio —, empregando 1.600 pessoas.

Para um dos integrantes da ocupação de sexta-feira, Raimundo do MST (que não quis dizer seu sobrenome), a tensão é a pior dos últimos dez anos: — Quem nos conduz à ocupação não são os nossos pés, são os pés dos nossos filhos. Dantas está se apropriando de tudo, temos que acabar com isso.

A região foi palco do mais sangrento confronto fundiário do país: o massacre de 19 pessoas em Eldorado dos Carajás, em 1996. Os sem-terra se revoltam contra a aquisição de terras por Daniel Dantas, pois algumas são consideradas públicas pelo estado.

Para Jailton Bezerra, do MST, as desigualdades mantêm o movimento forte.

Diante do memorial das vítimas do massacre, ele diz que a lembrança das mortes incentiva o engajamento dos jovens: — Quando passamos aqui, lembramos que não lutamos em vão.

Também há queixas de tratamento desigual. O Acampamento Sardinha, que a Liga dos Camponeses Pobres mantém há um ano e meio em Redenção, com 70 famílias, nunca foi visitado pelo Iterpa, o Incra local.

— Não podemos produzir nada, o pessoal do meio ambiente não deixa a gente mexer em um graveto. Mas amigos que trabalham nas fazendas da Santa Bárbara contam que estão derrubando árvores, que compraram tratores para isso — acusa Edmar Souza, da Liga.

Os moradores esperam, a qualquer instante, novas invasões às propriedades da Agropecuária Santa Bárbara, braço agrícola do Opportunity. Eles contam que nos últimos dias aumentou o número de policiais na região. (Henrique Gomes Batista, enviado especial)

Dirigente do Ibama que doou a sem-terra é demitido – Jailton de Carvalho – O Globo – O País – 28/07/2008

Ministro afasta superintendente de Rondônia, que entregou 36 motosserras e duas serrarias a movimento camponês **Jailton de Carvalho**

BRASÍLIA. O ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, determinou ontem o afastamento do superintendente do Ibama de Rondônia, Oswaldo Luiz Pittaluga.

Auditoria interna do Ibama, cujas conclusões foram divulgadas ontem pelo GLOBO, acusa Pittaluga de doar 36 motosserras e duas serrarias para o Movimento Camponês Corumbiara (MCC), entre outras irregularidades.

Ligado ao PT, Pittaluga estava no cargo desde o início do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A demissão de Pittaluga foi acertada entre Minc e o presidente do Ibama, Roberto Messias.

— Dizem que o movimento é parceiro, aliado. Tipo assim: os latifundiários não podem desmatar, mas nossa turma pode. Isso é totalmente contraditório com minha gestão — afirmou Minc.

O ministro disse que já sabia do resultado da auditoria, mas decidiu exonerar Pittaluga do cargo depois da divulgação da reportagem sobre o assunto na edição de ontem do GLOBO. Para Minc, fora do posto de comando, Pittaluga terá todas as condições para se explicar até o final da sindicância interna.

Minc diz ter pedido investigação há um mês. O superintendente será substituído por um técnico de carreira do próprio Ibama. O nome deve ser anunciado ainda hoje por Roberto Messias.

Para Minc, a política de proteção ambiental está em situação delicada e, por isso, não seria o caso de esperar a conclusão da sindicância para deliberar sobre a permanência de Pittaluga no cargo.

— Tivemos que tomar a decisão logo. É meio complicado ficar assim. Estamos em meio a uma guerra contra o desmatamento — afirmou.

O ministro argumenta ainda que coube a ele, há um mês, pedir uma investigação interna sobre supostas irregularidades cometidas por Pittaluga.

O superintendente foi acusado por fiscais do próprio Ibama de atrapalhar algumas ações da Operação Arco de Fogo, lançada no início do ano como a mais abrangente iniciativa do governo federal para conter o crescente desmatamento na Amazônia.

As investigações internas confirmaram as suspeitas e descobriram indícios de desvios administrativos na gestão de Pittaluga.

Parlamentares do PT de Rondônia, responsáveis pela indicação de Pittaluga, vinham pressionando o presidente do Ibama para mantê-lo no cargo.

Carlos Minc disse que tem bom relacionamento com os parlamentares, mas não poderia contemporizar com as irregularidades imputadas a Pittaluga.

O superintendente é acusado ainda de doar toras de madeira avaliadas em R\$ 216,7 mil para a Polícia Civil de Rondônia.

Pelas normas internas, doações acima de R\$ 50 mil só podem ser feitas pelo presidente do Ibama.

Após queda, desmatamento volta a crescer na Amazônia em junho – Afra Balazina – Estado de São Paulo – Brasil - 29/07/2008

O desmatamento voltou a subir na Amazônia em junho, após uma queda no mês de maio, e se concentrou nos municípios paraenses próximos das rodovias BR-163 e Transamazônica. Os dados são do SAD, sistema não-governamental de monitoramento da floresta por satélite, do Imazon (Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia).

Foram desmatados 612 quilômetros quadrados em junho, contra 499 quilômetros quadrados no mesmo período de 2007 -um aumento de 23%. No acumulado dos meses também houve acréscimo: o desmatamento passou de 4.370 quilômetros quadrados de agosto de 2006 a junho de 2007 para 4.754 quilômetros quadrados de agosto do ano passado a junho deste ano (ou seja, uma ampliação de 9%).

Em maio, o SAD havia detectado 294 quilômetros quadrados desmatados em sete Estados da Amazônia, o que representou uma queda de 26% em relação ao mesmo mês de 2007.

O calendário oficial do desmatamento vai de agosto de um ano a julho do outro. Segundo Adalberto Veríssimo, do Imazon e coordenador do Projeto Transparência Florestal, o aumento do desmatamento em junho "anula a queda que houve em maio". O desflorestamento observado em junho se concentrou no Pará (63%). Na seqüência, está Mato Grosso (12%).

Desmate caiu 20% em junho, diz MMA – Estado de São Paulo – Vida & - 29/07/2008

É a 2.^a vez que ministro do Meio Ambiente antecipa dados; governo dizia querer evitar politização dos números

Os dados de junho sobre o desmatamento na Amazônia devem ser divulgados hoje no site do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), mas o Ministério do Meio Ambiente (MMA) já anunciou ontem que houve uma redução de 20% nos índices. A antecipação do porcentual foi feita pela assessoria do ministro Carlos Minc ao convidar jornalistas para uma entrevista coletiva hoje, na qual ele vai comentar os números.

[Veja o histórico do desmatamento](#)

O Ministério de Ciência e Tecnologia (MCT) havia anunciado no início do mês que os boletins mensais do Sistema de Detecção de Desmatamento em Tempo Real (Deter) seriam divulgados diretamente pelo Inpe, para evitar especulações e utilização política dos dados. Até então, os números eram divulgados em Brasília, em parceria com o MMA. O Inpe é um instituto do MCT.

Em maio, antes mesmo de tomar posse no ministério, Minc também antecipou os dados do boletim de abril e criou uma polêmica com o governador de Mato Grosso, Blairo Maggi (PR), ao afirmar, de maneira irônica, que o Estado respondia por mais de 60% do aumento do desmate (o dado final foi de 70%). Maggi contestou os números do Inpe e chegou a chamar o instituto de “mentiroso”.

Após o incidente, o MCT pediu para que os boletins do Deter fossem mais apurados, com o intuito de blindar o sistema contra novas contestações políticas. Por causa disso, o boletim de maio só foi divulgado na semana retrasada. Parte das imagens do Deter (diárias, porém de baixa resolução) passaram a ser confirmadas com imagens do sistema Prodes (de melhor resolução), o que tornou possível fazer a separação entre corte raso (áreas onde a floresta foi completamente derrubada) e áreas degradadas (onde parte da floresta continua de pé, mas sua estrutura já foi severamente comprometida). Dessa forma, os boletins ficariam mais precisos, porém mais demorados - levam 30 dias para ficar prontos, em vez de 15 dias.

Minc, a princípio, criticou o atraso na divulgação dos dados de maio, mas depois defendeu a ampliação do prazo para distribuição dos relatórios e afirmou que a mudança atendia a crítica “em parte justa” de governadores, como Maggi, e a um “pedido nosso para melhorar a eficácia da fiscalização”.

O MMA não especificou se a redução de 20% é em relação ao mês anterior (maio) ou a junho de 2007. Segundo o Estado apurou, a queda foi em relação a maio, quando o desmatamento registrado foi de 1.096 km². Isso significa que a taxa de junho deve ficar em torno de 875 km². Em junho de 2007, o desmatamento foi de 1.398 km².

IMAZON - Além do trabalho do Inpe, o desmatamento também é monitorado mensalmente pelo Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon), uma organização não-governamental com sede em Belém. O Sistema de Alerta de Desmatamento (SAD) do Imazon utiliza as mesmas imagens de satélite que o Inpe, mas aplica uma outra metodologia de análise, o que resulta em números diferentes.

Os dados de junho do SAD foram divulgados ontem. Segundo o Imazon, o desmatamento observado naquele mês foi de 612 km², o que representa aumento de 23% em relação a junho de 2007. O Estado com maior área desmatada no mês foi o Pará (63%), seguido de Mato Grosso (12%).

Em maio, o Imazon havia detectado 294 km² de desmatamento (comparado a 1.096 km² detectados pelo Inpe), o que significa um aumento de 108% em junho (em vez dos 20% de queda anunciados pelo MMA). A cobertura de nuvens (que impede a visualização do satélite) foi de 36% em maio e caiu para 14% em junho, segundo o SAD.

No acumulado de agosto de 2007 a junho de 2008, o desmatamento totalizou 4.754 km², comparado a 4.370 km² no período anterior (aumento de 9%), segundo o SAD. A taxa anual de desmatamento na Amazônia é calculada de 1º de agosto a 31 de julho - ou seja, falta só um mês para fechar o calendário.

MESES ANTERIORES - 1.096 km² foi o total da área desmatada em maio deste ano na Amazônia, segundo dados do Deter, do INPE 59,5% desse total era de corte raso e outros 28,8% foram de degradação florestal, com desmatamento antigo, 1.124 km² foi o desmatamento registrado em abril, também de acordo com o relatório do Inpe

Fracassa o terceiro leilão de bois piratas – Fabíola Salvador – Estado de São Paulo – Vida & - 29/07/2008

Pela terceira vez, o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) fracassou na tentativa de leiloar o rebanho de “bois piratas” apreendido no Pará. As 3.046 cabeças, divididas em seis lotes, não receberam oferta de compra. O governo ficará responsável pelos animais durante mais uma semana, no mínimo. Eles estão na Estação Ecológica da Terra do Meio, em Altamira (PA).

Na semana passada, o valor mínimo pedido pelo governo era de R\$ 3,9 milhões. Ontem, os lotes foram ofertados por R\$ 3,151 milhões. Na sexta-feira, o Ministério do Meio Ambiente havia informado que reduziria em 60% o valor. Mas o corregedor-geral da Justiça Federal da 1ª Região, Olindo Herculano de Menezes, determinou que o preço não poderia ser inferior ao de mercado. Para o ministério, a manutenção do valor sem deságio impede o sucesso do leilão. A pasta marcou a quarta tentativa para terça-feira da próxima semana.

Inpe: desmatamento na Amazônia caiu 20% - O Globo – O País – 29/07/2008

BRASÍLIA. O Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) registrou uma redução de 20% no desmatamento da Amazônia em junho. A informação será divulgada hoje pelo ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc. É a primeira redução significativa dos índices de desmatamento desde o início do ano. Em maio, os satélites do Inpe tinham detectado uma diminuição muito pequena, quase irrisória, na comparação com abril.

Em maio, os índices foram alarmantes: uma área de 1.096 km² da Floresta Amazônica foi destruída, numa dimensão que equivale ao tamanho do município do Rio de Janeiro.

Mato Grosso foi o estado que mais desmatou: 646 km².

Em abril, o estado governado pelo pecuarista Blairo Maggi (PR) foi também o que mais devastou.

Mês passado, o governo demorou para divulgar os dados do desmatamento da Amazônia e foi duramente criticado por entidades não-governamentais que atuam nessa área. Agora, como os números de junho melhoraram, a divulgação será mais rápida.

Até o último levantamento, Minc projetava que 13 mil km² de floresta serão destruídos no período de 12 meses entre agosto de 2007 e julho de 2008.

O número é 15% maior do que os 11.224 km² registrados no período 2006-2007. Os números só serão conhecidos no final deste ano.

Ibama vai recorrer contra valor mínimo para bois

Pela terceira vez consecutiva o Ibama não conseguiu um lance sequer no leilão para tentar comercializar os cerca de três mil bois apreendidos na Estação Ecológica da Terra do Meio, no Pará. A frustrada tentativa de vender os bois piratas foi criticada pela bancada ruralista. Deputados ligados ao agronegócio ironizaram a decisão de Minc de realizar esses leilões, e afirmaram que dificilmente os animais serão comprados por algum produtor da Região Amazônica.

Em nota, o Ibama afirmou que vai recorrer da liminar que fixou o valor mínimo para o leilão dos bois, concedida uma hora antes do início da venda.

A decisão, do Tribunal Regional Federal (TRF) de Brasília, proibiu a redução do valor do lance inicial. O desembargador Olinto de Menezes não aceitou lance inferior ao preço considerado de mercado, de R\$ 3,1 milhões.

Para este leilão, o valor previsto era de R\$ 1,4 milhão, uma redução de 60% ao mínimo estipulado anteriormente.

— A decisão do juiz retraiu os interessados — disse Flávio Montiel, diretor de Proteção Ambiental do Ibama.

Desmatamento: Minc se diz otimista com redução – Bernardo de Mello Franco – O Globo – O País – 30/07/2008

BRASÍLIA. A redução de 20% do desmatamento da Amazônia em junho levou o governo a abandonar, pela primeira vez desde o início do ano, as previsões pessimistas sobre o futuro da floresta. O novo tom foi dado ontem pelo ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc. Ao comentar o resultado da nova medição feita pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), o ministro disse que os técnicos da pasta refizeram os cálculos e já esperam uma taxa anual de desmatamento próxima à de 2007, quando os satélites registraram a menor destruição em 16 anos.

— É uma redução significativa.

Os números demonstram que a tendência de alta do desmatamento começa a declinar — disse Minc.

Minc diz que ainda não há motivo para comemorar

Ao assumir o cargo, há dois meses, o ministro afirmou que a soma das derrubadas entre agosto do ano passado e julho deste ano poderia chegar a 15 mil quilômetros quadrados — uma piora de 34% em relação a 2007, quando sumiram do mapa 11.224 km² de florestas. Ontem, ele reduziu a estimativa para 12 mil km². Apesar do otimismo, Minc disse que o governo não pode afrouxar o combate à devastação e prometeu mais esforços do Ibama e da Polícia Federal para reprimir a ação das madeireiras.

— Não podemos afrouxar. Temos que aumentar a vigilância.

A redução foi significativa, mas não dá para comemorar, porque o desmatamento ainda é muito grande — afirmou Minc.

De acordo com os dados do Inpe, o desmatamento em junho caiu 20% em relação ao mês anterior e 35% na comparação com junho de 2007. Nos chamados 36 municípios prioritários, principal alvo do pacote contra o desmatamento anunciado pela ex-ministra Marina Silva, houve queda de 52% nas derrubadas entre maio e junho em relação ao mesmo período do ano passado. Minc disse esperar um resultado ainda melhor em julho, graças à resolução do Banco Central que suspendeu no dia 1º a concessão de empréstimos para desmatadores.

Ministro admite decepção com leilão fracassado – O Globo – O País – 30/07/2008

BRASÍLIA. O ministro Carlos Minc, do Meio Ambiente, admitiu ontem sua decepção com o fracasso, na segunda-feira, da terceira tentativa de leiloar as três mil cabeças de gado apreendidas pela Operação Boi Pirata. Ele informou que o ministério já recorreu ao Tribunal Regional Federal da 1ª região para tentar derrubar a liminar que impediu a redução do preço da carne — o que, segundo ele, teria sido a causa do novo fiasco.

Minc evitou comentar os novos ataques de deputados da bancada ruralista, que ironizaram sua dificuldade para vender o gado que pastava ilegalmente na Estação Ecológica da Terra do Meio, no Pará.

— Estou triste porque não vendi ainda os meus bozinhos piratas. Mas o objetivo principal, que era retirar o gado da reserva, foi atingido — disse o ministro.

Nomeado presidente do Instituto Chico Mendes

Depois de quase um ano e meio de existência, o Instituto Chico Mendes (ICMBio), criado na gestão de Marina Silva para administrar as reservas federais, vai ganhar seu primeiro presidente.

Minc decidiu nomear para o cargo o agrônomo Rômulo Mello, que presidiu o Ibama no governo Fernando Henrique Cardoso. O instituto era chefiado interinamente pela diretora Silvana Canuto.

Rômulo Mello deve ser empossado amanhã.

Ações do MMA pressionam queda da taxa de desmatamento na Amazônia – Gisele Teixeira – Sítio Eletrônico do MMA – 29/07/2008

O ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, disse nesta terça-feira (29) que os reforços do governo nas ações de fiscalização, controle e ordenamento territorial na Amazônia começaram a surtir efeito sobre a redução do desmatamento. "Não foi sorte, foi trabalho", afirmou Minc ao comentar os dados divulgados nesta terça-feira pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe). Embora o índice tenha caído significativamente, não há o que comemorar, acrescentou o ministro. "Este desmatamento é inaceitável".

De acordo com o sistema Deter (Detecção do Desmatamento em Tempo Real), do Inpe, houve redução de 21% no desmatamento na região na comparação de maio para junho deste ano. No total, 870 km² da floresta foram mapeados como corte raso ou degradação progressiva durante o último mês de junho, período em que 28% do território esteve coberto por nuvens.

Na comparação com o desmatamento registrado em junho do ano passado, os dados apontam uma queda de 35%. Em junho de 2007, a área degradada apontada pelo Inpe foi de 1.350 quilômetros quadrados. No mês passado, a área desmatada foi de 870 quilômetros quadrados. "Isso demonstra nosso trabalho e as ações desenvolvidas pelo Ibama e pela Polícia Federal", disse o ministro.

Minc exemplificou que na região de São Félix do Xingu, no Pará, onde foi realizada a Operação Boi Pirata, a área desmatada caiu de 15.665 hectares registrados entre janeiro e junho de 2007 para 3.100 hectares no mesmo período deste ano. O estado do Pará, no

entanto, apresentou aumento de 91% - 499 km² em junho versus 262 km² em maio. Este acréscimo, segundo o Inpe, pode ser explicado pela maior capacidade de observação neste mês - enquanto em maio apenas 41% do Pará pôde ser visto pelos satélites, em junho a observação aumentou para 75% da área do estado.

De acordo com o Inpe, Mato Grosso apresentou redução de 70% quando comparado ao mês de maio. Do total detectado em junho, 197 km² foram verificados no Mato Grosso, contra 646 km² no mês anterior. Já os demais estados da Amazônia Legal apresentaram desmatamento pouco significativo. "Os números demonstram que a tendência de alta do desmatamento, registrada desde o final do segundo semestre de 2007, começa a declinar. O dado geral não é mal, mas está ainda muito elevado", disse.

O ministro lembrou que de janeiro até agora, o Ibama embargou 606 propriedades rurais (cerca de 115 mil hectares no total) porque os proprietários não cumpriram as exigências de preservação da área na Amazônia Legal. Outros 1.066 Certificados de Cadastro de Imóveis Rurais (CCIRs) foram inibidos porque os produtores não fizeram o recadastramento de suas terras junto ao Incra.

Tanto o embargo quanto a negação dos CCIRs foram aplicados em terras dos 36 municípios que fazem parte de uma lista formulada pelo governo para apontar aqueles que são responsáveis por metade do desmatamento da Amazônia. Minc disse ainda que 86 frigoríficos foram notificados por comprar animais dessas propriedades.

Por fim, o ministro destacou que 45 operações de fiscalização estão em andamento deste mês até o final de agosto na Amazônia, principalmente em Unidades de Conservação, envolvendo 527 agentes do Ibama e 645 agentes de instituições parceiras.

Desmatamento na Amazônia cai, diz Inpe – Marta Salomon – Folha de São Paulo – Brasil - 30/07/2008

Queda nas 36 cidades que mais desmatam foi de 52% em maio e junho, em comparação com o mesmo período de 2007 - Devastação em junho foi de 870,8 km², uma queda de 20,05% em relação a maio; governo atribui redução a medidas adotadas em 2008

Os 36 municípios que mais desmatam a Amazônia registraram queda de 52% na área de devastação no último bimestre (maio e junho), em comparação ao mesmo período do ano passado. Apresentado ontem, o resultado foi atribuído às medidas de combate ao desmatamento adotadas no início do ano e que levaram ao embargo de uma área equivalente a 70% da cidade de São Paulo, além da suspensão de mais de mil certificados de propriedade, com o conseqüente corte de crédito.

"Nada aconteceu por acaso: o desmatamento caiu onde a gente foi em cima", disse o ministro Carlos Minc (Meio Ambiente), ao analisar os dados do desmatamento de junho, divulgados pelo Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais).

Em junho, o Deter (sistema de detecção de desmatamento em tempo real) captou a devastação de 870,8 km², mais de duas vezes a área da baía da Guanabara. Embora o Deter não meça com precisão a área de desmatamento, os números representam uma queda de

20,05% em relação a maio.

A queda mais importante aparece na comparação com junho de 2007: 37,7%. Essa redução é relevante porque foi registrada em um mês de desmatamento alto e quando havia poucas nuvens na região: 72% da Amazônia estava livre para a observação, diz o Inpe.

Outro dado importante na análise é que o desmatamento diminuiu mesmo com os preços de commodities como carne e soja continuarem em alta. Tradicionalmente, esses preços colaboram para o aumento do ritmo das motosserras.

Em junho, Mato Grosso registrou a maior queda no desmatamento (69,5% em relação a maio). Mas o Estado ainda concentra 57% da devastação acumulada desde agosto.

Com base nos números de junho, Minc voltou a rever a projeção para a taxa anual de desmatamento, que será divulgada no segundo semestre. O ministro estima que a devastação da floresta entre agosto de 2007 e julho de 2008 alcance 12 mil quilômetros quadrados. O número ainda supera os 11,2 mil quilômetros quadrados do ano anterior e interrompe a tendência de três anos consecutivos de queda na taxa.

Nos 36 municípios que concentraram as ações de combate ao desmatamento, a queda no ritmo da devastação foi comemorada por Minc. O Ibama calcula que 20 mil cabeças de gado tenham sido retiradas de áreas de desmatamento ilegal ou de preservação, em consequência da Operação Boi Pirata. Na região da Terra do Meio (PA), a devastação em 2008 foi 80% menor do que no ano passado. Em Juará (MT), o desmate registrou queda de 84%.

Segundo o Ibama, neste ano foram embargadas 606 áreas por desmatamento ilegal. Esses locais somam 1.150 km². Além disso, o Incra suspendeu a validade de 1.066 cadastros de proprietários de terras na região, que ficarão sem crédito.

Minc não comentou os dados divulgados anteontem pelo Imazon (Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia), que apontou aumento de 23% do desmatamento em junho. O Imazon usa metodologia diferente para analisar as imagens de satélites do Inpe, cuja interpretação é tida como "oficial".

Desmatamento na Amazônia diminui 25% em junho – Valor Econômico – Brasil - 30/07/2008

O índice de desmatamento na região amazônica em junho atingiu 870 km², redução de 25% em comparação ao registrado em maio deste ano (1.096 km²). Em relação a junho de 2007, o índice do mês passado foi 55% menor, segundo dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe).

O ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, atribuiu a redução no índice de desmatamento a uma série de medidas implementadas pelo governo para mudar o quadro na região amazônica. "Não é sorte, é trabalho, sobretudo do Ibama, com apoio do Instituto Chico Mendes e da Polícia Federal." Apesar da redução, Minc disse que os índices atuais ainda são "alarmantes" e que o objetivo é diminuir bruscamente o desmatamento na Amazônia Legal. "Não vamos afrouxar o controle, vamos intensificar."

Minc disse que o Estado que registrou maior redução no desmatamento em junho em relação a maio foi o Pará - menos 500 km² de áreas desmatadas. Em segundo lugar aparece o Mato Grosso, que reduziu em cerca de 360 km² as áreas afetadas. Rondônia, Maranhão e Amazonas praticamente mantiveram os índices de maio.

O ministro disse esperar maior redução no desmatamento em julho, porque entrou em vigor este mês a resolução do Banco Central que bloqueia o crédito rural a produtores que tenham desmatado ilegalmente suas propriedades.

Suspense amazônico- Marcelo Leite – Folha de São Paulo – Brasil - 31/07/2008

RESPONDA rápido: o desmatamento na Amazônia está subindo ou caindo? Depende.

Para o sistema Deter (Detecção de Desmatamento em Tempo Real), operado pelo Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais), a área desmatada caiu em junho. Coisa de 20,1% em relação ao mês anterior.

Em comparação com junho de 2007, então, a queda foi ainda mais acentuada: 37,7%. O ministro Carlos Minc, do Meio Ambiente, festejou, talvez prematuramente: "Nada aconteceu por acaso: o desmatamento caiu onde a gente foi em cima", afirmou.

A comemoração pode ser precipitada porque, para a respeitada ONG de pesquisa Imazon (Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia), de Belém do Pará, o desmate aumentou. Mais precisamente, 23%, diante de junho de 2007.

O Sistema de Alerta de Desmatamento (SAD) do Imazon registrou 612 km² de desmatamento na Amazônia Legal. Para o Deter, do Inpe, foram 870 km². Dá 258 km², ou 30%, de diferença. Problema: Deter e SAD usam dados do mesmo sensor (Modis) do mesmo satélite (Terra).

Está certo que o Brasil é grande, com seus 8,5 milhões de quilômetros quadrados. E está certo que essa divergência representa só 0,003% do território nacional. Mas não dá para aceitar uma discrepância dessa magnitude.

Roberto Smeraldi, da ONG Amigos da Terra, ressalva que, apesar do desencontro, Inpe e Imazon registram uma única tendência: "Ambos os sistemas (...) apontam para aumento no desmatamento consolidado neste ano (entre agosto/07 e junho/08) em relação ao período anterior", comentou num comunicado; "o que muda é a proporção no aumento, 99% no caso do Deter e 9% no caso do SAD".

O esclarecimento vem a calhar, porém a dispersão dos valores -99% e 9%!- leva água para o moinho dos agrodematadores e seu líder maior, Blairo Maggi, governador de Mato Grosso. Desde dezembro, quando os satélites começaram a detectar a retomada do desmate, Maggi vinha apostando na confusão que agora chega às manchetes.

A Maggi interessava desacreditar os dados do Inpe. Alegava que o sistema Deter aponta desmatamento onde ele de fato não aconteceu. Verificações de campo feitas por seu pessoal teriam constatado, argumentava, que 90% dos dados do Inpe estariam errados.

O Inpe sentiu o calor. Enrolou-se com a divulgação das cifras referentes a maio. A ponto de levantar a suspeita de que -com ou sem a participação da Casa Civil- as informações estivessem sendo retidas porque eram negativas para o governo federal.

O Inpe agora faz uma "qualificação" dos dados impugnados por Maggi, ou seja, coteja-os com imagens mais detalhadas de outros satélites. Elas são empregadas no sistema tradicional de monitoramento do desmate (Prodes) mantido pelo instituto, que fornece as taxas oficiais anuais de desmatamento. O cotejamento revela que 92% dos alertas do Deter correspondiam, sim, a áreas desmatadas ou degradadas. Como assim, "desmatadas ou degradadas"? Pois é. Aí está a origem de boa parte do quiproquó.

O sistema Deter misturava (e agora passa a discriminar) o chamado corte raso, desmatamento de verdade, com áreas que passavam por um processo gradativo de degradação. O fato de essa mescla não ter sido especificada no passado pelo Inpe, nem percebida pelos jornalistas que cobrem a área, deu pano para a manga de Maggi. Seus homens iam lá e diziam que havia mata, sim, onde o Deter indicava que não. Agora, quem quiser lançar dúvida sobre a qualidade dos dados pode recorrer aos 30% de divergência entre Inpe e Imazon.

**MARCELO LEITE é autor dos livros "Promessas do Genoma" (Editora Unesp) e "Brasil, Paisagens Naturais" (Editora Ática). Blog Ciência em Dia (cienciaemdia.folha.blog.uol.com.br). E-mail: cienciaemdia.folha@uol.com.br*

Minc vai ao Pará para multar pessoalmente fazenda em R\$ 10 mi – Marta Salomon – Folha de São Paulo – Brasil - 31/07/2008

Na frente de jornalistas, ministro impediu prisão em flagrante de suposto gerente de propriedade que desmatou para criar gado - Em Castelo dos Sonhos, ele formalizou a doação de 3.200 metros cúbicos de madeira nobre, que serão leiloados pelo governo do PA

Um dia após anunciar sinais de redução no ritmo do desmatamento da Amazônia, o ministro Carlos Minc (Meio Ambiente) protagonizou ação midiática e foi, ontem, ao sudoeste do Pará aplicar pessoalmente multa de R\$ 10 milhões por desmatamento e criação ilegal de 4.000 cabeças gado na área da Floresta Nacional de Jamanxim, em Novo Progresso.

Minc interveio, aos olhos dos jornalistas convidados pelo ministério, na ação. Evitou, por exemplo, que o suposto gerente da fazenda autuada, David Joaquim Gonçalves, 31, fosse preso em flagrante. "Eu não queria essa foto, seria uma coisa injusta", observou o ministro. Gonçalves foi levado à delegacia logo depois de Minc deixar a fazenda registrada em nome de José Carlos da Silva, que mora em Mato Grosso. O proprietário terá 30 dias para retirar o rebanho do local, sob pena de ter o gado apreendido.

O desmatamento ilegal alcançou 30 quilômetros dos 13 mil quilômetros quadrados de Jamanxim. A floresta nacional é uma das 15 que serão oferecidas à exploração sustentável por meio de licitação em 2009.

A caminho de Jamanxim, Minc fez uma escala em Castelo dos Sonhos, distrito de Altamira. Lá, formalizou a doação de 3.200 metros cúbicos de madeira nobre, que serão leiloados pelo governo do Pará. A madeira foi abandonada nas ruas por madeireiros locais, que receberam Minc aos gritos de "deixa a gente trabalhar, ministro". A localidade de 15 mil habitantes está parada desde o início do mês, quando chegaram equipes do Ibama e da Polícia Federal.

Minc multa fazendeiros do PA em R\$ 10 milhões – Bernardo de Mello Franco – O Globo – O País – 31/07/2008

ALTAMIRA e NOVO PROGRESSO (PA). Em operação na Selva Amazônica, o ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, aplicou ontem multa de R\$ 10 milhões a fazendeiros que criam gado clandestinamente na Floresta Nacional de Jamanxim, em Novo Progresso, sudoeste do Pará.

A reserva fica próxima da BR-163, uma das regiões com maior índice de devastação da floresta. O governo deu prazo de um mês para a retirada dos 4 mil bois piratas, sob pena de apreensão.

Minc enfrentou protestos de moradores contra a repressão ao comércio ilegal de madeira.

O ministro mobilizou um avião e um helicóptero da FAB para levar 14 jornalistas. Ao sobrevoar queimadas e toras cortadas na área de preservação, ele se disse impressionado: — É uma coisa chocante, inadmissível, de chorar. Se pararmos para tomar fôlego, seremos carbonizados.

Minc determinou que o capataz da fazenda fosse levado à delegacia e indiciado. Antes de vistoriar a reserva, ele entregou ao governo paraense 11 mil metros cúbicos de toras apreendidas.

Fiscais do Ibama avaliaram o material em R\$ 2 milhões, e o estado prometeu investir o dinheiro em ações de preservação.

Anunciada em Castelo dos Sonhos, distrito de Altamira que gira em torno das serrarias, a doação motivou um protesto de cerca de 40 pessoas, incluindo mulheres e crianças. Isolados por uma cerca e vigiados por agentes da PF e da Força Nacional de Segurança, os manifestantes gritaram o nome de Minc, mas não foram atendidos.

— Aqui todo mundo vive da madeira. Daqui a um mês, o ministro vai ter que voltar para construir uma cadeia, porque os homens vão ser obrigados a roubar para sustentar as famílias — protestou o madeireiro Paulo Schutz.

Em discurso ao lado de políticos locais, Minc prometeu acelerar a liberação de planos de manejo para permitir a extração sustentável de madeira. Animado, o ministro estreou um colete verde-bandeira com o brasão da República, feito especialmente para a operação. Ele disse que as imagens da visita correrão o mundo e o ajudarão a captar doações para o Fundo Amazônia, que será lançado amanhã, no Rio, pelo presidente Lula.

— Sou pautado total e assumidamente pela imprensa.

MMA quer construir agenda comum com as Reservas da Biosfera – Grace Perpetuo –
Sítio Eletrônico do MMA – 31/07/2008

A secretária de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente, Maria Cecília Wey de Brito, abriu nesta quinta-feira (31), no Hotel Grand Bittar, em Brasília, uma reunião com as representações de todas as Reservas da Biosfera (RBs) brasileiras. O encontro - que contou também com a presença de representantes da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) - foi promovido pela Secretaria de Biodiversidade e Florestas (SBF) com o intuito de estreitar relações, trocar experiências e informações e avançar em um trabalho cada vez mais conjunto. "A idéia é convergir nossas ações ministeriais com as das reservas", disse a secretária. "Queremos construir uma agenda comum", reiterou.

O encontro foi oportunidade também para levar adiante alterações no decreto de 1999 que rege o Comitê Brasileiro do Programa "O Homem e a Biosfera" (Cobramab). Vinculado ao MMA, o Cobramab planeja, coordena e supervisiona no País as atividades relacionadas ao programa Man and Biosphere, da Unesco. É este programa o que confere o status de Reserva da Biosfera a áreas de importância mundial para a conservação da biodiversidade e a promoção do desenvolvimento sustentável.

De acordo com Maria Cecília, a reunião servirá também para debater a aproximação de outros departamentos, programas e projetos do MMA a ações ligadas às RBs. "Historicamente, a SBF lidera esse trabalho, mas temos a expectativa de trazê-lo para as secretarias de Mudanças Climáticas e de Extrativismo e de Desenvolvimento Rural Sustentável - e, eventualmente, para todo o ministério, de forma mais ampla", explica.

Biomass - Hoje, são sete as Reservas da Biosfera brasileiras, todas de grandes dimensões e coincidentes com os biomas nacionais (com exceção do Pampa): a RB Amazônia Central; a RB do Pantanal; a RB Cinturão Verde de São Paulo; a RB do Cerrado; a RB da Mata Atlântica; a RB da Caatinga; e a RB da Serra do Espinhaço.

Em linhas gerais, a missão essencial de uma Reserva da Biosfera é contribuir para a relação harmônica entre o homem e o meio ambiente em grandes territórios específicos e de imensa riqueza natural - conservando sua biodiversidade, paisagem e recursos hídricos; valorizando sua sociodiversidade e seu patrimônio cultural; fomentando ali o desenvolvimento econômico sustentável sob os aspectos social, cultural e ambiental; e apoiando projetos demonstrativos, a produção e a difusão de conhecimento, a educação ambiental e a capacitação, a pesquisa científica e o monitoramento nos campos da conservação e do desenvolvimento sustentável.

No Brasil, as RBs são administradas por meio de sistemas de gestão descentralizados e participativos, em conselhos nacionais, colegiados regionais e comitês estaduais compostos de forma paritária por órgãos governamentais (federais, estaduais e municipais) e instituições da sociedade civil (ONGs, universidades, comunidades tradicionais e setor empresarial). O modelo foi desenvolvido inicialmente pela RB da Mata Atlântica.

Presidente Lula e Carlos Minc lançam Fundos Amazônia e Clima – Gisele Teixeira –
Sítio Eletrônico do MMA – 31/07/2008

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, lançam nesta sexta-feira (1/8), no Rio de Janeiro, o Fundo Amazônia e apresentam a proposta de Projeto de Lei que cria o Fundo Nacional sobre Mudança do Clima. A solenidade será às 12h, na sede do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), onde será assinado, também, o documento que revisa o Protocolo Verde.

O Fundo Amazônia tem como objetivo captar doações para investimentos em ações de combate ao desmatamento e a promoção da conservação e do uso sustentável das florestas no bioma amazônico. A expectativa é que o mecanismo arrecade US\$ 1 bilhão em seu primeiro ano de vigência.

A idéia do fundo foi lançada pelo Brasil na Conferência das Partes da ONU sobre Mudanças Climáticas (COP Clima), no final de 2006, em Nairóbi, no Quênia. No último dia 5 de junho, durante solenidade no Palácio do Planalto em comemoração à Semana do Meio Ambiente, o presidente Lula assinou decreto criando um grupo de trabalho para elaborar a proposta do Fundo.

Coordenado pela Casa Civil e com a participação de cinco ministérios e do BNDES, o grupo desenvolveu uma proposta que objetiva captar recursos privados a partir de doações voluntárias, no Brasil e no exterior, tendo por fundamento a redução das emissões de gás carbônico para a atmosfera, decorrentes das áreas desmatadas na Amazônia brasileira. As ações a serem desenvolvidas precisam observar as diretrizes do Plano Amazônia Sustentável (PAS) e Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento da Amazônia Legal (PPCDAM).

O Fundo será administrado pelo BNDES, que deduzirá 3% do valor das doações para cobertura de seus custos operacionais. Do total arrecadado, 20% poderão ser utilizados para desenvolvimento de sistemas de monitoramento e controle do desmatamento em outros biomas e em outros países tropicais.

Além disso, o Fundo contará com dois comitês. Um deles é o Comitê Técnico, formado por seis especialistas nomeados pelo Ministério do Meio Ambiente após consulta ao Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas. Sua atribuição será atestar a redução efetiva de Emissões de Carbono Oriundas de Desmatamento (ED), devendo avaliar a metodologia de cálculo e a quantidade de carbono por hectares utilizado no cálculo das emissões.

O Comitê Orientador será composto por nove representantes do governo federal, um representante de cada um dos estados da Amazônia Legal que possuam Plano Estadual de Prevenção e Combate ao Desmatamento Ilegal e seis representantes da sociedade civil. Os nomes serão indicados pelos dirigentes dos órgãos e entidades que participam do mesmo. Esse grupo terá a tarefa de indicar, para aprovação do BNDES, as diretrizes para aplicação dos recursos, o regimento interno do Comitê e os relatórios anuais do Fundo. Suas deliberações devem ser aprovadas por consenso.

Fundo Clima - O Fundo Nacional sobre Mudança do Clima (FNMC) tem como objetivo assegurar recursos para apoio a projetos ou estudos e financiamento de empreendimentos que visem à mitigação da mudança do clima e à adaptação aos seus efeitos. O Fundo é considerado estratégico para implementação da Política Nacional sobre

Mudança do Clima, enviada ao Congresso Nacional no dia 5 de junho deste ano, e do Plano Nacional sobre Mudança do Clima, em elaboração pelo governo federal.

Para que o Fundo seja viabilizado, foram propostas alterações na Lei nº 9.478, a Lei do Petróleo, de 6 de agosto de 1997. As modificações propostas ampliam o campo de aplicação dos recursos provenientes de uma participação especial sobre as receitas provenientes da exploração e da produção do petróleo, devendo ser utilizados como forma de evitar ou minimizar os danos ambientais causados por essas atividades, notadamente aqueles associados à utilização desse recurso natural como fonte energética que contribui para a geração de gases de efeito estufa e conseqüente aquecimento global.

A forma de aplicação dos recursos originalmente prevista impõe restrições que, adicionadas à rigidez orçamentária, impedem que estes recursos possam ser utilizados para financiar despesas diferentes daquelas para as quais foram criadas.

Com as alterações, o recurso financeiro poderá ser utilizado, por exemplo, para estudos e projetos de prevenção e mitigação às mudanças climáticas; em novas práticas e tecnologias menos poluentes, incluindo ações para tratamento de resíduos e rejeitos oleosos e outras substâncias nocivas e perigosas.

O Fundo contará com os seguintes recursos: até 60% dos recursos de que trata o parágrafo 2º inciso II da Lei do Petróleo; dotações consignadas no Orçamento Geral da União e em créditos adicionais; recursos decorrentes de acordos, ajustes, contratos e convênios celebrados com órgãos e entidades da administração pública federal, estadual, distrital ou municipal; doações realizadas por entidades nacionais e internacionais, públicas ou privadas; empréstimos de instituições financeiras nacionais e internacionais; recursos diversos previstos em Lei; a reversão dos saldos anuais não aplicados; e ainda recursos oriundos de juros e amortizações de financiamentos.

O FNMC será administrado por um Comitê Gestor vinculado ao MMA, que o coordenará, e será formado por seis representantes do Poder Executivo e cinco representantes do setor não-governamental.

Protocolo Verde - A revisão do Protocolo Verde, que também será lançada nesta sexta-feira (1º), teve como objetivo adequar a carta, assinada em 1995, às novas realidades e desafios socioambientais. A revisão contou com a participação de representantes do Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, Banco da Amazônia, Banco do Nordeste e representantes do governo federal (Ministérios da Fazenda, Agricultura, Integração Nacional, Meio Ambiente e Desenvolvimento Social).

O protocolo inclui sete princípios norteadores pelos quais eles se comprometem a empreender políticas e práticas bancárias que sejam precursoras, multiplicadoras, demonstrativas ou exemplares em termos de responsabilidade socioambiental. E que também estejam em harmonia com o objetivo de promover um desenvolvimento que não comprometa as necessidades das gerações futuras.

Entre as principais diretrizes do programa estão:

1 - Condições especiais de financiamentos, como taxas, prazos e carências diferenciadas, para projetos que contemplem investimentos sócio-ambientais. Além disso,

os bancos signatários do Protocolo se comprometem a orientar o tomador de crédito a adotar práticas de produção e consumo sustentáveis.

2 - Considerar os impactos e custos sócio-ambientais na gestão de ativos (próprios e de terceiros) e nas análises de risco de clientes e de projetos de investimento, tendo por base a Política Nacional de Meio Ambiente.

3 - Incorporar critérios sócio-ambientais ao processo de análise e concessão de crédito para projetos de investimentos, considerando a magnitude de seus impactos e riscos e a necessidade de medidas mitigadoras e compensatórias.

4 - Efetuar a análise sócio-ambiental de clientes cujas atividades exijam o licenciamento ambiental e/ou que representem significativos impactos sociais adversos;

5 - Promover o consumo sustentável de recursos naturais, e de materiais deles derivados, nos processos internos.

6 - Informar, sensibilizar e engajar continuamente as partes interessadas nas políticas e práticas de sustentabilidade da instituição.

7. Promover a harmonização de procedimentos, cooperação e integração de esforços entre as organizações signatárias na implementação destes Princípios, como adotar mecanismo de governança, propor melhorias no processo e acompanhar sua evolução.

Coordenador
Sergio Leite

Pesquisadores

Georges Flexor, Jorge Romano, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf, Lauro Mattei e Ademir A. Cazella

Assistentes de Pesquisa
Karina Kato e Silvia Zimmermann

Secretária
Diva de Faria

op
pa **Observatório de Políticas Públicas para a Agricultura**

CPDA Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214
Fax: 21 2224 8577 – r. 217
Correio eletrônico: oppa@ufrj.br
Site eletrônico: www.ufrj.br/cpda

Apoio

